



**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Intelectuais, partidos de esquerda e seus labirintos: os casos do
PT/Brasil e MAS-IPSP/Bolívia (da redemocratização ao pós-
neoliberalismo)**

ALLYSSON LEMOS GAMA DA SILVA

Sob a Orientação da Professora
Flávia Braga Vieira

Seropédica
Julho 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

S586i Silva, Allysson Lemos Gama da, 1988 Intelectuais,
partidos de esquerda e seus labirintos: os casos do
PT/Brasil e MAS-IPSP/Bolívia (da redemocratização ao
pós-neoliberalismo) / Allysson Lemos Gama da Silva. -
Rio de Janeiro, 2023.
233 f.

Orientadora: Flávia Braga Vieira.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais, 2023.

1. Intelectuais. 2. América Latina. 3. Movimentos
Sociais. I. Vieira, Flávia Braga, 1976-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais III.
Título.



Emitido em 2023

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Allysson Lemos Gama da Silva

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências Sociais.

TESE APROVADA EM 14/08/2023

,
Flávia Braga Vieira (Doutora) PPGCS-UFRRJ (orientador)

Theófilo Codeço Machado Rodrigues (Doutor)

Fabício Pereira da Silva. (Doutor). PPGCP-UNIRIO

,
Ana Elisa Saggiore Garcia. (Doutora) PPGCS-UFRRJ

Mayra Goulart da Silva. (Doutora) PPGCS-UFRRJ

TERMO N° 941/2023 - PPGCS (12.28.01.00.00.00.91)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 18/08/2023 10:40)

ANA ELISA SAGGIORO GARCIA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)
Matrícula: ###774#0

(Assinado digitalmente em 18/08/2023 11:19)

FLAVIA BRAGA VIEIRA
DIRETOR DE INSTITUTO
ICHS (12.28.01.24)
Matrícula: ###314#6

(Assinado digitalmente em 22/08/2023 11:20)
THEÓFILO CODEÇO MACHADO RODRIGUES

ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.357-##

(Assinado digitalmente em 18/08/2023 09:13)

FABRÍCIO PEREIRA DA SILVA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.407-##

(Assinado digitalmente em 19/08/2023 12:03)

MAYRA GOULART DA SILVA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.937-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/documentos/> informando seu número: **941**, ano: **2023**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **18/08/2023** e o código de verificação: **27674f48f0**

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelo apoio material concedido a essa pesquisa durante os quatro anos de sua realização, que foi fundamental para que ela se desenvolvesse da forma como veio a ser concluída. Da mesma maneira, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro por renovarem a confiança estabelecida já na minha pesquisa de mestrado. A parceria, muito acolhedora, teve êxito desde então, o que é provado pelo excelente diálogo que tenho com o corpo docente do programa, bem como com o corpo discente. O agradecimento se estende também ao Lima, secretário do programa nos meus anos de doutorado, que cumpre a função com excelência e gentileza.

Agradeço também à Flávia Braga Vieira, orientadora desta pesquisa e da de mestrado. Flávia acompanhou e foi fundamental para o desenvolvimento das questões colocadas nesta tese com dedicação rara. Além disso, com sua generosidade de sempre, abre as portas para seus alunos para a vida acadêmica e política sempre, me dando a oportunidade também de conhecer o meio rural brasileiro com os trabalhos de extensão no projeto ATEMAB, onde particularmente a experiência com os atingidos pelo rompimento de barragem no município de Barra Longa foi fundamental como experiência humana. Agradeço também aos membros da banca pelo aceite ao convite. Fabrício Pereira, que acompanha de perto meu trabalho desde o mestrado e é referência fundamental no Brasil sobre a política e a esquerda na América Latina e no mundo; Mayra Goulart, com quem tive a felicidade de estabelecer diversas parcerias acadêmicas e que hoje ocupa um posto fundamental no entendimento sobre o crescimento da extrema-direita no continente, com todos os méritos; Theófilo Rodrigues, companheiro de longa data da militância política, intelectual orgânico da democratização dos meios de comunicação no Brasil, e que vem contribuindo decisivamente para os estudos de partidos políticos, reforma política e pensamento social na América Latina; Ana Garcia, com quem tive a felicidade de compartilhar um grupo de estudos sobre Antonio Gramsci, e que, portanto, é fundamental para a compreensão que desenvolvi nesta tese sobre o estudo dos intelectuais, além de ser intelectual de destaque internacional na área de Relações Internacionais e Ciência Política.

Considero a todos como amigos e partícipes da construção dessa tese.

Agradeço a minha família por todo o apoio que tem me dado nesses duros anos para a pesquisa no Brasil. Seguramente não é fácil o isolamento social a que se submete durante o doutorado, agravado pelo acontecimento da pandemia do coronavírus. Assim sou grato a minha mãe Rita de Cássia, que passou por grave problema de saúde nesse período e mesmo assim seguiu me apoiando; a meu pai Lauro pelo exemplo de persistência tão típico da classe trabalhadora brasileira; a minha irmã Aleska, com quem compartilho as inseguranças da inserção no mercado de trabalho e que me ajudou a me fortalecer nesse período; à Briena, minha companheira cronista, que nos últimos dois anos fez ser possível o meu sorriso, e que também contribuiu decisivamente para essa tese com aquelas perguntas cirúrgicas e fundamentais ao desenvolvimento de uma pesquisa, típica das mentes mais curiosas e investigativas sobre a vida; ao Átila, meu filho e motivação para seguir essa caminhada, e cujo amor infantil e palavras de afeto enchem meu peito de vida. A todos esses que compartilham minhas alegrias e dores, faltam palavras de agradecimento.

Agradeço também ao Gustavo, meu compadre e amigo de décadas. Que seriam dessas reflexões sem longos áudios de whatsapp por tantos anos? Que seria de minha formação política e humana? Muito obrigado. Nesse quesito de áudios, ainda que predominantemente pelo instagram, devo agradecer a João Pedro Silva Santos, colega que cursou o mestrado no programa durante o período dessa pesquisa e a quem também devo boa parte dos saltos de compreensão que tive no entendimento do meu campo. Aproveito para agradecer aos colegas da turma de doutorado, em especial à Juliana, Damaris e Rafael, com quem dividi as dificuldades da pesquisa em tempos pandêmicos.

Outro parceiro acadêmico e da vida que não poderia deixar de ser mencionado é o brilhante Vinícius Lima Loreto, citado nesta tese. Vinícius também é pesquisador do tema da Bolívia e durante o meu período de doutorado ministrou junto comigo um curso de extensão sobre o Estado Plurinacional da Bolívia. Com ele compartilho o amor à Bolívia, à guitarra e à teoria marxista. Muito obrigado!

Agradeço a toda a ajuda fornecida pelos amigos bolivianos. Sem eles, não teria sido possível obter informações do campo durante a pandemia. Dessa maneira agradeço à Angela Caceres, que militava clandestinamente pelo MAS-IPSP, mesmo grávida e correndo risco de vida, durante o ano de 2020, quando recrudescer a repressão de Jeanine Áñez. Também tive oportunidade de participar virtualmente de uma reunião do coletivo que ela participa, nas mesmas condições. O mesmo se deu com Frany Gómez, que me

concedeu uma entrevista onde versou sobre a situação de saúde na pandemia na Bolívia, durante um golpe de Estado! Sem isso não poderia compreender o contexto político que o país se encontrava. Agradeço também a Eduardo Lohnhoff, que também teve que se exilar na Argentina, quando participou de um debate sobre a Bolívia comigo em um canal do youtube. Além disso, através de Eduardo consegui a importante entrevista com Álvaro García Linera, ex vice-presidente do país.

Assim, agradeço aos entrevistados desta tese. Álvaro García-Linera, que me concedeu duas entrevistas em datas próximas, de forma que eu pudesse lhe perguntar todo o necessário. Agradeço à gentileza com que me recebeu virtualmente e a disponibilidade. O mesmo vale para Breno Altman, que me concedeu uma entrevista de três horas de duração e que foi de serventia gigantesca para o prosseguimento desta tese.

Agradeço ao Rodrigo Souza, colega de equipe em Barra Longa, com quem dividi descobertas e a cerveja naquele campo. Tornou-se um amigo com quem compartilho as dificuldades da paternidade e da vida adulta. Assim, estendo o agradecimento aos muitos colegas do projeto ATEMAB. Aproveito então para agradecer, na pessoa do Éder, destemido militante da cidade, a todos os atingidos de Barra Longa, Itatiaiuçu e Mariana, que sem saber, deram contribuições decisivas para essa tese. Agradeço também a equipe da AEDAS de Barra Longa pela recepção que tivemos na cidade e pela troca de experiências de militância. À Heiza, Leandro, Felipe, Laís, Verônica, Lina, e todos que lá trabalharam conosco, meu “muito obrigado”.

Assim, agradeço também aos amigos de militância na Praça Seca, bairro onde moro, e em todos os lugares. Aos membros do Grupo de Estudos Marxista Thomás Sankara, a já mencionada Briena, Diogo e Márcio, obrigado por me ajudarem a manter o prazer pela leitura e por estimularem as reflexões finais de minha tese, que já estava combalida pelo cansaço. Agradeço também aos companheiros do Cine Praça Seca por, junto comigo, me ajudarem a testar na prática minhas reflexões políticas: João Paulo, Nelson, Kaly, Biba, Natália, Helena, Maurício, Cláudia, Rodrigo, Rafael Lira, Sergio, Erica e tantos outros que lá passaram. Agradeço também aos amigos do “Comitê da Praça Seca”, como além dos já mencionados, Rodrigo, Janaína, Laisa, Matheus, Estefânia e outros. Em especial, a Charles, que me convenceu da importância da militância no local de moradia e que divide comigo todas essas experiências citadas, já há tantos anos, na luta por superar o coronelismo moderno em Jacarepaguá, se tornando também um grande amigo. Obrigado também pela cerveja no “Varandão”, fundamental para seguir adiante, Charles, Márcio e Rodrigo, e a todos os outros que passaram por nossa cativa mesa.

Por fim, devo agradecer às parcerias musicais que trazem a reflexão teórica por meio de acordes dissonantes, que é a características dos filósofos e talentosos compositores Renan e Willian, hoje parceiros no “Convite à Tragédia”, banda que compartilhamos, nome bastante sugestivo da rica sociabilidade que se formou na residência do primeiro, reabrindo a vida após os anos de pandemia. A eles se somam a agrônoma Renata, que além de compartilhar sua voz e triângulo conosco, me trouxe interessantíssimos debates sobre a agroecologia, enriquecendo minha tese e também a experiência da ATEMAB, e o baterista recém-chegado, Ricardo Schimidt, o “Ximit” .

O agradecimento se estende aos amigos feitos na banda Brown Sugar, cujo suíngue tomado de forma antropofágica de terras estrangeiras adocicaram, nos últimos anos, a racional escolha de pesquisa. Obrigado assim a Ana Júlia, pela voz que encanta a todos; a Orlando Vinícius pelas conversas sobre harmonia musical, trabalho e vida; a Allan Bastos, pelo baixo funkeado que anima a alma dos ouvintes; a Igor Moreira, baterista que completou a cozinha da banda brilhantemente; ao Diego, nossa câmera oficial pelos registros incessantes de nossos ensaios e pelo bom gosto futebolístico. Obrigado a todos pela amizade nesses anos difíceis de resistência à extrema-direita e de persistência, de realização de pesquisa científica nos anos de pandemia.

RESUMO

SILVA, Allysson Lemos Gama da. *Intelectuais, partidos de esquerda e seus labirintos: os casos do PT/Brasil e MAS-IPSP/Bolívia (da redemocratização ao pós-neoliberalismo)*. 2023. 239f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2023.

A presente Tese analisa a produção de ideias na esquerda brasileira e boliviana ao longo de três períodos: a redemocratização, o neoliberalismo e os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil (2003-2016) e Movimento ao Socialismo (MAS) na Bolívia (2006-2019), entendendo que esses períodos são comuns à maioria dos países da América do Sul. Nesse sentido, a pesquisa reflete sobre a atuação dessas esquerdas por meio dos projetos de sociedade elaborados e, os busca, metodologicamente, através do exame de obras dos principais intelectuais influentes nesses partidos e nos movimentos sociais, bem como do contexto histórico em que elas foram escritas. A Tese permite perceber como essas esquerdas construíram, na América Latina, visões singulares sobre democracia, questão nacional, desenvolvimento, colonialismo, capitalismo e socialismo.

Palavras-chave: Intelectuais; América Latina; Movimentos Sociais.

ABSTRACT

SILVA, Allysson Lemos Gama da. *Intelectuais, partidos de esquerda e seus labirintos: os casos do PT/Brasil e MAS-IPSP/Bolívia (da redemocratização ao pós-neoliberalismo)*. 2023. 239f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2023.

This Thesis analyzes the production of ideas in the Brazilian and Bolivian left over three periods: redemocratization, neoliberalism and the governments of the Partido dos Trabalhadores (PT) in Brazil (2003-2016) and Movimento ao Socialismo (MAS) in Bolivia (2006-2019), understanding that these periods are common to most countries in South America. In this sense, the research reflects on the performance of these left through the society projects elaborated and, methodologically, searches for them through the examination of works of the main influential intellectuals in these parties and in the social movements, as well as the historical context in which they were written. The Thesis allows us to understand how these lefts built, in Latin America, unique visions about democracy, national question, development, colonialism, capitalism and socialism.

Keywords: Intellectuals, Latin America, Social Movements

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABCD – Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema
AEDAS - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social
AI-5 – Ato Institucional nº5
ALCA - Área de Livre Comércio entre as Américas
ATEMAB – Assessoria Técnica Educacional Meio Ambiente e Barragens
BC – Banco Central
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento
CEB – Comunidades Eclesiais de Base
CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
CIDOB - Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia
CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas
COB – Central Obrera Boliviana
COFINS- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CONACAM – Comité Nacional por el Cambio
CONAMAQ - Confederación Nacional de Ayllus y Markas del Qollasuyo
CSUTCB – Central Sindical Única de los Trabajadores Campesinos de Bolivia
CUT – Central Única dos Trabalhadores
EGTK - Exército Guerrilheiro Tupac Katari
ELAHP – Escola Latino-Americana de História e Política
EUA – Estados Unidos da América
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FIFA - Federação Internacional de Futebol
FMI – Fundo Monetário Internacional
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
MAS-IPSP – Movimiento Al Socialismo – Instrumento Político de los Pueblos
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MIP – Movimiento Indígena Pachakuti
MITKA – Movimiento Índio Tupac Katari
MNR – Movimiento Nacionalista Revolucionario
MPL – Movimento pelo Passe Livre
MRTK – Movimiento Revolucionario Tupac Katari
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
ONG - Organização Não Governamental
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PCB – Partido Comunista de Bolivia
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PIB- Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSUV – Partido Socialista Unido de Venezuela
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TCO – Tierra Comunitaria de Origen
TIPNIS – Territorio Indigena y Parque Nacional Isiboro-Sécore
UDP – Unidad Democrática y Popular
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução	01
Capítulo 1: Metodologia e Teoria Política	09
1.1 Quem é o intelectual?	09
1.2 Conceitos como marcos históricos	13
1.3 PT e MAS à luz da teoria de partidos políticos	14
1.4 Representação Política	17
1.5 Classes e Movimentos Sociais	23
1.6 O Estado	28
1.7A Esquerda e a Nação na América Latina	33
Capítulo 2: A Redemocratização	41
2.1 As críticas ao “Estado Novo” e ao “Estado de 52”	41
2.2 Os partidos políticos	45
2.3 Os programas políticos	53
2.4 A contribuição intelectual	56
Capítulo 3: O Neoliberalismo	70
3.1 O petismo na oposição ao neoliberalismo	76
3.2 Iniciativas políticas anti-neoliberais na Bolívia	80
3.3 A Contribuição intelectual	85
Capítulo 4: Pós-Neoliberalismo	121
4.1. Hegemonia, classes sociais e projeto de governo com Lula	124
4.2 Governos Lula à luz do conflito distributivo no Brasil	128
4.3 Governo Dilma: Mudanças na gestão da economia e declínio do PT	133
4.4 O <i>proceso de cambio</i> na Bolívia	138
4.5 A Contribuição Intelectual	145
Capítulo 5: A Crítica da Crítica	192
5.1 Crônica de uma velhice precoce	192
5.2 Sobre o legado ideológico da esquerda	193
5.3 Qual é o <i>locus</i> da Política?	202
5.4 Sobre a contra-hegemonia no Brasil e na Bolívia	207
Considerações Finais	207
Referências	212

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objeto a produção de ideias na esquerda brasileira, e na boliviana, em três períodos: Redemocratização, Neoliberalismo e Pós-Neoliberalismo. Admito que tal objeto não é, portanto, óbvio, intuitivo, ou mesmo fácil de ser explicado em poucas palavras. Expressa, logo de imediato, a premissa materialista dessa tese, já que admite que as ideias e a prática social não podem ser separadas de forma estanque e que as primeiras, se não são elaboradas em máquinas, com um destino previamente determinado - como seria o caso das mercadorias -, ainda assim são produzidas no cotidiano de mulheres e homens, ou seja, em suas interações sociais conflituosas e contraditórias. São ainda mais assim as ideias políticas, que não são deduzíveis de uma razão universal, mas antes expressam os embates de uma determinada época, território, relação social.

Este trabalho foi feito em um contexto onde se debate o crescimento da extrema-direita na região, em uma aparente resposta ao período em que as esquerdas dirigiram estes países. A este respeito, as ciências humanas têm pesquisado e especulado sobre diversas razões para tal, bem como seu significado. As mudanças nas formações sociais representam uma dimensão desse debate, bem como as novas técnicas da política (redes sociais, etc.), as deficiências políticas desses governos, outros no sucesso das práticas de seus adversários, trabalhando diferentes ênfases. Nossa pesquisa está circunscrita pelo mesmo campo problemático, abordando a dimensão das ideias em voga nesse bloco histórico, e como se relacionaram com os projetos políticos implementados.

Outro elemento importante a destacar de início é que se tratam das ideias predominantes nas esquerdas desses países em geral, e não propriamente dos programas partidários do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil, ou do *Movimiento Al Socialismo – Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos* (MAS-IPSP), ainda que estes possam ser abordados a fim de elucidar um tema ou outro. A escolha desses partidos se deu pelo fato de terem conseguido organizar estas ideias em termos do fazer político prático, ou seja, vocalizar essas ideias e construir campos políticos em torno de si e nos seus protagonismos nas experiências de esquerda nas últimas décadas nesses países e, sobretudo, nas experiências de governo. Tal escolha é feita, contudo, sem ceder à parcela considerável das leituras acadêmicas que vê nesses partidos a única experiência política autêntica da classe trabalhadora, inclusive incorrendo em problemas metodológicos graves ao omitir outras matrizes (MONTENEGRO, 2009).

No entanto, a apreciação dessas ideias muitas vezes antecede a fundação dos partidos – como é o caso da teoria do populismo e o indianismo. Outras vezes os intelectuais mencionados não fizeram parte desses partidos, mas as influências de suas obras extrapolaram essas fronteiras.

Há muitas formas de se identificar as ideias hegemônicas em determinado período. Seria possível fazer a análise de discurso de parlamentares, presidentes; também poderíamos optar pela análise de resoluções congressuais dos partidos e movimentos sociais. Esses elementos até foram utilizados para ilustrar o contexto histórico vivido durante a produção das ideias¹. No entanto, essa tese se concentrou na análise textual de obras canônicas onde elas foram organizadas, sistematizadas e postas à prova do ponto de vista do debate intelectual. Mas que ideias são essas, afinal? Façamos um breve apanhado por período histórico para entendermos esta questão.

No período da Redemocratização, Capítulo 2, obviamente, o tema fundamental era a construção da democracia na América Latina. O que pudemos perceber é que, mesmo dada a hegemonia da perspectiva liberal sobre democracia, as esquerdas contribuíram de forma decisiva para pensar o problema para além da realização do sufrágio universal, da anistia, da liberdade, etc., trazendo o elemento da participação política como eixo fundamental da compreensão de democracia. Também percebemos que esse exercício político e teórico levou não apenas a uma crítica aos regimes militares como também a um balanço da experiência soviética e outras experiências socialistas.

Três intelectuais fundamentais foram estudados para aprofundar a compreensão sobre os valores democráticos das esquerdas na época: Francisco Weffort, como principal representante da teoria do populismo e da ideia de autonomia política da classe trabalhadora frente ao Estado; Carlos Nelson Coutinho e a ideia de democracia como valor universal; René Zavaleta e sua reflexão sobre a formação social abigarrada na Bolívia, que inclui a ideia de autodeterminação das massas.

¹ Tomamos a divisão de Ricupero (2000) entre texto e contexto como base na apreciação das ideias produzidas elaboradas pelos intelectuais, orientando a estrutura dos capítulos, que sempre começam pela contextualização histórica dos períodos observados, e em seguida partimos para a “contribuição intelectual” dos autores, averiguando principais obras e, a partir das divergências e contradições encontradas, avaliamos os debates principais das épocas e também o sentido produzido.

Já no período neoliberal, Capítulo 3, com o fim da URSS e a crise do socialismo, cresce a perspectiva de ocupação do Estado via eleições. No plano econômico, o papel do Estado passa a ser valorizado no âmbito da esquerda, com o fortalecimento de programas nacionalistas e anti-imperialistas, como formas de garantir o desenvolvimento para a América Latina.

Para esse período, fizemos a opção de lidar com um número maior de intelectuais, afim de ilustrar melhor o debate que estava colocado no período, bem como dar conta de uma variedade maior de perspectivas políticas. Assim foi estudada a economista Maria da Conceição Tavares, como protagonista de duas escolas de economistas – da UFRJ e da UNICAMP -, que passaram a ser influentes no PT no período, fazendo uma discussão político-econômica de combate à ideia de globalização, hegemônica na época; estudamos também a proposta de gestão do Estado presente na visão de Tarso Genro, e como outros dialogaram com essas reflexões, como Cristóvam Buarque, Marco Aurélio Garcia, Celso Daniel e Frei Betto. Na Bolívia nos dedicamos à apreciação das ideias defendidas pelo grupo Comuna, suas contribuições fundamentais para a interpretação do neoliberalismo no país, bem como as reflexões sobre como organizar a luta política revolucionária e como se posicionar em relação ao Estado, no que eles se distinguem bastante. São eles: Álvaro García Linera, Raquel Gutiérrez, Luis Tapia Mealla e Raul Prada.

Uma dificuldade encontrada na realização da pesquisa que merece menção, especificamente sobre esse período, foi que o próprio entendimento do contexto histórico muitas vezes é formado a partir da elaboração dos autores pesquisados, como é o caso do Grupo Comuna e a caracterização do neoliberalismo na Bolívia; o mesmo se dá com Maria da Conceição Tavares no mesmo período no Brasil. Assim, outros autores foram selecionados para ilustrar o contexto, mas é notória a influência que esses historiadores, sociólogos e economistas tiveram dos autores pesquisados.

No chamado período pós-neoliberal, Capítulo 4, onde representantes da classe trabalhadora venceram eleições presidenciais, as ideias de desenvolvimento e combate à desigualdade social ganharam muita força no debate público e, na Bolívia particularmente, também a necessidade de reconhecimento e garantia de direitos para as nações originárias indígenas. Mais que isso, essas ideias adquirem o desafio de se converterem em políticas públicas.

Seguimos assim com os posicionamentos dos intelectuais do grupo Comuna, que se desfez durante o governo de Evo Morales, pelo acirramento de divergências entre eles. Além disso, pesquisamos a proposta de Bem Viver nas formulações de Javier Medina e

David Choquehuanca, atual vice-presidente da Bolívia. Somaram-se a isso reflexões sobre a discussão decolonial, através do que propõe o equatoriano Alberto Acosta, Agustín Lao-Montes e outros, entendendo que todas essas ideias têm também circulação internacional. Para o caso brasileiro, avaliamos as discussões propostas por Márcio Pochmann a respeito de democracia, cidadania e desenvolvimento; o fundamental conceito de lulismo de André Singer; e a discussão sobre classe social e classe média, feita também por Pochmann e por Marilena Chauí.

Além da leitura dos textos dos intelectuais selecionados e de uma série de obras que apoiou a construção dos contextos de produção das ideias de esquerda analisadas, metodologicamente, também, foram realizadas duas entrevistas no curso de elaboração da tese, com objetivos diferentes. Uma com o jornalista e youtuber Breno Altman, com a finalidade de enriquecer o debate sobre o contexto do neoliberalismo, mas ao fim o conteúdo foi bastante interessante para avaliar a produção intelectual também. A outra foi com o ex-vice-presidente da Bolívia, Álvaro García Linera, um dos principais intelectuais estudados nesta tese, a fim de agregar à compreensão elementos importantes do debate do autor.

Além destas, foram aproveitadas entrevistas realizadas por mim à época do mestrado. Cito as entrevistas de Florencia Poma, envolvida no processo de consulta sobre a construção da estrada no território TIPNIS; a entrevista com Luís Tapia Mealla, um dos intelectuais estudados nesta tese; e a entrevista com Leonilda Zurita, fundamental liderança camponesa no período do neoliberalismo e do governo do MAS-IPSP.

É importante notar que visamos uma abordagem metodológica latino-americanista das realidades nacionais aqui tratadas, ou seja, os casos brasileiro e boliviano. Isto significa dizer que mais que fazer uma análise comparada, onde estes casos seriam vistos de forma estanque e, portanto, optando por uma discussão onde as questões nacionais se acabariam em si mesmas, faremos um caminho de certa forma inverso, buscando entender o quanto os debates que atravessaram estes países dizem sobre como a América Latina atravessa ciclos históricos e assim forma uma identidade comum. A escolha dos casos, portanto, se relaciona com a minha pesquisa de mestrado, onde estudando as matrizes políticas da ideia de plurinacionalidade na Bolívia, pude perceber o quanto a experiência petista também influenciou o MAS.

Por outro lado, esta é uma estrada de ventos perigosos. Um primeiro risco, que pode comprometer tema tão caro às ciências humanas do tempo presente, é perder de vista as particularidades de cada caso, que seguramente também existem e devem compor o

debate sobre a unidade latino-americana, que é, portanto, plural e heterogênea. Levando isto em conta, evita-se as simplificações de tipo generalistas, que para serem possíveis de realizar acabam sempre por priorizar determinada dimensão da vida social em detrimento de outras. Evita-se assim também, o particularismo absoluto, que em última instância impossibilita qualquer análise macro, e em alguns casos até mesmo a teoria política. Tal particularismo absoluto já foi acionado por elites políticas nacionais e internacionais para negar a objetividade de uma unidade latino-americana, como mostra Falero:

Considerando as distintas estruturas sociais, escalas em população e território, ou as diferentes problemáticas que se apresentam nas sociedades latinoamericanas, levando em consideração as sub regiões e suas especificidades (América Central e Caribe, a região andina, o Cone Sul), ou inclusive as geografías correspondentes, bem se poderia fundamentar a inutilidade de estabelecer a América Latina como perspectiva. Nesta linha de raciocínio acrítico, o comum a todos se submete ao específico, ao pontual, ao pragmático, ao instrumental, ao possível (FALERO, 2020, p.153) (Tradução livre).

O autor mostra como a América Latina existe como projeto político e, portanto, formando subjetividade, mas também como relação social, a partir do que chama de “entramado geopolítico e social”. Para entendê-lo seria necessária uma metodologia capaz de abordar o lugar do subcontinente no sistema mundo e, como tal condição se relaciona com a vida social na região (FALERO, 2020).

Para Aricó (2020), houve alguns momentos em que a identidade latino-americana se fortaleceu, chamando a atenção para as guerras de independência, o projeto bolivariano, o “anti-imperialismo de forte tom anticapitalista” do início do século XX, o processo de reforma universitária dos anos 1920 e a “virada latino-americanista” fruto da revolução cubana (ARICÓ, 2020, p.292-293). Agregamos o chamado pós-neoliberalismo do início do século XXI, onde setores das esquerdas latino-americanas, de diferentes estirpes venceram eleições presidenciais, em processos políticos mais ou menos radicalizados, mas seguramente todos frutos de lutas de resistências populares ao neoliberalismo na região.

Um interesse mais geral presente nessas linhas diz respeito às possíveis interfaces entre campo científico e campo político, já que buscaremos entender este pensamento social produzido pela esquerda a partir de como ele é expresso por importantes intelectuais e instituições de pesquisa e produção de conhecimento ligadas a estes sujeitos políticos. Desta maneira investigar a produção destes intelectuais permite a esta tese fazer conjecturas sobre o que é atual ou não na sociologia dos intelectuais, na história das ideias e áreas afins. Pensar o intelectual na política no período contemporâneo se relaciona com

um repertório de esquerda bastante atual, já que vemos esta associação em diferentes partes do mundo.

Este é um debate geral nas Ciências Sociais do tempo presente também, por outro lado: seriam a política e a ciência duas vocações distintas e estanques realmente? Ou será que os intelectuais cumprem um papel político determinado na sociedade, independente de com que grupos sociais se associa? Também a atuação engajada de intelectuais na política, particularmente no campo da esquerda, seria uma característica particular ao contexto latino-americano do tempo presente?

A presente Tese buscou dar conta de todas estas questões em cinco capítulos. O primeiro traz as definições conceituais com as quais o pensamento da esquerda brasileira e boliviana serão analisadas no restante da tese. Os capítulos 2, 3 e 4 debatem os intelectuais e ideias dos períodos históricos anteriormente indicados: redemocratização, neoliberalismo e pós-neoliberalismo. O quinto e último capítulo, além de retomar o debate teórico da tese iniciado no primeiro capítulo, à luz do caso empírico estudado, discute o legado ideológico deixado pela esquerda após os três períodos e especula sobre os resultados deste nas sociedades brasileira e boliviana.

Para facilitar a caminhada do leitor por nossas reflexões, resume-se no quadro abaixo o conteúdo da pesquisa.

	Capítulo 2 - redemocratização	Capítulo 3 - neoliberalismo	Capítulo 4 – Pós-neoliberalismo
Ideias debatidas	Democracia, Socialismo, Nação	Globalização, Estado e Sociedade Civil, Orçamento Participativo, Nação e Socialismo	Pós-neoliberalismo, Estado e Sociedade Civil, Desenvolvimento, Bem-Viver, Nação e Socialismo
Autores e textos analisados	Francisco Weffort em “O Populismo na Política Brasileira” (1980), Carlos Nelson Coutinho em “A democracia como valor universal” (2014) e René Zavaleta Mercado	Maria da Conceição Tavares em “Poder e Dinheiro: Uma economia política da globalização” (1997) e “A propósito de um	Márcio Pochmann em “O emprego no desenvolvimento da nação” (2008), “O Estado e seus desafios na construção do desenvolvimento brasileiro” (2010); André Singer em “A

	<p>em “Las masas en noviembre” (2009) e “Lo Nacional-Popular en Bolivia” (1986)</p>	<p>debate sobre socialismo e globalização” (2001); Tarso Genro, Celso Daniel, Cristóvam Buarque, Marco Aurélio Garcia em “DESAFIOS do Governo Local: O modo petista de governar (1997); Frei Betto em “A Mosca Azul” (2006); Álvaro García Linera em “A Potência Plebeia” (2010), Luis Tapia em “Política Salvaje” (2008); Raquel Gutiérrez em “Horizontes comunitário-populares, Producción de lo comum más allá de las políticas estado-céntricas” (2017); Raúl Prada em “Subversiones indígenas” (2008)</p>	<p>alma do partido dos trabalhadores” (2010), “As Contradições do lulismo: A que ponto chegamos?” (2016); Marilena Chauí, e Emir Sader em “Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil.”;Alberto Acosta em “O Bem Viver: Uma oportunidade para imaginar outros mundos” (2017); Javier Medina em “Las cuatro Inteligencias del Vivir Bien (2015); David Choquehuanca em “Geopolítica del Vivir Bien” (2022), Álvaro García-Linera em “Socialismo Comunitario del vivir bien” (2015) , “A Construção do Estado “ (2010); Raquel Gutiérrez em “Horizontes comunitário-populares, Producción de lo comum más allá de las políticas estado-céntricas” (2017);, Luis Tapia em “Política Salvaje” (2008), Raúl Prada em “Subversiones</p>
--	---	--	--

			indígenas” (2008)
Autores que delineiam o contexto	Montenegro (2009), Medeiros (2016), Camargo (2006), Hurtado , Cusicanqui em “Oprimidos pero no vencidos” (2010), Escárzaga (2012), Ticona Alejo (2013), Lincoln Secco (2018)	Dardot e Laval, Altman, em entrevista concedida a mim (2022), Vieira(2011), Guimarães (2014), Gonçalves (2015), Camargo (2006), Medeiros (2016)	Boito Jr e Berringer (2013) , Carvalho (2018), Wanderley (2017), Stefanoni (2010),

Em cada um destes capítulos há um momento inicial de apresentação do contexto de produção das ideias e um segundo momento de debate dos textos/ideias/intelectuais em si, sempre indicado com o nome “a contribuição intelectual”.

CAPÍTULO I

METODOLOGIA E TEORIA POLÍTICA

1.1 Quem é o intelectual?

Estes intelectuais estudados não se colocam propriamente como dirigentes ou porta-vozes das lutas políticas populares empreendidas em seus respectivos países, mas têm atuação destacada, em maior ou menor grau, no seu fazer político, ou seja, na atuação cotidiana, seja na construção interna destes partidos, seja em diálogo com os movimentos sociais que os compõem, seja com participação em governos. Independentemente disto, é interessante buscar entender qual é o papel destes na construção da política. Para tal, é importante refinar o entendimento do que estamos caracterizando como intelectuais.

Primeiramente, faz-se interessante a crítica de Antonio Gramsci à concepção do senso comum sobre o que seriam os intelectuais. Para ele, há uma tendência a separar intelectuais e trabalhadores pelo tipo de atividade produtiva que realizam. Então haveria o trabalho caracterizado pela atividade muscular-nervosa e, o outro no qual predomina o uso da mente, da razão. Para este último, Gramsci prefere a denominação de especialista:

O erro metodológico mais difundido, ao que me parece, consiste em se ter buscado este critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, ao invés de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram no conjunto geral das relações sociais. Na verdade, o operário ou proletário, por exemplo, não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais (GRAMSCI, 1982, p.6-7).

Assim, o autor entende o ser intelectual como uma função na sociedade, qual seja, a de ser responsável por formular sínteses coletivas, função essa necessariamente ligada a um determinado grupo social:

Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas especialmente em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante (GRAMSCI, 1982, p.8-9).

A função de intelectual, portanto, poderia ser a de um dirigente político. É a forma como o autor concebe a ideia de intelectual orgânico. Ao tratar da Itália, identifica, por

exemplo, como intelectuais ligados à aristocracia fundiária, os eclesiásticos, justamente por serem aqueles responsáveis por difundir os valores desta classe.

O espaço de atuação dos intelectuais, nota Gramsci, é a sociedade civil. Nela, sejam os intelectuais ligados ao grupo dominante, buscando produzir consensos, sejam os intelectuais ligados aos grupos subalternos, organizando a contra-hegemonia, disputam os valores da sociedade.

Sem propor uma simples adesão à formulação gramsciana, é interessante observar que por vezes estes intelectuais que estudamos são dirigentes políticos e, por vezes, não. Por vezes há intelectuais orgânicos oriundos das próprias articulações operárias, indígenas, camponesas, e, por vezes, essas classes subalternas realizam alianças com setores de especialistas das universidades. Por vezes ainda, estas duas condições se misturam, quando especialistas assumem o papel de dirigentes políticos. Entender e complexificar esta percepção pode nos ajudar a agregar uma contribuição à discussão entre intelectuais e política no tempo presente.

De toda maneira, o que é importante notar, é que estes intelectuais não concebem suas ações políticas e científicas como atividades eticamente distintas, como na tradicional forma weberiana de pensar o tema. Max Weber crê que justamente o trabalho científico que terá valor duradouro é aquele empreendido pelo especialista, capaz de, a partir de um preciso método de trabalho, validar os argumentos apresentados. E, mais importante ainda, crê que a ciência, por sua natureza, não dá sentido à vida, e é precisamente isto que a distingue de outras formas de conhecimento, de maneira que o emprego do juízo de valor por parte do cientista invalida sua atividade propriamente:

Tomemos, por fim, o exemplo das ciências históricas. Elas nos capacitam a compreender os fenômenos políticos, artísticos, literários ou sociais da civilização, a partir de suas condições de formação. Mas não dão, para os mesmos, resposta à pergunta: esses fenômenos mereceriam ou merecem existir? Elas pressupõem, simplesmente, que há interesse em tomar parte, pela prática desses conhecimentos, na comunidade dos “homens civilizados”. Não podem, entretanto, provar “cientificamente” que haja vantagem nessa participação; e o fato de pressuporem tal vantagem não prova, de forma alguma, que ela exista. Em verdade, nada do que foi mencionado é, por si próprio, evidente (WEBER, 1989, p.38).

E continua,

(...) Mas a política não tem lugar também, no que concerne aos docentes. E, antes de tudo, quando eles tratam cientificamente de temas políticos. Mais do que nunca, a política está então deslocada. Com efeito, uma coisa é tomar uma posição política prática, e outra coisa é analisar cientificamente as estruturas políticas e as doutrinas de partidos. Quando, numa reunião pública, se fala de democracia, não se faz segredo da posição pessoal adotada e a necessidade de tomar partido de maneira

clara, se impõe então como um dever maldito. As palavras empregadas numa ocasião como essa não são mais instrumento de análise científica, mas constituem apelo político destinado a solicitar que os outros tomem posição (...) (WEBER, 1989, p.38).

Ao contrário do proposto por Weber, os intelectuais que estudamos, em todos os casos, estão propondo soluções ao Brasil ou à Bolívia. Poder-se-ia afirmar que em alguns casos se tratam de acadêmicos que separariam as “duas vocações”, mas é impossível negar que é o seu capital simbólico adquirido como especialista que garante a influência política que detém. Para Pierre Bourdieu (2004), o capital científico é uma espécie de capital simbólico, o que implica dizer que se deve pelo conhecimento e reconhecimento dos “pares-concorrentes” internamente ao campo científico. Dando o exemplo de Einstein, o autor explica que seu capital não era financeiro, mas sim correspondia ao reconhecimento de sua competência, conferindo-lhe autoridade (BOURDIEU, 2004).

Em outros casos, a concepção do fazer científico está abertamente mais próxima à ideia de filosofia da *práxis*, de Karl Marx. Ou seja, se nutrem do movimento político das classes em luta para produzir ciência, conhecimento, e, dialeticamente, atribuindo a este movimento um sentido. Está dado, portanto, um nítido dever ser.

Esta pesquisa passa por entender a atuação da esquerda em alguns períodos históricos latino-americanos, por meio do pensamento político desenvolvido nestes processos. São eles: a) Redemocratização; b) Neoliberalismo c) Governos populares. Vejamos então alguns exemplos conforme os distintos períodos.

Na Redemocratização se dá a fundação do PT em 1980, que congregou diversos setores políticos, como representantes católicos, ex-membros da guerrilha urbana que combateu a Ditadura Militar, os setores sindicais urbanos, - ao quais se atribui o título de “Novo Sindicalismo” - intelectuais da Universidade de São Paulo e outros. Para Montenegro, Francisco Weffort seria o principal articulador das ideias políticas desses grupos, conseguindo fazê-los convergir na oposição ao populismo, que ele, junto com outros, formulou :

(...) um elemento que unia o heterogêneo arco de intelectuais que impulsionou e contribuiu para consolidar o projeto petista, era mais uma vez a recusa à tradição representada pelo PCB (...) Não obstante a importância de cada um desses personagens para vida intelectual e acadêmica brasileira, dificilmente se poderá afirmar que qualquer um deles tenha sido mais relevante do que Francisco Weffort para construção da identidade petista (MONTENEGRO, 2009, p.142).

A fundação do MAS se daria apenas em 1995, mas a articulação “indígena-

camponesa” que o caracteriza tem origens bem anteriores, que datam da luta contra o regime militar, em aliança também com a Central Obrera Boliviana. É neste período que é fundada a *Central Sindical Única de los Trabajadores Campesinos de Bolivia* CSUTCB, central sindical de base camponesa e, também, o *Movimiento Revolucionario Tupac Katari* (MRTK) e o *Movimiento Indio Tupac Katari* (MITKA), primeiros partidos kataristas e também concebidos como “instrumentos políticos” (GUIMARÃES, 2018). Nesta fase os dirigentes políticos mais destacados foram Jenaro Flores Santos, pelo MRTK, e Felipe Quispe, pelo MITKA, ainda que seja possível dizer que as ideias em disputa, como a de sociedade abigarrada ou de Duas Bolívias, correspondem a René Zavaleta e Fausto Reinaga, respectivamente (GONÇALVES, 2015).

No período neoliberal, além da oposição sindical às políticas de desmonte do Estado Nacional - e, portanto, conferindo ao nacionalismo anti-imperialista mais força na oposição -, o PT consegue galgar mais espaço na esfera do Estado e se direciona para a formulação de políticas públicas. Para entender os princípios sobre os quais essa direção foi tomada, tomaremos como exemplo textos de Maria da Conceição Tavares, Tarso Genro, Frei Betto, entre outros.

Na Bolívia, a também política de privatizações e o processo de desindustrialização do país é responsável por uma grande desarticulação da tradicional Central Obrera Boliviana, o que, por outro lado, abriu espaço para o movimento *cocalero* emergente. O MAS é fundado e também tem rápido crescimento na esfera estatal. No campo da produção intelectual, se destacaram os membros do *Grupo Comuna*, Álvaro García Linera, Raquel Gutiérrez, Luís Tapia Mealla, Raúl Prada, que realizavam assembleias populares para debater as teses que produziam em oposição às políticas neoliberais. Eles próprios afirmavam buscar difundir uma visão contra-hegemônica ao neoliberalismo (GONÇALVES, 2015).

A respeito do terceiro período, dos governos populares, o que se nota é que buscou-se uma convergência de distintas matrizes que serão melhor detalhadas à frente: o nacionalismo periférico, o marxismo tradicional, e, no caso do PT, os críticos do populismo. No caso do MAS, os dois primeiros se articulam com os projetos de descolonização. Serão examinadas as contribuições de Márcio Pochmann, André Singer, Marilena Chauí e Emir Sader; de Javier Medina, David Choquehuanca, Álvaro García-Linera, Raquel Gutiérrez e Luís Tapia Mealla.

1.2 Conceitos como marcos históricos

O que se percebe é que, seja na crítica ao populismo, que vê na relação com o Estado um problema para a autonomia da classe trabalhadora, seja no katarismo, onde a descolonização se torna uma bandeira dos povos indígenas, o surgimento de conceitos pode ser visto como marcos históricos de períodos determinados, como sugere o historiador Reinhart Koselleck ao pensar uma metodologia para a história dos conceitos:

Torna-se, portanto, igualmente relevante, tanto do ponto de vista da história dos conceitos quanto da história social, saber a partir de quando os conceitos passam a poder ser empregados de forma tão rigorosa como indicadores de transformações políticas e sociais de profundidade histórica como no presente exemplo (KOSELLECK, 2006, p.101).

A partir do exemplo da formação do Estado prussiano, Koselleck mostra que um conceito só pode ser formado estando em correspondência com a vida social, e seu surgimento representa um marco histórico de dada transformação social:

O uso do termo classe mostra que é colocado em jogo um modelo social que sinaliza em direção ao futuro, ao passo que o conceito de estamento está associado a uma tradição secular e a estruturas que o Código Civil prussiano tinha acabado de legitimar mais uma vez, mas cujas ambiguidades já prenunciavam fissuras na hierarquia dos Estados, ao mesmo tempo em que prenunciavam a necessidade de reformas.

Portanto, a investigação do campo semântico de cada um dos conceitos principais revelam um ponto de vista polêmico orientado para o presente, assim como um componente do planejamento futuro, ao lado de determinados elementos de longa duração na Constituição social e originárias do passado. O sentido da frase de Hardenberg só é de fato extraído a partir da organização de todos esses elementos. Na multiplicidade cronológica do aspecto semântico reside, portanto, a força expressiva da história (KOSELLECK, 2006, p.101).

Assim sendo, o historiador chama a atenção para que um conceito não apenas marca o tempo presente, mas também o futuro desejado, já que conceitos comuns seriam fundamentais para uma unidade política. A ideia de classe confundia-se com a de estamentos, mas a classe estava associada com critérios econômicos, e o estamento com critérios de origem. Portanto, o que Koselleck quer demonstrar é que o surgimento do conceito de “classe” acompanha uma mudança no modo de produção (KOSELLECK, 2006).

Para analisar o conteúdo extraído desses materiais, é preciso levar em conta texto e contexto. Admitindo que há análises que deliberadamente privilegiam uma ou outra dimensão, Ricupero (2000) debate os limites das duas perspectivas. Naquela em que o

texto ganha predominância, o argumento é que algumas ideias ganham ares de universalidade para além do tempo em que foram geradas. O autor diz que essa tendência busca uma história da filosofia política, como ele observa na obra de Leo Strauss.

A outra abordagem, que privilegia o contexto sócio-histórico, entende que a produção das ideias se dá a partir de condições específicas em que viveu o autor, implicando nas preocupações do mesmo. Uma expressão dessa perspectiva seria a obra de Karl Mannheim e sua sociologia do conhecimento (RICUPERO, 2000).

Ricupero critica ambas perspectivas. Analisando a obra de Caio Prado, argumenta que priorizando apenas o contexto sócio histórico, chegaria à conclusão de que se trata de um intelectual comunista, um membro da geração de intelectuais dos anos 1930, um marxista brasileiro, e assim não se conseguiria compreender porque ele divergiu dos respectivos pares dessas categorias às quais pertence. Por outro lado, se fosse verdadeira a perspectiva de que ideias são universais e possuem valor independente de seu contexto, não faria sentido estudá-las historicamente (RICUPERO, 2000).

1.3 PT e MAS-IPSP à luz da Teoria de Partidos Políticos

Esta abordagem apresentada se diferencia sutilmente da ideia inicial proposta na banca de seleção, quando projetamos tecer uma análise comparativa das trajetórias históricas do *Movimiento Al Socialismo* (MAS) boliviano e do Partido dos Trabalhadores (PT) brasileiro, partindo da hipótese que uma mudança na relação destes partidos com suas bases sociais poderia ser uma chave explicativa para alterações recentes no bloco histórico nesses dois países. Este projeto inicial buscava também conjecturar sobre a atualidade da tese em que a instituição partido político é o *Príncipe moderno*, ou seja aquele capaz de produzir uma síntese da vontade coletiva, um projeto de sociedade (GRAMSCI, 2000). Porém, o desenvolvimento da pesquisa mostraria que estas questões não são precisamente inéditas, mas o resultado deve ser mencionado, devido ao estudo dos partidos apresentar um suporte importante ao objeto de pesquisa.

A respeito do primeiro tema, Pereira da Silva discorre muito bem em sua obra *Vitórias na crise: Trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas* (2011), onde compara diferentes trajetórias partidárias latino-americanas, debatendo-as à luz da teoria política clássica. Para o autor, ambos os partidos podem ser caracterizados por serem movimentistas, fracionistas e frentistas:

Ao mesmo tempo, procuram adequar suas estruturas à absorção de novos e amplos grupos sociais, a novas formas – igualmente fluidas e abertas – de militância, a novas relações com a sociedade – aí incluídas novos tipos de liderança. Estas seriam as principais semelhanças entre as esquerdas latino-americanas que chegaram ao poder, quanto ao terreno organizativo (PEREIRA DA SILVA, 2011, p.65).

Segundo ele, essa característica mudaria no PT, sobretudo a partir dos anos 1990, quando uma das correntes do partido, a Articulação, ao retomar a hegemonia interna, concentraria esforços na institucionalização, o que faria com que o caráter movimentista dos primeiros anos desse lugar a uma burocratização maior.

O mesmo movimento é notado no MAS. Fundado em 1995 sob a ótica de que seria um instrumento político dos movimentos sociais na esfera do Estado, Silva observa que antes mesmo da vitória nas eleições presidenciais já se percebia uma “redução do poder das assembleias de base e dos movimentos sociais no seio do partido em favor dos parlamentares e da direção nacional” (PEREIRA DA SILVA, 2011, p. 79).

A respeito da atualidade da tese do *Príncipe*, Montenegro (2009) mostra que, por exemplo, o Partido dos Trabalhadores é o “avesso do Príncipe”, uma vez que seu pensar organizativo nega a condição de partido dirigente, presente nas formulações de Lênin e Gramsci e, ao contrário, projeta-se como uma expressão dos movimentos sociais na esfera institucional. Por outro lado, Medeiros (2016) acredita que justamente por este aspecto o PT seria um partido gramsciano, fundamentando a ideia de que este se trata de um partido-movimento:

A disputa sobre esses dois modos de representação política da classe será resolvida, a partir de nosso ponto de vista, com a noção de petismo como um fenômeno de expansão das fronteiras tradicionais que supostamente separam o partido do movimento, produtor, portanto, de um partido-movimento com fronteiras organizativas diluídas em comparação com o que se espera de um partido político moderno (...) Essa conquista da representação se dá, enfim, no duplo movimento de representação apresentado anteriormente, na qual classe e partido se misturam e se reforçam, em um tipo de relação orgânica que nos remete à concepção de partido gramsciana (MEDEIROS, 2016, p.51).

O que está em debate entre os dois autores é a existência, ou mesmo a relevância, de um programa de sociedade que condicione a prática partidária. Em Gramsci, a vontade coletiva, como síntese dos desejos das classes e grupos sociais, produzirá um programa de combate à exploração capitalista e, Montenegro vê no PT um antiteoricismo estrutural, oriundo de diferentes matrizes políticas que trataremos mais adiante.

A partir do que foi pesquisado, este é um elemento distintivo fundamental entre PT

e MAS. No caso boliviano, estava posto em debate o caráter nacional da Bolívia – a Bolívia seria uma nação em desenvolvimento? Seria plurinacional? Há uma ou “Duas Bolívias”? (GAMA DA SILVA, 2016). Assim também o considera Pereira da Silva:

(...) Tais tendências e concepções diversas levam a expectativas distintas em relação à atuação do MAS, e que ele possui um grau de flexibilidade organizacional que permite a existência em seu seio de uma pluralidade de concepções e estratégias (PEREIRA DA SILVA, 2011, p.77).

Assim, diferentemente do debate se o PT deveria ou não ter um programa estratégico (MONTENEGRO, 2009), no MAS é possível identificar uma pluralidade de programas estratégicos. De toda forma, esta ideia apresentada por Medeiros de partido-movimento é uma chave interessante de comparação com o MAS boliviano. Na tese *Ascensão e declínio dos partidos-movimento na América Latina: os casos do MAS (Bolívia), Pachakutik (Equador) e Tekojojá (Paraguai) (2018)*, Gabriel Guimarães define partido-movimento da seguinte maneira:

Resgatamos aqui esta questão da relação entre movimentos sociais e partidos políticos a fim de tentar trabalhar alguns dos elementos fundamentais para compreensão dos partidos-movimento, como organizações sociais e políticas que criam plataformas político-eleitorais, competindo como qualquer outro partido, mas se organizando internamente mas como movimento, muitas vezes mantendo, em grande medida, a forma movimento, mesmo depois que conseguem chegar ao estado (GUIMARÃES, 2018, p. 44-45).

Estes partidos seriam caracterizados ainda por conterem “agências de micromobilização”, que no MAS seriam as próprias comunidades indígenas e os sindicatos camponeses. É possível pensar que no PT, os núcleos partidários cumpririam este papel, como argumenta Secco:

Os núcleos do PT não eram uma herança das células comunistas e nem das sessões socialistas. Em parte eles mimetizaram as CEBs e foram a expressão política de uma organização popular originalmente religiosa. Isto se comprova pela mistura de círculos de estudos, discussões e organização de ações locais que substituíram muitas vezes carências da população (SECCO, 2018, p.78).

Em linhas gerais, parte do debate intelectual no período da redemocratização se deu em torno da necessidade de construção do que definimos aqui como partido-movimento: partidos com baixa institucionalização, relações internas horizontalizadas, e com agências de micromobilização (GUIMARÃES, 2018). Esta formulação, teve, no plano teórico, como vimos, a negação ao marxismo de inspiração soviética como uma fonte fundamental, bem como a crítica às políticas do que poderíamos chamar de “nacionalismo periférico”.

Evidentemente, em ambas as experiências partidárias, isto não se deu de forma monolítica, mas sim hegemônica. Sobre as oposições internas e outros aspectos desta primeira fase de articulação destas correntes políticas trataremos no próximo capítulo.

1.4 Representação política

Nesta tese, abordamos os partidos e as possibilidades de representação a partir do exame da História e dos conflitos presentes na arena pública, e não apenas a partir de uma visão apriorística da relação entre Estado e indivíduos. Isto significa que os partidos aqui analisados são entendidos como coletividades, expressões políticas de classes, movimentos sociais, formados a partir da experiência de lutas populares, e não apenas como organizações próprias à esfera do Estado. No entanto, é de se notar que a última função também foi almejada e obtida por tais organizações e, portanto, as necessidades de administração da ordem pública se colocaram. Desta maneira, propomos uma discussão sobre representação, visando um raciocínio materialista dos conflitos entre as classes sociais e sobre o papel do Estado na organização da ordem.

Tal perspectiva de análise da política que tem por base a organização social e os acontecimentos concretos pode ter início em Maquiavel. Como nos mostra Cardoso (2018), Maquiavel não parte de princípios ou axiomas para compreender a “matéria histórica”, mas antes observa as experiências históricas para estabelecer um entendimento de como se organiza a sociedade. Nas palavras do autor:

Observa-se então, que aqui a perspectiva da política não é a da ciência. O saber maquiaveliano da política não parte de princípios ou axiomas (fossem eles a uniformidade da natureza humana, o egoísmo universal dos homens e sua capacidade de cálculo de seus interesses egoístas), aplicados à matéria histórica; seu saber não é teórico, científico. Por outro lado, insistimos, este saber das coisas políticas ('le cose del mondo') não se produz como um simples saber da experiência, um conhecimento empírico, a ser consolidado e selado por advertências e máximas; ele se funde e se confunde com a arte da História (CARDOSO, 2018, p.129-130).

Neste sentido, Jasmin (1998) nos mostra que, para além da polêmica com os humanistas italianos, Maquiavel se distingue de outros clássicos da teoria política por não optar pelo método dedutivo, onde uma sequência lógica de postulados ontológicos explica a História. Portanto, diferente do que diz Cardoso, a respeito de não haver um raciocínio científico em Maquiavel, o que se pode observar é que se lança a possibilidade de uma ciência de outro tipo, pelo exame empírico da História.

Jasmin traz este debate ao compará-lo com outros teóricos, numa tipologia que parte da ideia que há os que tratam de uma primazia da ideia de Razão, e outros da História. No primeiro grupo encontra-se Thomas Hobbes, e, para ele os dois postulados ontológicos, sob os quais não pode haver qualquer dúvida, em que “o Homem é racional e igualmente livre” e “o Homem vive em um universo de escassez”, segue-se a ideia de que a autopreservação deve ser a busca do Homem, e o maior imperativo político. Ou seja, disto se compreende que, sendo racional, e que este universo é escasso, faz-se fundamental garantir meios de sobrevivência frente tal escassez, o que inclui evitar a guerra dos homens contra os homens. Resumindo: ser racional é garantir os meios necessários para a autopreservação.

Portanto, obedecer ao soberano se trata de uma ação racional, para Hobbes. Obedecê-lo é agir em função da coesão política que garante a autopreservação. Enfatizo este aspecto, pois é ele o significado da reflexão de Hobbes, que diante do contexto de crescimento da contestação ao conhecimento emanado por Deus e, por conseguinte, à Igreja Católica enquanto instituição, também a ordem absolutista se via ameaçada. Trata-se de um pensamento normativo que visa dirimir os conflitos sociais estabelecendo uma motivação racional. A existência de uma Razão metafísica, anterior à vida social, é a explicação para o contrato social.

Isto posto, podemos compreender que Maquiavel parte de outros pressupostos. O recurso à empiria histórica é avessa à discussão sobre a Razão em Hobbes: estabelecida a partir de premissas ontológicas, a empiria não pode ser recurso para questioná-las. Já para Maquiavel, ordem e desordem não são antagônicos segundo o que se possa compreender como racional; antes disso, alguma desordem pode ser importante para o aperfeiçoamento das instituições políticas, no sentido da garantia da liberdade da república. Isto se pode depreender do debate que faz a respeito do surgimento dos tribunos do povo na República romana: diante de uma revolta popular, as leis foram desenvolvidas para que a voz dos plebeus pudesse caber na república, e assim desaguasse na ordem vigente (MAQUIAVEL, 1979).

A respeito desta característica de Maquiavel, qual seja, observar a política no seu fazer-se cotidiano, diz o autor: “Como minha finalidade é a de escrever coisa útil para quem a entender, julguei mais conveniente acompanhar a realidade efetiva do que a imaginação sobre esta” (MAQUIAVEL apud GRUPPI, 1996, p.10). Sobre o tema também observou Gramsci:

Maquiavel escreveu livros de "ação política imediata" não escreveu uma

utopia em que se aspirasse a um Estado já constituído, com todas as suas funções e elementos constitutivos. Em sua elaboração, em sua crítica do presente, expressou conceitos gerais, que se apresentam sob forma aforística e assistemática, e expressou uma concepção do mundo original, que também poderia ser chamada de "filosofia da práxis" ou "neo-humanismo", na medida em que não reconhece elementos transcendentais ou imanentistas (em sentido metafísico), mas baseia-se inteiramente na ação concreta do homem que, por suas necessidades históricas, opera e transforma a realidade (GRAMSCI, 2000, p.218).

Como podemos perceber na posição de Gramsci a respeito do pensamento maquiavelista, a rejeição à ideia de um ordenamento metafísico pré-social seria também um dos pilares do materialismo histórico.

A complementar tal perspectiva metodológica, Maquiavel compreende a sociedade como conflituosa, já que é dividida entre pobres e ricos. Diferentemente do que viria a se dar no marxismo, onde a intensificação do conflito pode levar à superação do modo de produção dado, em Maquiavel o conflito compõe a ordem, aperfeiçoando as leis no sentido de garantir a coesão da república e a liberdade:

E podemos observar que em todos os seus escritos o trabalho da reflexão que investiga as causas leva sempre ao mesmo ensinamento fundamental sobre os acontecimentos políticos: nas diversas matérias históricas examinadas (a Roma Antiga, a Itália de seu tempo, Florença e suas histórias), o 'ragionamento' aponta a cada vez para a universalidade do conflito entre grandes e povo, para o caráter originário, fundante, da divisão civil, como causa primeira das coisas políticas e dos bens e dos males que acontecem às cidades. Tudo remete, enfim, às 'graves e naturais inimizades' entre o povo e os grandes – uma formulação que não exprime um postulado, mas manifesta um saber pacientemente extraído da meditação sobre os acontecimentos do seu tempo, de Roma ou das histórias do passado florentino (CARDOSO, 2018, p. 130).

Portanto, se como chama a atenção Jasmin (1998), a História não está subscrita à Razão no pensamento de Maquiavel, por outro lado ainda não é um todo processual, mas sim uma coleção fragmentada de eventos dos quais se pode apreender os resultados das ações políticas dos homens. É, portanto, cíclica. Como isto implica em sua noção de conflito e de liberdade veremos ao examinar trechos da obra *Comentários da primeira década de Tito Lívio* (1979).

Trata-se de um livro em que Maquiavel debate situações da política romana, em especial no seu período republicano, com o intuito de produzir uma síntese normativa do fazer político. Com o estudo de acontecimentos históricos encarados como episódios, o florentino buscava compreender os resultados práticos de tipos de atitudes políticas, vislumbrando descrever os caminhos para a liberdade.

Para Maquiavel, a ideia de liberdade tem um sentido republicano. Trata-se de uma palavra que aparece diversas vezes na sua escrita, com o sentido de um objetivo político utópico. Nesta acepção, portanto, liberdade não se refere a direitos individuais como viria a ser posteriormente no liberalismo, mas sim o alcance de uma república que satisfaça o bem comum:

(...) verá então que um pequeno número deseja a liberdade para poder comandar, mas um número infinitamente maior de cidadãos quer a liberdade apenas para poder viver em segurança. Quanto aos primeiros, qualquer que seja a forma como se organize a república, no máximo quarenta ou cinquenta cidadãos podem alcançar o poder – um número bem reduzido. É fácil, portanto, controlá-los, seja eliminando-os, seja dando-lhes honrarias bastantes para que se satisfaçam, até um certo ponto, com a sua situação presente. Quanto aos que querem viver em segurança, também não é difícil contentá-los: basta estabelecer leis e instituições que conciliem o poder do príncipe com a segurança geral (MAQUIAVEL, 1979, p.75).

Como se vê no trecho acima, o autor sempre trata os homens organizados em coletividades, e para ele a política é marcada pelo conflito entre ricos e pobres. O desafio republicano é conciliar o desejo de governar e de expandir riquezas dos ricos com a vontade de viver em segurança, dos mais pobres. Para o pensador florentino, alcançar a liberdade em uma república se trata de garantir que estes princípios prevaleçam sobre os interesses particulares destas associações humanas.

Tal engenharia política não passa pela condenação de tais associativismos, mas, pelo contrário, garantir que suas vozes componham a ordem republicana. Mais uma vez, diferente de Hobbes, segundo o qual tais formas associativas representam uma ação não-racional, que compromete o poder do soberano e portanto a coesão política, em Maquiavel elas compõem a república de maneira conflitiva, aperfeiçoando as instituições e as leis, sendo fundamentais para a garantia da liberdade. Neste sentido, o autor considera vã a tentativa teórico-normativa de condenar o conflito, mas aponta para a necessidade de que se criem meios formais para que tal conflito não seja disruptivo, e que as partes trabalhem para a construção da república.

É o conflito, portanto, que movimenta a história, e este aspecto é também inovador. Até então, a História era acionada apenas como elemento de afirmação das qualidades do Homem no contexto do debate humanista em Florença. Neste sentido, Maquiavel tem fundamental importância numa posição inaugural de uma história crítica, que enfatiza não apenas virtudes, mas também os erros cometidos pelos homens.

No que tange ao nosso objeto de pesquisa, há um profundo interesse, que poderia

ser classificado como maquiavelista, na capacidade que tem coletividades insurgentes em não apenas compor a ordem, mas reformá-la. Neste sentido os tribunos da plebe em Roma, ao condensar as vozes rebeldes da república e, as sistematizar em plataformas políticas, conseguindo assim equilibrar o conflito fundamental entre ricos e pobres em favor dos últimos, são comparáveis aos comitês de fábrica da Itália do século XX analisados por Gramsci; ou ao movimento pelas “Diretas Já” do Brasil nos anos 1980 que influenciaram diretamente na formulação da Constituição de 1988; ou às “massas de novembro”, como classificou René Zavaleta Mercado, que em 1979 lançaram as bases do que viria a ser o Estado Plurinacional exatos 30 anos depois, em 2009.

Evidentemente, esta comparação é possível apenas em termos de discussão de teoria política, ou seja, como olhar para as associações populares e assim pensar uma relação entre sociedade civil e sociedade política, à maneira gramsciana. Com isso, quero dizer que o olhar desta pesquisa para a política não a limita a um coletivo de indivíduos que devem obedecer a um soberano. Nem mesmo que estes indivíduos só apareçam para a política no momento do sufrágio, e que em seu cotidiano ela se restrinja à esfera do Estado e à atividade dos três poderes. Proceder assim significaria ignorar, de partida, o efeito profundo sobre a sociedade brasileira e boliviana que teve o fazer político dos subalternos nesses países. Portanto, uma ênfase fundamental desta pesquisa é a política “desde abaixo”.

No entanto, se tomamos a comparação de tais episódios históricos olhando para os processos sociais a que correspondem, seguramente todos resultaram em contextos bastante diferentes. Proceder de outra maneira seria aderir à concepção de Maquiavel onde a história se resume a ensinamentos, nos quais proceder de determinada maneira levaria sempre aos mesmos resultados. Não é o caso desta tese, onde falar em História acompanha o seu significado moderno, que a enxerga como um processo:

A escola histórica alemã, compreendendo-se como uma ciência que tem por objeto o passado, logrou elevar a história [*Geschichte*], à categoria de uma ciência da reflexão, fazendo uso pleno do duplo sentido da palavra “*Geschichte*”. O caso isolado deixa de ter caráter político-didático mas a história [*Geschichte*], como totalidade, coloca aquele que aprende de maneira compreensiva em um “estado propício à formação” [*Zustand Bildung*] que deve influir no futuro. Como sublinha Savigny, a história “não é mais uma mera coleção de exemplos, mas sim o único caminho para o verdadeiro conhecimento de nossa própria situação” (KOSELLECK, 2006, p.59-60).

A este respeito, Gramsci se distingue de Maquiavel, já que seu pensamento se situa neste contexto moderno descrito por Koselleck. O conflito, quando observado pelo sardo,

não é mais um pressuposto para a manutenção da ordem, mas sim a possibilidade de transformação radical da ordem política, ou do modo de produção. Assim, a organização da vontade coletiva deve ir na direção contra-hegemônica, superando a dominação de classe e, portanto, alterando os rumos da História.

Conjugando a ciência política italiana com o materialismo histórico, Gramsci entendia que a esta maneira de estabelecer a hegemonia, qual seja, a combinação entre consenso na esfera da sociedade civil e coerção na sociedade política deveria ser contraposta pela vontade coletiva, manifesta em programa de partido. Mais uma vez, em Gramsci a vontade coletiva não significa a soma das vontades de cada indivíduo, mas antes a ideia de que as classes e grupos sociais, organizados enquanto coletividades, podem manifestar uma vontade.

As condições positivas devem ser buscadas na existência de grupos sociais urbanos, adequadamente desenvolvidos no campo da produção industrial e que tenham alcançado um determinado nível de cultura histórico-política. Qualquer formação de uma vontade coletiva nacional-popular é impossível se as grandes massas de camponeses cultivadores não irrompem simultaneamente na vida política. Isso é o que Maquiavel pretendia através da reforma da milícia, isso é o que os jacobinos fizeram na Revolução Francesa (...) (GRAMSCI, 2000, p.18).

A respeito do conceito de hegemonia, segundo Giuseppe Vacca (2016), importante intérprete de Gramsci, o autor sardo teria desenvolvido o conceito inspirado também na tradição leninista, opondo-se a alguns intérpretes que vêem um rompimento entre essas duas grandes personalidades do marxismo. Uma referência fundamental para a ideia de “hegemonia do proletariado” de Gramsci teria vindo do texto *Duas táticas da social-democracia na revolução democrática e socialista*, de Lenin (VACCA, 2016). A influência de Lênin e da experiência soviética se confirmaria na expectativa do sardo que os conselhos de fábrica surgidos na experiência das ocupações na cidade de Turim pudessem reproduzir a experiência dos soviets como expressões político-representativas surgidas na luta revolucionária:

A experiência turinense dos conselhos constituía, a seu ver, a demonstração da universalidade dos soviets ao 'traduzir' 'o experimento russo' para uma realidade industrial entre as mais avançadas da Europa. Mas convém enfatizar a motivação que Gramsci dá destas afirmações para demonstrar que a experiência turinense dos conselhos evidenciara a possibilidade de separar *capitalismo* e *industrialismo*, tornando supérfluos o comando capitalista sobre a produção e a figura mesma do 'capitalista'. Gramsci, portanto, reconhecia o soviets como o órgão da 'autonomia industrial' e da 'iniciativa histórica' da classe operária, que, no entanto, só podiam ser conquistadas através da adequada preparação guiada pelos partidos comunistas (...), de modo a criar as condições da

socialização da produção antes da tomada do poder (VACCA, 2016, p.57-58).

Esta concepção, a saber, dos soviets como organização de duplo-poder - de mobilização, mas também de organização política e produtiva -, inspirou a ideia dos “institutos democráticos” de Carlos Nelson Coutinho e também a forma como Linera enxerga as comunidades indígenas na Bolívia, como veremos adiante. Contudo, para se alcançar a hegemonia do proletariado, seria necessário dirigir os camponeses e também os intelectuais:

Segundo Gramsci, portanto, na Itália a aliança entre operários e camponeses envolvia não só o problema do governo, mas também a forma do Estado. O Estado da ditadura do proletariado não podia ser só um Estado operário, mas, diferentemente do Estado soviético, devia ser um Estado operário e camponês. Por isso, o papel das duas classes deveria ser paritário e a hegemonia do proletariado deveria decorrer da livre adesão das massas camponesas à sua direção: a função dirigente da classe operária em relação a seu principal aliado deveria assumir o caráter da influência e direção política e intelectual, não o de subordinação e coerção (VACCA, 2016, p.6).

Essas reflexões gramscianas correspondem, ao mesmo tempo, à referência teórica da ação política de parte significativa da esquerda no Brasil e na Bolívia, como também a estruturação metodológica desta tese. Como concepção teórica, observamos as realidades brasileira e boliviana como contraditórias: à hegemonia política burguesa, contrapõem-se as associações espontâneas e/ou conscientes da classe trabalhadora. No entanto, para entender melhor essa dinâmica política, passamos a uma observação material e histórica, ou seja, como se deu a conformação dessas classes sociais e a organização da ordem política.

1.5 Classes e movimentos sociais

Uma vez debatido e justificado nosso interesse em observar a política *desde abaixo*, ou seja, entendendo a produção de significados e valores políticos a partir das organizações populares e da sociedade civil, cabe desenvolver melhor a noção de classe social e de movimentos sociais.

Desde que Marx e Engels defenderam a ideia de que a luta entre as classes sociais é o motor da História, os movimentos políticos, daqueles chamados por Gramsci de *subalternos*, se orientaram por esta convicção. Tratou -se de um paradigma. No entanto, no

debate intelectual contemporâneo, a noção de classe social, ou ao menos a de luta de classes, vem sendo posta à prova, chamando-se a atenção para outras formas de conflitos e para novas dinâmicas da acumulação de capital. Nesta tese defendemos a atualidade da noção de luta de classes, e faremos breves considerações a respeito de críticas importantes a ela:

(...) suponhamos que seja essencial a questão relativa a se a relação de classes faz parte da sociedade contemporânea. Creio que há acordo entre nós de que a questão 'classe ou não?' é decisiva para um juízo acerca da sociedade vigente. Além disso, se pensarmos que o conceito de classe foi formulado objetivamente em todo o seu rigor pela primeira vez por Marx, é preciso orientar esse conceito de classe conforme o processo produtivo, e não apenas conforme a consciência dos homens individuais. A consciência de classe é secundária, mas é algo não desenvolvido por si só pelo processo histórico (ADORNO, 2008, p.87-88).

Um primeiro ponto a considerar é que nossa análise não busca, como nos informa o trecho acima, uma abordagem subjetivista da política, na qual interessa apenas o olhar que os próprios sujeitos políticos apresentam sobre si próprios. Nem tampouco uma concepção de separação estanque da Política e da Economia, como dois objetos acabados e distintos entre si, mas pelo contrário, apresentamos uma perspectiva na qual ambas se relacionam dialeticamente, produzindo uma ordem que é política e econômica ao mesmo tempo.

Portanto, a perspectiva que aqui criticamos, qual seja, de entendimento do real a partir do simbólico, não esgota e, muito menos como pretendem alguns, torna irrelevante o debate sobre as classes sociais. Ao contrário, é preciso entender o conflito político como objeto central de investigação, como chamamos a atenção no tópico anterior ao tratar de Maquiavel. Trocando em miúdos, os que fazem a política *desde abaixo* podem chamar-se de movimentos sociais, coletivos locais, frentes políticas, e tudo isso dirá respeito às estratégias de organização e embate político; no entanto, para entender as sociedades observadas nesta tese, é preciso compreender os conflitos fundamentais que as movem.

Longe do livre-arbítrio da concepção protestante/liberal, ou da visão idealista de uma subjetividade constituinte da realidade social, Marx integrou em sua análise vida material e subjetividade por meio da determinação de um conceito mais amplo, que remete ao seu objetivo de entendimento totalizante do social, o de modo de produção. Assim, “o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência” (MATTOS, 2019, p.44).

Marx e Engels, ao debaterem a luta de classes como motor da história, estavam buscando entender um fenômeno do tempo em que viveram, qual seja, a atividade

burguesa que, revolucionando os meios de produção, tornando mais intensa a vida urbana e industrial, fazia surgir uma nova classe, o proletariado. Tratava-se de uma classe de despossuídos, numa sociedade onde a propriedade privada era o centro da vida social. Assim, esse trabalhador europeu da indústria não possuía os meios de produção nos quais trabalhava, gerando lucro e produzindo, a partir da exploração de seu trabalho, o capital que também não lhe pertence. Possuía apenas a sua prole, seus filhos, e vem daí, portanto, o termo proletariado.

Em polêmica com Proudhon, Marx (1978) demonstra que mais que um produtor de mercadorias, o proletário é um produtor de trabalho excedente, que gera a mais-valia. Esta seria a forma como o capitalista enxerga a produção, ou seja, independente da qualidade da mercadoria - se é um casaco de couro, um automóvel, uma plantação de coca ou até mesmo, poderíamos dizer, educação - o que lhe interessa é a transformação do dinheiro em capital, através do não pagamento do trabalho excedente. Vejamos de que maneira:

Assim como aos possuidores de mercadoria só lhes interessa o valor de uso enquanto depositário de seu valor de troca, aos capitalistas só interessa o processo de trabalho enquanto veículo e meio do processo de valorização. Inclusive no processo de produção - na medida em que é processo de valorização - os meios de produção continuam sendo simples valor monetário, sem que importe qual a figura material particular, o particular valor de uso em que o valor de troca se apresenta; exatamente do mesmo modo por que, no próprio processo, o trabalho surge, não como atividade produtiva com determinado caráter útil, mas como substância criadora de valor, como trabalho social em geral que se objetiva e no qual só se interessa um elemento: sua quantidade. Para o capital, pois, cada ramo particular da produção não é mais do que uma esfera particular em que se investe dinheiro para convertê-lo em mais dinheiro, para conservar e aumentar o valor existente ou para apropriar-se do trabalho excedente (MARX, 1978, p.43).

Este, portanto, é o conflito fundamental e objetivo na sociedade capitalista. Esse significado de proletariado é enfatizado por Mattos, em seu livro *A Classe Trabalhadora de Marx ao nosso Tempo* (2019). Nele, o autor chama a atenção para uma confusão comum em associar o proletariado ao ramo da produção em que se trabalha, às vezes numa oposição entre proletários e camponeses, ou trabalhadores do serviço, o que atribui a problemas na tradução da literatura marxista para as línguas latinas:

Falamos português. Assim como os que falam línguas hispânicas e francês, temos o hábito de usar a expressão “classe operária” - às vezes como sinônimo de classe trabalhadora e outras vezes de forma mais restrita (como trabalhadores industriais). Na língua alemã de Marx e Engels não há expressão equivalente. Na língua inglesa, que foi a fonte de maior parte de suas leituras sobre o tema, há a palavra *labourer* (“laborer” na grafia estadunidense) cujo emprego, entretanto, é muito

mais restrito, sendo aplicado aos trabalhadores manuais (especialmente os da construção). Marx utilizava as expressões que podemos traduzir literalmente como “classe trabalhadora” ou “proletariado” (MATTOS, 2019, p.23).

O autor explica que para Marx a definição de proletariado sempre esteve atrelada à subsunção ao capital, ou seja, à sujeição do trabalhador a uma relação social específica: à exploração de seu trabalho por um capitalista. Esta definição amplia o conceito de proletariado, não restringindo-o a apenas um ramo da produção.

Na América há uma profunda polêmica a respeito da constituição do modo de produção capitalista. Alguns, entendendo que as relações sociais aqui presentes no período colonial, onde predominava a escravidão e não o assalariamento - alguns falavam ainda em servidão do indígena, como é o caso do peruano Mariátegui (2010) - defendiam a ideia de um capitalismo tardio, tendo como momento fundador os governos populistas do século XX. Outros, olhando para o modo de produção em escala internacional, dirão que, no entanto, este trabalho escravo serviu como fonte de matéria-prima para o capitalismo europeu.

De toda forma, é importante notar como a conformação das classes sociais no continente se deu por critérios raciais. Esta é uma importante contribuição, por exemplo, da escola de pensamento decolonial latino-americano. Também o atesta Armando Bartra, que nota que na formação do campesinato em diversas formações sociais no continente americano o caráter étnico é um elemento constituinte:

As razões para chamar classe a um conglomerado tão diverso dizem respeito às insurgências campesinas da história recente. Porque quando extensos grupos humanos participam das relações técnicas, econômicas, sociais e culturais que os confrontam com outros grupos e definem destinos comuns, tendem a confluir em movimentos onde as coincidências se impõem sobre as divergências.(...)

Assim, campesinos e etnias colonizadas são conjuntos que se interseccionam extensamente – conformando o que bem poderíamos chamar campesíndios – e também as duas caras de um corpo social complexo que, sendo tão contemporâneo, se insere na ordem dominante no modo da exteriorização tanto socioeconômica como identitária (BARTRA. 2014, p. 67). (Tradução livre).

Bartra formula esta reflexão ao passo que critica a concepção do boliviano Fausto Reinaga e daqueles que entendem que há uma separação entre dois mundos - o mundo ocidental, branco do mundo indígena. Para ele, essa concepção de “choque de culturas” ignora precisamente a dimensão da exploração do trabalho do indígena, que sem dúvida

serve à valorização do capital. Em suas palavras:

Esta interpretação – qualificada de etnicista (...) (Díaz-Polanco, 2004) – se sustenta na ideia de que o mundo indígena americano está ‘fora’ do sistema pois por mais de meio milênio ‘resistiu’ à assimilação, e formula em chave somente histórica o que tem hoje uma fonte estrutural, pois os povos originários foram incorporados ao capital no modo perverso do colonialismo e vivem perpetuamente ao fio da exclusão, mas produzem e reproduzem dentro do sistema tanto suas diferenças como suas utopias anti sistêmicas (BARTRA, 2014, p.68) (Tradução livre).

Na Bolívia pré-Revolução de 52, por exemplo, figurava ainda, nutrido de amplos poderes, o *hacendado*. A hacienda, que remonta ao período colonial, permanecia existindo, agora regida pela ideia de propriedade da terra, em moldes capitalistas. No entanto, o *hacendado* ocupava um posto de representante do Estado na estrutura política oligárquica, como podemos observar a partir do trabalho *Oprimidos pero no vencidos (2010)*, de Silvia Cusicanqui:

A propriedade jurídica sobre a terra, a raiz colonial das relações de dominação e a presença simbólica do hacendado no calendário ritual mediante a qual se organiza o ciclo produtivo dão conta do duplo caráter da hacienda tradicional do Altiplano: a extração do trabalho excedente era possível graças à articulação do domínio despótico-paternalista do hacendado com as instâncias organizativas próprias da comunidade 'enclausurada' no seio da hacienda (CUSICANQUI, 2010, p. 133) (Tradução livre).

Qualquer semelhança com o descrito por Vitor Nunes Leal em seu *Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Rio de Janeiro (2012)*, não é mera coincidência. Aqui podemos ver também o público que se forma a partir do privado e a relação paternal entre Estado e classe. Também, como no Brasil, a crise político-econômica deste regime culminaria em um processo de industrialização com vias ao desenvolvimento do capitalismo, que na Bolívia se deu a partir do setor mineiro.

Foi criticando essa dinâmica das relações sociais no país que se produziram as ideias indianistas e kataristas. O katarismo de Jenaro Flores Santos, em grande parte, se assemelha à noção de *campesíndios* de Bartra. Diziam que além de nações originárias não reconhecidas pelo Estado, eram também explorados economicamente como classe camponesa.

Entramos, portanto, em outra dimensão da análise da *classe social* como categoria analítica, que é o elemento subjetivo. Nos anos 1980 no Brasil, o petismo foi a expressão política da ascensão dos movimentos sociais. Surgem ambos no mesmo período e de forma

correlata. A classe trabalhadora, antes organizada em sindicatos e partido político, inovou do ponto de vista organizacional. Organizava-se agora em torno de causas, e conseguiram uma unidade política através da via eleitoral.

No entanto, a ideia de “classe trabalhadora” não havia sido abandonada. Era o “Partido dos Trabalhadores”, afinal. Também à época da fundação do *Instrumento Político Por la Soberanía de los Pueblos*, nos anos 1990, que daria origem ao MAS da Bolívia, a ideia era que esse organismo permitisse expressão eleitoral às lutas dos movimentos sociais, sem que se perdesse a ideia de classe camponesa e classe operária - naquela apropriação latina do conceito de classe chamada à atenção por Mattos (2019).

Trata-se também, portanto, de apropriações nativas da ideia de movimentos sociais, que não visaram de forma alguma - em nenhum manifesto, tese política, formulação intelectual- superar a ideia de classe social. Melhor se circunscreve àquilo que Marx e Engels chamavam de movimentos com caráter de classe, como mostra Mattos:

Novamente a questão central é o caráter político - “ou seja, de classe” - daqueles movimentos que explicitavam a luta de classes, pois colocavam em jogo interesse do conjunto das trabalhadoras e dos trabalhadores contra interesses da classe dominante(...) (MATTOS, 2019, p.52).

1.6 O Estado

Apresentada devidamente a concepção de Política desenvolvida nesta tese, bem como a metodologia implementada, faz-se necessário tecer impressões sobre a relação entre Estado e sociedade, de modo a melhor entender o lugar deste na arena política, nos espaços e tempos pesquisados. Introduzo o tema fazendo algumas considerações a respeito da obra *O Estado, O Poder, O Socialismo* (1980), de Nicos Poulantzas.

O autor estabelece uma crítica importante, aqui considerada, a respeito de uma tradição formada no debate marxista, que é a de entender a política e o Estado como mero desdobramento da economia ou, para usar a metáfora de Marx, a superestrutura como desdobramento da base ou da infra-estrutura. Há uma polêmica se o próprio Marx sugeriu esse sentido atribuído a ele posteriormente, de forma que diferentes obras são acionadas por aqueles que enfatizam um sentido mais determinista ou mais dialético para a abordagem marxista do problema. No que se refere ao problema do socialismo na Rússia essa mesma polêmica surge revestida das características regionais daquele país, e com diferentes ênfases nas obras de Marx e Engels, conforme avaliado no texto *Engels e a comuna rural russa: apontamentos à questão nacional no marxismo* (2020), escrito por mim e Flávia Vieira, orientadora dessa tese.

No entanto, para nossos interesses objetivos, o mais relevante é a crítica de Poulantzas a essa compreensão, na qual está implícita uma ideia em que a base econômica é fixa, invariável, acabada em si própria. Nessa perspectiva, portanto, o Estado seria expressão política da dominação política de classe:

É mais do que nunca necessário demarcar-se da concepção economista formalista, que considera a economia como sendo composta de elementos invariantes através dos diferentes modos de produção - de natureza e de essência quase aristotélicas, e como sendo auto-reproduzível e auto-regulável por uma espécie de combinatória interna. Essa foi, sabe-se, uma tentação permanente na história do marxismo e que mantém-se ainda atual (POULANTZAS, 1980, p.18).

Para o autor, o equívoco dessa concepção reside em entender o Estado e a economia como objetos acabados em si mesmos. Nesse sentido, mais interessante é perceber como Estado e economia se formam em relação, de modo contraditório e dialético, transformando-se mutuamente. Avançando nessa direção, Poulantzas chega a dizer que a relação social forma tanto o Estado quanto a economia:

Em suma, um modo de produção não é o produto de uma combinação entre diversas instâncias em que cada uma possuiria previamente, ao se relacionar, uma estrutura intangível. É o modo de produção, unidade de conjunto de determinações econômicas, políticas e ideológicas, que delimita as fronteiras desses espaços, delinea seus campos, define seus respectivos elementos: é primeiramente seu relacionamento e articulação que os forma (POULANTZAS, 1980, p.21).

Disso se desdobra um tema interessante: se Estado e economia não são objetos definidos previamente, mas em sua relação no modo de produção, se inviabiliza assim a possibilidade de uma teoria geral do Estado. O autor nota este aspecto criticando o que chama de tradição liberal, já que o Estado não pode ser considerado de forma a-histórica, aquém de suas particularidades no tempo e no espaço. Vejamos:

Ora, precisamente na medida em que o espaço, o campo e portanto os conceitos do político-Estado e da economia (relações de produção) apresentam-se de maneira diferente nos diversos modos de produção, segue-se que, contra toda teorização formalista, da mesma maneira que não poderia haver uma teoria geral da economia (no sentido de “ciência econômica”), tendo um objeto teórico invariante através dos diversos modos de produção - não poderia também haver uma “teoria geral” do político-Estado (no sentido da “ciência” ou da “sociologia” política), tendo ela mesma um objeto teórico invariante através destes modos. Seria legítimo se o Estado constituísse uma instância por natureza ou por essência autônoma, possuidora de fronteiras inalteráveis, e se essa instância contivesse em si as leis de sua própria redução histórica(...) Em contrapartida, o que é perfeitamente legítimo é uma teoria do Estado capitalista, construindo um objeto e um conceito específicos,

possibilitado pela separação do Estado e da economia sob o capitalismo (POULANTZAS, 1980, p.23-24).

Para o autor, uma resposta fácil a esse problema é a que o Estado se reduziria à dominação, ou seja, o instrumento de uma classe para executá-la. Atribui essa percepção dogmática à forma como se deu a difusão do marxismo-leninismo:

O que custou caro às massas populares em todo o mundo não foi a ausência no marxismo de uma teoria geral do Estado e do poder, mas certamente o dogmatismo escatológico e profético que nos deu durante muito tempo um sistema teórico semelhante com o nome de “teoria marxista-leninista” do Estado (POULANTZAS, 1980, p.25-26).

O autor argumenta que, à medida que não pode haver uma teoria geral do Estado, também não poderia haver uma teoria geral da transição do Estado capitalista para o Estado socialista. Essa é uma crítica à famosa obra de Lênin, *O Estado e a Revolução* (2010). Nela, o russo defende que não há maneira alternativa à tomada violenta do poder político por parte do proletariado para a implementação do socialismo.

Não pode e nem poderia haver modelo possível de um Estado de transição ao socialismo, nem receita infalível, teoricamente garantida, a não ser para um país em particular, o que também não pretendo fazer nas análises do presente trabalho sobre o Estado de transição ao socialismo nos países da Europa ocidental (POULANTZAS, 1980, p.26).

Se é verdade que a universalização de uma determinada experiência histórica, no caso a russa, possa significar uma compreensão dogmática da realidade, por outro Lênin estava caracterizando um Estado - o czarista -, sem praticamente possibilidade de manobra democrática, onde as ações repressivas compunham grande parte das atribuições estatais. Ainda assim, vale destacar todo o esforço dos militantes bolcheviques nas ações de propaganda e de formação política, o que contradiz a opinião de Poulantzas de que haveria uma subestimação do elemento ideológico:

O Estado não pode sancionar e reproduzir o domínio político usando como meio exclusivo a repressão, a força ou a violência “nua”, e sim, lançando mão diretamente da ideologia, que legitima a violência e contribui para organizar um consenso de certas classes e parcelas dominadas em relação ao poder público. A ideologia não é algo neutro na sociedade, só existe ideologia de classe. A ideologia dominante consiste especialmente num poder essencial da classe dominante (POULANTZAS, 1980, p.33).

Feita essa ressalva, é preciso notar que Poulantzas está correto em entender a disputa das ideias da sociedade como um componente das atribuições do Estado. Ao argumentar que separar os aparelhos repressivos dos ideológicos possa ser um exercício também dogmático, Poulantzas acaba por dar o que pode ser uma interessante contribuição para entender a América Latina:

De acordo com as formas de Estado e regime e de acordo com as fases de reprodução do capitalismo, certos aparelhos podem deslocar-se de uma esfera a outra, acumular ou permutar funções. Exemplo característico é o exército, que em certas formas de ditadura militar transforma-se diretamente em aparelho ideológico-organizador, funcionando principalmente como partido político da burguesia (POULANTZAS, 1980, p.39).

Seguramente, é possível notar nas sociedades latino-americanas esse forte papel das Forças Armadas, como difusores de ideologia, já que dada a escassez do emprego formal e da possibilidade que essas instituições possuem de promover ascensão social.

Por outro lado, retomando a discussão sobre a teoria marxista do Estado, é verdade também que posteriormente avançou-se bastante na compreensão desses elementos, bem como na compreensão de como atuar politicamente. Já discutimos como, para Gramsci, a hegemonia política é compreendida numa dinâmica de consenso e coerção: a classe dominante busca estabelecer consensos com os “subalternos” de modo a garantir sua direção política; sobre aquilo que não há consenso, principalmente no que se refere aos setores sociais mais antagônicos à sua hegemonia, se vale da coerção. Portanto, cabe aos trabalhadores lidar tanto com a repressão imposta pela burguesia, quanto com o isolamento político em que se encontram dados os consensos estabelecidos na sociedade.

Por isso, Gramsci nomeia dois tipos de tática política: a guerra de movimento, na qual as massas de trabalhadores em movimento enfrentam a repressão política e lutam por emancipação; e a guerra de posição, na qual os trabalhadores visam ocupar espaços políticos na sociedade civil, buscando expandir sua influência e sair do isolamento. O sardo pressupõe, inclusive, que uma tática prescinde da outra, de maneira que pensá-las autonomamente uma da outra seria inconcebível, ainda que muitos de seus intérpretes o façam, como analisaremos ao longo desta tese. Não seria leviano supor que Gramsci, leitor de Maquiavel, tenha se inspirado na interpretação do mesmo a respeito dos tribunos da plebe para desenvolver sua teoria da articulação entre sociedade civil e sociedade política, para a formação do “Estado integral”.

O Estado integral deixa de ser apenas visto como o *locus* onde atuam as instituições governamentais e jurídicas, ou seja, a sociedade política, e passa a ser também espaço privilegiado de ação da sociedade civil. No Estado integral, a sociedade política é a responsável predominantemente pela coerção, ao passo que a sociedade civil se constitui pela construção do consenso, pelo estabelecimento da hegemonia. De acordo com Gramsci (2007, p. 244), “Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção”. Essa ampliação é fundamental para romper com aquela leitura proposta no Manifesto Comunista onde o Estado surge como instrumento nas mãos de uma classe social, como “comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia” (MARX,

1998, p. 13). O Estado integral não é apenas um instrumento nas mãos de uma classe, mas o resultado original da correlação de forças de cada formação social (GAMA DA SILVA ; RODRIGUES, 2017, p.55).

Portanto, esta forma de construção da hegemonia seria típica das sociedades ocidentais, e pressupõe uma maneira mais complexa de organização do Estado. Já Bernardo Ricupero (2000), acredita que a ideia do “Estado de tipo ocidental” talvez não se aplique à América Latina, dada a situação de sociedades civis muitas vezes desarticuladas:

O 'outro' Ocidente, por sua vez, no qual América Latina estaria incluída, não seria Oriente, por existir nele uma sociedade civil complexa, mas tampouco seria o Ocidente, ou ao menos o Ocidente 'puro' devido à grande influência que na vida desses países assume a presença do Estado. Sua sociedade civil seria, além do mais, desarticulada, incapaz de se fazer representar politicamente. O Estado, por sua vez, não chegaria a ser despótico, como na Ásia, estando mais próximo do bonapartismo, com sua situação de equilíbrio entre as classes fundamentais (RICUPERO, 2000, p.71).

A interessante ponderação de Ricupero estabelece o desafio de um maior entendimento do Estado na região. Contudo, enquanto fórmula moderna, o Estado-Nação, ainda que com suas particularidades em cada país, merece um exame crítico neste capítulo. Segundo Poulantzas:

Situar os fundamentos desse Estado e da nação moderna nas relações de produção e na divisão social do trabalho, é mostrar que esse Estado possui uma materialidade própria e que é por isso que ele tem uma natureza de classe. É precisamente um Estado nacional que é um Estado burguês, não simplesmente, nem somente, porque a burguesia usa-o a fim de instrumentalizar a nação a seu proveito, mas porque a nação moderna, o Estado nacional, a burguesia têm o mesmo solo de constituição que determina suas relações. Não há dúvida de que a política burguesa com respeito à nação não tem o mesmo sentido para ela que tem a classe operária e as massas populares. Mas a nação moderna não é alguma coisa que a burguesia possa, a seu bel prazer, recuperar ou deixar abandonar por “seu” Estado. Esta nação está inscrita nesse Estado, e é esse Estado nacional que organiza a burguesia como classe dominante (POULANTZAS, 1980, p.135).

A partir desse trecho podemos notar o significado da divergência que ele visa estabelecer com a compreensão marxista-leninista: mais que um aparato da dominação, o Estado é o organizador da nação, da economia e das próprias classes sociais. Ele, portanto, “baliza o campo de lutas”, instaurando a “classe política dominante” e codificando “todas as formas de divisão social do trabalho” (POULANTZAS, 1980, p.45).

A forma como essas ideias foram apropriadas no contexto latino-americano variam caso a caso. Enquanto na oposição e na articulação dos movimentos sociais, diferentes

interpretações do Estado variaram entre a forma leninista e a gramsciana: trata-se da tomada violenta do poder ou da articulação entre guerra de movimento e guerra de posição?

Uma vez compondo governos, a ideia de que o Estado têm um caráter de classe tende a perder força, e passam a predominar mais as noções gramscianas de hegemonia e contra-hegemonia, bem como a poulantziana do Estado como campo de lutas. Esta última, sobretudo, teve especial destaque, já que Poulantzas está observando a possibilidade do Estado realizar medidas positivas para a classe trabalhadora, mesmo no capitalismo:

Considerar como únicas categorias do Estado repressão-interdito e ideologia-encobrimento leva forçosamente a subjetivar as razões do consentimento (porque se diz sim ao interdito) e a situá-las seja na ideologia (no sentido de ilusão: os fascistas iludiram as massas), seja pelo desejo da repressão ou amor ao Senhor. Ora, mesmo o fascismo foi obrigado a tomar uma série de medidas positivas para as massas (reabsorção do desemprego, manutenção e às vezes melhoria do poder real de compra de certas categorias populares, legislação dita social), o que não exclui, bem ao contrário, o aumento na exploração das massas (por meio da mais valia relativa) (POULANTZAS, 1980, p.36-37).

Evidentemente, o autor assim considera não por acreditar que o Estado tenha uma característica positiva natural, mas se veja forçado a realizá-lo devido às tensões permanentes da luta de classes. Contudo, nem sempre seus intérpretes consideraram esse elemento, buscando atribuir à luta na esfera do Estado uma autonomia não pretendida pelo autor.

Mas há mais: o Estado, que desempenha um papel decisivo na organização da nação moderna, não é, ele também, uma essência; nem sujeito da história, nem simples objeto instrumento da classe dominante, mas do ponto de vista de sua natureza de classe, condensação de uma relação de força que é uma relação de classe (POULANTZAS, 1980, p.137).

1.7 A Esquerda e a Nação na América Latina

Para pensar as matrizes sócio-políticas do pensamento nacional de esquerda na América Latina, é preciso primeiramente um mergulho histórico a fim de entender algumas particularidades. Primeiramente, uma peculiar conjunção do nacionalismo *criollo* com o nacionalismo anti-imperialista, de origem soviética.

Bringel (2020) destaca o que chama de “nacionalismo periférico” e vê sua origem precisamente nas guerras de independência no século XIX, quando teve um caráter anti-

imperialista bem marcado, o que primeiramente veio sob a forma de um projeto de emancipação, uma “nação de nações” por meio de uma unidade continental. Apesar de as independências não se realizarem em uma pátria continental, mas sim na formação de repúblicas que, contraditoriamente, tinham caráter eurocêntrico bastante acentuado – haja vista a influência do liberalismo e da imposição de um regime político liberal a populações que viviam outras formas de organização social² -, as formulações a respeito da ideia de América Latina tem origem nestes processos, assim como as propostas de integração regional.

Como é de se notar, as repúblicas recém-proclamadas tiveram um caráter marcado pelo liberalismo europeu, do ponto de vista da normatização do Estado (distribuído em três poderes, marcado pela lógica da cidadania e da propriedade privada); eurocêntrico do ponto de vista cultural (as instituições, os valores nacionais, todos pensados em torno da elite colonial, e não dos povos indígenas ou negros); e oligarca do ponto de vista político-econômico, já que as economias agro-exportadoras se mantiveram intactas. Estes setores da elite republicana latino-americana foram, no geral, contrapostos por outros setores de elites, setores de classe média, com visão de uma modernização industrialista, o que culminou na chamada Revolução de 1930 no Brasil e no primeiro governo Vargas, de Juan Domingo Perón na Argentina (1946-1955), o que viria a ser chamado pela literatura de governos populistas latino-americanos. Uma vertente mais radicalizada desse mesmo processo se deu na Bolívia um pouco mais tarde com a Revolução de 1952, que também depôs o regime oligárquico no país.

Surge nos anos 1950 a corrente intelectual cepalina. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada em 1948, no período do pós-guerra, quando ganhava força a discussão sobre o subdesenvolvimento dos países da periferia do sistema capitalista. Nela se engajaram importantes intelectuais do subcontinente, como o argentino Raúl Prebisch e o brasileiro Celso Furtado. Tratou-se de um pensamento que se contrapunha politicamente às elites oligárquicas das novas repúblicas latino-americanas e às ideias de uma suposta vocação agroexportadora destes países, e, ao contrário, propunham que haveria um atraso tecnológico em relação aos países centrais e à modernidade capitalista. Por meio de suas teses que visavam superar os entraves dessas sociedades, propuseram o desenvolvimento para a América Latina como solução para seus problemas sociais. Segundo Prebisch:

²Ver GARCÍA-LINERA, A. A Potência Plebeia. (2010)

Daí o significado fundamental da industrialização dos países novos. Não é ela um fim em si mesma, mas o único meio de que dispõem esses para ir captando uma parte do fruto do progresso técnico e, elevando progressivamente o nível de vida das massas (PREBISCH, 1986, p.479) (Tradução livre).

Neste sentido, se tratava de atrair e desenvolver a indústria, para que também se criasse um mercado interno e, assim, elevando o consumo das massas, se estaria melhorando seu modo de vida. Vale dizer que estas teses tiveram ampla aceitação nas políticas de Estado, bem como se retroalimentavam destas. Estas teses deram subsídio para os governos de cunho nacional-desenvolvimentista, que predominaram nesta época sobretudo no Brasil, México e Argentina. O nacional-desenvolvimentismo, por sua vez, deixaria forte legado nesses países e, parte dessas ideias, seriam acionadas novamente em outros períodos históricos, como no ciclo progressista.

O marxismo ligado à III Internacional também dialogou diretamente com esta perspectiva nacional anti-imperialista e de desenvolvimento. A política dos comunistas pressupunha a necessidade de “desenvolvimento das forças produtivas” como forma de superação dos vínculos semif feudais presentes na estrutura do latifúndio. Predominava uma interpretação de inspiração soviética na qual os países da periferia do capitalismo viviam ainda uma situação semifeudal, que marcaria um modo de produção com relações sociais servis e capitalistas, representando um atraso frente ao desenvolvimento da sociedade em escala internacional.

Portanto, seria necessária uma revolução democrático-burguesa como etapa da luta pelo socialismo. Este raciocínio pode ser encontrado na obra de Alberto Passos Guimarães, *Quatro Séculos de Latifúndio: o regime econômico colonial: feudalismo ou Capitalismo?* (1997), por exemplo, mas também em diversos outros intelectuais ligados ao Partido Comunista do Brasil (PCB), que viam a necessidade de uma industrialização do país, de modo a modernizá-lo, para se depois pensar no socialismo como uma segunda etapa.

Ainda que no primeiro governo Vargas as relações com os comunistas só possam ser explicadas por graves tensões e enfrentamentos, a partir de seu segundo governo (1951 a 1954), houve um apoio dos comunistas a seu projeto, que reverberou inclusive em alianças sindicais e populares. O enfrentamento com os liberais fez aproximar o nacionalismo conservador e burguês-industrialista de Vargas e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) com o nacionalismo operário dos comunistas, formando uma certa cultura de esquerda no país e colocando esses dois setores em um mesmo campo político, comumente classificado pela esquerda pós-ditadura militar como populista (WEFFORT,

1980). Na Bolívia, o fim do regime oligárquico se deu de forma insurrecional. Comunistas e nacionalistas conjuntamente lideraram sindicatos, setores camponeses e indígenas numa revolução nacionalista, que tomaria outros rumos a partir de seu processo interno e da cooptação por meio do capital internacional, o que resultou no regime militar também em 1964.

Sobre a tese de que houve feudalismo no Brasil, essa só seria contestada nos escritos de Caio Prado Jr., que entendia que desde o período colonial o que se deu no Brasil foi a acumulação capitalista em escala internacional. O peruano José Carlos Mariátegui manteve a tese de que houve feudalismo no Peru, mas questionou a receita da revolução democrático-burguesa em outros aspectos: a burguesia peruana, então limitada às atividades comerciais, estava profundamente ligada à ordem oligarca, e aqueles que pretendiam estar modernizando o Peru representavam a mesma elite *criolla* dos tempos coloniais. Portanto, o capitalismo peruano, ligado ao latifúndio improdutivo, não seria capaz de revolucionar os meios de produção, e acreditava, que sim os indígenas, mais produtivos que os grandes latifúndios, eram a vanguarda da luta pelo socialismo (MARIÁTEGUI, 2010).

Segundo Ricupero (2000), nesses dois autores, aos quais ele inclui Gramsci, o passado nacional é o grande tema. O passado conferiria um obstáculo à nação, impedindo a realização do presente e do futuro. O que seria a colonização enquanto impasse cultural e político para Brasil e Peru, a herança cosmopolita romana, encarnada pela Igreja Católica seria para a Itália (RICUPERO, 2000).

Assim, os três autores seriam representantes da “família da modernização conservadora”, cada um à sua maneira. Isso se devia ao fato de que nem na Itália, nem no Brasil ou no Peru, o capitalismo se deu mediante à revolução burguesa:

Ao contrário, apontam para o fato de que em seus países não houve um deslocamento das velhas classes dominantes por novos grupos, até porque os dois setores se confundiram. Sugerem, portanto, que 'casos atípicos' como os da Itália, Peru, Brasil, Alemanha e Japão, de revoluções 'vindas de cima' não são tão incomuns assim (RICUPERO, 2000, p.68-69).

Outra característica que os aproximaria seria a forma como vêem as classes no âmbito nacional. As classes não estão dadas ou existem de forma *a priori*, mas se conformam segunda a História das sociedades e da nação:

Mostram, assim, que mais do que uma questão camponesa em geral, existem questões camponesas particulares, correspondentes a certas condições específicas de diferentes sociedades. Se na Itália o problema

camponês se confunde com a questão meridional, no Peru ele está relacionado com a questão indígena, enquanto no Brasil, em razão da grande exploração agrária, ele sequer existe, com o verdadeiro problema no campo sendo dos trabalhadores rurais. O mesmo vale para a burguesia. Esta não é sempre igual, simplesmente porque também o resultado de experiências distintas. Assim, além de burguesia 'conquistadoras', como a francesa e a norte-americana, existem burguesias tímidas, como a alemã e a brasileira, incapazes de realizar suas próprias revoluções (RICUPERO, 2000, p.67-68).

Contudo, a questão da burguesia nesses países não se trata de timidez. Diversos são os autores que convergem para uma discussão do que viria a ser o papel da burguesia nacional na acumulação de capital nos países da América. Ruy Mauro Marini, intelectual expressivo da Teoria Marxista da Dependência, defendeu a interpretação de que esses setores da burguesia se acomodam em setores periféricos da acumulação de capital nesses países, aliando-se ao capital internacional, que adquire os maiores montantes da produção de mais-valia (MARINI, 2005).

Aqui cabe notar que, dentre as contribuições da III Internacional, particularmente de Lênin mas não somente dele, chama atenção o conceito de imperialismo, amplamente difundido no Brasil e na Bolívia. Esse é um traço fundamental para compreender o que veio a ser chamado de “questão nacional” pelos comunistas, justamente por estar ligado a um valor, que para Lênin era fundamental, a “autodeterminação dos povos”:

Inversamente, uma nação que não conseguiu ainda (sob o capitalismo) forjar seu próprio Estado não é, no entanto, uma nação enfraquecida, e não deixa por isso de ter menos direitos que uma outra possa dispor. Isso é o que funda a originalidade e a radicalidade do princípio leninista dos povos e nações se auto-determinarem. Esse direito de auto-determinação não se reduz para Lenin, como para os austro-marxistas, a um simples direito à “autonomia cultural”, porém estende-se ao direito que essas nações têm de fundar seu próprio Estado. O Estado próprio e distinto não é necessário para que uma nação exista e seja reconhecida como tal, porém, por sua própria existência, ele tem direito a um Estado próprio (autodeterminação) (POULANTZAS, 1980, p. 106-107).

A ideia de autodeterminação dos povos, estabelecida como princípio para o chamado marxismo-leninismo da época, o projetou como ferramenta política e teórica em escala planetária, para os povos que ainda viviam sob o regime colonial. No entanto, além do direito de ter um Estado próprio, os povos devem poder preservar a autonomia frente às suas decisões econômicas, políticas e culturais. É nesse sentido que Lênin entende a luta anti-imperialista, como o enfrentamento à política imperial do capital financeiro atrelado às grandes potências internacionais (LÊNIN, 1984).

Portanto, esses valores anti-imperialistas, somados à análise cepalina sobre

desenvolvimento e subdesenvolvimento, formaram uma cultura de esquerda na região na primeira metade do século XX. Contudo, por mais que tenham influenciado as políticas públicas de PT e MAS quando nos governos, foram alvo de dura oposição, principalmente por parte de seus intelectuais, à época que estes partidos foram fundados, ou que os movimentos que os compõem começaram a ter protagonismo.

No caso brasileiro, a crítica se voltou contra os governos da época do trabalhismo e, no sindicalismo, à aliança entre Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Comunista do Brasil (ou Partido Comunista Brasileiro, a depender do ano)³ (PCB), que segundo os críticos do populismo, seria a expressão do corporativismo sindical, do sindicato visto como correia de transmissão do Estado, etc. No caso boliviano, o insurgente movimento katarista também se opôs às direções sindicais, sobretudo no campo, onde prevaleciam agentes do governo durante os regimes militares, no que ficou conhecido como Pacto Militar-Camponês. Mas em relação ao movimento operário, *locus* do marxismo tradicional na Bolívia, a grande diferença política era que, enquanto a esquerda de referência soviética apostava no desenvolvimento industrial como solução para a superação do atraso no país, não poucas vezes o identificando com as comunidades indígenas, os kataristas acreditavam que eram justamente os indígenas que poderiam liderar a luta pela descolonização da Bolívia. Como diria o ex-vice-presidente Álvaro Garcia-Linera sobre este período:

O marxismo dessa primeira época foi, sem dúvida, uma ideologia de modernização industrial do país no plano econômico e de consolidação do Estado Nacional no plano político. No fundo, todo programa revolucionário dos distintos marxismos daquela etapa, até os anos 1980, teve, mesmo assumindo diversos nomes – a revolução “proletária do POR, “democrático-burguesa em transição ao socialismo” do Partido Comunista Boliviano, de “libertação nacional” do Ejército de Liberación Nacional (ELN), “socialista” do Partido Socialista 1(PS-1) -, objetivos similares: desenvolvimento incessante da modernidade capitalista do trabalho, substituição das relações “tradicionais” de produção (especialmente da comunidade camponesa, que deveria “coletivizar-se” ou “obreirizar-se”), homogeneização cultural para consolidar o Estado e uma crescente estatização das atividades produtivas como base de uma economia planificada de uma coesão nacional-estatal da sociedade. (...) (GARCÍA-LINERA, 2010 p.318).

García-Linera trata deste assunto para introduzir sua proposta de construir um marxismo em diálogo com a luta indígena. Esta abordagem corresponde a outra matriz política fundamental na América Latina, particularmente na região andina, que é o indianismo, nas suas mais variadas vertentes. Esta corrente teria inspiração no peruano

³Em 1960 o Partido Comunista do Brasil muda de nome para Partido Comunista Brasileiro, o que envolveu grande polêmica interna.

José Carlos Mariátegui, mas sobretudo no boliviano Fausto Reinaga, que inspirado em suas leituras de Fanon sobre a Argélia, pensaria que esta contradição racial-colonial também atravessaria a Bolívia republicana (GAMA DA SILVA, 2016), (TICONA ALEJO, 2013).

Seguramente, com Mariátegui se pode ter acesso a uma crítica marxista mais contundente no campo da cultura nacional. Em seus escritos já estava presente a crítica ao eurocentrismo na formação intelectual das universidades, por exemplo. Além disso, o contraste à organização social mais coletiva dos indígenas aymaras e quéchuas com o individualismo do liberalismo político da República também estava presente.

A situação é, contudo, relativamente diversa naquelas sociedades americanas, tais como o México, a Guatemala e América Andina, que em tempos pré-colombianos tiveram as civilizações mais desenvolvidas do ponto de vista material. Isto ajuda a explicar o surgimento no Peru de um pensador diferente como José Carlos Mariátegui. Seu marxismo original foi, além do mais, favorecido pela influência de pensadores não deterministas, como Benedito Croce, George Sorel e o grupo do jornal turinense L'Ordine Nuovo (RICUPERO, 2000, p.67).

Esse trecho traz uma curiosidade biográfica importante. Mariátegui esteve em Turim à época das ocupações de fábrica dirigidas pelo Partido Comunista e formuladas por Antonio Gramsci. O jornal L'Ordine Nuovo tinha o sardo por editor-chefe. Portanto, é bem provável que Gramsci e Mariátegui tenham mantido contato durante essa viagem, o que levanta novas hipóteses sobre a circulação das ideias marxistas no mundo nesse período, talvez não restritas ao pensamento de Lênin, Trótsky e Stálin. Com a leitura de Poulantzas, encontramos coincidências também no debate marxista austro-húngaro e aquele realizado no Peru e na Bolívia:

A segunda indicação, relacionada à primeira, diz respeito à dissociação, no próprio quadro do capitalismo, entre o Estado e a nação. A ideia que se firma progressivamente, sobretudo com as discussões referentes às análises do austro-marxismo (O.Bauer, K. Renner, etc.), é de que, mesmo no quadro do Estado nacional, o Estado não poderia encobrir exhaustivamente a nação: um único e mesmo Estado capitalista pode compreender em seu quadro várias nações (era o caso do Estado multinacional austro-húngaro) (POULANTZAS, 1980, p.106).

Poulantzas apresenta essa característica como uma possível divergência entre Lênin e Otto Bauer. Contudo, o que temos como registro histórico é que a ideia de uma sociedade “multinacional” teria chegado a Peru e Bolívia por meio da própria III Internacional, inclusive comparando essa conjuntura étnico-cultural desses países com a própria União Soviética (GALINDO, 1980).

Já em Gramsci, a questão nacional se apresenta como a “questão meridional” da Itália, onde os intelectuais, particularmente, cumprem um papel especial na composição da ordem política. Disputar os intelectuais politicamente cumpriria um papel fundamental para o proletariado na sua luta por hegemonia, especialmente por conta da influência que tinham sobre os camponeses:

Ele chega a esta conclusão por meio de uma análise da 'estrutura social italiana'. 'As relações entre indústria e agricultura – lê-se no item 8 das Teses -, que são essenciais para a vida econômica de um país e para a determinação de suas superestruturas políticas, têm na Itália uma base territorial'. A análise da composição de classe da formação nacional não é de caráter sociológico, mas abrange o conjunto das relações entre os grupos sociais e baseia-se no modo pelo qual a burguesia financeira e industrial exercera a direção da sociedade e do Estado a partir da unidade. Ela se caracterizava por um 'compromisso' entre as diversas frações da burguesia industrial concentrada no Norte, e entre seu conjunto e a burguesia agrária, à custa principalmente dos camponeses meridionais. O Sul, portanto, assumira o caráter de colônia interna, tornando permanentemente precária a 'unidade da nação' na medida em que a exploração econômica e a opressão política se unem para fazer da população trabalhadora do Sul uma força continuamente mobilizada contra o Estado (VACCA, 2016, p.77).

Se na primeira metade do século XX as ideias de Gramsci estiveram limitadas em termos de circulação na América Latina - as primeiras traduções viriam décadas depois -, a forma como debate a luta política a partir da composição da hegemonia, ou seja, considerando mais as outras classes e grupos sociais além da burguesia e do proletariado, foi de grande inspiração para alguns dos autores que aqui pesquisamos, como foi o caso de René Zavaleta ao formular a sua *formación abigarrada*; de Luís Tapia e suas reflexões sobre a sociedade civil boliviana e de Álvaro García Linera na questão nacional/plurinacional no país; de Tarso Genro e sua proposta de ocupação do Estado.

Gramsci pretendia esclarecer assim que o grau de interdependência alcançado pela economia mundial, os corpos intermediários em que se articulava a sociedade civil e o desenvolvimento dos aparelhos estatais complexos impunham a todos os protagonistas da luta política nacionalizarem-se, isto é, aspirar a dirigir toda a sociedade e a ser legitimados não só pelos grupos sociais representados, mas também, em medida variável, pelos grupos adversários. O desenvolvimento nacional e a política de alianças, pois, tornaram-se os terrenos decisivos (VACCA, 2016, p.296).

Metodologia e conceitos centrais esclarecidos, passamos agora a analisar cada um dos períodos nos capítulos que se seguem.

CAPÍTULO II

A REDEMOCRATIZAÇÃO

O primeiro período a ser apreciado é o da redemocratização em ambos os países. Por redemocratização compreendemos o processo de lutas políticas populares que engloba a anistia de militantes opositores aos regimes militares na América Latina até a realização das primeiras eleições diretas, processo que se deu entre meados dos anos 1970 e meados dos anos 1980. A disputa do conteúdo da palavra “democracia” marcou os debates da esquerda na época, bem como a proximidade com as ideias socialistas exigiam uma reflexão sobre como deveria ser o socialismo na região, o que vinha carregado de balanços críticos sobre a experiência soviética.

2.1 As críticas ao “Estado Novo” e ao “Estado de 52”

O período referente às ditaduras militares na América Latina se deu posteriormente a um ciclo de governos desenvolvimentistas na região, cujas políticas de industrialização e valorização do mercado interno foram de amplo estudo dos intelectuais da CEPAL, já mencionados anteriormente.

No Brasil este ciclo teria se iniciado com a Revolução de 1930 e a instauração do “Estado Novo”. O processo foi liderado principalmente pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), cuja principal liderança foi o ex-presidente da República, Getúlio Vargas. Este período ficaria conhecido como trabalhismo, quando o país atravessou forte industrialização liderada pelo Estado e com o apoio do sindicalismo oficial, que garantiu base de sustentação na classe trabalhadora para a implementação de tais políticas. Essa política visava superar o poder oligárquico e sua visão hegemônica, na qual o potencial brasileiro seria a agricultura de exportação, que até então era entendida como a vocação nacional.

O processo de derrota da oligarquia na Bolívia apresenta algumas convergências e divergências que se fazem importante destacar. Primeiramente, o período nacional-desenvolvimentista foi mais curto, uma vez que teve início mais de 20 anos depois, no episódio conhecido como a Revolução de 1952 e, fim também em 1964 com o golpe militar, assim como no Brasil. Tratou-se de um movimento histórico bem mais radicalizado, onde predominou a luta armada como tática de contestação ao monopólio do

latifúndio sobre o poder político e econômico. Assim, o questionamento à propriedade privada é um elemento significativo, decorrendo em um amplo processo de reforma agrária na região do Trópico de Cochabamba, tema que no Brasil permanece um tabu.

Todavia, a direção revolucionária deu fortes contornos nacionalistas, e não propriamente socialistas, ao processo. O MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), que tinha a liderança do movimento mineiro boliviano, havia ganhado as eleições presidenciais em 1949, porém esta vitória não foi reconhecida pelo poder estabelecido, o que desencadearia o processo revolucionário. As políticas que se sucederam nos governos revolucionários visavam também a unificação territorial e cultural do país e, foi o sindicato a instituição a promover a cidadania boliviana, com pretensões homogeneizantes:

Em um sentido, o sindicalismo é o principal meio de exercício do novo status cidadão adquirido pelo campesinado-índio depois da revolução. Mas em outro sentido – particularmente evidente em zonas como o Norte de Potosí – não é senão a prolongação dos seculares esforços civilizadores impostos pela casta criolla dominante à massa índia colonizada (CUSICANQUI, 2010, p.165) (Tradução livre).

Assim, a reforma agrária realizada nos governos do MNR reconhecia apenas títulos individuais de terra, e a estrutura por meio da qual se poderia garantir o acesso à terra era o sindicato, e não a comunidade indígena. Com isto, os nacionalistas revolucionários visavam criar o átomo político da nação: o cidadão boliviano, que por sua vez, não podia considerar a diversidade das formas de existência.

Em reação a estas políticas surgiria a corrente política indianista, cujo principal intelectual e dirigente político foi Fausto Reinaga. Advogado e deputado, Reinaga teve atuação anterior no próprio nacionalismo revolucionário, porém adotaria uma postura crítica às políticas do chamado “Estado de 52”. Dizia ele que não havia apenas uma nação boliviana, como queria a “elite branco-mestiça”, mas também a “Nação Índia” e, portanto, a realidade do país era marcada pela luta entre estas “Duas Bolívias” (REINAGA, 2010).

No caso brasileiro, a despeito das múltiplas identidades regionais, da presença de imigrantes falantes de diversas línguas, além da composição étnica ainda mais diversa no cenário indígena em relação à Bolívia, e da questão racial relacionada à condição do negro na sociedade, as elites nacionais aparentemente produziram um discurso oficial mais eficiente de “povo uno”.

Por outro lado, a crítica à relação entre Estado e classe trabalhadora, com a imagem de subserviência da última em relação ao primeiro, seria um componente fundamental da esquerda articulada na segunda metade do século XX. Segundo Montenegro, este

raciocínio seria muito influente nos estudos sobre a classe trabalhadora brasileira, sindicalismo e Estado, no que ficou conhecido como a teoria do populismo, e também seria fundamental à formação de uma identidade petista :

A singularidade do caso de Weffort é facilmente compreensível: suas análises do período histórico que vai de 1930 a 1964, bem como suas reflexões acerca da necessidade de emergência da classe operária como ator social e político autônomo com relação ao Estado e aos partidos tradicionais da esquerda, apresentavam uma impressionante afinidade com a imagem que os dirigentes do *novo sindicalismo* viriam a construir de si mesmos e de seu papel histórico. A ampla influência das teses de Weffort junto à intelectualidade brasileira nos anos 70 e 80 contribuiu decisivamente para que a construção de uma *narrativa* da história do movimento operário brasileiro que atribuía ao PT o papel de agente mais importante para a superação da herança populista (MONTENEGRO, 2009, p.142-143).

Assim sendo, a vocação do petismo seria superar o sindicalismo do período *populista*. Como se pode perceber, se no caso boliviano predomina a crítica de caráter étnico/nacional ao sindicalismo que se formava, no caso brasileiro o destaque era para a necessidade de independência de classe – aspecto este que também apareceria no discurso indianista, mas principalmente no katarista.

Se esta esquerda nascente na segunda metade do século XX se explicava por uma crítica às políticas nacionalistas no campo da disputa do Estado, também tinham seus concorrentes na esfera da disputa na base da sociedade. Assim, em ambos os casos, há um questionamento ao marxismo inspirado na União Soviética, de diferentes tons. No entanto, é comum a crítica à colaboração com os regimes nacionalistas e a atuação acrítica nesta estrutura sindical.

No campo teórico, na Bolívia se questionou um dos pilares dessa matriz, na qual o proletariado é a vanguarda do processo político. Inspirados no marxismo indo-americano de José Carlos Mariátegui, estes indígenas-camponeses acreditavam que os setores branco-mestiços de classe média não poderiam conduzir um processo de “revolução democrático-burguesa”, já que somente os indígenas poderiam liderar a luta por descolonização, onde eles próprios fossem incluídos na nação e nas políticas de Estado, com base em suas organizações originárias (*ayllus*) (ESCÁRZAGA, 2012).

No caso de Reinaga, Escárzaga entende que se trata mesmo de um anti-marxismo, independentemente de que vertente se esteja tratando. É conhecida a passagem que diz que o índio deve “tirar Marx e Cristo da cabeça” no seu processo de descolonização (REINAGA, 2010). No entanto, nos anos 1970 se formariam outras correntes que

reivindicavam um desenvolvimento da teoria de Reinaga, no universo do chamado katarismo. Entre os kataristas se desenvolveu a ideia de que era preciso analisar a política sob a lógica da *doble mirada*: o olhar da classe e o olhar da etnia. Estas correntes, através de seus manifestos e teses, diriam que a Bolívia vive a situação de um capitalismo colonial⁴, onde o indígena é dominado como classe camponesa e como nações originárias não reconhecidas. Desta forma, não haviam mais “duas Bolívias”, mas várias nações originárias, o que faria da Bolívia plurinacional⁵.

No caso petista, a crítica à ideia de revolução democrático-burguesa também aparece, já que os trabalhadores não precisariam cumprir etapas em sua luta. Também surge a ideia de defesa de um “socialismo democrático” (SINGER, 2020), (POCHMANN, 2016), (DIRCEU, 2020). Para Secco:

Outro fator, localizado na origem do PT, foi a de afastar-se a concepção democrática e popular da teoria das etapas, defendida historicamente pelo PCB e PCdoB. Mas a luta direta pelo socialismo nunca foi colocada na ordem do dia (SECCO, 2018, p.94).

De fato, a noção de “socialismo democrático” parece sugerir que há um socialismo não-democrático, apontando então para a centralidade da discussão sobre democracia. Mais uma vez não é claro como se concebe este termo. Por vezes está associado a uma ampla participação popular nas esferas decisórias, por vezes parece atravessada por critérios liberais clássicos, como “alternância de poder” (SINGER, 2020). Como conclui Secco:

Desde sua fundação, o movimento pró-PT afirmou seu compromisso inarredável com a democracia e o pluralismo: 'o PT afirma seu compromisso com a democracia plena exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia e nem democracia sem socialismo'. Mas à democracia formal se somava a democracia direta, numa ambiguidade que expressava o tensionamento interno de várias correntes petistas. Único ponto de acordo perene foi o fato de que ao PT não basta a democracia formal, cabendo estendê-la aos planos econômicos social, como declarou até mesmo Lula: “Democracia não é apenas o direito de voto. Democracia é o direito de vida.” (SECCO, 2018, p.101).

Ainda segundo Singer (2020), a ideia de socialismo democrático teve inspiração na experiência de vitória da esquerda por meio de eleições, como se deu no Chile com Salvador Allende. Para Santos (2018), é importante notar o contexto internacional no qual crescia o eurocomunismo, política de partidos comunistas da Europa Ocidental que

⁴ Argumento pode ser encontrado no Manifesto de Tiwanaku, de 1972 (CAMARGO, 2006).

⁵ II Tese da CSUTCB, de 1983 (CAMARGO, 2006).

orientavam suas atuações para as eleições.

Faz-se notar aqui a influência do artigo de Carlos Nelson Coutinho, *A Democracia como valor universal* (2014). Em diálogo com as formulações do comunista italiano Enrico Berlinguer, Coutinho defende neste artigo a conexão entre socialismo e democracia, com o objetivo de propor uma solução socialista para o Brasil da Ditadura Militar e, também, criticar a herança soviética, cujos defensores teriam uma visão da democracia como algo instrumental, tático, enquanto ele lhe atribuía um caráter estratégico, universal (SILVA, 2019). Ainda que o intelectual viesse a se filiar ao PT apenas em fins da década de 1980, Silva demonstra como a obra foi amplamente debatida à época:

Este texto pode ser interpretado, nas palavras de Pécaut (1990, p.193) como um dos “manifestos democráticos” que orientaram o processo de “abertura”. A centralidade do mesmo nos debates políticos e intelectuais de fins da década de 1970 e década de 1980 tem sido destacada tanto por integrantes do meio acadêmico quanto do espaço político (...) Lucca-Silveira (2012) aponta a sua publicação como um “momento decisivo” em que, a despeito de não ser o início da discussão sobre a questão democrática entre os comunistas e marxistas brasileiros, marca um ponto de inflexão em que esta ganha centralidade; Napolitano (2014), por sua vez, registra o alto impacto deste texto, tanto na esquerda quanto em outros setores; Braz (2012, p.251) qualifica-o como “responsável por abrir um novo ciclo no debate da esquerda brasileira” (SILVA, 2019, s/p).

Segundo Montenegro (2009), ainda neste aspecto internacional, um elemento fundamental seria o “Maio de 68” francês, dizendo que o repúdio ao comunismo soviético havia

(...) se fortalecido junto às novas gerações de militantes como resultado dos influxos da experiência de 1968, em escala internacional. Quando da formação do PT, muitas das organizações de esquerda que correspondiam direta ou indiretamente aos grupos que haviam vivido a luta armada e muitos dos militantes egressos daquele período e que já não atuavam em qualquer grupo encontravam-se bastante marcados pela cultura política de 68 francês, mais fragmentária do que a tradição comunista e socialista, mais cética quanto a projetos políticos de caráter universalizante e mais refratária à forma-partido (MONTENEGRO, 2009, p.111).

Não se pode encontrar na literatura referência a influência do “68 francês” na Bolívia, no entanto é de se notar que o katarismo tenha se organizado a partir da atuação de estudantes aymaras, também em 1968 (HURTADO, 1986).

2.2 Os partidos políticos

Como vimos, estas experiências políticas inovaram também na esfera partidária.

Trabalhamos aqui com a definição de “partido-movimento”, no qual, para Guimarães (2018), a referência histórica seria o *Labour Party* inglês, antes que este passasse por um processo de maior institucionalização. Vale lembrar que o autor trata em seu trabalho do MAS, do Tekojojá e do Pachakutik, e que aqui incluímos o PT como experiência histórica de caráter semelhante.

No entanto, faz-se importante considerar a maneira como os sujeitos políticos que compuseram estas experiências percebem e formulam sua própria atuação. Como vimos, na experiência da redemocratização no Brasil e na Bolívia foi fundamental o surgimento de um sindicalismo surgido como movimento de massas, sendo no caso brasileiro predominantemente operário, e no boliviano, camponês, ainda que nas duas experiências estes setores fizeram convergir em torno de si diferentes movimentos populares.

No Brasil, as greves de trabalhadores que irradiaram do ABCD paulista para as regiões mais industrializadas do país, que tiveram seu ápice em 1978, se deram em reação ao arrocho salarial vivido pela classe operária no regime militar e, às denúncias de que o governo vinha fraudando os dados referentes à inflação há anos. Portanto, tratava-se de um movimento contra o aumento do custo de vida, e que segundo Montenegro (2009), se politizaram no decorrer das mobilizações:

A chave da leitura de Souza é a ideia de que o processo de conscientização política que levou trabalhadores de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e outros estados a decidirem pela criação de um partido político próprio não estava dado no início das mobilizações. A autora afirma que, a princípio, os sindicalistas reconheciam no Estado um árbitro até certo ponto legítimo do conflito e não questionavam, de modo geral, a ordem política estabelecida. O elemento definidor da radicalização política dos trabalhadores então mobilizados teria sido, segundo essa ótica, a atitude tomada pelo governo diante das greves (MONTENEGRO, 2009, p.23).

Para entender este contexto histórico de formação do PT, além do surgimento deste segmento sindical que viria a ser conhecido como *novo sindicalismo*, outro elemento importante foi a derrota dos grupos guerrilheiros na resistência à Ditadura. Montenegro mostra que vários destes grupos passaram por processos de autocrítica, ainda que, às vezes, no exílio, além de terem perdido gerações de dirigentes políticos:

A autocrítica dizia respeito, principalmente, à ilusão quanto à ideia de que “a ação faria organização”, ou seja, de que a luta armada produziria um amplo levante de massas que permitiria a derrubada da ditadura. As implicações da autocrítica, a depender de cada grupo, seriam variadas, mas a rejeição à luta armada (ao menos de forma imediata) e a opção por buscar algum tipo de ação vinculada aos movimentos sociais e populares (em especial o sindical) era um elemento praticamente unânime entre os

grupos e militantes remanescentes que se mostravam dispostos a seguir na luta pela transformação do país (MONTENEGRO, 2009, p.110).

Quanto a estes grupos, muitos deles de inspiração guevarista, é interessante observar como convergiram com o novo sindicalismo na crítica ao PCB, que seria então um partido associado com o burocratismo e a conciliação com a classe dominante. O PCB nestes anos, havia optado por uma aliança com setores democratas do MDB na luta pela Anistia e pela legalidade. Destacamos a conhecida frase de Lula, principal líder sindical do país e a grande imagem deste sujeito coletivo que se formava:

Para nós, a democracia é liberdade sindical e a partir daí não tenho dúvidas de que alcançaremos uma democracia plena. Aí está a reforma do governo democratizando o país, com o fim do AI-5, com o fim do 477, que não tem nenhum interesse para a classe trabalhadora. Alguns artigos da CLT são muito mais graves para a classe trabalhadora do que o AI-5 (LULA apud MONTENEGRO, 2009, p.179).

Este trecho, além de reforçar a percepção de que o interesse da classe trabalhadora não estava localizado na política na visão de Lula naquela época, mas sim nas relações econômicas e corporativas, mostra também como a crítica à CLT como marca do Estado Novo nas relações de trabalho estava presente. Esta é uma distinção tática fundamental para com os comunistas, que viam centralidade na atuação legal e na saída da clandestinidade.

Além disso, Montenegro também vê como traço de aproximação entre os sindicalistas e os ex-guerrilheiros o que chama de *antiteoricismo* que iria compor o imaginário petista. O autor explica que isto teria por origem, para estes militantes, o *ethos guerrilheiro terceiro-mundista*, no qual a organização necessária para um levante de massas era militar, e não um partido dirigente, de vanguarda (MONTENEGRO, 2009).

Outro segmento fundamental na formação do PT seriam as organizações católicas. Estes setores, que desta vez, se engajaram na luta pela Anistia, também eram conhecidos pelo movimento contra a carestia. Medeiros (2016), mostra como a Igreja Católica teve papel fundamental ao construir pontes entre o sindicato e as comunidades. Estes segmentos teriam em comum com os sindicalistas a luta por igualdade, solidariedade e a emancipação do trabalhador, ainda que calcados numa visão de mundo articulada a partir dos problemas cotidianos (MEDEIROS, 2016, p.114).

Com os católicos, vinha também a concepção de participação das bases no processo decisório, advinda das estruturas organizativas que já possuíam anteriormente. Para Montenegro, isto resultaria numa visão de partido refratária aos mecanismos de orientação

política, e era, portanto, um elemento fundamental da cultura política petista a ideia de organização a partir das bases. O autor acredita que havia ainda uma questão estética que aproximava os fundadores do PT da Igreja Católica e os afastava do comunismo:

(...) a esquerda católica demonstrou maiores afinidades com certos segmentos da esquerda armada de inspiração guevarista, tendo se envolvido diretamente em movimentos guerrilheiros, especialmente rurais, ao redor da América Latina. No caso do Brasil, o exemplo mais evidente foi a aproximação de frades dominicanos com a ALN. A celebração da figura do herói guerrilheiro (como Guevara e Marighella), de inspiração romântica, ou a elevação do homem simples e pobre à categoria de herói (como ocorreria no período da formação das Comunidades Eclesiais de Base) configuraram uma política e uma estética mais afeitas à tradição do pensamento cristão do que o racionalismo e o realismo à Maquiavel que caracterizava, ao menos em parte, a tradição comunista partidária (MONTENEGRO, 2009, p.127).

Por último, vale resaltar o papel dos intelectuais da Universidade de São Paulo, em especial do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) na formulação do que viria a se chamar teoria do populismo. O autor cita Milton Lahuerta e sua denominação a esses intelectuais: “partido da *intelligentsia*”. Montenegro acredita que neste período, inclusive, foi forjada uma interpretação paulista do movimento operário brasileiro. Dentre tais intelectuais são mencionados Fernando Henrique Cardoso, Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, Boris Fausto, Otávio Ianni, Paul Singer, Francisco de Oliveira “e, principalmente, Francisco Weffort” (MONTENEGRO, 2009, p.145).

O autor nota que as análises produzidas por esses intelectuais vislumbravam uma valorização da sociedade civil em oposição ao Estado, sob o mote “de costas para o Estado, de frente para a sociedade civil”. Tratava-se de uma adaptação da teoria gramsciana com “acento liberal”, no que consta a recusa do Estado como regulador das relações econômicas (MONTENEGRO, 2009, p.147).

Como pudemos analisar, esta formulação corresponde com as expectativas do *novo sindicalismo*, que via na CLT um entrave para suas lutas. Outro aspecto que foi uma confluência entre estes setores é a ideia de que a democratização da sociedade se dá à medida que os trabalhadores lutam por seus interesses, estes entendidos como os de natureza econômica, imediata:

O que se percebe é que Weffort associa a democratização do movimento operário (e, por conseguinte da sociedade como um todo) à defesa de seus interesses econômicos. Em contraposição, a ação política é associada a heteronomia. Estávamos em 1974. Dentro em pouco, surgiram atores sociais dispostos a levar a cabo uma ação sindical nos moldes preconizados por Weffort em sua defesa da “democracia (MONTENEGRO, 2009, p.163).

Este aspecto também é considerado por Medeiros:

(...) Memória partidária e saber acadêmico são igualmente divididos nesses dois polos, embora seja possível afirmar que a maior parte dos balanços internos e das pesquisas universitárias reforcem a noção de que cabe ao partido expressar os interesses genuínos da classe trabalhadora, sendo minoritário, no partido e na universidade, a perspectiva crítica que questiona essa auto-construção basista e defende uma outra visão de organização partidária, mais próxima das organizações de esquerda que construíram o PT e de uma filiação teórica mais delimitada ao marxismo (MEDEIROS, 2016, p.57)..

A convergência possível entre todos estes setores (sindicalistas, católicos, intelectuais, ex-guerrilheiros) foi a lógica de “organização pela base”. Montenegro salienta, no entanto, que mais que isso, há uma intencionalidade na formação de uma cultura política *anti-estratégica*. O autor quer, com isso, a partir da tradicional discussão feita no marxismo-leninismo de tática e estratégia – a tática, em geral relacionada com as ações imediatas do partido, e a estratégia com os objetivos finais -, dizer que o PT se conformou como uma organização pautada pelos interesses imediatos da classe trabalhadora. Ainda que mostre que algumas tendências tenham pleiteado a necessidade de um programa revolucionário para o partido, o autor afirma que a disputa interna no PT era precisamente se o partido deveria ter um programa ou não, e não o conteúdo deste programa. Sobre o tema, Medeiros salienta que o tipo de construção política almejada pelo PT, qual seja, a do partido-movimento, era contraditória com o estabelecimento de um programa que orientasse a ação partidária:

Os defensores do partido dirigente afirmavam a necessidade de constituir um programa e estratégia partidários bem definidos, as quais seriam os instrumentos de intervenção do PT nos movimentos, de modo a orientar a ação coletiva da classe trabalhadora para um processo de transformações profundas da sociedade. Isso exigiria um fortalecimento de um tipo de construção partidária diferente daquele em voga no PT (MEDEIROS, 2016, p.58).

No entanto, no que tange ao caso boliviano, a formação dos partidos-movimento se dá de maneira diferente. Mostramos aqui como, no Estado de 52, desenvolveu-se uma estrutura na qual Estado e sindicato foram os eixos articuladores de uma nova ordem revolucionária. O processo dirigido por operários nacionalistas contaria, a princípio, com amplo apoio desse setor, e cisões nesse bloco hegemônico só seriam vistas mais à frente, quando os governos do MNR fariam concessões em sua política nacionalista em favorecimento do capital internacional. Por esta ocasião ex-dirigentes do MNR e da

Central Obreira Boliviana (COB), como o tradicional sindicalista Juan Lechín, se colocariam em franca oposição e, em alguns casos, liderariam ações guerrilheiras (HURTADO, 1986).

Já no caso de sua relação com o campesinato, a base de sustentação do MNR parecia mais forte. A despeito das posições de Fausto Reinaga, a maior parte dos camponeses bolivianos via-se agradecida pela política de Reforma Agrária, resultando numa espécie de apoio passivo ao governo (TICONA ALEJO, 2013)

O início do regime militar na Bolívia se daria a partir da própria crise interna do MNR. O general golpista René Barrientos havia sido um integrante das milícias revolucionárias de 1952, bem como a maior parte do exército do país. A estrutura política do Estado de 52 seria herdada, portanto, pelo regime militar, inclusive o apoio camponês, no que é conhecido pela historiografia como “Pacto Militar-Camponês” , como define Ticona Alejo:

Foi desenhado como uma estrutura institucional de enlace entre o sindicalismo campesino para-estatal e o exército, para substituir a articulação sindicato-partido-estado, vigente durante o período do MNR (TICONA ALEJO, 2013, p.39) (Tradução livre).

Contraditoriamente a isto, foi a nacionalização da educação nos governos do MNR que proporcionou o surgimento de intelectuais aymaras, que puderam assim pesquisar a trajetória política boliviana e realizar o projeto de ressignificação histórica, atribuindo centralidade ao indígena. Estes estudantes se articularam a partir de rádios comunitárias difundindo, a princípio, o pensamento de Fausto Reinaga. Dentre eles estava Jenaro Flores Santos, liderança fundamental da corrente katarista, que diz ter encontrado apenas corrupção no sindicalismo camponês a partir de sua pesquisa:

Em todo este trabalho de pesquisa, o único que vi foi a corrupção dos dirigentes, que eram servos dos patrões, dos terratenientes e recebiam coimas. Por isso se dizia que “os dirigentes são uns enganadores” porque eram servos do MNR de então, além disso, dirigentes do Pacto militar-campesino (FLORES SANTOS apud TICONA ALEJO, 2013, p. 54) (Tradução livre).

Diferentemente do indianismo de Fausto Reinaga, a corrente política que homenagearia o indígena rebelde do tempo colonial, Tupac Katari, buscava desde o princípio romper o isolamento político de seus companheiros operários, ainda que o próprio Jenaro Flores Santos houvesse passado por situações onde foi estigmatizado, dada a relação dos camponeses com os militares (HURTADO, 1986). Foi exilado do país após a

elaboração do *Manifiesto de Tiwanaku*, em 1972, quando o katarismo lançava suas ideias publicamente à sociedade boliviana.

Portanto, a inserção do katarismo no sindicalismo camponês – o que também foi um elemento distintivo para com Reinaga, que só reconhecia os *ayllus* como estrutura organizativa-, se daria apenas anos mais tarde, quando esta corrente derrotaria o sindicalismo oficial em todo o país. Este processo acompanhou também a luta por anistia de militantes e por eleições livres no país.

Em 1979, outro fato histórico faz-se fundamental: a fundação da Central Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB), que teria como primeiro secretário executivo o próprio Jenaro Flores. A central desde o princípio se reconheceria como uma das organizações filiadas à COB, realizando assim, finalmente, uma aliança operário-camponesa contra o regime militar. Como nota Hurtado:

A vigência dos organismos sindicais operários e populares urbanos e a aberta luta do katarismo com o Pacto militar-camponês por tornar dependente seu movimento do governo, criou condições sociais favoráveis para a formação de uma forte e ampla oposição democrática à ditadura (HURTADO, 1986, p.107) (Tradução livre).

Um ano antes, já havia sido formado o Movimento Revolucionário Tupac Katari (MRTK), que contava com o próprio Flores Santos, Macabeo Chila e Víctor Hugo Cárdenas, que mais à frente seria vice-presidente do país. O partido foi pensado como uma forma de dar expressão eleitoral a esse sindicalismo insurgente. Foram realizadas eleições presidenciais no mesmo ano e, até 1982, pleitos foram realizados e não reconhecidos, com sucessivos golpes militares.

Porém, qual deveria ser a opção eleitoral tomada pelos kataristas? Antecipando-se a Flores Santos e seus companheiros, havia sido fundado outro partido de linha katarista, chamado Movimento Índio Tupak Katari (MITKA), liderado por Constantino Lima, Luciano Tapia, Jaime Apaza e outros. Felipe Quispe que viria a ser um importante dirigente indígena, também iniciou sua trajetória nesta organização. Tratava-se de uma política mais próxima ao reinaguismo, e era refratária a organização de esquerda *q'ara* (termo quéchua frequentemente usado para classificar o homem branco) (CUSICANQUI, 2010).

Esta esquerda se organizava numa frente política que reunia diferentes organizações, principalmente as dissidências do MNR, mas também os comunistas do PCB (Partido Comunista Boliviano). A chamada UDP tinha uma maior viabilidade eleitoral e lançava como candidato o ex-presidente Hernán Siles Suazo, conhecido como Dr. Siles e,

viria a ser eleito, ao que se sucedeu um novo golpe militar.

Assim, neste pleito o que se passou foi que o MITKA fazia uma pressão na base para garantir o apoio de Flores Santos e Cárdenas, que, todavia, optaram pela aliança mais ampla com a UDP. Para tal se organizaram como MRTK, concebendo esta estrutura como um instrumento político dos movimentos sociais na esfera institucional. Hurtado nota que a trajetória deste instrumento político tinha grande inspiração no Partido dos Trabalhadores do Brasil:

Mas o feito fundamental é que o katarismo adota a forma de partido logo depois de haver se constituído como uma corrente sindical massiva no interior do campesinato, de tal maneira que nasce como partido já com uma ampla base social, que desde o início lhe dá o caráter de movimento nacional. Nisto é similar a muitos movimentos sociais latinoamericanos contemporâneos como o Partido dos Trabalhadores de Lula (HURTADO, 1986, p.111) (Tradução livre).

Podemos dizer que a estrutura política buscada tanto pelo MRTK quanto pelo MITKA lançariam as bases para como também se pensou o MAS nos anos 1990. Na análise de Guimarães (2018), ambos partidos eram partidos-movimento, já que conjugavam uma esfera sindical com a institucional:

Isso mostra como já existiam formas embrionárias do que viria a ser o MAS. O cerne do partido-movimento já se encontrava presente, tendo em vista a configuração social indígena-camponesa e as agências de micromobilização centradas nas comunidades rurais, nos sindicatos rurais, ou em ambos ao mesmo tempo. O MRTK e o MITKA participaram, embora de maneira frustrada, de várias eleições, no final dos anos 1980 (GUIMARÃES, 2018, p.145).

A diferença evidente é que a pluralidade de organizações e culturas políticas não convergiu, no caso boliviano, em um único partido, primeiramente. No entanto, as ações políticas, sobretudo na esfera sindical, se deram com caráter de grande unidade, o que permite falar da influência do katarismo na política boliviana de uma maneira geral.

Diferente é o caso de Fausto Reinaga, que movido por suas intensas divergências com a esquerda tradicional, acabou por apoiar o governo golpista de Carlos Meza, acreditando que o Estado poderia se indianizar através do Exército e, perdendo assim, influência no movimento indígena (ESCÁRZAGA, 2012).

A UDP venceria as eleições novamente em 1982 e o Dr. Siles seria empossado finalmente. Todavia, a experiência da UDP no governo é vista como um fracasso pela historiografia boliviana, haja vista que as dificuldades econômicas em lidar com grande inflação abriram o terreno para um neoliberalismo precoce na Bolívia, já em 1985

(MORALES, 2009).

Este episódio histórico, além de inviabilizar a esquerda como alternativa política e abrir caminho para a hegemonia neoliberal, marcou também um declínio do katarismo, que perderia força junto a base social que organizara. Muitos associam este fato com a institucionalização do MRTK, mas Hurtado (1986) nota também que este movimento foi marcado por sua característica anti-ditatorial e perdeu fôlego durante a Redemocratização.

O que vimos até aqui, portanto, foram as semelhanças presentes nos dois países no surgimento de esquerdas com características muito semelhantes, tendo pontos de partida muito similares em termos de matriz política, principalmente, ainda que a pauta étnica seja um elemento bastante distintivo da experiência boliviana. A formulação a respeito da relação entre partido e classe, ou mesmo partido e movimentos sociais, é também um elemento interessante para se conjecturar sobre uma teoria social de esquerda e latino-americano. Isto colocado, faremos agora um aprofundamento do debate sobre os programas políticos empreendidos por esses partidos-movimento.

2.3 Os programas políticos

Já foi tratado como no Partido dos Trabalhadores se desenvolveu uma hegemonia anti-estratégica (MONTENEGRO, 2009), ou um raciocínio de tipo basista contrário ao caráter dirigente (MEDEIROS, 2016). Secco (2018), relaciona isso à formação e o domínio da tendência “Articulação dos 113”, que “aliava o pragmatismo das lutas concretas com uma vaga definição socialista sempre defendendo o caráter de massas e democrático desse socialismo” (SECCO, 2018, p.123). Esta tendência interna era composta, em sua grande maioria, pelos denominados sindicalistas autônomos, que eram precisamente aqueles advindos do novo sindicalismo. Ao mesmo tempo, o autor mostra que a mesma corrente se pautava por um “basismo anti-intelectual”, mesmo que desde o princípio tivesse atraído muitos intelectuais. Nas palavras do autor:

Um documento de 1981 dirigido aos membros dos agrupamentos clandestinos dizia: “Que ingressem no partido que a classe operária, ela mesmo está organizando, tudo bem. Serão todos bem recebidos. Mas não o façam como donos da verdade, ditadores de regras para as massas.” (SECCO, 2018, p.94-95).

No entanto, como vimos em Montenegro, a questão é mais complexa, pois diversas matrizes contribuíram para a definição anti-estratégica do PT, opondo-se a isto principalmente as correntes trotskistas. Faz-se interessante aprofundar a teoria do

populismo, compreendendo-a como uma possível síntese dessas diversas matrizes:

Podemos dizer, buscando identificar o núcleo de preocupações comum aos autores que o utilizaram, que a interpretação centrada nesse conceito lê o período democrático que vai de 1945 a 1964 como sendo caracterizado pela predominância de uma relação entre Estado e classe trabalhadora marcada pela manipulação desta última, em prol de interesses que lhe são alheios. Vários são os agentes dessa manipulação, todos identificados em alguma medida com o Estado, mas há um destaque para a figura do líder carismático, especialmente nos governos de Vargas. Constituía-se, dessa forma, uma relação de heteronomia, na qual a classe operária se apresentava no cenário político de forma subordinada (MONTENEGRO, 2009, p.144).

Assim, na visão destes intelectuais, o populismo significaria o ingresso das massas na política sob a tutela do Estado. Assim, no contexto de implementação das políticas populistas, haveria, por parte dessas massas, uma forma de enxergar demandas populares não como necessidades coletivas, de classe, mas como apelos individuais a um líder e, quando atendidas, são enxergadas como uma doação deste mesmo líder (MONTENEGRO, 2009).

Montenegro argumenta ainda que Weffort, - segundo ele, o principal intelectual desta corrente -, se opunha a ideia de um projeto universal e, afirmava que era necessário que o partido que estava sendo criado se engajasse na representação direta dos interesses dos trabalhadores:

Surge aí com toda a força a ideia de que a autonomia afetiva do movimento operário se expressa antes por uma ação de defesa de seus interesses econômico-corporativos ('subordinados a uma concepção da construção da democracia no país') do que pela circulação político-ideológica a um projeto que transcenda a esfera particular de sua ação. É utilização do léxico gramsciano com valorização invertida: confere-se um caráter positivo à afirmação do econômico-corporativo e rejeita-se a política, em seu sentido de esfera em que se manifesta o projeto universal, por considerá-la de deturpadora dos reais interesses da classe operária (MONTENEGRO, 2009, p.162).

Já sobre a face católica do PT nesse período, Montenegro, analisando a formulação de Frei Betto sobre a prática política dos agentes pastorais nas “Comunidades Eclesiais de Base” (CEBs), mostra que o autor tem por esforço negar o papel dirigente deles. Os agentes pastorais seriam assim “assessores”, afirmando que o povo deve ser sujeito de sua história. No mesmo trecho, Betto se opõe aos “elitistas, academicistas, os populistas e os vanguardistas”, o que na visão de Montenegro seria uma clara crítica aos intelectuais, à esquerda tradicional e aos populistas (MONTENEGRO, 2009, p. 131).

Por outro lado, levando isto em consideração, seria impreciso dizer que não há um

programa de sociedade no Partido dos Trabalhadores nesta fase, mas dada tamanha indefinição e omissão do que seria tal programa, poderíamos dizer que há um programa não-dito, implícito, que conjuga o atendimento aos interesses imediatos da classe trabalhadora como horizonte final partidário, somado a um debate anti-estatal de caráter proto-liberal. É um princípio também a noção de que os trabalhadores devem atuar com independência de classe.

Este último aspecto também pode ser encontrado na articulação do sindicalismo katarista, em sua crítica ao Pacto Militar-Camponês. Pode ser visto algo bem semelhante, já que a então cúpula dirigente camponesa era vista por esse sindicalismo insurgente como oficialista, atrelada ao Estado. Por outro lado, não se trata de uma recusa ao Estado como princípio teórico, mas que se questiona é precisamente o caráter do Estado naquele momento: opressor das nações originárias indígenas; subserviente à política estadunidense; explorador da mão-de-obra camponesa. Neste sentido, o que se almejava com a luta sindical não era propriamente que o Estado não interviesse nas relações de trabalho, mas sim buscar o reconhecimento da Bolívia como sociedade plurinacional, com orientação anticapitalista:

Definidos os princípios kataristas, em outubro de 1973 começam a se expressar duas tendências ideológicas diferenciadas ao interior do movimento: a corrente indianista que postula como sujeito ao índio, prioriza o aspecto étnico sobre o classista e recebe apoio de organizações indigenistas internacionais. A corrente classista postula ao camponês como o sujeito, combinando a visão de classe e a étnica, utilizando mais o conceito camponês, porém enfatizando seu caráter cultural específico (...) (ESCÁRZAGA, 2012, p.197) (Tradução livre).

Como se pode notar, neste caso não se trata de uma indefinição estratégica, mas sim de uma pluralidade de estratégias, que, todavia também não caminharam para a elaboração de um programa monolítico, como se pode perceber na tradição marxista-leninista do partido dirigente. O intenso debate entre as concepções do indianismo e do katarismo fizeram parte das mobilizações alcançadas por esses setores.

Apesar de não convergirem programaticamente e mesmo em um único partido, as divergências colocadas não os fizeram abrir mão de espaços comuns do fazer político. O locus da atuação do indígena, que era uma polêmica desde 1952, ou seja, se estes indígenas devem se organizar no *ayllu* ou no sindicato, encontrou no programa da *doble mirada* uma forma de construir um sujeito político contra-hegemônico:

Por debaixo de sua forma sindical imposta com a reforma agrária de 1953, funcionam os sistemas de autoridade tradicionais que persistem nos distintos âmbitos regionais com diversos nomes. Nos espaços com

predomínio do sistema de ayllus se recompõem esses sistemas de autoridade, às vezes enfrentados a estrutura sindical e às vezes em harmonia e dividindo con ellos atribuições.(...) A ação katarista amplia assim seus espaços e capacidade política, afirmando um sentido próprio do político que combina a lógica comunal com a sindical (ESCÁRZAGA, 2012, p.199) (Tradução livre).

Feito este balanço a respeito do contexto histórico em que se conformaram as ideias políticas da esquerda nesse período, passamos agora à análise textual das ideias aqui mapeadas.

2.4 A contribuição intelectual

2.4.1 A questão democrática

Faz-se interessante abordar o tema a partir da análise das obras *O Populismo na Política Brasileira* de Francisco Weffort (1980), *A democracia como valor universal* de Carlos Nelson Coutinho (2014) e *Las masas en Noviembre* (2009) de René Zavaleta Mercado, exemplares de um tipo de visão sobre democracia que se formou na América Latina junto à esquerda e aos movimentos sociais.

Para pensar a questão democrática na América Latina deve-se levar em conta o contexto histórico no qual se buscava superar, em escala regional: regimes militares que empregaram a perseguição política a opositores, com práticas de tortura e extermínio, a fim de impedir a participação popular nos processos decisórios de seus respectivos países. Estes regimes contavam com apoio internacional, em particular do governo dos Estados Unidos da América, que visava conter possíveis processos de radicalização na região, tendo em vista o conflito geopolítico da Guerra Fria.

Um exemplo importante é o tema do sufrágio universal. No senso comum, muitas vezes se reduz a democracia à participação eleitoral, ou seja, à possibilidade geral de se candidatar a cargos públicos e a votar em representantes políticos. Chama a atenção que em nenhum dos autores analisados a democracia esteja restrita à dinâmica eleitoral, ainda que, evidentemente, seja considerada fundamental, assim como o direito de fazer oposição.

Sobre este último aspecto está a ênfase dos autores. Fazer oposição, e não somente no parlamento, mas nas ruas, nos bairros nas associações populares, ou seja, a política feita *desde abaixo*, com independência. Este é o objeto principal de Francisco Weffort, que vê

na falta de independência política da classe trabalhadora o principal entrave democrático no Brasil. Critica a tendência ao individualismo presente na política brasileira, que reduz a democracia ao sufrágio: “Pelo contrário, na ausência de partidos eficientes, o sufrágio tende a transformar a relação política numa relação entre indivíduos” (WEFFORT, 1980, p.20).

A crítica de Weffort não se restringe ao período militar. O autor diz que, desde a Revolução de 1930, se formou no Brasil uma estrutura política na qual as associações populares se converteram em correias de transmissão do Estado, e passaram a ser dependentes das políticas governamentais. Portanto, o que se convencionou chamar de “teoria do populismo”, passa justamente por perceber a dinâmica da relação entre Estado e classes sociais no Brasil. Para o autor, essa estrutura política foi a base para o desenvolvimento da indústria no Brasil, que era, na visão do populismo, o caminho para o progresso nacional. Segundo o autor, seriam características do populismo:

1- massificação” provocada pela proletarização de amplas camadas de uma sociedade em desenvolvimento que desvincula os indivíduos de seus quadros sociais de origem e os reúne na “massa”(…) 2 - perda da representatividade da “classe dirigente” - e, em consequência, de sua exemplaridade - que, assim, se transforma em “dominante”, parasitária; 3 - aliadas estas duas condições à presença de um líder dotado de carisma de massas, teríamos todas as possibilidades de que o populismo se constitua e alcance ampla significação social (WEFFORT, 1980, p.26).

Portanto, para o autor, formou-se uma estrutura de incorporação das massas ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro, por meio do carisma do líder, que fala em nome das massas e enuncia seus desejos. Esta chave interpretativa também é comum a Carlos Nelson Coutinho que, acionando o conceito de “via prussiana” de Lênin, nota que as transformações sociais e políticas no Brasil sempre se deram

(...) através da conciliação entre frações das classes dominantes, de medidas aplicadas de “cima para baixo” com a conservação essencial nas relações de produção atrasadas (o latifúndio) e com a reprodução (ampliada) da dependência ao capitalismo internacional (COUTINHO, 2014, p.8).

Contudo, Weffort nota que, contraditoriamente, há certa influência passiva das massas no processo decisório no período populista:

Por força das transformações sociais e econômicas que se associam ao desenvolvimento do capitalismo industrial e que assumem um ritmo mais intenso a partir de 1930, a democracia defronta-se, apenas começa a instaurar-se no após-guerra, com a tarefa trágica de toda democracia

burguesa: a incorporação das massas populares ao processo político. O crescimento das cidades e do proletariado lança à vida política amplos contingentes da população e o processo de absorção das massas passa a constituir uma dimensão política essencial do novo período. Se conseguirmos, no exame dos acontecimentos, ir além das sugestões ilusórias do detalhe, encontraremos a pressão crescente das massas sobre a estrutura do Estado como uma das condições decisivas da crise desta fase (WEFFORT, 1980, p.17).

Portanto, ainda que acredite que a política realizada no período populista fosse insuficiente do ponto de vista dos objetivos da classe trabalhadora, Weffort entende que o golpe de 1964 teve por objetivo conter a influência popular na esfera decisória, reprimindo as associações da sociedade civil e marginalizando a esquerda e a oposição partidária. O autor entende que a “democracia brasileira vinha progressivamente deixando de ser a mera formalidade, como o fora antes de 1930, que apenas consagrava os ajustes de interesse entre os grupos dominantes” (WEFFORT, 1980, p. 22). Este trecho é bem ilustrativo da concepção de democracia do autor, fortemente ligada à ideia de participação ativa da classe trabalhadora na política institucional.

Concepção bastante semelhante é encontrada em Coutinho. O autor resgata o debate sobre socialismo e democracia presente nos clássicos do marxismo, para fundar um debate sobre democracia no Brasil que vá além dos parâmetros colocados pelo liberalismo. Neste sentido, o conceito de hegemonia é fundamental para entender o papel das classes sociais no contexto democrático. Diz ele:

Isso não significa, decerto, que a democracia socialista (...) possa ser vista como uma simples continuação da democracia liberal tal como esta foi concebida pelos teóricos do século XVIII (Locke, Montesquieu e etc) (...) a democracia política no socialismo pressupõe a criação (e/ou mudança de função) de novos institutos políticos que não existem, ou existem apenas embrionariamente, na democracia liberal clássica (COUTINHO, 2014, p.4-5).

Tais institutos se referem, precisamente, à articulação de trabalhadores na esfera da sociedade civil, que uma vez instaurada a democracia socialista, ganhariam ares oficiais. Os trabalhadores, portanto, teriam a hegemonia nesta nova ordem. O autor deixa claro também, que esta concepção se trata de uma alternativa ao modelo soviético, já que a resistência ao mesmo seria consenso no marxismo ocidental. É citado no texto a célebre frase de Enrico Berlinguer, dirigente comunista italiano: “A democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é obrigado a retroceder, mas é também o valor

historicamente universal sobre o qual fundar uma original sociedade socialista” (BERLINGUER apud COUTINHO, 2014, p.1).

O debate a respeito do pensamento de Berlinguer deixa clara sua referência ao eurocomunismo, tendência dos partidos comunistas da Europa Ocidental, que viriam a sofrer duras críticas das esquerdas de inspiração soviética, justamente no que diz respeito a uma tática de priorização de disputa do sufrágio e composição de governos de frente ampla no contexto do modo de produção capitalista. Esta crítica se reverberou na produção de Coutinho também, ainda que ele seja enfático na distinção que faz entre democracia liberal e democracia socialista. Vejamos de que forma:

A ideia dessa articulação entre democracia representativa e democracia direta já faz parte do patrimônio teórico do marxismo (...) É nossa convicção que a democracia de massas (a expressão é de Ingrao) que deve servir de superestrutura à transição para, e à construção de, uma sociedade socialista tem de surgir dessa articulação entre as formas de representação tradicionais e os organismos de democracia direta; essa articulação, como dissemos, deve promover a síntese de vários sujeitos políticos empenhados na transformação social - uma síntese que respeitada a autonomia e o pluralismo dos movimentos de base - seja a portadora da hegemonia dos trabalhadores sobre o governo da sociedade como um todo. O que se propõe em outras palavras é a constituição do “autogoverno dos produtores associados”, a que se referiam Marx e Lênin (COUTINHO, 2014, p.6).

Portanto, a concepção de democracia de Coutinho seria como uma soma da democracia representativa com a democracia direta, aquela exercida na prática política da classe trabalhadora. Examinando a história da discussão sobre democracia na Bolívia, Zavaleta Mercado defende uma visão parecida com a de Weffort e Coutinho, dizendo que a democracia deve ser entendida como a “autodeterminação das massas”. Para ele não há democracia sem consenso operário, e esse deve ser o parâmetro para considerar determinado projeto democrático ou não (ZAVALETA MERCADO, 2009). Em termos de teoria política, é interessante notar que o parâmetro principal para pensar a representação nesses autores é a dinâmica da sociedade civil e, menos, a ideia de um cheque em branco entregue a representantes eleitos.

Mais adiante, contudo, Coutinho afirma que para aquele momento da luta política no Brasil, a questão das liberdades político-formais era o tema mais urgente e que unificava a todos os opositoristas. Esta noção, que implica numa percepção de etapas da luta política, juntamente com a referência ao eurocomunismo, pode ter aberto margem às críticas efetuadas por outros marxistas. O mais interessante, é que esta interpretação que

parece considerar o argumento apenas parcialmente, também foi feita por parte dos entusiastas deste texto de Coutinho, que utilizaram esta leitura para fomentar uma prática política voltada para a disputa eleitoral, exigindo que o próprio autor se dedicasse diversas vezes a defender o que seria a interpretação legítima da obra (SILVA, 2019).

Outro elemento fundamental para entender a concepção de democracia socialista em Coutinho é a ideia de pluralismo. Para o autor, a hegemonia da classe trabalhadora não seria sinônimo de homogeneização, podendo haver divergências sobre diversos assuntos concretos, e nisto mais uma vez critica o modelo soviético:

A pluralidade de sujeitos políticos, a autonomia dos movimentos de massa (da sociedade civil) em relação ao Estado, a liberdade de organização, a legitimação da hegemonia através da obtenção do consenso majoritário: todas essas conquistas democráticas, portanto, continuam a ter pleno valor numa sociedade socialista (COUTINHO, 2014, p.4).

Esta ênfase na pluralidade no pensar o socialismo o aproxima de Zavaleta Mercado, mas apenas parcialmente. O último considera como base de seu pensamento a pluralidade da sociedade boliviana, levando em consideração a diversidade étnica. Aqui é importante ressaltar a diferença do boliviano para os autores brasileiros, que em nenhum momento tratam desta questão com olhar político. A explicação para isto pode estar na própria dinâmica da luta política nos dois países: no Brasil, ainda que a diversidade cultural e social seja flagrante, ela não teve êxito, ao menos até o tempo em que viveram esses autores, em se colocar com centralidade no debate político do país. O mesmo não pode ser dito da Bolívia, onde a questão indígena se tornou o centro dos repertórios de contestação à ordem pública.

Assim sendo, o problema da democracia na Bolívia é colocado sob o prisma do que o autor chama de formação social abigarrada. Para ele, a Bolívia, abrigando em seu território diversos povos, línguas e temporalidades distintas, cria obstáculos ao que chama de vontade geral por meio do sufrágio. A questão é tratada em perspectiva gramsciana, uma vez que tal vontade geral se funda na ação política reivindicativa, sendo a atuação política das classes subalternas a própria medida da democracia, uma vez que o diverso se une na crise. Vejamos como o autor considera a formação abigarrada boliviana:

Temos, por exemplo, um estrato, o principal, que provém da construção da agricultura andina, ou seja, da formação do espaço; temos, por outro lado (...) o que resulta do epicentro potosino, que é o maior caso de descampesinização colonial; verdadeiras densidades temporais

mescladas, não apenas entre si dos modos mais variados, mas também com o particularismo de cada região, porque aqui cada vale é uma pátria, em um composto no qual cada povo veste, canta, come e produz de um modo particular e todos falam línguas e sotaques diferentes sem que, nem uns, nem outros possam se chamar por um instante a língua universal de todos. Em meio à tal coisa, quem poderia atrever-se a sustentar que essa desagregação tão heterogênea pudesse concluir no exercício de uma quantificação uniforme do poder?(ZAVALETA MERCADO, 2009, p.214) (Tradução livre).

Portanto, o que está sendo questionado pelo autor é a perspectiva de que a Bolívia possa ser considerada apenas uma comunidade de iguais, portanto, uma nação nos termos clássicos do liberalismo, como uma reunião de cidadãos, pensados de maneira homogênea (ANDERSON, 2008). A composição da ordem política precisa levar em conta a pluralidade de sujeitos que compõem o país. Nas palavras do autor, a história boliviana desmente a tese do advento do “eu”, onde a igualdade se mede por cidadania, na qual o capitalismo proveria democratização social acompanhado de democratização política por meio da democracia representativa:

Seria um erro sustentar que existe uma tradição democrática (no sentido representativo) entre as massas bolivianas (...) Tal como se diz: por quê, aos olhos populares, é tão claro que o ano de Torres foi democrático? Porque nele existiu liberdade operária. Com Torres, que não fez eleições nem pensou nelas, e não com Barrientos, que sim as fez⁶. As horas democráticas são, para as massas e sua memória, Busch, Villarreal, ditadores ambos, ou ao menos governos de fato que, de maneira significativa, resolveu ser o MNR em 1952; o MNR que, ainda que fundasse sua legitimidade na vitória nas urnas, jogou fora tudo o que não fora seu próprio poder depois da vitória armada, sobretudo o parlamento que, havendo sido eleito junto ao MNR, foi deslegitimado por um ato de massas⁷. Há toda uma literatura para manifestar este desprezo popular pelo que se chamou, com um gracejo próprio, a democracia huayraleva⁸ (ZAVALETA MERCADO, 2009, p.241-242). (Tradução livre).

Como se pode notar, o autor demonstra uma posição mais radical em relação à democracia representativa que Coutinho. Para ele, a luta por “liberdades formais”, por exemplo, não se coloca como uma etapa numa escala de democratização. O autor

⁶ René Barrientos, apesar de eleito, foi o primeiro presidente da ditadura militar na Bolívia, aplicando um golpe de Estado no país. É conhecido pela forte repressão ao movimento operário, que era a principal oposição ao seu governo. Governou a Bolívia entre 1964 e 1969. Já Juan José Torres foi também um presidente militar, que efetuou um golpe dentro do golpe e governou entre 1970 e 1971. Buscou maior proximidade com os trabalhadores.

⁷ O MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário) venceu as eleições na Bolívia em 1949, mas não foi empossado pelo parlamento. Após esses acontecimentos se desencadeou o processo revolucionário conhecido como Revolução de 1952, empossando o partido neste ano.

⁸ Na nota 91, o autor explica que huayraleva significa “leva ao vento”, e foi uma forma do jornal La Calle ridicularizar a democracia restrita a cavalheiros, referindo-se a como era limitado o acesso à cidadania.

considera mesmo que democracia se trata de outro assunto, que não a fórmula liberal, a questionando em todos os seus parâmetros e a contrastando com a realidade boliviana. Assim, apesar de convergirem na ideia de que o pluralismo é fundamental a uma sociedade socialista e democrática, Zavaleta Mercado radicaliza esse pluralismo em sua dimensão étnica, dizendo que é necessário uma nova ordem política, baseada em parâmetros populares.

2.4.2 A questão nacional

Apesar da visão de nação e de povo estarem ligados ao que se concebe como indígena, Zavaleta Mercado não rompe com o “nacional-popular”, como faz Weffort. Ao contrário, sua ascensão na arena pública boliviana se dá com a militância no nacionalismo revolucionário do MNR, tendo sido inclusive ministro em seus governos. Intérpretes falam em diversas fases de seu pensamento, e notam que no período em que escreveu o texto aqui analisado, *Las Masas en Noviembre* (2009), já não compunha mais o nacionalismo revolucionário, mas sim defenderia um “marxismo crítico” de tom gramsciano (ANTEZANA, 2009). Porém, é de se notar que mesmo no seu diálogo com Gramsci, Zavaleta Mercado está buscando o tipo de análise que o sardo faz da questão nacional na Itália, tentando compreender a dinâmica das classes na disputa pela hegemonia nacional, ou como faz em *Lo nacional-popular en Bolivia* (1986), - texto que discutiremos em seguida - , discorrendo sobre o papel dos intelectuais e sua produção ideológica no país.

De toda maneira, sua compreensão do que seriam os entraves da nação boliviana parte de uma crítica ao que foi estabelecido por décadas pelos pensadores da elite oligárquica. Ele próprio afirma que seu objeto de pesquisa é entender a conexão entre “o que Weber chamou de democratização social e a forma estatal”, que para ele significa a formação do “nacional-popular” (ZAVALETA MERCADO, 1986, p.9).

Portanto, o autor denuncia a ideologia nacionalista do período oligárquico, chamando atenção para o darwinismo social e o racismo como seus pilares:

Era uma espécie de esquizofrenia (enquanto ‘dissociação mental, quer dizer, alucinações, ilusões fantásticas e vida emotiva desorganizada, junto com uma consistência intelectual relativa’) porque nesta desordenada apologia do branco e ao fundar a viabilidade da Bolívia no branco estava sustentando a melhor viabilidade dos vizinhos que se haviam mostrado anti-bolivianos quase todos, com o qual sem dúvida se davam os

argumentos que necessitava o inimigo (ZAVALETA MERCADO, 1986, p. 193) (Tradução livre).

Nesse trecho, Zavaleta Mercado está criticando o "pan europeísmo" presente na concepção de nação desenvolvida no período oligárquico. Segundo ele, isto significava uma negação do próprio povo boliviano como era objetivamente. Um dos ideólogos dessas teses foi Saavedra, que chama a atenção pelos valores abertamente racistas:

Quanto aos ideais de Willka, "Saavedra não os nega, mas para ele são 'obsessões' de "orangotangos sangrentos". Trata-se enfim 'de uma raça degenerada em vias de dissolução final'. Saavedra - que é, além do mais, devido a sua liderança entre os artesãos, uma espécie de antecessor do populismo- é então o autor deste 'panfleto trágico do racismo' que segundo Albarracín é 'quicá a peça mais anti-índia que possa existir em toda a sociologia boliviana como documento do racismo branco. Portanto o índio é "Apenas uma besta de carga, miserável, a que não há que ter compaixão e a que se deve explorar até a inumanidade e o vergonhoso", e enfim, "se temos de eliminá-los, porque constituem um obstáculo ao nosso programa, façamo-o franca e energicamente' (ZAVALETA MERCADO, 1986, p.184-185) (Tradução livre).

Como se nota deste trecho, a existência dos indígenas representa um obstáculo à implementação do programa nacionalista oligárquico e, Saavedra propõe abertamente sua eliminação. Zavaleta Mercado diz que este período se tratou, portanto, da expulsão política dos índios e mestiços bolivianos e, tal perspectiva analítica sobre o passado oligárquico alimenta suas reflexões sobre os desdobramentos políticos da segunda metade do século XX, em especial o episódio da "Revolução de 52", que para ele é um desdobramento orgânico desses conflitos sociais:

A época mesma, compreendida como época revolucionária, é extremamente ilustrativa acerca dos conteúdos de cada uma das classes sociais e seu alcance "nacional". A recomposição entre as novas classes políticas (a operária e a camponesa) e as mediações que se implantam quase como reconhecimento da natureza dos feitos impõem a instauração de um novo sistema estatal que chamamos "Estado de 1952" (ZAVALETA MERCADO, 1986, p.11) (Tradução livre).

Há, neste episódio histórico, um fenômeno considerado fundamental para a nação moderna, no pensamento do autor. Seria a constituição de instrumentos de mediação entre indivíduos e Estado, formados a partir da prática política das classes camponesa e operária. Esta mediação, evidentemente, é contraditória, já que estas classes se colocam em oposição à ordem oligárquica, no entanto, viriam a se converter em instrumentos da nova ordem política pós-revolução. Esse raciocínio é fundamental para compreender a definição de nação do autor, expressa da seguinte maneira:

(...) é legítimo sustentar de um modo provisório que a nação expressa o grau de conglomeração, interpenetração e intensidade da sociedade civil à medida que o Estado é o poder político em ação (ou seja, a política entendida já em sua relação prática com o poder e não como um pronunciamento ou deliberação) (ZAVALETA MERCADO, 1986, p.48) (Tradução livre).

Assim, a formação da sociedade civil seria um elemento fundamental da construção da nação. É interessante notar como o autor trabalha este tema em perspectiva histórica, ou seja, em movimento e não de forma estática. Assim a sociedade civil se forma e se dissolve a depender do contexto histórico-político. O autor acredita que uma sociedade civil possa ter se unificado e nacionalizado antes mesmo de constituir um Estado que a represente - reflexão que Luís Tapia fará posteriormente a respeito da formação do Estado Plurinacional da Bolívia - assim como o Estado pode enfrentar os setores anti-nacionais da sociedade, o que evidentemente não seria o caso do Estado oligárquico, na perspectiva do autor.

Outro elemento importante da análise de Zavaleta é a crise como revelação dos conflitos sociais. Esta é uma chave explicativa que utiliza para diversos momentos históricos da Bolívia:

É razoável conceber a crise como um instante anômalo na vida de uma sociedade, e isso quer dizer que uma hora as coisas não se apresentam como são no cotidiano e se apresentam, ao contrário, como são na verdade (...) é na crise ou seu equivalente onde se pode ver em seus resultantes a síntese, pois se trata da única fase de concentração ou centralização a uma formação que de outra maneira não aparece senão como um arquipélago (ZAVALETA MERCADO, 1986, p.21) (Tradução livre).

É interessante como a ideia de “verdade” aparece aqui para descrever as relações sociais. Trata-se de influência do pensamento marxista, particularmente da ideia de “essência” e “aparência”, ou seja, a forma como a vida se manifesta no cotidiano corresponde à aparência das relações sociais, enquanto nas crises revela sua essência. Tal perspectiva também está presente no seu conceito de “Estado aparente”, onde nota que na Bolívia o Estado não representa ou busca representar as etnias indígenas:

Teríamos, primeiro, a situação em que existem os elementos formais ou paramentais do Estado moderno, mas não os fundamentos de sua entidade substantiva. Isto ocorreu com todos os países latinoamericanos na hora da independência. É um Estado aparente porque a quantidade cartográfica não corresponde ao espaço estatal efetivo nem ao âmbito demográfico à validade humana sancionável (ZAVALETA MERCADO, 1986, p.203) (Tradução livre).

Dessa forma, o Estado oligárquico não teria realizado a vontade geral, pressuposto, segundo ele, de um programa nacional. Segundo o autor, o Estado, de forma a garantir a ordem política, deve assumir como sua a vontade geral da sociedade, e ao excluir os índios da política, dada sua relevante demografia, tornou isto, que seria um imperativo, uma impossibilidade. Isso provocaria uma grande dificuldade de construção de uma identidade nacional:

No passado, a identidade de uma nação provinha de seu isolamento (...) Posto que o tipo de articulação das relações produtivas com a superestrutura é uma das acepções deste conceito, neste sentido o estudo da soma superestrutural tem uma conotação autóctone e histórica, ou seja que não tem uma explicação lógica, mas sim causal-factual (...) Os processos ideológicos, estatais ou jurídico-políticos sempre têm como sua explicação estrutural a acumulação de sua história interior. No caso que discutimos, o mundo sem dúvida (ou se prefere, a mundialidade) sobre-existiu na Bolívia mas só porque a agregação histórica boliviana foi incapaz de produzir primeiro uma composição de lugar verossímil do mundo e em segundo lugar de construir suas estruturas de autodeterminação (ZVALETA MERCADO, 1986, p.202) (Tradução livre).

Nesse trecho, Zavaleta mostra uma concepção de nação onde esta deva apresentar particularidades em relação ao mundo, de forma a constituir uma identidade comum, uma comunidade. Segundo ele, este elemento esteve ausente durante o período do poder oligárquico, já que se buscou uma ideologia racista que correspondia à classe dominante do país, e que os valores culturais presentes na ordem política não eram autóctones, mas antes correspondiam a pretensões eurocêntricas. O autor também trata desta questão no plano econômico:

O caso do Estado oligárquico é um contraexemplo. Primeiro porque a generalidade da vontade não existia nem sequer como densidade utópica, enquanto que o pacto constitutivo se baseava num estatuto de expulsão. Montes, Salamanca ou Saavedra podiam inclusive crer em alguma medida em certa dignidade do Estado, mas sem dúvida eram alheios ao pressuposto da autodeterminação da Bolívia, como sociedade e como estado. O caráter subordinado do país lhes parecia um dado de fatalidade, como a natureza. Esse é o sentido com que se disse que ‘somos um país pobre e devemos viver como um país pobre’. É um caso extremo de docilidade ante a perda coletiva de liberdade (ZVALETA MERCADO, 1986, p.203) (Tradução livre).

Neste caso, vemos aparecer a noção de “liberdade” à moda maquiavelista, ou seja, não como “liberdades individuais”, mas liberdade da república perante outras. A isto, soma-se a defesa da autodeterminação dos povos, que ganha ares de princípio político para o marxismo a partir dos escritos de Vladimir Lênin (1984). Portanto, estes intelectuais da

elite oligárquica teriam difundido um pensamento nacional que, ao não se basear na ideia de liberdade e de autodeterminação dos povos, defendia uma ideia de Bolívia dependente, como um dado inexorável e uma característica essencialista. O boliviano afirma que tais teses se respaldam numa suposta ausência de excedente econômico:

Sobre este particular, uma recorrência pouco feliz é a que trata de explicar a débil constituição do estado nacional a partir de uma suposta escassez de excedente econômico. Bolívia não havia disposto jamais da capacidade articulatória econômica como para produzir instituições mais avançadas. Isto não explicaria, pelo inverso, porque países como Cuba dos vinte ou a Argentina do meio século que vai de 1880 a 1930 fracassaram, porém, igual a Bolívia, na conformação de superestruturas políticas modernas (ZAVALETA MERCADO, 1986, p.17) (Tradução livre).

Este é mais um desafio que o autor se coloca nesta obra, *Lo Nacional-Popular en Bolivia (1986)*, qual seja, desmistificar a tese evolucionista na qual uma ordem política moderna só seria possível com o desenvolvimento capitalista das relações sociais. Vale dizer, como já abordamos anteriormente, que esta perspectiva foi compartilhada por setores marxistas bolivianos, que apostaram em um programa de industrialização do país como forma de aprofundar os antagonismos de classe e trilhar um caminho socialista.

Ou seja, dessa maneira, Zavaleta também contribui para pensar um marxismo de tom crítico, que priorizasse a análise das relações sociais frente ao desenvolvimento da infra-estrutura. A essa escola do marxismo boliviano se somarão os intelectuais do Grupo Comuna, que analisaremos nos capítulos seguintes. Assim, o autor está se contrapondo ao programa difundido pela III Internacional nos países da periferia do sistema capitalista: a revolução democrático-burguesa. Para Zavaleta Mercado, a burguesia boliviana não tem condições subjetivas ou materiais para instituir no país uma reforma de tipo capitalista, tanto no terreno econômico quanto na superestrutura. Antes teriam hábitos pré-capitalistas e organizaram uma ordem política de tipo senhorial, o que o autor chama de *paradoja señorial* (ZAVALETA MERCADO, 1986).

Todos estes elementos da reflexão do autor trabalhados até aqui correspondem ao que ele compreendeu como a crise do período oligárquico, ao qual se sucedeu o “Estado de 52”. Como vimos, para o autor, as crises são períodos em que a sociedade se revela como é em sua essência, mas também são momentos onde homens e mulheres estão mais dispostos a “substituir suas crenças”:

As grandes epidemias e fomes, as guerras, no tempo nosso, as revoluções são as horas clássicas de disponibilidade geral: os homens estão dispostos

a substituir o universo de suas crenças. Esse papel o cumpriu a formação do espaço, ou seja, da agricultura no mundo andino, o cumpriu a guerra de Arauco em relação com Chile e o cumpriu o ato da conquista, acompanhado da catástrofe demográfica e a quimera do ouro, em todos os países da América (ZVALETA MERCADO, 1986, p.44-45) (Tradução livre).

O autor, portanto, analisa tal crise no período que começa na Guerra do Chaco até a tomada armada do poder em 1952. Zavaleta Mercado faz uma análise sociológica do papel da guerra no campo ideológico, no que diz respeito ao fortalecimento das ideias nacionalistas, e que, dado o fracasso da Bolívia na referida guerra, contraditoriamente este fortalecimento se deu em oposição ao Estado oligárquico, criando um sentimento geral de que aquela ordem política não era capaz de dar conta dos propósitos nacionalistas bolivianos.

Por fim, para ele, esta crise pode ser classificada como o conflito entre as distintas formas de poder : o Estado oligárquico e a concepção andina de relação com o espaço. Isto seria a marca das lutas políticas empreendidas na segunda metade do século - já que o Estado de 52 também não viria a dar conta de tais demandas. Tal distinção se refere à concepção patrimonial do espaço presente no Estado oligárquico.

Outro elemento considerado por Zavaleta em sua utopia “nacional-popular” que também se refere às concepções ancestrais dos povos originários da Bolívia é a questão da pluralidade étnica. O autor está se opondo a um tipo hegemônico de nacionalismo no qual se pressupõe uma totalização e uma intersubjetivação geral, que para ele, “cedo ou tarde se converterá no símbolo conservador do particular” (ZVALETA MERCADO, 1986, p.27). (Tradução livre).

Trata-se, por fim, de uma defesa de uma unidade moderna que considere a pluralidade. Sem dúvida podemos notar que as bases do presente Estado Plurinacional da Bolívia estão aí, escritas mais de duas décadas antes de sua promulgação.

No que diz respeito a Francisco Weffort, vale notar algumas diferenças. Se Zavaleta buscou uma crítica do pensamento nacionalista para, de certa forma, propor um nacionalismo em outros moldes, Weffort rejeita estes valores em suas bases conceituais. Vejamos:

Os nacionalistas, em realidade, chegaram a ir mais longe, pois viram no povo a categoria essencial, a realidade básica de nossa história e estabeleceram, a partir daí, uma ideologia política e mesmo uma filosofia. Não pretendemos tanto e nem nos parece que a noção do povo seja fundamento sólido para tudo isto. Em verdade, a exaltação nacionalista

do povo confunde, ao invés de esclarecer, o sentido real da participação política das massas (WEFFORT, 1980, p.18).

Portanto, trata-se de uma rejeição ao nacionalismo em termos metodológicos, antes mesmo de políticos. Quando nota que o conceito de povo confunde, ao invés de esclarecer, a participação política das massas, o autor quer dizer que se escamoteia a divisão da sociedade em classes sociais, atribuindo a este povo uma perspectiva passiva na política. Em sua visão, o populismo consistia precisamente nesta engenharia ideológica, na qual corresponde à “expressão política de interesses determinados de classe” (WEFFORT, 1986, p.26).

Até que ponto, porém, o nacionalismo pôde manter de maneira efetiva suas ambições? A fragilidade de seus resultados práticos num período de enorme avanço imperialista sobre o país, é um dos indicadores mais claros de sua fragilidade como ideologia e como política. O equívoco original está na concepção de povo: os nacionalistas, mesmo os mais radicais, falaram sempre em nome do povo, em nome da comunidade nacional. Por certo nunca se propuseram, nem poderiam, representar o povo atual, concreto, contraditório, pois isto seria levar a uma prática absurda a ideia inconsistente de povo-comunidade. Na prática que, bem ou mal, conseguiram desenvolver, a ideologia quase sempre embotou-lhes a percepção da nação dividida e em conflito (WEFFORT, 1986, p.37-38).

Portanto, o que o autor chama a atenção é que em tal perspectiva metodológica, a ideia de uma comunidade de iguais, um “conglomerado de indivíduos” que almejam um objetivo histórico comum, qual seja, o progresso nacional, esconde o conflito presente entre as classes sociais de uma mesma nação. Como vimos, na interpretação populista, o chefe de Estado assumiria o papel de árbitro das relações sociais, por meio de seu carisma:

O chefe do Estado passará a atuar como árbitro dentro de uma situação de compromisso que, inicialmente formada pelos interesses dominantes, deverá contar agora com o novo parceiro - as massas populares urbanas - e a representação das massas nesse jogo estará controlada pelo próprio chefe de estado (WEFFORT, 1986, p.69-70).

Portanto, o populismo seria um fenômeno ideológico do tipo de desenvolvimento nacional que se buscou no período, ou seja, tipicamente urbano, com ênfase no poder público e com protagonismo do Estado através do líder carismático e de sua relação direta com “as massas”. Isto o distinguiria do coronelismo, tipicamente rural onde há um entrelaçamento do poder público com o poder privado. O fenômeno do populismo corresponderia, portanto, à incapacidade da classe dominante em operar as reformas necessárias à acumulação de capital (WEFFORT, 1986).

Assim, se Zavaleta estabeleceu a sua crítica ao pensamento nacional que se

consolidou no período oligárquico, Weffort estende essa crítica ao pensamento produzido no período “populista”, que teria início na Revolução de 1930 e fim em 1964. Faz então uma crítica a um intelectual fundamental deste período, Celso Furtado, assumindo uma postura metodológica semelhante a de Zavaleta, dissecando o pensamento de autores fundamentais para estabelecer uma crítica à ideologia:

É de novo a Furtado, o mais influente economista do regime desde o governo Kubitschek, que devemos as ideias mais difundidas a respeito: tratar-se-ia de eliminar os obstáculos impostos pela estrutura agrária à expansão do capitalismo industrial pela reforma – ou, quando menos, pela modernização agrícola - da qual se esperava uma ampliação do mercado interno de produtos industriais e uma reorientação da produção agrícola com vistas a melhorar a oferta de alimentos nas cidades. Contudo, a importância dada à questão agrária no debate político nos últimos anos do governo Goulart não deve nos levar ao equívoco de superestimar sua relevância real. De fato, a cidade se tem constituído, desde 1945 quando menos, no centro básico da ação política. Os problemas rurais só têm conseguido expressão, na perspectiva reformista quanto em qualquer outra, através dos problemas urbanos (WEFFORT, 1986, p.19).

Trata-se de uma crítica direta ao programa de industrialização do Brasil. Aqui, também como o era em Zavaleta, se está problematizando a ideia de que a expansão do excedente é a solução para as relações sociais. Assim, a solução para os problemas do campo seria o seu desenvolvimento da infra-estrutura, e no plano das relações sociais, o capitalismo significaria “modernização”, tese que ambos os autores criticam.

O que se pode notar em Weffort, todavia, é que, apesar de uma influência marxista ao conceber a relação do Estado com a classe dominante, há uma certa ortodoxia que não acompanha os caminhos da esquerda internacional e mesmo a brasileira da segunda metade do século XX. A apropriação das ideias de Gramsci, ainda que discutíveis, relacionadas à noção de guerra de posição, predominaram numa esquerda que sentiu a necessidade de disputar a institucionalidade. Esta divergência levaria a um rompimento de Weffort com o PT, dizendo que este aderiu ao populismo. O autor se converteria às políticas neoliberais dos anos 1990, mantendo firme sua convicção de que o problema nacional e democrático brasileiro estava no papel exercido pelo Estado.

CAPÍTULO III

NEOLIBERALISMO

Ao tratar do processo de financeirização da economia e internalização da dinâmica da acumulação de capital, também conhecido como globalização, Flávia Vieira (2011), diz:

Esse mercado financeiro é dominado por certas economias, isto é, pelos países mais ricos, e, particularmente pelo país cuja moeda é utilizada como moeda internacional de reserva e que, com isso, dispõe de grande margem de liberdade. O mercado financeiro é um campo no qual os dominantes, os Estados Unidos, em primeiro lugar, nesse caso particular, ocupam posição a partir da qual podem definir em grande parte as regras do jogo (VIEIRA, 2011, p.37).

A atuação das esquerdas na oposição ao neoliberalismo, portanto, correspondia com a chave analítica defendida por Falero (2020), no qual interesses populares eram antagônicos aos de uma elite financeira e aos de potências estrangeiras, principalmente os Estados Unidos da América. Evidentemente, as formas de abordar esta contradição explicitada acima são diversas.

Para entendermos a disputa das ideias políticas neste período histórico, é preciso compreender o neoliberalismo como um ordenamento político, econômico e social internacional. Desta forma, produzem-se relações sociais e um determinado regimento das políticas públicas, que se referem a um “conjunto de discursos práticas e dispositivos que determinam o novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.17). Desta maneira, o que se operou, segundo os autores, nas últimas três décadas, foi um enfraquecimento das instituições e dos direitos conquistados pelo movimento operário ao longo de décadas. Argumentam então que o neoliberalismo é capaz de:

(...) orientar internamente a prática efetiva dos governos, das empresas e, para além deles, dos milhões de pessoas que não têm necessariamente consciência disso. Este é o ponto principal da questão: como é que apesar das consequências catastróficas que nos conduziram às políticas neoliberais, essas políticas são cada vez mais ativas, a ponto de afundar os Estados e as sociedades em crises políticas e retrocessos sociais cada vez mais graves? (DARDOT ; LAVAL, p.15).

A resposta dada pelos autores vai na direção de entender o neoliberalismo para além da dimensão econômica. A este respeito, Vieira (2011) também chama a atenção para o processo de homogeneização cultural que caracterizaria a globalização, que é justamente o processo de enfraquecimento dos Estados nacionais pela normatividade neoliberal. Assim, o consumismo é também um programa cultural, com as multinacionais difundidas

como “marcas facilmente identificáveis” que “balizam o imaginário mundial” (VIEIRA, 2011, p. 31).

Debatendo o tema da globalização a partir de Bourdieu, a autora mostra que o termo é justamente um “mito justificador da ideologia dominante, isto é, o neoliberalismo”. Assim, o enfraquecimento do Estado-Nação serviria justamente para reduzir direitos e aumentar a exploração do trabalho, ou seja, minimizar a “mão esquerda do Estado”:

O Estado é entendido por Bourdieu não apenas como aparelho da dominação, mas também como espaço de conquistas sociais, razão pela qual seu processo de regressão significaria um processo de regressão dessas conquistas. O autor pondera que existem diferenças entre os países e suas tradições e que, portanto, haveria diferenças também no significado e consequências da diminuição da esfera estatal, em função de resistências internas (VIEIRA, 2011, p.35).

Dessa forma, no Brasil viu-se uma política de desindustrialização, não acompanhando os níveis de desenvolvimento na escala global. O discurso da globalização provou-se enganoso, já que na prática serviu ao movimento da grande empresa transnacional de busca mão-de-obra barata:

O Brasil encerrou a década de 1990 com uma regressão da estrutura industrial, ou seja, não acompanhou o avanço e a diferenciação setorial da indústria manufatureira global e, ademais, perdeu competitividade e elos nas cadeias que conservou. Contrariamente ao afirmado pela vulgata neoliberal a respeito da globalização, o movimento de realocização manufatureira foi determinado por duas forças complementares e, não raro, conflitantes: o movimento competitivo da grande empresa transnacional para ocupar espaços de mão de obra abundante e as políticas nacionais dos Estados Soberanos nas áreas receptoras (BELLUZZO, 2013, p.105).

O historiador Perry Anderson (2011) define esse período no Brasil como a maior estagnação do século, mostrando que o Brasil teve apenas 1,6% de crescimento médio anual nos anos 1990. Isso somado às políticas de privatizações das empresas estatais, que eram acompanhadas por cortes de postos de trabalho, desvalorizando assim a força de trabalho empregada com a expansão do exército de reserva. Esse conjunto de políticas se somavam a um relativo congelamento do salário mínimo, ao mesmo tempo que com expansão do mercado informal.

Tudo isso repousava na crença de que a economia deve ser conduzida pelo mercado financeiro, e que deveria ser reduzida a intervenção econômica do Estado. Além disso, venceu a tese que dizia que não era possível controlar a inflação e distribuir renda ao

mesmo tempo.

Os governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) se sustentaram a partir do lema do combate à inflação. Idealizador do plano real, que garantiu a estabilidade dos preços após longo período de altas taxas de inflação, FHC se reelegeu com certa facilidade em 1998, ainda no primeiro turno eleitoral. A crise começaria mais no segundo governo:

Em 98 já começa a crise do governo Fernando Henrique, ele se elege numa situação de crise. A crise russa de 97 escancara os problemas do modelo neoliberal no Brasil. A taxa de juros vai a 45%, a dependência do Brasil dos fluxos internacionais de capital, elas ficam escancaradas. O Brasil chega a ter uma taxa de juros de 45% ao ano para uma inflação de 5%, para impedir a fuga de capitais. Você teve uma quebradeira com a destruição econômica, mas o plano real havia acumulado crédito político. O eleitorado em 98, mesmo estando crítico ao Fernando Henrique, e seu governo, o eleitorado não queria uma mudança pro PT, uma mudança abrupta para uma chapa Lula/ Brizola. E aí o Fernando Henrique se reelege, mas ele se reelege em decadência, a decadência do modelo neoliberal. Ele se reelege porque o eleitorado tinha medo de votar no PT, receio do que ia acontecer com a economia (...) O eleitorado não quis trocar o pneu com o carro em movimento, chegou à conclusão de esperar o carro parar e aí a gente troca o pneu com calma. Trocar agora não dá porque o motorista atual é ruim, mas é experiente, o outro nunca dirigiu nada. A coisa está feia. O conservadorismo eleitoral, não o conservadorismo ideológico, bloqueou a possibilidade do Lula vencer em 98, embora o Fernando Henrique tivesse passado certos apuros durante a campanha eleitoral, não teve nem segundo turno, mas naquela época não tinha mesmo porque você tinha sempre desde 94 dois blocos de força disputando (ALTMAN, 2022).

No caso boliviano, como vimos, o neoliberalismo não sucedeu diretamente os regimes militares. O governo da UDP, que era uma grande frente de esquerda, fracassou em temas importantes da economia nacional, como o combate à inflação. Tal fracasso significou para a esquerda boliviana um rápido declínio político e abriu as portas para o governo de Víctor Paz Estenssoro, que antes fora um nacionalista, implementar as reformas neoliberais e dar fim ao regime corporativista das relações de trabalho do “Estado de 52” (CAMARGO, 2006).

Em 6 de agosto de 1985 não só se operou uma transmissão de mando presidencial. Víctor Paz Estenssoro, o mesmo que conduziu o país a partir de abril de 1952, diante do triunfo da Revolução Nacional, seria o encarregado de abrir uma nova etapa da história boliviana com a aplicação do neoliberalismo como projeto político, econômico, social e ideológico. Desta maneira, o capitalismo boliviano passava de seu estado estatal a um estado privado transnacionalizador, no que produz uma recomposição das classes dominantes e da própria estrutura do bloco de classes subalternas (MOLDIZ, 2009, p.26) (Tradução livre).

Por exemplo, a produção de coca, historicamente voltada para rituais, para o

combate aos “males da altitude”, crescera muito também para atender às demandas do narcotráfico, que ocuparia parcela considerável da economia do país, já que outras áreas da produção viviam uma grave crise. Alice Guimarães (2014) nota a postura contraditória do governo diante destes dados:

Durante o período da crise, ocorreu uma redução do emprego no setor legal e formal da economia, ao mesmo tempo em que aumentava a demanda por produtores de coca e por trabalhadores no setor de serviços nas zonas de cultivo da folha. O número de empregados na narcoeconomia crescia proporcionalmente à queda no número de trabalhadores da economia formal(Santana; 2004, 169). Assim, a coca ocupava, durante a década de 1980, um papel central na economia boliviana. Apesar de constituir uma atividade 'ilegal', um ataque efetivo à mesma geraria impactos econômicos e políticos substanciais, ameaçando a fonte de renda de milhares de cidadãos e produzindo um enorme potencial do conflito social GUIMARÃES, 2014, p. 226).

A autora destaca diversos episódios de repressão, inclusive violenta, aos *cocaleros*, como a promulgação da Lei 1008 aprovada em julho de 1988, que criminalizava os plantadores de coca, assim como o “Massacre da Vila Tunari”⁹, todos eles em consonância com a política estadunidense de “securitização das drogas”, na qual os Estados Unidos da América consideravam uma ameaça o narcotráfico e os países exportadores de drogas. A repressão aos *cocaleros* contou inclusive com presença militar estadunidense em solo boliviano (GUIMARÃES, 2014). Sobre a “Diretiva de Segurança Nacional” do país, a autora diz:

No documento, o governo estadunidense reconhecia que 'os efeitos domésticos das drogas' era um 'sério problema societal' e declarava o tema das drogas uma ameaça à segurança nacional, que seria 'particularmente séria' fora dos EUA. Desse modo, enfatizava a dimensão internacional do tema, ao mesmo tempo em que o localizava na esfera da segurança(...) a produção e o tráfico de drogas eram descritos como uma 'ameaça internacional' à segurança dos EUA (GUIMARÃES, 2014, p. 212).

Para a autora, esses eventos resultaram em um forte caráter anti-imperialista entre os plantadores de coca, o que seria uma marca de sua plataforma política ao longo das décadas. É mencionada a “Declaração de Cochabamba”, publicada em 1987, na qual os *cocaleros* manifestam que qualquer ação referente ao plantio da coca deveria se dar nos marcos da soberania do país, pois a intervenção estadunidense seria uma ameaça ainda

⁹ “O Massacre da Villa Tunari foi um assassinato em massa cometido pelas tropas da UMOPAR (Unidade Móvel de Patrulha Rural) em 27 de Junho de 1988, em resposta ao protesto dos plantadores de coca na cidade de Villa Tunari, na província do Chapare, na Bolívia.” Tradução nossa. Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Villa_Tunari_massacre

maior que o narcotráfico (GUIMARÃES, 2014).

A insistência nestas políticas repressivas por parte dos governos neoliberais conferirá aos *cocaleros*, a longo prazo, uma hegemonia nos movimentos sociais e nas lutas de resistência, já que a sociedade boliviana passou a considerar negativo o vultuoso investimento na militarização do país. Guimarães resume da seguinte maneira:

Em um período de aproximadamente quatro décadas, os produtores de coca migraram ao Trópico, onde estabeleceram comunidades e uma densa rede sindical; se converteram em um coeso movimento social, enfrentando não só o Estado boliviano como também a política externa dos EUA na região andina; pressionaram por medidas políticas e econômicas, depuseram governos, elegeram outros e chegaram à presidência do país (GUIMARÃES, 2014, p.191).

O declínio da esquerda que mencionamos, se deu também do ponto de vista organizativo e intelectual. A COB, tradicional aparato de congregação das lutas políticas subalternas no país perdeu expressão, à medida que a desindustrialização avançava. Aqui vale notar que o katarismo em sua expressão partidária e sindical perderia muita força política após o fracasso dos governos de esquerda da UDP. O inicial fortalecimento da ideologia neoliberal inclusive levaria à cooptação de algumas lideranças políticas, como o ex-MRTK Víctor Hugo Cárdenas, que seria vice-presidente na gestão de Gonzalo Sánchez de Lozada (1993-1997), quando as ideias iniciais foram se aproximando mais do multiculturalismo liberal estadunidense. (CAMARGO, 2006).

Como vimos, já nos anos 1980 a CSUTCB falava em plurinacionalidade, sendo que tal noção surge, no contexto boliviano, no âmbito do sindicalismo rural. No entanto, foi a partir da crise desse sindicalismo e na voz de outros atores que tal noção, associada ao conceito de multiculturalismo, ganhou versões mais elaboradas no que se refere à definição do que seria um Estado plurinacional e multicultural, e que surgiram projetos mais sistemáticos relacionados à sua construção. Tais definições e projetos foram diversos, sendo que nesse processo de construção – discursiva e prática – de um Estado “pluri-multi” participaram diversos movimentos sociais, diferentes agentes da comunidade internacional, membros da Igreja, intelectuais e até mesmo o próprio Estado, que deveria reinventar-se (GUIMARÃES, 2014, p.113).

Neste trecho a autora se refere à institucionalização das áreas protegidas, reservas, em moldes semelhantes ao que temos no Brasil, e que como ela nota, se proliferaram no mundo a partir dos anos 1970. Isto teria se dado a partir de uma “aliança pragmática” entre setores ambientalistas e indígenas em oposição ao desenvolvimento capitalista, desde então.

Guimarães (2014) busca com isso valorizar o repertório de lutas dos chamados

povos de “terras baixas”, ou indígenas do Oriente. Começaram a se organizar de forma independente do sindicalismo quéchua-aymara do Altiplano boliviano nos anos 1980 e fundaram a CIDOB. Portanto, na visão da autora a referida política multiculturalista seria um resultado da aliança desses indígenas com setores ambientalistas, com a Igreja Católica e com ONG’s internacionais. No entanto, Camargo tem uma visão menos otimista:

Na reforma constitucional de 1994, o governo optou por refugiar-se na categoria de 'multietnicidade', expressão consagrada no texto da Carta, obviamente geradora de menos consequências jurídicas que o conceito de plurinacionalidade, postulado pela Confederação em sua Tese Política de 1983 (CAMARGO, 2006, p.184).

O autor se refere aqui à Tese Política elaborada no segundo congresso da CSUTCB, em 1983. Trata-se do primeiro documento que nota que a Bolívia é uma sociedade plurinacional e, portanto, ao questionar o não reconhecimento dessas nações entendidas como originárias por parte do Estado, propõe uma nova configuração do poder político. O que Camargo aponta nesse texto é que, a forma estabelecida na Constituição de 2009, que deflagra o Estado Plurinacional da Bolívia, corresponde a uma compreensão mais avançada dos direitos dos indígenas no país. Esta confrontação que faço entre a compreensão de Guimarães e de Camargo corresponde às diferentes interpretações políticas entre os indígenas de terras baixas e os andinos. A avaliação sobre as políticas liberais no que diz respeito aos indígenas são diferentes entre esses povos, de modo que isso se relaciona com uma maior ou menor aproximação às ONG 's internacionais.

No entanto, mesmo Camargo reconhece que a reforma constitucional ocorrida em 1994 foi uma vitória para o movimento indígena boliviano, quando se alterava o artigo primeiro da Constituição de 1967, reconhecendo o caráter multiétnico e pluricultural do país. Enfatiza a criação das TCO (*Tierras Comunitarias de Origen*), áreas protegidas nos moldes já apresentados, mas demarcando que não se dão conforme as reivindicações da CSUTCB e da CIDOB, que incluíam a jurisdição territorial indígena - o que aparecerá somente na Constituição de 2009 (CAMARGO, 2006). Para resumir o impacto nos segmentos subalternizados na Bolívia das políticas neoliberais, Iamamoto assim considera:

Para operários, [o neoliberalismo] significou a morte do pouco “capitalismo de Estado” que havia na Bolívia, o fim simbólico de sua grande expressão organizativa durante o século XX, a COB. Para camponeses, significou a deterioração dos preços de seus produtos e o avanço de políticas que afetavam a economia agrária; mas, politicamente, também significou a subordinação ao imperialismo norte-americano com relação às políticas antidrogas. Para indígenas, deixou os seus territórios ainda mais vulneráveis a forças externas agressivas (madeireiras, petroleiras, privatização da água, latifundiários); mas também representou

um aparato estatal externo invasivo, incapaz de compreender e incorporar a territorialidade indígena. Foi a população urbana pobre, indígena e vinculada ao setor informal a que cresceu com a crise que afetou todas as temporalidades, e que passou a viver em cidades que não contavam com serviços públicos capazes de atender às suas demandas mínimas vitais (educação, saúde, moradia, emprego (Iamamoto 2011 p.60) (IAMAMOTO APUD GONÇALVEZ, 2015, p.67).

3.1 O petismo na oposição ao neoliberalismo

Buscamos neste capítulo, portanto avaliar as ideias produzidas nessas resistências internas na América Latina, já que os fenômenos acima descritos de forma geral, tais quais redução dos direitos trabalhistas, privatizações de empresas públicas ocorreram no sub-contidente, acompanhados de grande processo de desindustrialização, aumento da dívida externa e consequente política subserviente ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e grande desarticulação do mercado interno e perda de postos de trabalho, sobretudo a partir dos anos 1990.

Alguns intelectuais se caracterizaram por produzir críticas à ordem neoliberal junto aos movimentos de resistência. No que tange às questões relacionadas ao trabalho e ao Estado-Nação, Medeiros (2016) chama a atenção para a influência dos estudos de Márcio Pochmann e Ricardo Antunes para o desenvolvimento de uma proposta petista para a luta dos trabalhadores:

O petismo procurou compreender esse processo do ponto de vista teórico, e a revista do partido publicou consistentes artigos de Ricardo Antunes - versando sobre os impactos dessas mutações na subjetividade da classe trabalhadora, a partir do conceito de alienação - e de Márcio Pochmann, destrinchando a política macroeconômica neoliberal implantada no país desde 1990.

(...)

Os saberes práticos os arcabouços teóricos condensam-se no I Congresso Nacional do partido em 1991, quando o partido-movimento consolidou uma visão sobre a nova situação do capitalismo internacional (MEDEIROS, 2016, p.166).

Em entrevista concedida a mim, Breno Altman expande esse leque de intelectuais que produziram uma crítica às relações de trabalho no neoliberalismo. Fala de dois núcleos principais de economistas: os da UFRJ e os da UNICAMP, que influenciariam bastante a elaboração política do PT. Dentre eles menciona Maria da Conceição Tavares, Paulo Nogueira Batista, Paul Singer, Reinaldo Gonçalves, Ricardo Carneiro, Jorge Mattoso, José Luís Fiori, João Sicsu e outros. Resume dizendo que se tratou de uma guinada a um

keynesianismo: o ataque à propriedade privada daria lugar à discussão sobre o papel do gasto público, sobre prioridades orçamentárias, discussões sobre a dívida externa, etc.¹⁰

Dessa maneira, o que se nota é uma visão do Estado diferente daquela da teoria do populismo. Não se trata mais do Estado exclusivamente como *locus* da cooptação, da subserviência, mas sim do espaço onde se garantem direitos. Vale notar que a oposição ao governo de Fernando Henrique Cardoso, iniciado em 1995, e a adesão a uma política que visava ocupar o Estado com políticas públicas alternativas ao neoliberalismo, levaram o então grande intelectual petista Francisco Weffort a ingressar no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Podemos atestá-lo a partir deste trecho produzido em documento do partido no I Congresso do PT, em 1991, o qual Medeiros associa com a produção intelectual de Pochmann e de Antunes:

Avança neste final de século a chamada Terceira Revolução Industrial, que prenuncia a economia do século XXI. Este novo sistema de produção da riqueza mundial apoia-se numa enorme concentração de capital e tem sua face mais visível no vertiginoso processo de mudanças tecnológicas (...) Esse novo padrão de desenvolvimento tecnológico capitalista desarticula o núcleo do trabalho operário na indústria, investe sobre as conquistas sociais e fragmenta a classe trabalhadora, gerando desemprego tecnológico e gerando novos paradigmas para luta social e política (MEDEIROS, 2016, p.166).

O autor assinala que o proletariado industrial (metalúrgicos, químicos, petroleiros e trabalhadores da construção civil) foi fundamental para a conformação do petismo como sujeito político e, assim, em parte se explicaria a adesão da base sindical do partido a estas novas ideias. Assim, o problema do desemprego seria central no repertório de ações políticas da CUT.

Percebeu-se um declínio do movimento operário frente às reações da hegemonia neoliberal. Além dos já mencionados efeitos negativos da chamada reestruturação produtiva na organização da base sindical, Medeiros chama a atenção também para a dimensão negativa da inserção operária nas esferas do Estado. Segundo o autor, além da mudança de perspectiva sobre o caráter geral do Estado no plano econômico para o discurso fundacional do PT, acredita-se que algumas alterações no plano organizativo tendiam à verticalização das tomadas de decisões no plano sindical, o que contribuiria para um enfraquecimento do “partido-movimento”, em comparação com a experiência das greves no fim dos anos 1970, que teriam feito o país romper com seu histórico pacto entre elites (MEDEIROS, 2016):

¹⁰ Entrevista concedida a mim em março de 2022.

Entendemos que o sindicalismo ligado à CUT fez uma opção pelo modelo socialdemocrata de ação nos conflitos entre capital e trabalho, e que essa escolha enfraqueceu o sujeito coletivo de um modo não previsto. A Articulação Sindical - maior agrupamento da central - subestimou tanto a força do neoliberalismo que se implantava quanto a permanência do corporativismo via estrutura sindical. Com isso, fez escolhas organizativas que se configuram como uma verdadeira refundação da Central, a qual terminou por posicionar a CUT na vanguarda de uma adesão à revolução passiva como programa, isto é, de um petismo que aceitava submeter seu fazer político aos limites impostos pelo adversário (MEDEIROS, 2016, p.162).

Este novo caráter estaria expresso em práticas como o “sindicalismo cidadão” e a participação em “conselhos estatais”, o que na visão do autor é uma marca da transição do partido-movimento para o lulismo, já que estes episódios ocorreram paralelamente ao que é chamado de “autonomização da figura de Lula” (MEDEIROS, 2016).

Lula (pela primeira vez em minoria) “saía” do partido e buscava o oposto da nova direção: moderar seu discurso. O mesmo já faziam muitos prefeitos petistas. O PT passou a ressaltar sua competência como governo para adquirir a confiabilidade dos eleitores (SECCO, 2018).

Tratava-se, portanto, de uma guinada em direção ao Estado. O partido, em 1994, dirigia 53 prefeituras e 4 capitais: Goiânia, Porto Alegre, Rio Branco e Belo Horizonte. Ganha centralidade o discurso sobre o “modo petista de governar”, que significava “ética na política, descentralização administrativa, democracia participativa através de conselhos editoriais, mas nada parecido com as propostas de conselhos populares dos anos 1980” (SECCO, 2018, p.162).

A respeito do “modo petista de governar”, Altman (2022) trata a questão de forma diferente. Diz que se tratava de uma estratégia de relacionar o Estado burguês com o poder popular. Menciona o slogan “O poder não se toma, o poder se constrói!”, o que se referia à tática petista nos anos 1980 de construir o poder local, ganhar prefeituras e pensar suas gestões a partir do conhecimento produzido pelos conselhos populares, com o intuito de produzir políticas públicas distintas daquelas elaboradas pelo mercado. Além das experiências ressaltadas por Secco, Altman destaca também a importância da administração petista na prefeitura de Santos, onde se destacou a produção a respeito de políticas públicas na área de saúde e, também a gestão petista na prefeitura de São Paulo:

Então, em 88 o PT ganha São Paulo com a Erundina, Porto Alegre com Olívio Dutra, Santos com a Telma de Sousa, Vitória com Vitor Buaiz e uma série de outras cidades importantes. PT ganha São Paulo! Ali começa a existir uma coisa que chama-se “modo petista de governar”, que era uma discussão muito interessante sobre como relacionar a

ocupação do Estado burguês com a organização da luta popular. E a ideia estava de que o nexo entre as duas coisas, deveria existir com base na construção no que se chamou então de democracia participativa, cujo instrumento mais importante, pelo menos o mais famoso foi o Orçamento Participativo, mas que estava presente em todas as discussões sobre o modo petista de governar. Por exemplo, Allysson, quando se discutia política habitacional, o PT buscava fugir do modelo de mercado, que é o modelo de você abrir crédito para as pessoas comprarem apartamentos a baixo custo junto a incorporadoras. Não era esse o modelo, que foi até o modelo dominante do “Minha Casa, Minha Vida”. Aqui em São Paulo, por exemplo, as políticas foram de autoconstruções de apoio aos mutirões. Os recursos iam para os movimentos sociais, que recebiam também assistência técnica da prefeitura, agora quem desconstruía, quem distribuía, quem gerenciava eram os movimentos sociais através do sistema de mutirão. Claro que isso trouxe um monte de problema, porque não havia um acúmulo técnico dos movimentos sociais para isso. Não tinha cooperativas habitacionais sólidas, nós estamos saindo de um país que estava saindo de uma ditadura né? Houve um monte de problemas de conjuntos habitacionais de auto construção que nunca terminaram, nunca foram entregues, tinha um monte de dores de cabeça, mas a lógica era aplicar aos programas municipais, na perspectiva de fortalecer os movimentos sociais: os sindicatos os movimentos de moradia, de saúde, de sem teto... a ideia era colocar aquele pedaço do Estado que havia sido conquistado, o poder local, à serviço da organização popular (ALTMAN, 2022).

Assim, o esforço partidário e intelectual se voltaria para a formulação de políticas públicas nos mais diversos temas e áreas de conhecimento. A capacitação técnica dos dirigentes partidários passou a ser uma preocupação maior e, para tal, foram realizadas conferências públicas em diversas regiões do país. Dentre os temas abordados estiveram o orçamento participativo, desenvolvimento sustentável, educação, cultura, abastecimento, administração, desenvolvimento econômico, esporte e lazer, finanças, habitação, meio ambiente, feminismo, saneamento, saúde, transporte, etc. (SECCO, 2018).

A respeito deste processo de fortalecimento do petismo como alternativa institucional Medeiros menciona Florestan Fernandes e o conceito de “revolução por dentro da ordem”:

Por não haver perspectiva de tomar o poder e por, ao mesmo tempo, implicar uma transformação radical no processo histórico brasileiro, a vitória de Lula materializaria a “revolução por dentro da ordem” (...) Florestan Fernandes não só manteve aberta a possibilidade de sucesso desse processo como, em 1991, no primeiro congresso do PT, defendeu que a própria existência do petismo já era a dita revolução (MEDEIROS, 2016, p. 160).

Para Medeiros, tal revolução é o mesmo que chama, a partir de Gramsci, de revolução passiva, onde o pacto entre elites é o motor das transformações sociais. Assim, o

petismo estaria aderindo àquilo que havia rompido dez anos antes, através de uma articulação entre atuação popular na esfera da sociedade civil e atuação institucional-partidária na esfera da sociedade política. Segundo ele, o elemento jacobino fundamental para a derrota do neoliberalismo foi o Movimento Sem-Terra, na segunda metade dos anos 1990:

Nenhum movimento social simbolizou a luta contra o governo Fernando Henrique Cardoso tal qual o MST, cujas bandeiras conseguiram, inclusive, adentrar uma novela televisiva do horário nobre da principal rede de televisão do país. Aparecer “na Globo” era a constatação de que as lutas pela reforma agrária adquiriram, nos anos 90, um caráter universal de combate ao neoliberalismo, e o movimento conquistou, “pela sua combatividade, sua 'mística', seus métodos de luta pouco convencionais e sua posição intransigente às políticas neoliberais” protagonismo e centralidade “nas lutas pela transformação social no Brasil” (Lowy, 2006:63) (MEDEIROS, 2016, p.209).

O autor se refere a João Pedro Stédile, liderança do movimento, para afirmar a estreita ligação do MST com o petismo. Assim, vislumbramos mais uma semelhança com a experiência boliviana, onde o segmento camponês toma o lugar do movimento operário no protagonismo da resistência ao neoliberalismo.

Por fim, segundo Altman (2022), a trajetória petista no ciclo neoliberal teria significado uma mudança de rumos, se tomado como ponto de partida o V Encontro no final dos anos 1980. Para ele, adotou-se uma estratégia de centro-esquerda no lugar de socialista, cujo principal protagonista teria sido José Dirceu, apesar de este mesmo haver sido um formulador das resoluções no V Encontro.

Segundo Altman, o PT passou a pensar em um governo anti-neoliberal e não mais socialista, onde coubesse uma política de alianças com setores burgueses, em torno do que chama de um “social-desenvolvimentismo”. O entrevistado destaca como elementos fundamentais dessa guinada o impacto internacional da queda da URSS na esquerda e, também, a derrota eleitoral de Lula em 1989.

3.2 Iniciativas políticas antineoliberais na Bolívia

Tendo em vista o contexto de aproximação de setores kataristas e indianistas com o neoliberalismo, uma guerrilha katarista foi organizada sob a liderança do EGTK (Exército Guerrilheiro Tupac Katari), cuja figura mais expressiva foi Felipe Quispe. Portanto, Escárzaga (2012), nota que um dos sentidos da guerrilha era combater, no plano da disputa ideológica, uma hegemonia do neoliberalismo no interior do katarismo.

A experiência durou de 1986 a 1992, quando foram presos seus líderes mais importantes, como o próprio Quispe. Além de dar significado à luta da coca pela *doble mirada*, ou seja, a coca era, além da fonte de sustento de camponeses, uma planta sagrada do tempo dos incas, Quispe foi fundamental ao pensar a ideia de socialismo comunitário, que seria mais difundida por Álvaro García-Linera quando se tornou vice-presidente na chapa do *cocalero* Evo Morales, em 2006:

O objetivo da luta será conseguir o direito de autodeterminação da nação originária, que concebe como a construção de um Estado independente de trabalhadores aymaras, quéchuas e demais nacionalidades e para destruir o sistema capitalista atual e sobre ditas ruínas construir e voltar à Comuna Aymara, à sociedade sem classes, nem raças, onde reine o coletivismo de Ayllus, como no tempo do Tiwanakense Aymara¹¹. A luta é primeiro pela independência nacional, pela nação índia e pelo socialismo (QUISPE apud ESCÁRZAGA, 2012, p.204).

Assim, a guerrilha teve também por característica revelar à política boliviana dois de seus intelectuais fundamentais: Álvaro García-Linera e Raquel Gutiérrez. Presos em 1992 e liberados em 1997 juntamente com Quispe, Linera e Gutiérrez formariam com outros intelectuais, como Luís Tapia Mealla, Raúl Prada e outros, o Grupo Comuna, ao passo que Quispe passaria a liderar o movimento camponês através da CSUTCB.

Todo este universo político e esse caldo cultural formado no período neoliberal - e, em maior parte, contra ele -, foi fundamental para o surgimento do MAS-IPSP. Sob essa ideia foi fundado o “Instrumento Político para a Soberania dos Povos”, em 1995, no congresso *Tierra, Territorio e Instrumento Político*. Nesta ocasião estavam presentes a CSUTCB, a CIDOB, a *Confederación Sindical de Colonizadores de Bolivia* e a *Federación de Mujeres Campesinas – Bartolina Sisa* (DO ALTO, 2007). O instrumento, numa concepção tática, serviria como braço eleitoral dos movimentos sociais e, numa concepção estratégica, serviria à recuperação dos recursos naturais por parte dos povos originários (ROJAS; CHEJ, 2012). Para entender este movimento é importante notar a aprovação da Lei de Participação Popular, como explica Gonçalves:

(...) a Lei de Participação Popular tinha como objetivo reestruturar o governo boliviano da mesma forma que a Lei de Capitalização tinha reestruturado a economia. Tendo criado novos espaços institucionais de política, a lei de fato descentralizou as decisões e responsabilidades do governo nacional, transferindo para âmbitos inferiores como regiões e municípios. A lei, criticada por muitos como uma simples transferência de

¹¹ Tiwanaku é uma cidade, cujas ruínas ainda existem, e que remete às sociedades pré-incaicas. Esse tempo é frequentemente exaltado como glorioso para as culturas aymara e quechua, e alcançar a glória para esses povos significa um retorno mítico a esse tempo, considerando a lógica de temporalidade cíclica presente nessas culturas.

responsabilidade do Estado, terminou sendo responsável por abrir espaços de disputa e discussão política para os indígenas, na medida em que transformou municipalidades rurais em espaços políticos autônomos, que elegeriam representantes (GONÇALVES, 2016, p. 63).

A esta lei se seguiu a criação de muitos municípios nas áreas rurais, o que serviu para um crescimento avassalador do movimento *cocalero* na esfera do Estado e, também, de sua maior liderança, Evo Morales, já em 1997 eleito com a maior votação nacional: “No entanto, o Movimento ao Socialismo (MAS) se beneficiou dessa abertura institucional, iniciando localmente seu processo de estruturação desde Cochabamba e especificamente do Trópico do Chapare, base territorial do movimento cocaleiro” (PEREIRA DA SILVA, 2015, p.122).

O “Instrumento Político” concorreu às eleições se apoderando de uma pequena legenda já existente, de nome *Movimiento Al Socialismo* (MAS), tornando-se assim, MAS-IPSP. A sigla se consolidaria ainda mais como alternativa política durante a crise do neoliberalismo. Entre 2000 e 2005, 5 presidentes ocuparam o cargo: Hugo Banzer, que faleceu durante o mandato em 2001; Jorge Quiroga, seu vice que completou o mandato; Sánchez de Lozada (2002-2003) não conseguindo completar o mandato; Carlos Mesa (2003-2005); Eduardo Rodríguez (2005-2006). Isso se deu em meio a grande crise institucional no país diante das incessantes manifestações ocorridas no período, como os eventos conhecidos como a “Guerra da Água” e a “Guerra do Gás”, onde a população se levantou contra a privatização destes recursos naturais. Em 2000 o serviço de água potável na região de Cochabamba havia sido privatizado e ficou a cargo da empresa estadunidense Betchel-Holdings, que logo tratou de subir a tarifa do serviço. Isso desencadeou uma série de mobilizações, coordenadas por uma associação que surgiu no curso dos protestos, a *Coordinadora del Agua*. O resultado da mobilização popular foi o cancelamento do consórcio com a multinacional, que deixou o país (CAMARGO, 2006).

Esse processo já teria impacto nas eleições de 2002, que se não garantiram a eleição de Evo Morales, já candidato à presidência, resultaram em grande ampliação da representação indígena no parlamento:

(...) os resultados eleitorais de 2002, com Evo Morales candidato a presidente pelo *Movimiento al Socialismo* (MAS), assim como Felipe Quispe, pelo *Movimiento Indígena Pachakuti* (MIP), foram surpreendentes. Morales teve apenas 1,5% a menos de votos que Goni, ficando em segundo lugar, e Quispe ficou com 5% dos votos. O MAS conseguiu 8 de 27 cadeiras no Senado, e 27 de 130 no Congresso, enquanto o MIP conseguiu 6 cadeiras no Congresso (GONÇALVES, 2015, p.92).

Segundo Roxana Liendo, esse é um primeiro momento onde os indígenas fortaleceram suas próprias representações no processo eleitoral, ao invés de eleger mediadores, como os “movimentos populistas”:

Estes espaços ganhos dentro da participação em uma democracia pactuada se veriam fortalecidos ante à resistência a medidas económicas dos governos neoliberais, entre os que se têm como conquistas: a resistência à privatização da água, “Guerra da água” (2000); a oposição ao imposto sobre os salários, que provocou em 2003 uma explosão social que conseguiu paralisar as cidades de La Paz e El Alto; a tentativa de vender gás ao Chile, que levou a um levantamento popular conhecido como a “Guerra do Gás” (2003) que teve como cenário a cidade de El Alto (LIENDO, 2017, s/p) (Tradução livre).

Portanto, a autora acentua como o ciclo de mobilizações ocorridas no período, bem como a crise institucional gerada a partir dele, proporcionaram uma também maior inserção institucional dos indígenas. A Guerra do Gás, outro acontecimento histórico mencionado pela autora, se iniciou em 2003 durante o governo Sánchez de Lozada, se refere à venda aos Estados Unidos do gás natural em forma liquefeita (GLP). Na ocasião, o governo planejava canalizar o gás através do Chile, o que não foi anunciado publicamente, desconsiderando a histórica disputa da Bolívia com o Chile pelo acesso ao mar, o que tornou o assunto ainda mais polêmico e terminaria com a queda do presidente (CAMARGO, 2006).

Em 2014, na ocasião de minha pesquisa de mestrado, entrevistei o então secretário executivo da CONAMAQ, Hilarion Mamani, e ele descreveu os eventos da Guerra do Gás da seguinte maneira:

Uma luta, confrontação forte! E o presidente nunca abandonava, naquela ocasião, Senhor Gonzalo Sánchez de Lozada! Um empresário transnacional, um empresário saqueador dos recursos naturais. (...) Um empresário que contaminou nossa Mãe Terra! E quis vender para o Chile nosso gasoduto por um preço de galinha morta, certo? E por isso, nós, no Outubro Negro, fomos fortes numa marcha, mobilização de todas as organizações sociais. E expulsamos! A partir dessa expulsão dissemos que não podemos permitir os neoliberais. Antes temos que ter um governo digno e soberano de nossa pátria querida que é Bolívia (MAMANI, 2014, s/p) (Tradução livre).

Desse trecho da entrevista, podem ser retiradas algumas observações. No que pese a entrevista ter se dado no momento em que Evo Morales se candidatava à presidência pela terceira vez, em 2014, Mamani enfatiza a unidade das organizações sociais nas mobilizações de 2003, que de fato dariam berço a uma estrutura política fundamental para

o que viria a ser a hegemonia masista: *o Pacto de Unidad*. O Pacto de Unidade foi uma reunião de organizações sociais, muitas vezes rivais, que coordenou mobilizações e que futuramente seria fundamental no processo da Assembleia Constituinte. Portanto, esta iniciativa política contra-hegemônica visava combater o neoliberalismo do protesto à proposta - como diz a militância do MAS-IPSP -, ou seja, desde as mobilizações populares até a elaboração de políticas públicas. Em outra entrevista realizada na mesma ida a campo, Leonilda Zurita, na ocasião vice-presidenta do MAS-IPSP, mais ligada às Bartolinas e à CSUTCB, também enfatiza o papel do Pacto de Unidade:

Nos unimos as cinco organizações matrizes: CSUTCB, as mulheres (Bartolina Sisa), a CIDOB, a CONAMAQ e as comunidades interculturais. E isso para defender. Nos organizamos para lutar contra o neoliberalismo, contra aqueles invasores, contra aqueles que vêm a investir... investir e saquear-nos com a capitalização. Mas graças à unidade de todas as organizações, nos unimos e hoje se luta contra o capitalismo, contra o neoliberalismo, contra o imperialismo, e por isso nós somos anti-imperialismo, antineoliberal e anticapitalista. E por isso nos declaramos em estado de emergência para defender nossos *procesos de cambio*, para defender nossa sabedoria, para defender esta Revolução Democrática Cultural, que conduz o irmão Evo. O único que fica é a unidade, unidade destas organizações, porque estas organizações são a base fundamental deste *proceso de cambio*. Não é um partido, é um projeto político que surge de um movimento, movimentos sociais, de organizações sociais, porque vemos que alguns partidos se organizam e não tem militância, não tem base (ZURITA, 2014, s/p) (Tradução livre).

Como se pode notar, até 2014, Zurita compreendia o mesmo Pacto de Unidade como uma base fundamental da política do governo. Nesse trecho também se pode observar, assim como na entrevista de Mamani, que diferentes matrizes políticas se somam na luta antineoliberal e na formação do Pacto de Unidade. Entre elas, o nacionalismo anti-imperialista, expresso na questão da saída para o mar e na privatização dos recursos naturais. A isto se soma a ideia de que os capitalistas, os neoliberais investem para saquear os recursos naturais, para depredar a natureza, para ofender a *Pachamama*. Portanto, ao tradicional nacionalismo se somam os valores indígenas originários. Assim, operários, *cocaleros* e indígenas estavam organizados em torno de uma pauta nacionalista, de repúdio à participação do capital internacional na economia, mas um nacionalismo originário, onde estavam presentes não apenas uma nação, mas várias, e uma das propostas que unificava estas lutas era o estabelecimento de uma assembleia constituinte que estabelecesse a Bolívia como Estado Plurinacional, como bem resume Gonçalves:

A luta contra a privatização do gás natural – recurso que abunda na Bolívia e que historicamente sempre foi exportado a preços muito pequenos – sintetizou vários planos da luta social latente na Bolívia

daqueles anos: a resistência às políticas neoliberais e à globalização privatizante; a recuperação da soberania nacional diante da nova ordem mundial; a recuperação dos recursos naturais do país e a disputa por seus excedentes; a luta de classes propriamente dita, já que o movimento popular reivindica o uso do gás para os trabalhadores, desempregados, para os pobres, numa perspectiva de distribuição social do recurso energético; por fim, como um dos principais articuladores, está o plano das reivindicações indígenas, nacionais, culturais e étnicas (PRADA, 2004, p.97). Da articulação entre todos esses planos de reivindicação e de luta política, surge fortalecida a demanda já existente por uma Assembleia Constituinte no país (GONÇALVES, 2015, p.94).

3.3 A Contribuição intelectual

Seguindo o exercício koselleckiano dessa tese, algumas palavras-chave se podem notar como marcos históricos do período neoliberal, e é sobre elas que refletiremos nesse tópico sobre a contribuição intelectual e ideológica da esquerda nesse período. Como vimos, a palavra “emprego” se converteu em pauta política do sindicalismo petista nos anos 1990, assim como o crescimento das plantações de coca na Bolívia é percebido como um efeito da falta de “emprego” também. Esse drama da classe trabalhadora é compreendido como um efeito das políticas neoliberais de privatização das grandes empresas estatais, antes orgulho dos governos nacionalistas em ambos os países, bem como de um processo contínuo de desindustrialização na região da América Latina. Tudo isso é visto também como consequência de uma dinâmica internacional da acumulação de capital, o conhecido processo de “globalização”:

No plano social, o espectro do desemprego ronda toda a Europa, a América Latina e o antigo bloco soviético, enquanto a África encontra-se inteiramente desestruturada; a distribuição de renda piorou por toda a parte (aumentando a participação dos rentistas e diminuindo a participação do trabalho), e mais notoriamente nos EUA, onde os grupos afluentes situados no percentil superior da distribuição de riqueza absorveram o grosso do crescimento da renda, enquanto os indicadores de pobreza e exclusão social adquirem matizes de Terceiro Mundo (TAVARES; MELIN, 1997).

Nesse sentido, a respeito das formulações de esquerda sobre o Estado, o que se vê ganhando força são aquelas que defendem uma maior intervenção do Estado na economia, em defesa dos direitos dos trabalhadores. Se, no caso do petismo predominava a teoria do populismo, o que veremos, nesse novo momento, é o retorno do Estado cepalino de Celso Furtado:

O produto inicial deste seminário aparece aqui na forma de sete ensaios precedidos dum prólogo de João Manuel Cardoso de Mello escrito na

forma de uma homenagem a Celso Furtado, o decano do pensamento estruturalista, ao qual estão ligados, de uma forma ou outra, os autores deste livro. Cardoso de Mello retoma a visão de Prebisch sobre as relações centro-periferia e se recoloca as duas questões clássicas sobre a) o poder de difusão do capitalismo industrial e b) sobre sua capacidade de generalização dos padrões de vida dos centros desenvolvidos. A partir daí sintetiza de forma esquemática, porém precisa, o que foram as relações entre os centros e o mundo subdesenvolvido nas quatro vagas expansivas do capitalismo que se desdobram a partir das industrializações originárias e tardias do século XIX (TAVARES; FIORI, 1997,p.8).

O referido seminário/obra é *Poder e Dinheiro: Uma economia política da globalização (1997)*, que será apreciado nessa tese. O trecho destacado confirma a influência cepalina de Furtado e Prebisch, bem como de suas visões da relação centro-periferia, o papel da industrialização no bem-estar social, etc. Os autores mencionados são, além dos organizadores Maria da Conceição Tavares e Luís Fiori: Luiz Eduardo Melin, Luiz Gonzaga Belluzo, José Carlos de Souza Braga, José Carlos Miranda, Carlos Aguiar de Medeiros, Ernani Teixeira Torres Filho.

Nesse sentido, examino algumas obras que podem ilustrar como essas ideias se formaram no contexto histórico e político já exposto nesse capítulo. Como vimos, Altman menciona a influência de dois grandes núcleos de economistas (os da UFRJ e os da UNICAMP) como principais influenciadores do pensamento petista na área do trabalho e, portanto, examinaremos elementos da obra da já citada Maria da Conceição Tavares, que foi professora em ambas as universidades e é muito respeitada por ambos os núcleos. No livro *Aquarella do Brasil: Ensaio Político e Econômico sobre o Governo Collor (1991)*, se pode notar tal influência de seu pensamento a partir das palavras dela própria, que o faz em tom de humildade se referindo aos colegas da UFRJ:

A gratidão brota do comportamento dos meus companheiros do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro que, num impulso espontâneo de energia crítica, resolveram dar uma contribuição ao debate coletivo, nesta hora em que o desânimo e a depressão vão invadindo corações e mentes. Tomo a delegação que me deram, de fazer a apresentação do livro, como um gesto de afeto, uma espécie de presente de aniversário pelos 60 anos vividos e os 35 de serviço público que completo este ano. Uma espécie de aval para continuar, junto com eles, esta travessia dramática de pensar contra a corrente (CONCEIÇÃO TAVARES, 1991, p.7).

O livro é organizado por ela, Maria Valéria Junho Pena e Aloísio Teixeira, que mais tarde viria a ser reitor da mesma universidade, nos anos do Governo Lula. A economista é vista como uma continuadora do legado de Celso Furtado e sua discussão

sobre a “hegemonia americana” é tida como leitura básica para a compreensão do processo de globalização. Além desta obra, discutiremos o texto “A propósito de um debate sobre socialismo e globalização” (2001), fruto do debate “Socialismo e Globalização” realizado no diretório nacional do PT em junho de 2000, e, o clássico *A retomada da hegemonia americana*, presente no livro *Poder e Dinheiro: Uma economia da Globalização* (1997).

Já no caso boliviano, a tese em que o Estado-Nação era o centro opressor das culturas andinas e amazônicas dá lugar – hegemonicamente-, à ênfase na formulação sobre a construção de um novo Estado – o plurinacional-, mas que também deveria se contrapor à privatização da economia. Para compreendermos esse período histórico, trataremos de analisar as contribuições do grupo Comuna e as possíveis sínteses por eles apresentadas em suas publicações. Em entrevista concedida a mim em 2014, na cidade de La Paz, Tapia explica que o grupo Comuna não foi precisamente uma organização política, haja vista que cada um fazia parte de suas próprias organizações e tinham suas próprias articulações:

Comuna foi a unificação de várias pessoas que haviam militado em várias organizações de esquerda. Por exemplo, Raquel Gutiérrez e Álvaro García Linera vieram do EGTK, *Ejército Guerrillero Tupaj Katari*. Raúl Prada, que é outro componente, tinha seu grupo que se chamava Episteme e sempre foi um ativista no campo da esquerda. No início éramos quatro. Eu que vinha da trajetória que te comentava. Comento isso porque Comuna era um grupo político para fazer trabalho intelectual e intervenção teórica e ideológica, mas sem ser parte de uma mesma organização política. Por exemplo, Linera e Gutiérrez tinham vínculo com Felipe Quispe, e Raquel sobretudo com a *Coordinadora del Agua*.

(...)

Era um grupo plural, tínhamos militância em diferentes organizações. A ideia básica era sustentar uma crítica ao neoliberalismo em um momento em que era discurso dominante no campo das Ciências Sociais. Uma boa parte era discurso de legitimação do neoliberalismo no âmbito acadêmico. E logo o que fizemos foi basicamente tratar de teorizar sobre a marcha, a articulação de forças, de movimentos que se desenrolaram desde fins dos anos noventa.¹²

Tratava-se, portanto, de um grupo intelectual com o objetivo de produzir um pensamento antineoliberal. Publicaram livros e artigos com esta orientação, ainda que as referências de cada um fossem plurais. Além disto, as formulações dos autores eram submetidas aos debates em assembleias populares, sobretudo a partir das articulações políticas de Raquel Gutiérrez com a *Coordinadora del Agua* (GONÇALVES, 2015).

Sobre as origens e diferenças entre os membros, no caso dela e Linera, destacam-se suas trajetórias em comum no EGTK, e antes disso nos estudos universitários no México,

¹²Entrevista com Luís Tapia Mealla. La Paz, 2014.

onde tiveram acesso ao debate indianista. Assim, para Gutiérrez tratava-se de entender as ações coletivas de etnias e de gênero numa perspectiva marxista, enquanto para Linera tratava-se de um pensamento marxista ancorado nos Grundrisse, mas também combinando com a sociologia de Bourdieu. O autor tratou também em muitos textos de uma análise que combinasse marxismo e indianismo (GONÇALVES, 2015). Em entrevista concedida a mim, Linera (2021) trata do assunto numa direção semelhante à de Tapia:

Mas o Comuna foi um encontro de uma geração de intelectuais políticos provenientes de distintas correntes, de distintas experiências políticas, ou acadêmicas ou intelectuais, mas que assumiam uma atitude crítica frente ao neoliberalismo predominante e, que reivindicavam a vertente do “popular” com distintas tendências: uns mais “operaristas”, outros mais indigenistas ou indianistas, mas sempre o “plebeu” e a perspectiva socialista. Creio que essas três coisas eram chave. Posição crítica frente ao neoliberalismo, reivindicação do popular frente à história e ao neoliberalismo... as lutas do popular, a pré-história do popular e o horizonte socialista (LINERA, 2021, s/p) (Tradução livre).

Destaca também que ninguém mais na esquerda estava cumprindo esse papel, por isso o sucesso do grupo:

Em um momento, Allysson, que a maior parte da intelectualidade de esquerda boliviana - não todos, mas a maior parte -, havia enterrado as flechas e mudou de escudo. Como foi na América Latina, foram anos muito duros, os anos 90, para Bolívia. Você vai ver todo um processo de decepção política, de intelectuais, de lutadores, de acadêmicos, de investigadores, que acreditaram que o neoliberalismo era o fim da história. Havia fracassado um governo de esquerda nos anos 82, 85, a UDP, com a hiperinflação, foi para nós nosso muro de Berlim, seis anos antes de que caísse o muro de Berlim, mas para Bolívia foi o muro de Berlim. A esquerda estava liquidada, havia fracassado economicamente (LINERA, 2021, s/p) (Tradução livre).

Já Raúl Prada vinha de outro grupo também de natureza acadêmica chamado Episteme, onde discutia metodologia e ciência em chave crítica. O grupo tinha forte influência da epistemologia francesa, do pós-estruturalismo. Raúl Prada viria a ser deputado durante o período da Assembleia Constituinte, quase como um representante da *Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qollasuyu* (CONAMAQ), fundada em 1997 (GONÇALVEZ, 2015)

Luís Tapia Mealla, por sua vez, vinha de um grupo chamado *Autodeterminación*, de viés gramsciano. Publicavam uma revista de mesmo nome e se debruçavam sobre o pensamento de René Zavaleta Mercado (GONÇALVEZ, 2015). Teve atuação no movimento estudantil também, numa organização chamada Tolata que fez parte da UDP, e

se exilou no México no período militar, onde estudou Filosofia e Ciência Política¹³.

Há alguns exemplos claros de como se davam esses vínculos mais estreitos: primeiro de Raquel Gutierrez, que participava e era uma importante articuladora da Coordinadora del agua, em Cochabamba, que seria a organização protagonista da “Guerra da água”, em abril de 2000. Aos poucos, todos os membros do Comuna foram criando laços mais efetivos com a Coordinadora (Prada, 2012). Aí havia uma relação muito aberta e constante com o Comuna, a partir dessa ligação proporcionada pela militância da única mulher do Comuna (...) Das origens militantes de Álvaro Garcia vinham as relações, menos amistosas já depois do surgimento do Comuna com a CSUTCB e Felipe Quispe - dirigentes da segunda mobilização de massas contra o neoliberalismo de 2000, em setembro - que via com muitas críticas a construção de um grupo intelectual de *q'aras* (homens brancos). Daí que as relações com a CSUTCB existissem, mas não fossem tão tranquilas e abertas como com a Coordinadora. Prada, por sua vez, tinha muito abertura e participação no Consejo de Ayllus y Markas del Qollasuyo (CONAMAQ), maior entidade representativa dos povos indígenas das Terras Altas bolivianas, desde 1997, funcionando praticamente como assessor deste movimento, o que acontece ainda atualmente (GONÇALVEZ, 2015 p.83).

Por essas razões, quais sejam, suas articulações e influência nos episódios históricos supracitados, e também na Guerra da Água e na Guerra do Gás – quando os mais diversos setores subalternos pararam o país rejeitando o regime neoliberal -, afirmamos que as ideias defendidas por esses intelectuais traduzem as ideias produzidas nos movimentos sociais no período.

Para a compreensão do fenômeno econômico e das relações de trabalho no neoliberalismo na Bolívia, buscaremos examinar a obra de Álvaro García Linera, o mais famoso membro do grupo Comuna, e que viria a ser vice-presidente da Bolívia nos governos de Evo Morales. Os textos a serem analisados são *O Manifesto Comunista e o Nosso Tempo*, publicado pela primeira vez em 1999, onde o autor desenvolve uma análise crítica do desenvolvimento da acumulação de capital no século XX, buscando pensar a divisão social do trabalho no nosso tempo, e especialmente o lugar do trabalho comunitário na dinâmica da acumulação. Além desse, também *Estrutura dos Movimentos Sociais*, publicado pela primeira vez em 2001, onde o autor reflete sobre as estratégias de organização política dos bolivianos na crise do neoliberalismo no país, mas sobretudo a respeito dos efeitos do neoliberalismo na vida da população e da organização social no país. Ambos os textos se encontram na coletânea *A Potência Plebeia* (2010).

3.3.1 O impacto econômico-social do neoliberalismo

¹³Idem.

Faz-se interessante de princípio destacar a crítica à palavra “globalização” feita por Tavares e Fiori na apresentação de *Poder e Dinheiro: Uma economia política da globalização* (1997). Os autores são enfáticos ao marcar o aspecto ideológico e liberal deste conceito, que visa atribuir a este processo uma conotação positiva, como de integração dos povos. Chamam a atenção ao fato de que todos os autores que escreveram capítulos desta obra compartilham a visão de que a globalização consiste em uma predominância do capital financeiro nesta nova etapa da internacionalização capitalista, universalizando-o. Compartilhariam também uma crítica à ingenuidade na qual se almejava uma inserção no processo de globalização às custas do desmonte do Estado e de abertura comercial e financeira (TAVARES; FIORI, 1997).

Já em *Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana* (1997) - terceiro capítulo da mesma obra e escrito com Luiz Eduardo Melin -, Tavares retoma o debate sobre a globalização sob o olhar do seu reconhecido tema de pesquisa, a *hegemonia norte-americana*, já que para ela, os EUA são o principal país beneficiário do processo de globalização. Nesse sentido, a globalização teria origem na pressão estadunidense pela liberalização dos movimentos de capital.

Assim, a partir de 1992, com a desregulação cambial e financeira atingindo três continentes, o capital financeiro tem voado para todos os portos num jogo de cassino em que ganhadores e perdedores só têm contribuído para reforçar a posição financeira do dólar (TAVARES; MELIN, 1997, p.63).

Debatendo com seus pares que avaliavam um progressivo declínio da hegemonia estadunidense, os autores reafirmam a antiga posição de Tavares de que os então movimentos da economia internacional, bem como da acumulação de capital em escala planetária, serviram para estabelecer o dólar como denominador comum nas trocas comerciais internacionais, adquirindo uma função de “segurança e arbitragem”:

Não se tendo verificado o aparecimento das tão esperadas e anunciadas “áreas monetárias autônomas” do G-3, o dólar, supostamente uma “moeda fraca”, tornou-se o denominador comum da financeirização crescente, em particular dos mercados globalizados. Nesses mercados, a denominação em dólar nas operações plurimonetárias cumpre três funções primordiais para o capital internacional: provê liquidez instantânea em qualquer mercado; garante segurança nas operações de risco; e serve como unidade de conta da riqueza financeira virtual, presente e futura (TAVARES; MELIN, 1997, p.63-64).

Assim, demarcando períodos do fortalecimento dessa hegemonia, os autores

afirmam que já entre 1979 e 1985 notam-se crises bancárias e cambiais em três continentes - Ásia, Europa e América Latina -, provocadas pelo crescimento da dívida externa no chamado “Terceiro Mundo”. O posterior aprofundamento da hegemonia estadunidense causaria uma “destruição e deslocalização muito rápida das atividades produtivas, tipicamente em áreas industriais estruturadas no após-guerra” (TAVARES;MELIN, 1997, p.72). Os autores observam, portanto, que há uma ingerência desses setores do capital nas políticas dos Estados nacionais, falando em ditadura do capital financeiro:

Como é natural, vários bancos centrais, ao seguir essa política de “coordenação (que alguns autores chamam de “ditadura do capital financeiro”, por contraposição à visão neoliberal da “soberania e espontaneísmo” do mercado), tendem a entrar em contradição com as políticas nacionais de gasto fiscal, em particular as de natureza social. A seguridade social pública ou privada e os sistemas financeiros de habitação que dependem de projetos atuariais de longo prazo, entram na dança da globalização tentando combinar segurança e rentabilidade(...) (TAVARES;MELIN, 1997, p.65).

Já Álvaro Garcia-Linera abordará o tema de forma sociológica, enfatizando e detalhando mais os efeitos sociais do neoliberalismo, em especial naquilo que tange à divisão social do trabalho, ou a fragmentação material do trabalho, como ele chama:

Essa fragmentação da estrutura material do trabalho decerto rompe com a imagem da fábrica fordista composta por um exército operário homogeneizado, uniformizado e compacto. Essa foi uma forma histórica temporal da obreirização em setores decisivos da economia que agora se dissolvem para dar lugar a formas mais complexas, matizadas e desconcentradas por meio da subcontratação, da ‘venda de serviços (GARCÍA-LINERA, 2010, p.76).

Trata-se do que no Brasil se chamou de “fim da Era Vargas”, ou o regime de proteção ao trabalho que se convencionou nesses anos onde se buscava um capitalismo “moderno” e industrial. Como vimos, na Bolívia algo semelhante se sucedeu durante o chamado “Estado de 52”, onde o sindicato por categoria de trabalho se fortaleceu e veio a ser a forma de acesso à cidadania. Já esse período histórico, o neoliberalismo, seria marcado pelo fim do contrato fixo de trabalho:

O contrato fixo que sustentou o sentido de previsibilidade é hoje uma exceção diante da subcontratação, da eventualidade e do contrato por obra, que tornam precária a identidade coletiva e promovem o nomadismo trabalhista, limitado em sua capacidade de forjar fidelidades a longo prazo. Isso provoca uma 'hibridação' segundo Mikhail Baktin, da condição de classe, bem como a emergência de 'identidades contingentes' dos trabalhadores segundo a atividade, os ofícios trabalhistas, os contextos culturais em que se encontrem temporariamente e a dinâmica de 'contornos difusos' entre o espaço do trabalho e do não trabalho

(GARCÍA-LINERA, 2010, p.244).

Na Bolívia, a forte desindustrialização da economia acompanhou o crescimento do segmento *cocalero*. García-Linera (2010) chama a atenção para o impacto do fim do contrato fixo de trabalho, que provocou um nomadismo trabalhista e contribuiu para diluir as identidades coletivas de classe. Segundo ele, viu-se um nomadismo que inclui as mais diversas ocupações do mercado informal, o comércio, o trabalho agrícola e até mesmo o contrabando.

O autor menciona também o aspecto da internacionalização do capital, notando que 35% do PIB da Bolívia passou às mãos de empresas transnacionais, o que enfraqueceu o Estado boliviano. “O Estado produtor cedeu lugar ao capital estrangeiro como locomotiva econômica” (GARCÍA-LINERA, 2010, p.224). Esse fato é acentuado pelo declínio do sindicalismo, que acompanhou a política de desindustrialização. García-Linera fala em desaparecimento da tradicional Central Obrera Boliviana (COB), uma vez que seu vigor histórico tinha por base as grandes concentrações operárias que deixaram de existir, e portanto “morreu uma forma organizativa, com capacidade de efeito estatal, em torno da qual se aglutinaram durante 35 anos outros setores carentes da cidade e do campo” (GARCÍA-LINERA, 2010, p.225).

Essa crescente divisão social do trabalho teria transformado as relações sociais de produção em escala internacional. O autor nota que o operário moderno deve ser procurado não apenas nas grandes fábricas, mas nas microempresas, nas empresas subcontratistas, na mineração, na produção de serviços, e até mesmo nos domicílios, já que para ele, assim como vimos no primeiro capítulo em Mattos (2019) e no próprio Marx, o que define a condição proletária não é o ramo da produção, mas a característica de produzir valor:

Pode-se dizer que o mundo vai se convertendo pouco a pouco numa gigantesca oficina na qual povos, comunidades e trabalhadores são atirados a uma trituradora que tenta converter todos em força de trabalho, em operários, valorizando o capital. Por isso, a afirmação no Manifesto de que ‘a sociedade divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto’ é hoje uma evidência que vem se desenvolvendo ante nossos olhos; nas últimas décadas, com uma inusitada força em escala planetária (GARCÍA-LINERA, 2010, p.77).

Esse processo de desindustrialização, crescimento do desemprego, e enfraquecimento dos Estados nacionais também é notado no Brasil, em particular na obra do economista Márcio Pochmann, citado por Medeiros como um dos intelectuais mais influentes no PT nos anos 1990. Em *O emprego no desenvolvimento da Nação* (2008),

Pochmann o demonstra:

Por sofrer influências diversas, como do processo de globalização produtiva e financeira, da redefinição do papel do Estado na economia e do novo ciclo de inovações tecnológicas, o nível e a qualidade do emprego relacionam-se ainda mais à atividade econômica. Por isso, a instabilidade crescente no mundo do trabalho, com a precarização das condições e relações de emprego e a permanência de elevadas taxas de desemprego, não deve ser desassociada do movimento geral do capitalismo contemporâneo neste começo de século, desprovido de uma coordenação mais favorável à produção e ao emprego. Isso afeta, direta e indiretamente, sobretudo o conjunto dos países periféricos, como o Brasil, que passou a registrar, na década de 1990, a sua mais grave crise de emprego desde a Revolução de 1930 (POCHMANN, 2008, p.10-11).

O autor argumenta que, nas cinco décadas anteriores aos anos 1990, houve crescimento da renda no país e índices de desemprego bem mais reduzidos. Além disto, a partir de então, se proliferaram novas formas de contratação de trabalho e se desacelerou o assalariamento. Portanto, esta perspectiva, que associa a queda no emprego com a desregulamentação da economia, confere ao Estado o papel de proteção ao trabalho.

Por outro lado, García-Linera trata de formas de trabalho que conviveram ao longo do tempo com o assalariamento, mas que dizem respeito a outros modos de produção. Chama de formas de trabalho pré-capitalistas ou não-capitalistas. Trata-se de uma perspectiva na qual a formação da classe trabalhadora é histórica e, nunca definitiva. Nela, o autor busca entender o capitalismo de forma global, mas também particularmente como se apropria das formas produtivas indígenas na Bolívia, bem como de suas culturas:

A qualidade do colonialismo em geral, e do ‘colonialismo interno’ em particular, seria dada inicialmente pela sujeição formal das relações sociais das estruturas comunais ao capital e, por tal motivo, simultaneamente, pela constituição de membros da entidade comunal de classe em relação às classes sociais que configuram a realidade capitalista externa que os engloba. Os problemas para a formação da identidade de classe, que nesse espaço é uma identidade intercomunal ou supracomunal, são similares às demais classes subalternas até superar a fragmentação social que, aqui, não só é promovida pelo domínio externo do capital, mas fomentada pela própria identidade comunal local, assentada nas relações de parentesco (consanguíneas e ritualísticas) (GARCÍA-LINERA, 2010, p.60-61).

É preciso contextualizar esse trecho em alguns aspectos e camadas. O primeiro é o uso da palavra colonialismo, que se refere não a relações sociais do passado colonial, mas sim do momento em que o texto foi escrito, ou seja, o período neoliberal. O que o autor está explicando é que as relações comunais indígenas, e de diferentes etnias, são anteriores ao modo de produção capitalista na Bolívia. Ainda que ele não faça um historização do

surgimento do capitalismo no país, o que quer notar é que progressivamente essas comunidades indígenas se viram na necessidade de se relacionar por meio das trocas comerciais capitalistas e, nesse sentido, se submeter às demandas da acumulação de capital. O termo “colonialismo interno” não foi cunhado por ele, mas sim por Juan Pablo Casanova, mas foi largamente utilizado pelos intelectuais do grupo Comuna – principalmente por ele e Luís Tapia Mealla -, e sugere a ideia de uma colonização não por uma potência estrangeira, como é a noção usual, mas por uma ordem política de inspiração colonial, já que raça e classe se misturam numa estrutura de dominação política.

Já na segunda frase, o autor está debatendo com aqueles que não vislumbram a formação de uma identidade de classe entre os indígenas. Trata-se de um debate histórico no país, bem como uma rivalidade entre “operários” e “camponeses”. Ao longo desse texto, qual seja, *O Manifesto Comunista e o Nosso Tempo* (2010), primeiro capítulo de *A Revolução Plebeia* (2010), García-Linera está travando um debate sobre que interpretação do mundo o marxismo deve apresentar com as vertentes mais tradicionais ligadas à experiência soviética. Enquanto comumente as organizações e os intelectuais comunistas consideraram as formas indígenas de organização política e da produção como arcaicas e pertencentes a modos de produção anteriores, García-Linera se filia a uma outra vertente marxista, que tem seu berço no peruano José Carlos Mariátegui e seu marxismo indo-americano, mas que passa também pelo katarismo dos anos 1970 e 1980, quando ele inclusive participou de uma guerrilha katarista, em nome da qual seria preso juntamente com sua então esposa e companheira de lutas e intelectual, Raquel Gutiérrez. Tal vertente vê nos indígenas não uma representação do passado, mas sim uma possibilidade de futuro, na qual a universalização de suas comunas poderia ser o caminho revolucionário. Nas palavras de Linera, unir duas correntes revolucionárias: indianismo e marxismo (GARCÍA-LINERA, 2010).

A persistência de estruturas comunais, de formas de organização e de trabalho não capitalistas ou pré-capitalistas não anula essa força mundial obreirizante; mostram-na precisamente como uma tendência que parecia remontar outras forças que apontam em sentidos históricos distintos, não como uma lei irrefutável e acima da história. Desse ponto de vista, o congelamento e a refuncionalização parcial de capacidades laborais não mercantis pelo capital mostra todos os modos particulares, nesse caso ambíguos, da realização e das fronteiras dessa tendência. Mas, além disso, o Manifesto não só trata da crescente ampliação do ‘campo’ obreirizado da população mundial: fala de um campo fragmentado, contraditório, atravessado por uma infinidade de muralhas que dividem brutalmente a unidade do campo de classe e fazem que ele apareça como um campo desagregado (GARCÍA-LINERA, 2010, p.77-78).

Já a mencionada discussão sobre as comunidades indígenas na Bolívia tem inspiração nos debates de Marx e Engels sobre a Rússia do século XIX, que acabava de abolir a servidão. A organização produtiva e política desses ex-servos em formas coletivas e de inspiração socialista colocaram desafios à concepção de modo de produção do materialismo histórico à época e, também, à própria noção de História. Os debates dos fundadores do marxismo com socialistas russos foi objeto e agenda de pesquisa de Linera, com o objetivo de entender o que ele chama de subsunção das formas comunitárias ao capital, como ele próprio confirmou a mim:

Pelo lado da reflexão marxista, essa é a outra vertente; a vertente de todo o que vínhamos refletindo nesta obsessão de como explicar o indígena e o comunitário presente em Marx. Nos cadernos Zasluch, nos cadernos etnológicos, nos cadernos Kovalevsky, que eu consegui muito cedo no México... os consigo no ano 82, 83, 84. Então havia da minha parte um marxismo comunitarizado, digamos assim, porque encontrava aí respostas, caminhos para explicar o que não pode explicar a esquerda antes, na Bolívia: o aymara, a força histórica do aymara.

Então dentro dos marxistas, este encontro com os textos sobre as comunidades agrárias de Marx em Kovalevsky, nas cartas a Zasluch, nos cadernos etnológicos, reforça que aqui no comunitário há algo muito poderoso dentro de um marxismo renovado, e nos sentimos como os que têm que fazer a batalha, como espadachins, contra os deformadores de um marxismo que abandonou esta temática do comunitário, que é uma peça chave da transformação mundial, mas em particular de sociedades como a boliviana, a latinoamericana. Enfim, onde a presença do agrário, do indígena e das relações de dominação colonial são muito fortes, historicamente e atualmente (LINERA, 2021, s/p).

Essa agenda de pesquisa estabelecida pelo autor busca explicar, por um viés marxista, a realidade indígena da Bolívia - já que o repertório de lutas desse setor da sociedade marcou a agenda pública da segunda metade do século XX no país. Aqui Linera se coloca entre o indianismo herdeiro de Fausto Reinaga que nega a existência da luta de classes no território boliviano e o marxismo operário, como ele próprio denomina, que acredita que as comunidades indígenas representam o atraso na sociedade boliviana, propondo o “encontro entre duas razões revolucionárias” (GARCÍA-LINERA, 2010).

A modo de conclusão, como já mencionado, as ideias produzidas pela esquerda no âmbito da economia, em ambos os países, convergiram para os problemas relativos à desestruturação do Estado Nacional no que se refere à defesa do mercado interno e do poder de compra do trabalhador e à defesa do emprego. Seriam problemas relativos ao processo de globalização, ou “ditadura do capital financeiro”, de maneira que a internacionalização do capital se dá mediante a imposição de uma agenda econômica aos

países da periferia, o que envolve a desindustrialização de suas economias, a privatização de empresas estatais e a desregulamentação das leis trabalhistas.

A respeito das diferenças entre eles, nota-se no debate realizado por Álvaro García-Linera a inclusão de um problema estrutural da ordem política boliviana, que independe da etapa histórica do capitalismo, qual seja, a racialização da vida pública mediante a exclusão cultural, linguística e de propriedade de povos entendidos como originários e ancestrais do território boliviano. Isto implica, no âmbito da discussão nacional, algo além da recuperação do Estado Nacional enquanto utopia política. Já em Maria da Conceição Tavares, pudemos observar uma reapropriação da utopia cepalina, ainda que dizer isto não seja preciso a respeito da totalidade de seu pensamento, que também postula uma reflexão sobre a superação do modo de produção capitalista. Todavia, a defesa do Estado-Nação como luta anti-imperialista é uma característica fundamental para entender seu pensamento. Os desdobramentos dessa comparação a respeito de utopias, e os diálogos existentes com outros autores, serão trabalhados no subcapítulo seguinte.

3.3.2 Nação, classe e movimento social

Além das novidades no âmbito da economia, vejamos como novas formulações surgiram também a respeito da disputa política. Cabe tomar por introdução o tema da questão nacional e como é tratada do ponto de vista da emancipação política.

Em *A propósito de um debate sobre socialismo e globalização*, de Tavares (2001), publicação realizada a partir da fala da autora no seminário *Socialismo e Globalização*, realizado pela Fundação Perseu Abramo para um público majoritariamente petista em 2000, podemos observar como a questão nacional é colocada no centro da luta política. A autora identifica uma crise da nacionalidade na região da América Latina, ainda que avalie que no Brasil a situação não se dava de forma tão grave como na Argentina, no México, na Colômbia e no Peru – “aqui” a economia e o Estado nacional não haviam sido tão desestruturados como nesses países: “Apesar da heterogeneidade social e por mais injusto e submisso à “nova ordem mundial” que seja o atual pacto de dominação, ainda continuamos a luta por uma nação!” (TAVARES, 2001, p.12).

A atual forma de inserção na globalização capitalista (ver TAVARES e FIORI,1997), se não for revertida, pode destruir as economias nacionais de vários países, limitar ainda mais a soberania restrita dos Estados nacionais periféricos, mas não destrói necessariamente as lutas populares e democráticas para a construção de uma nação mais justa e um povo mais capaz de se autogovernar para sobreviver com dignidade nesse mar

de iniquidades e prepotências locais e imperiais (TAVARES, 2001, p.11-12).

Podemos notar que aqui a autora utiliza uma linguagem mais política e inflamada e menos técnica, como vimos no subcapítulo anterior. Trata-se de um público militante, que ela deseja influenciar, mas também inflamar. Também se nota o lugar da luta política em destaque na análise, dando mais protagonismo à ação humana na resistência à estrutura capitalista.

A respeito do debate sobre o socialismo como utopia, a autora traça um raciocínio de uma luta em etapas. Derrotar o imperialismo seria uma tarefa anterior ao socialismo, por meio do fortalecimento da nação:

A luta socialista tem se desenvolvido de forma desigual, e o socialismo não está assegurado pela “propriedade estatal ou autogestionária dos meios de produção” nem se tornará hegemônico (no sentido gramsciano) enquanto a expansão quase ininterrupta dos impérios anglo-saxônicos garantir a “ordem mundial” capitalista e hegemonia do “globalitarismo” (TAVARES, 2001, p.14).

Assim, haveria uma etapa anterior onde a discussão sobre o socialismo deveria ser colocada em suspenso. Mais ainda, a autora diz que o socialismo não é uma utopia em si, mas sim o caminho que pavimentam o fim da propriedade privada. Estendeu-se bastante sobre esse tema, dando a entender que é um assunto caro ao público que a assistia. Continuou dizendo inclusive que os nomes não importam, mas sim os caminhos:

Os nomes não importam. As rupturas históricas com o passado de opressão e as lutas incessantes dos povos não se repetem do mesmo modo. Não há “etapas” nem “modelos”, mas, ao contrário do que disse o grande poeta, existem caminhos. Há mais de 300 anos que existem experiências de enfrentamento com o “capitalismo global”, com caminhos populares próprios de cada espaço nacional de luta de classes. Os rumos, estratégias e táticas políticas dependem das conjunturas históricas (da geopolítica e da geoeconomia), mas também da união, do discernimento e do avanço das organizações populares em cada país (ver TAVARES, 2000) (TAVARES, 2001, p.13).

Uma interpretação possível desse trecho é que se trata, sem dúvida, de uma fala anticapitalista, que convida a uma condução autônoma da luta política, sem se prender a modelos históricos, o que como vimos é uma marca do PT. Por outro lado, se a afirmação “os nomes não importam” também parece bem coerente com o debate partidário da década anterior, a respeito da não discussão de um programa partidário, reduz a sinônimos projetos políticos que guardam diferenças entre si. Vejamos:

(...) é a ruptura do pacto de dominação interna, e, portanto, a luta política

no território concreto do espaço nacional, que abre caminhos para o avanço dos direitos populares à vida e à autodeterminação, chame-se ele socialismo, libertação nacional ou aliança democrático-popular (TAVARES, 2001, p.13).

Toda essa reflexão soa como uma preparação para a eleição de Lula em 2002. O que Tavares está defendendo nesse seminário é a possibilidade de uma experiência de esquerda moderada, que tome como pacto o desenvolvimento da nação. Esta impressão é reforçada quando a autora discute a Venezuela como experiência popular de sucesso via eleições, ainda que o debate sobre esse país envolva outros elementos do debate político que não apenas o sucesso da esquerda em eleições. Toda essa discussão, naturalmente, tem por base o então recente declínio da experiência soviética:

As armas atômicas e a propriedade estatal dos meios de produção não garantiram a sobrevivência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), nem a experiência autogestionária da jovem república iugoslava do pós-guerra impediu Kosovo. Mas, muito antes que o modo de produção capitalista termine historicamente, é possível não apenas travar, num só país, uma luta de “horizonte socialista”, mas sobretudo afiançar algumas experiências democráticas e populares concretas que dependem da acumulação de forças sociais, culturais e políticas que cada país ou região possa ter feito no seu passado e nas lutas do presente com vistas a um futuro melhor (TAVARES, 2001, p.14).

A respeito desse futuro melhor, Tavares lista alguns objetivos políticos como aumento da participação popular na administração pública e uma democratização do Estado que não se limite ao Estado de Direito clássico. Em outro seminário, *Desafios do Governo Local: O modo petista de governar*, também realizado pela Fundação Perseu Abramo ainda anteriormente à palestra de Tavares, em 1997, o então governador do Distrito Federal, Cristóvam Buarque, demonstrou incômodo com essa tendência partidária em enfatizar a discussão política dos meios e pôr em segundo plano a discussão dos objetivos. Diz ele:

Quando ficamos muito eufóricos com o modo petista de governar, significa que estamos considerando que a nossa utopia é a maneira de fazer quando não é. A utopia é onde vamos e não como fazemos.

(...)

Vou falar sobre o objetivo petista de governar, porque perdemos essa perspectiva ultimamente. Falamos do modo petista de governar. Mas não me basta o modo petista. Eu quero saber para quê, para quem governar. E não só como (BUARQUE, 1997, p.53).

Se bem que o trecho demonstra a existência de uma pluralidade de opiniões no

partido, a avaliação feita pelo governador de que há uma euforia em torno da opinião contrária, sugere que ela seja hegemônica no interior do partido. No entanto, no momento de reflexão sobre que projeto defender, Buarque é mais evasivo, sinalizando mais uma vez o grande impacto ideológico do fim da URSS na esquerda brasileira:

Vivemos um novo momento em que o partido vai precisar ter propostas e não apenas reivindicações e, portanto, terá estratégias de longo prazo, e não apenas táticas. Vai ter objetivos de longo prazo, como nós tínhamos quando falávamos em socialismo. E o partido deixou de falar em socialismo, até porque não é mais muito claro o que a palavra socialismo quer dizer. Então temos de arranjar outra palavra, ou assumir o socialismo e redefini-lo com as características do nosso partido, do nosso país e desse momento da história da humanidade (BUARQUE, 1997, p.54).

Já Raul Pont (1997), prefeito de Porto Alegre, citando o economista José Luís Fiori, lamenta a tendência do abandono do horizonte socialista. Alerta ainda sobre os perigos do “localismo participacionista”. Celso Daniel, prefeito de Santo André, abordou o problema de outra forma, enfatizando as possibilidades do governo local em enfrentar o neoliberalismo:

Nosso papel é comandar um processo de articulação de forças sociais, inclusive de setores do empresariado e, certamente dos trabalhadores que permita produzir uma estratégia de desenvolvimento com geração de emprego em nível regional, em nível municipal. Isto é claramente um tema da nova estratégia dos governos locais, não só aqui no Brasil, pelo menos desde a década de 1970 (DANIEL, 1997, p.116).

Nessa fala fica ainda mais claro o rumo partidário que levaria à eleição de Lula. Além da democratização do Estado defendida por Tavares, deveria se estabelecer um pacto produtivo com os empresários pelo desenvolvimento e pelo emprego. Aqui definitivamente fica marcada a perspectiva cepalina, na qual o desenvolvimento nacional, com vistas a alcançar o progresso técnico, é o modo de enfrentar o imperialismo e garantir o bem-estar social da população. Essa conclusão se confirma no livro *A Mosca Azul* (2006), de Frei Betto, outro intelectual fundamental desse campo político:

Isso foi bem formulado por Celso Furtado, que procurou combinar industrialização com democratização da terra, da renda, da educação e da política. Esse projeto, castrado pelo golpe militar, ressurgiu potencialmente com a eleição de Lula (BETTO, 2006, p.89).

Sobre os efeitos da globalização na política local, Marco Aurélio García, à época secretário de relações internacionais do PT, assim considerou no seminário de 1997:

Primeiro, evidentemente, a internacionalização da economia tem um

impacto muito forte sobre os estados nacionais. Estamos assistindo em muitos países, a uma crescente cessão de cotas de soberania nacional em proveito de projetos de integração. Muitas vezes, o fenômeno da globalização termina por interferir duramente na própria condução dos governos nacionais.

(...)

Mais do que isso, a internacionalização tem tido efeitos muito fortes do ponto de vista regional e municipal. Aqui no Brasil, a disputa ferrenha que se estabelece entre os estados para trazer uma montadora ou uma fábrica revela concretamente como os efeitos da globalização interferem sobre as políticas regionais e municipais (GARCÍA, 1997, p.120-121).

A disputa por atrair investimentos estrangeiros diz respeito à própria tendência à desindustrialização e ao desemprego. Nesse sentido, o secretário fala sobre a necessidade de uma alternativa econômica ao neoliberalismo:

Ora, eu não acredito que exista uma só política econômica, que seria o neoliberalismo, com algumas vertentes mais à esquerda ou mais à direita. Acho que a possibilidade, sem dúvida nenhuma, da existência de uma política econômica alternativa ao neoliberalismo, e que o êxito que estamos tendo nas prefeituras relaciona-se ao fato de que, nas dimensões locais, está se implementando uma economia política alternativa ou, pelo menos, estão sendo colocados elementos dessa política (GARCÍA, 1997, p.119-120).

Portanto, podemos dizer que, embora não registrado como programa político partidário, foi se cunhando no PT uma tendência de caráter democrático-popular, anti-neoliberal, até mesmo anti-capitalista em algumas ênfases, mas com base em um programa econômico cepalino combinado com uma atuação a partir do “local”, ou seja, muito sensível à disputa política do momento e menos calcada num horizonte programático. Contudo, todo esse debate se inscreve numa revisão histórica do que foi a experiência soviética. Vejamos de que forma Betto o concebe:

Há quem diga que ser de esquerda é desbancar o capitalismo e edificar a sociedade socialista. Concordo em tese, até por questões aritméticas: não haverá futuro digno para a humanidade sem partilha dos bens da terra dos frutos do trabalho humano. Mas como dar fim ao sistema que situa o lucro individual acima de direitos coletivos? Por revoluções? Na atual conjuntura, são inviáveis. Desde a cubana, em 1959, nenhuma outra foi possível na América Latina, exceto a sandinista, na Nicarágua, abortada poucos anos depois. A bolivariana, liderada pelo presidente Hugo Chavez, da Venezuela, não é propriamente uma revolução, mas uma radicalização do processo democrático, levado a superar seu caráter meramente representativo para tornar-se, sobretudo, participativo. Um governo para o povo e com o povo. (BETTO, 2006, p.87).

Já na Bolívia, o debate programático é intenso e divide as organizações sociais e

seus respectivos intelectuais. Além disso, a revisão histórica do programa soviético se dá de outra forma. Em *Indianismo e marxismo: o desencontro de duas razões revolucionárias* (2010), García-Linera está propondo justamente uma perspectiva crítica ao capitalismo, sem com isso aderir às teses que relacionam os indígenas ao atraso:

Para esse marxismo não havia nem índios nem comunidade, o que fez com que uma das mais ricas vertentes do pensamento marxista clássico fosse bloqueada e rechaçada como ferramenta crítica de interpretação da realidade boliviana; além do mais, tal posição obrigou o emergente indianismo político a se afirmar em combate ideológico, tanto contra as correntes nacionalistas como contra as marxistas, que rejeitavam e negavam a temática comunitária agrária e étnico-nacional como forças produtivas políticas capazes de servir de poderes regenerativos da estrutura social, precisamente como fez o indianismo (GARCÍA-LINERA, 2010, p.320).

Segundo o autor, o marxismo na Bolívia havia criado uma cultura política na qual a identidade operária-fábrica tinha primazia sobre a identidade indígena, crente no papel progressista do desenvolvimento tecnológico da indústria, do “papel central do Estado na propriedade”, e da uniformização cultural segundo valores nacionais nesses moldes, hierarquizando os setores camponeses como inferiores (GARCÍA-LINERA, 2010, p.318-319).

O marxismo dessa primeira época foi, sem dúvida, uma ideologia de modernização industrial do país no plano econômico e de consolidação do Estado Nacional no plano político. No fundo, todo programa revolucionário dos distintos marxismos daquela etapa, até os anos 1980, teve, mesmo assumindo diversos nomes – a revolução “proletária do POR, “democrático-burguesa em transição ao socialismo” do Partido Comunista Boliviano, de “libertação nacional” do Ejército de Liberación Nacional (ELN), “socialista” do Partido Socialista 1(PS-1) -, objetivos similares: desenvolvimento incessante da modernidade capitalista do trabalho, substituição das relações “tradicionalistas” de produção (especialmente da comunidade camponesa, que deveria “coletivizar-se” ou “obreirizar-se”), homogeneização cultural para consolidar o Estado e uma crescente estatização das atividades produtivas como base de uma economia planificada de uma coesão nacional-estatal da sociedade (GARCÍA-LINERA, 2010, p.318).

O autor coloca o marxismo de então como uma ideologia da modernização nacional, no que estaria próximo, portanto, ao nacionalismo revolucionário do MNR. Reivindica a elaboração teórica de René Zavaleta Mercado como um primeiro passo na formação de um “novo marxismo crítico”, mas continuado por ele e pelos membros do Comuna, no qual se pode articular “os processos de produção de conhecimento local como universais” (GARCÍA-LINERA, 2010, p.320).

Luís Tapia Mealla (2008) também destaca o nacionalismo como horizonte

intelectual e moral fundamental para entender a história da Bolívia. No entanto, diferencia mais o nacionalismo e o socialismo em seu papel histórico, já que os nacionalistas nunca abordaram o problema da propriedade da terra, citando o slogan socialista “Minas ao Estado, e terras ao povo!”, que não era compartilhado pelo MNR nos anos 1940:

A estrutura do conflito foi articulada por esses processos de acumulação histórica. Por um lado, a articulação do discurso nacionalista revolucionário na década de 1940 configura o horizonte moral e intelectual do projeto político. A clivagem que o MNR estabelece é a da contradição entre nação e anti-nação, em torno da qual se articulam os blocos sociais e políticos, em particular o bloco rebelde anti-oligárquico (TAPIA, 2008, p.76) (Tradução livre).

Além disso, Tapia enfatiza que boa parte da “forma indígena” está presente na “forma operária”, já que incorporaria os valores e práticas da rebelião indígena na sua ação política, combinada com a disciplina sindical e o discurso socialista e nacionalista. No entanto, Tapia também nota que esse projeto nacional-popular só passou a ser etnizado a partir das reflexões kataristas e da importância de sua atuação política no longo processo de redemocratização no país. Para entendê-lo, o autor também destaca a importância de Zavaleta Mercado nesta análise, chamando a atenção para seu conceito de “massa”:

Em torno à centralidade proletária confluíram camponeses com suas próprias formas de luta, em particular o bloqueio organizado por seus sindicatos, e também outros setores urbanos populares.

(...)

A esta fusão, Zavaleta chamou de “massa”, que é uma forma do nacional-popular que articula comunidades que aparecem politicamente no nacional como sindicatos agrários, os sindicatos operários e as formas gremiais de organização dos setores populares urbanos e estudantes. (TAPIA, 2008, p.78) (Tradução livre).

Como vimos, no entanto, a aproximação entre camponeses e operários se dá sempre em momentos particulares da história do país, marcados, por outro lado, por divergências históricas. Linera (2021) disse a mim que na greve camponesa de 1979 - definida por Zavaleta como “as massas de novembro”-, ele era apenas um estudante, recém iniciado em grupos de estudos marxistas, quando presenciou a convocação de um “bloqueio de caminhos” executado pela Federação Camponesa de La Paz, a despeito da COB ser contrária a tal manifestação. Vejamos:

Até então os jovens, e o que eu lia dos partidos, sempre era “A vanguarda operária”! E minha aproximação ao marxismo era pela leitura leninista, marxista, do movimento operário! Quando vejo aí que os camponeses não obedeciam aos operários. E não somente isso, mas que eles falavam em outro idioma! Em aymara! Claro, porque a COB dizia aos camponeses: “não façam bloqueio porque pode haver um golpe de Estado, vai ser uma provocação aos militares!”, e os camponeses lhes diziam em aymara:

“nós estávamos reivindicando nosso direito para que não nos façam sofrer, para que não tenhamos fome, para que nos paguem um preço justo por nosso produto” (LINERA, 2021, s/p) (Tradução livre).

O entrevistado destacou que o que mais lhe chamou a atenção, enquanto jovem, naquele processo, foi o medo que as pessoas da cidade tinham dos indígenas. Revelou que isso foi um “divisor de águas” na sua visão política e condicionou a agenda de pesquisa que começaria a se desenvolver no México, quando foi estudar matemática em nível superior:

E houve um bloqueio de caminhos muito forte. E na cidade onde eu estava, em La Paz, se despertou algo que não havia visto antes: o medo... o medo dos índios. Havia bloqueado a entrada da gente que havia ido rezar no lago, à Virgem de Copacabana. E não podiam regressar à La Paz, haviam ficado na metade do caminho. E então, se comentava na imprensa os rumores das ruas: “os índios vão matar as pessoas que foram rezar à Virgem!” E nas ruas os amigos do colégio comentavam que não se podia deixar as empregadas com as facas porque pode ser que à noite lhe degolem!

(...)

Todo esse tipo de medo que para mim foi como encontrar um mundo escondido. Primeiro de uma identidade camponesa que se movia à margem da COB, que não seguia a vanguarda da COB. E segundo o medo, o medo urbano dos camponeses, como uma espécie de temor que eles cobrem contas. Que contas vão cobrar? Por quê tinham tanto medo disso? Por que as pessoas da cidade, a gente urbana, não popular, mas de classe média, tinha esse temor? Que tipo de dívida tinham eles frente aos indígenas para ter tanto medo? E para mim, de 16 anos, foi uma coisa espetacular! Um momento igualmente revelador do que se passava na Bolívia!

(...)

Claro, nos panfletos que te passavam os partidos, o PS-1, o PCB, o POR, eram camponeses, pequeno-burgueses, que não respeitavam a vanguarda operária! Então de maneira muito indireta - não foi na militância- minha experiência com os partidos políticos foi através do debate político, e para responder a minhas inquietudes foi muito frustrante (LINERA, 2021, s/p) (Tradução livre).

Portanto, o que se pode dizer do grupo Comuna é que se tratou de uma geração que, enquanto estudantes, viram o protagonismo indígena e camponês na luta pelo fim do regime militar. Viram em Zavaleta o embrião de uma explicação marxista para essa realidade boliviana, onde chama a atenção o posicionamento indígena enquanto nação, e a recusa do Estado-Nação boliviano enquanto representação política. Foram testemunhas oculares desse processo, e no período neoliberal não trataram de deixar de lado esse elemento estrutural da ordem política no país: a tensão entre raça e classe como eixos

organizadores da dominação na Bolívia.

Assim, se debruçaram sobre o problema do Estado-Nação como força homogeneizadora da cultura e da ancestralidade e como empecilho ao reconhecimento étnico - no que diferem em muito da tradição cepalina, que vê no fortalecimento da nação o caminho da emancipação; mas também se debruçaram sobre os efeitos da fase neoliberal da acumulação na esfera do trabalho e da organização da sociedade civil. Se pusermos em termos kataristas, avaliaram os aspectos da ordem política que dizem respeito à “história larga” e à “história curta”.

Nesse sentido, García-Linera (2010) destaca que o katarismo foi fundamental na busca acadêmica do passado indígena e na sua difusão através das rádios comunitárias, para fomentar um nacionalismo indígena; além disso, na CSUTCB dos anos 1970 e 1980 - expressão sindical do katarismo -, já estava o embrião da fusão da discussão étnica com a classista. Sobre esse primeiro período katarista, ele nota:

(...) gestação do indianismo katarista, como construção discursiva política e cultural, formadora de fronteiras culturais como modo de visibilização de exclusões e hierarquias sociais. (...) A contribuição principal desse período é a reinvenção da indianidade já não como estigma, mas como sujeito de emancipação, como desígnio histórico e projeto político.(...) o indianismo nessa época não só se diferencia da 'outra Bolívia' mestiça e colonial, mas também da esquerda obreirista, fortemente associada ao projeto homogeneizante e modernista do Estado nacionalista (GARCÍA-LINERA, 2010, p.321-322).

A respeito do problema do Estado-Nação, o autor mostra como em toda a América Latina a fundação das repúblicas se deu por valores eurocêntricos, à medida que republicanos e liberais. As formas de organização da vida social se deram por valores estrangeiros, enquanto aqui, nas culturas nativas se poderia ter encontrado inspiração para a então nova ordem política. Isso, evidentemente, não se deu por acaso, mas graças a liderança das elites *criollas* nos processos de independência, nos quais, a ideia de raça moldou as identidades nacionais, de forma que se deu:

(...) a racialização das diferenças sociais por meio da invenção estatal do 'índio' não somente como categoria tributária, mas também, e sobretudo, como o 'outro negativo', ordenador dos esquemas simbólicos com os quais as pessoas davam sentido ao mundo, incluindo os próprios índios (GARCÍA-LINERA, 2010, p.167).

Tendo em vista essa análise da dominação política na Bolívia que Linera desenvolve sua crítica à ideia de vanguarda operária, que perpassou toda a entrevista, assim como perpassa todo o seu pensamento. O que o autor recusa aqui não é a formulação

de Marx na qual o proletariado deve liderar a revolução socialista, mas sim, como já vimos, a noção tipicamente latina de confundir o proletário com o operário-fabril, associando-o ao ramo da produção. Em Linera, o operário é o produtor de valor na sociedade capitalista, assim como ele buscará nos escritos de Marx também o papel das comunidades na produção de valor:

É nesse contexto que se deve entender também aquela afirmação do Manifesto segundo a qual ‘de todas as classes que hoje em dia se opõem à burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. Marx e Engels não estão afirmando que só o proletariado que enfrenta a burguesia nem que o proletariado é por excelência revolucionário. No primeiro caso, o próprio Manifesto fala da possível ação revolucionária de uma parte do que ele chama ‘estamentos médios’ e, nos anos posteriores, em seu encontro com as formações sociais da Rússia, Ásia e América, estudará o potencial revolucionário e comunista de estruturas comunais coetâneas ao regime capitalista. No segundo, a definição de operário como capital variável, como mercadoria, anula toda possibilidade de deificar o proletariado como o ser revolucionário por antonomásia.

(...)

Dado que, em princípio, aquilo que define o operário é seu ser mercadoria para o capital, a posição revolucionária não pode vir por sua definição estrutural, que precisamente a descarta; pelo contrário, o ser revolucionário é o processo de negação desse ser imposto pelo capital, a negação coletiva desse ser-operário (GARCÍA-LINERA, 2010, p.88-89).

Desse trecho se depreende também que o operário não é revolucionário em essência, mas em luta. A luta do proletariado é, em si, a negação de seu ser-mercadoria. Da mesma forma nota que o papel emancipatório das associações não é dado, mas está ligado à sua prática política, de forma que o partido revolucionário deveria se ocupar de destacar a “autonomia operária em relação ao capital” (GARCÍA-LINERA, 2010, p.86).

A isso se segue outro tema fundamental para os intelectuais do grupo Comuna: pensar criticamente o processo em que os trabalhadores se põem em luta política. Como classificar as formas organizativas surgidas nos processos de contestação à ordem? O quanto estão próximas à política realizada na esfera do Estado? O quanto põem em xeque a ordem político-econômica e suas esferas representativas? Esse é um assunto onde se pode encontrar larga contribuição desses teóricos.

Uma primeira influência que se nota é a do conceito de “multidão” de Antonio Negri, que estava em bastante evidência na virada do século. O grupo Comuna faz uso recorrente dessa expressão para nomear o fenômeno do surgimento de organizações de trabalhadores no curso da luta contra o neoliberalismo, para além das associações

representativas já consolidadas, como a CSUTCB, a CONAMAQ ou a CIDOB. Ainda que notem que estas também participaram ativamente nos processos da Guerra da Água e da Guerra do Gás, a coordenação dessas lutas extrapolava essas organizações:

A “multidão” é um conceito que Baruch Spinoza trabalhou no século XVII e retorna com força em fins do século XX e início do século XXI. Por quê volta este conceito com tanta contundência depois de três séculos? Podemos adiantar uma resposta: porque entra em crise o Estado, seu conceito, e, portanto, o povo e o conceito de povo. Entra em crise a soberania, quer dizer, entram em crise as formas de legitimação dos mecanismos de dominação.

(...)

Como se pode apreciar, parece que não se pode separar o esclarecimento do conceito de multidão da diluição do conceito de poder. Antonio Negri nos mostra que a multidão funciona como contrapoder. E aqui poderíamos dizer que o sujeito social da multidão nos abre à perspectiva de uma democracia radical, uma democracia sem Estado, segundo a maneira de Pierre Clastres, de replantar a possibilidade das sociedades sem Estado, no contexto das sociedades pós-modernas (PRADA, 2008, p.15-16) (Tradução livre).

Portanto, podemos notar em Raul Prada uma ênfase no esgotamento do Estado como esfera representativa, como explicação para o fenômeno da “multidão”. Prada, dentre os membros do Comuna é o mais próximo à CONAMAQ, e deixa evidente nesse trecho como é influenciado pela antropologia de Pierre Clastres, transformando sua teoria das “sociedades contra o Estado” em plataforma política. De certa forma, essa é uma linha de ação política indianista comum na Bolívia, ainda que não hegemônica (GAMA DA SILVA, 2016). Outro uso do conceito será feito por García-Linera:

A multidão não é um redemoinho de desorganizados; pelo contrário, é uma ação organizada de pessoas organizadas previamente,(...) Mas, além disso, e essa é uma virtude em relação à forma sindicato – embora, como descritas no início, as organizações de tipo territorial sejam a coluna vertebral que sustenta a ação pública, as mobilizações e a pressão social da multidão – elas não criam uma fronteira entre filiados e não filiados, como o sindicato fazia. Em suas reuniões locais ou departamentais, nas ações de massas, nas assembleias e cabildos, nas mobilizações, bloqueios ou enfrentamentos, outras pessoas, carentes de filiação grupal (indivíduos) ou representantes de outras formas de organização (sindicatos operários, ayllus), também podem intervir, opinar, participar, etc., ampliando enormemente a base social de ação e legitimidade (GARCÍA-LINERA, 2010, p. 249).

Como se pode notar, na visão de García-Linera, as organizações sociais têm um papel fundamental até mesmo na formação da multidão. Aqui não se trata de um esvaziamento do Estado enquanto esfera representativa, como se dá em Prada, mas um

questionamento à organização do Estado em moldes eurocentrados e de exclusão étnica dos indígenas. Já Raquel Gutiérrez, que, segundo Gonçalves (2016) era a mais próxima à *Coordinadora del Agua*, enfatiza a necessidade de perceber os “sujeitos de luta” de forma mais precisa, ainda que também utilize o conceito de multidão:

As lutas necessitam de sujeitos de luta (...) Note-se que estou falando de “sujeitos de luta” e não de sujeitos sociais ou sujeitos políticos. São as lutas que constituem os sujeitos de luta, e não o contrário.

(...)

Ao passo que as lutas se conformam, transformam, se consolidam e/ou evaporam distintos sujeitos de luta, que se distinguem e se tornam compreensíveis justamente ao chamar atenção para o curso concreto da luta particular: em cada ocasião se visualiza e se distinguem os distintos conjuntos de homens e mulheres que se associam, discutem, acordam, se propõem fins, resistem e lutam.

(...)

Assim, as lutas são, em cada ocasião, protagonizadas por múltiplos e heterogêneos sujeitos de luta que, desde sua particularidade, imprimem suas ações objetivos distintivos e relevantes recuperando o que sabem e construindo novidades a partir daí (GUTIÉRREZ, 2017, p.29-30) (Tradução livre).

O que se pode notar em Gutiérrez, portanto, é a radicalização da visão da História como processo e como relação. Nisso, a luta é o episódio onde as classes elas próprias se conformam, produzindo seus sujeitos de luta. Através dessa metodologia proposta, possivelmente se pode ter uma compreensão mais aproximada dos episódios históricos, como é a ênfase da autora ao tentar entender os “momentos de rebelião”. Por outro lado, alguns elementos estruturais, por exemplo, referentes ao modo de produção - como é a ênfase de García-Linera-, podem perder destaque em sua análise.

Esta característica corresponde bastante com suas influências - que a autora mesma lista -, relacionadas ao marxismo da teoria da prática, ou seja, de autores ligados à Escola de Frankfurt, como Walter Benjamin, Theodor Adorno, Bloch e Horkheimer (GUTIÉRREZ,2017, p.21):

Então, não se trata de considerar que atrás de cada luta se esconde a “hidra da revolução”, como se dizia sobre as greves no século passado. Trata-se de não perder de vista que são as lutas através de suas ações, conquistas e deliberações— e não os programas políticos, as classificações ex *ante* ou os desenhos do possível exteriormente forjados— as fontes que iluminam e dão conteúdo às transformações possíveis em cada ocasião (GUTIÉRREZ, 2017, p.32) (Tradução livre).

Curiosamente, nesse trecho, a autora parece mais próxima ao debate petista abordado nesse subcapítulo, no qual a prática política deve anteceder ao programa. Nesta

linha de raciocínio a autora questiona também a noção de “movimento social”, na qual ela acredita que a análise dos sujeitos em luta também se faz reduzida. A autora afirma que, vindo das experiências europeias de luta social, a noção, que de início tinha o sentido de ampliar os sujeitos de luta para além dos operários, acabou por refazer a lógica ortodoxa e “estadocêntrica” da noção de classe anterior.

Já Luís Tapia concebe o termo “movimento social” de forma diferente. No autor encontramos uma perspectiva de movimento social como transbordamento da política, das esferas representativas. Nesse sentido a política dos movimentos sociais é um estado avançado de consciência, no qual os partidos não conseguem “conter a política do conflito distributivo” e novos sujeitos se formam (TAPIA, 2008, p.58).

Um movimento social começa a configurar-se quando a ação coletiva começa a transbordar os lugares estáveis da política, tanto no seio da sociedade civil como no do Estado, e se move através da sociedade, buscando solidariedades e aliados em torno a um questionamento sobre os critérios e formas de distribuição da riqueza social ou dos próprios princípios de organização da sociedade, do Estado e do governo (TAPIA, 2008, p.55) (Tradução livre).

O autor nota que o movimento social vai além do protesto. Diz que seu “acionar” provoca a “realização de formas alternativas de apropriação, gestão, organização e direção de recursos e processos sociais e políticos” (TAPIA, 2008, p.60) (Tradução livre). Tapia também destaca como essas formas organizativas têm uma matriz ancestral e nota como isso é importante para garantir suas forças na luta por combater as estruturas de poder de tipo colonial:

Não se trata de um movimento social entendido como setor da sociedade que se mobiliza para reformar a ordem social e política da qual faz parte, mas sim da ação de outras sociedades subalternizadas pela colonização que se movem para reformar as estruturas da sociedade dominante. Neste sentido, é um movimento social e político anticolonial.

Por outro lado, as estruturas da sociedade dominante penetraram nas outras sociedades ou povos e culturas, há mobilizações que buscam reformar as políticas e leis no seio das estruturas da sociedade dominante, na qual foram incorporadas de maneira subordinada (TAPIA, 2008, p.63) (Tradução livre).

Nesse trecho fica evidente a influência de Zavaleta no pensamento de Tapia. O que está sendo refletido é o conceito de *formação social abigarrada*, na qual diferentes povos e temporalidades convivem sob a ordem política liberal representativa.

Esta formulação corresponde com uma realidade nacional na qual os movimentos sociais foram de fato sujeitos protagonistas da política em relação aos partidos. Observadas

as distintas ênfases e nuances, Tapia e Gutiérrez estão destacando precisamente este processo onde a política *desde abajo* vai acumulando capital político. Para Gutiérrez, essa reflexão vem com o sentido de destacar o papel da *Coordinadora del Agua*, e para Tapia se trata de valorizar o fortalecimento de uma sociedade civil já plurinacional, que através do movimento social constituiu as bases para se pensar um novo Estado.

3.3.3 Estado e representação política

Nesse período, a esquerda nos dois países se debruçou mais a respeito do Estado, o que proporcionou novas ênfases na forma como se pensa a relação entre sociedade civil e sociedade política. Examinaremos então as formulações sobre o “poder local”, “o modo petista de governar”, o “poder comunitário” e o “instrumento político”.

Após todo o observado a respeito das reflexões do grupo Comuna sobre a luta política contra o neoliberalismo, ainda seria possível pensar o Estado como *locus* privilegiado da política? As posições particulares de cada membro diferem muito entre si já nesse período, ainda que haja uma crítica comum à “esquerda tradicional” por ser muito “estatalista”, ou “estadocêntrica”.

A este respeito, Raul Prada é o mais detalhista. O autor se debruça sobre os valores que permeiam o *ayllu* e sua influência nas manifestações populares que abriram uma crise decisiva do Estado-Nação neoliberal:

O *ayllu* sobreviveu em sua forma de comunidade local, mas também se metamorfoseou na forma de sindicato, sendo sua referência, ainda que também seu conteúdo histórico. O que se manifestou nos vales, no Chapare e nas zonas de colonização cruceñas foi a convocatória assembleísta dos sindicatos. Tanto o *ayllu* como a organização sindical se fizeram multidão nas rebeliões de abril, setembro e outubro de 2000. O bloqueio de caminhos e o cerco às cidades é uma tática nômade, recuperada da memória guerreira das comunidades andinas. Mas o bloqueio é o prelúdio de um sitio; vem depois o cerco às cidades e vem ainda depois a tomada das cidades como parte de uma estratégia de poder, ou, melhor dizendo, de contrapoder. Mobilização multitudinária, bloqueio de caminhos, cerco e tomada das cidades é o desenho estratégico da aparição do *ayllu* no cenário social e político boliviano (PRADA, 2008, p.44) (Tradução livre).

Prada explica ainda que o *ayllu* seria a “forma arcaica em movimento”, já que, apesar de corresponder a uma memória ancestral, configura uma “totalização social, econômica, política e cultural” (PRADA, 2008, p.40) (Tradução livre). O autor busca entender os vínculos formados na comunidade a partir das ideias de reciprocidade e dádiva,

como o fizera Marcel Mauss. Portanto, a relação social entre os seres humanos e a natureza se daria dessa forma, inclusive assim são concebidas suas divindades. A proposta é, portanto, que esses valores venham a substituir as relações sociais no neoliberalismo, que a vida social se organize a partir do *ayllu*, que a dádiva venha a substituir o utilitarismo liberal, por meio da superação do Estado como forma representativa:

O *ayllu* propõe uma nação? A nação, sobretudo na sua condição de nação-Estado, é um conceito e uma instituição ocidental. A nação e sua expressão discursiva nacionalista é um dos métodos de captura estatal dos fluxos das máquinas de guerras nômades. E a estatização do *ayllu* sempre gerou a fragmentação desta organização arcaica, desde os procedimentos reducionistas do vice-rei Toledo até nossos dias, passando pela *Ley de Exvinculación*, a reforma agrária e a *Ley de Participación Popular*.¹⁴

Quando o *ayllu* se estatiza é que foi capturado. O recurso de converter a expressão discursiva culturalista em partido também é um modo de captura. Decodificam-se e desterritorializam as formas de expressão do *ayllu*, além de incorporar a expressão discursiva como parte da formação enunciativa do sistema democrático representativo (PRADA, 2008, p.44) (Tradução livre).

Estas ideias, mais à frente, seriam fundamentais para a defesa das autonomias indígenas na Assembleia Constituinte. Esse seria o pleito da CONAMAQ, representada por Prada no parlamento. Um exame mais profundo desse processo será feito no próximo capítulo.

Gutiérrez também se aproxima de uma crítica irrestrita ao Estado, ainda que orientada por influências diferentes. A autora nota que, para esse tema, são fundamentais as contribuições do movimento zapatista no México, mas também as rebeliões ocorridas na Bolívia entre 2000 e 2005. A crítica da autora se concentra na ambição totalizante presente na lógica de “tomada do poder”, o que, segundo ela, contradiz a pluralidade cultural e política boliviana:

Até certo ponto, a perspectiva da estabilidade está presente nas lutas revolucionárias dirigidas à “tomada do poder” entendido não única, mas sim principalmente como “ocupação” de aparatos e instituições do Estado. Cabe fazer notar que raciocinar desde o ponto de vista da estabilidade estabelece uma série de dificuldades ao próprio pensamento crítico. Por exemplo, compromete quase imediatamente a classificação das lutas— geralmente distinguindo entre lutas sociais e lutas políticas —

¹⁴ A *Ley de Exvinculación* foi promulgada ainda no século XIX, e visava regulamentar a propriedade da terra, de forma a marginalizar os títulos coletivos que correspondiam aos *ayllus*. A reforma agrária referida é a de 1953, que mais uma vez não concede formalidade aos *ayllus*. A *Ley de Participación Popular* se deu nos anos 1990 e foi abordada nesse capítulo.

de acordo à ambição totalizante que, supostamente, as lutas sociais mais generalizadas devem — abordagem normativa — exhibir. Isto é, se entende a luta e sua generalização como um processo de instabilidade de um corpo ou complexo social supostamente estável e tendente a alcançar —ou a chegar a — outro estado estável, as próprias ações de luta se classificam a partir da maneira e quantidade em que se propõem alcançar o novo momento de estabilidade (GUTIÉRREZ, 2017,p.25) (Tradução livre).

Aqui está sendo criticada uma visão na qual a política é feita esperando dirimir o conflito, em busca da estabilidade. Mais uma vez, a autora insere a luta como fundamental, como expressão do conflito social. O raciocínio continua no sentido de que essa totalização almejada, como se buscasse o corpo sem conflito, é impossível de ser alcançada.

Pensar as lutas desde a contradição e desde a estabilidade as coloca dentro da clássica posição estado-cêntrica de esquerda; em contraste, entender as lutas como implantação sistemática das contradições e raciocinar sobre elas desde o ponto de vista da instabilidade situa o olhar no ponto exatamente contrário: no do registro da tendencial subversão e transbordamento dos limites anteriormente impostos que ilumina os diversos, e às vezes difusos e inclusive contraditórios, *horizontes interiores* que quem luta expressa, explica, pratica e promove. Assim, a noção de horizonte interior é central no meu argumento (GUTIÉRREZ, 2017, p.26) (Tradução livre).

Em Linera também se observa a crítica à “esquerda estatalista”. O sociólogo acredita que há no marxismo uma forte crença no Estado, já que seria o Estado socialista o responsável por “dar” direitos aos pobres e aos trabalhadores. Em entrevista a mim, Linera é enfático ao dizer que o que se fazia no EGTK era uma contraposição a esse marxismo, e uma defesa do marxismo comunitário:

(...) tínhamos que diferenciar o socialismo de sua vertente estatalista, de capitalismo de Estado, que era muito comum nas esquerdas latino-americanas e mundiais, o socialismo como estatização dos meios de produção. E aí era a briga contra todos eles, contra trotskistas, contra comunistas, contra os que herdavam a guerrilha do Che, contra todos. E nos encontrávamos na conjugação de: marxismo comunitário, uma reivindicação da trajetória das lutas sociais, dos operários, do mundo inteiro, da Comuna de Paris até agora, mas o comunitário, que em sentido *stricto* é quase uma tautologia, mas sim uma “toma em conta” da história da palavra “socialismo” associada ao capitalismo de Estado. Então permite, o socialismo comunitário, jogar fora a água suja, mas ficar com a criança da bacia, não? E não como fizeram muitos marxistas, deixar o menino com a água suja. Então esta categoria de “comunitário” te permite preservar o núcleo fundamental da luta pelo socialismo, pelo poder do operário, mas o comunitário te dá um salto para distanciar-te desta leitura estatalista do socialismo, de partido único (LINERA, 2021,s/p) (Tradução livre).

Portanto, em sua interpretação, a crítica anti-capitalista deve ir além da propriedade

privada e alcançar o Estado. Essa é sua crítica à URSS, que teria abolido a propriedade privada mas não a exploração do trabalho, já que o “Estado proprietário” apenas substituiu o capitalista (GARCÍA-LINERA, 2010). Além disso, nota que na Bolívia a coesão esperada do Estado-Nação enquanto esfera representativa só se realizou mediante a exclusão étnica dos indígenas:

As distintas formas estatais engendradas até 1952 não modificaram substancialmente este *apartheid* político. O Estado caudilhista (1825-1880) e o regime da chamada democracia 'censitária' (1880-1952), tanto em seu momento conservador como liberal, muitas vezes modificaram a Constituição Política do Estado (1826, 1831, 1834, 1839, 1843, 1851, 1861, 1868, 1871, 1878, 1880, 1938, 1945, 1947); entretanto, a exclusão político-cultural se manteve tanto na normatividade do Estado como na prática cotidiana das pessoas. De fato, pode-se dizer que, em todo esse período, a exclusão étnica se converteu no eixo articulador da coesão estatal (GARCÍA-LINERA, 2010, p.169).

Esta crítica ao Estado nacional feita por Linera se concentra bastante no aspecto da cidadania liberal e padronizadora. Portanto, a formulação do autor vincula-se muito mais à ideia de formação de um Estado Plurinacional que a de extinção do Estado de forma geral. Para Gonçalves (2016) essa inclusive é a razão para que ele tenha se tornado o escolhido para a vice-presidência na chapa de Evo Morales em 2005. Já em Tapia, esse aspecto está bem mais evidente, e chega a dizer que o pleito do movimento social é por reformar o Estado-Nação:

A unificação das várias comunidades que pertencem a um mesmo povo e cultura é um movimento ao interior de uma sociedade, que se dá para poder mover-se em relação ao Estado-nação que os discriminou historicamente e que, agora, desejam e podem reformar com a configuração destas novas formas de unidade política que fazem parte da sociedade civil, mas que têm sua base na estrutura comunitária de cada povo (TAPIA, 2008, p.64) (Tradução livre).

Com isto, Tapia quer dizer que toda a ebulição social ocorrida entre 2000 e 2005 convergiu para a formação de uma nova sociedade civil, e não para o desmantelamento do Estado. Quando o perguntei, em 2014, sobre a ideia de “sociedade contra o Estado” para explicar a Bolívia, utilizada tanto pelo seu colega Raul Prada como por outros intérpretes, o autor disse que até existem locais onde a vida se organiza de forma não estatal, mas muitas vezes até nessas localidades se defendeu a formação do Estado Plurinacional:

Nesse sentido não há algo equivalente ao zapatismo aqui, que creio são sociedades contra o Estado. Aqui, não. Há facetas de luta antiestatal porque há territórios não estatais. Em algum momento também o sindicalismo era fortemente antigovernamental, mas eu não diria que é a sociedade contra o Estado, porque a sociedade contra o Estado implica

que se está movendo para desorganizar as hierarquias políticas. Então aqui a sociedade se mobiliza para limitar o abuso de poder e, em todo caso, reclamar a incorporação da participação de operários, de camponeses. Em todo caso, estão orientadas a reformar o Estado e democratizá-lo (Tapia, 2014, s/p) (Tradução livre).

Assim sendo, ainda que localize as estruturas organizativas surgidas no movimento social como não modernas, Tapia entende que o movimento da luta política apontou para demandar ao governo reconhecimento e maior integração e atuar no Estado-Nação (TAPIA, 2008, p.63).

Portanto, o que se pode dizer, de uma forma geral sobre o grupo Comuna, é que seus integrantes lidaram com o contexto de fim da URSS de maneira crítica a essa experiência, apontando os problemas de se enxergar o Estado como o único lugar da política, de se ver a política dos movimentos sociais, da classe trabalhadora como coadjuvante no processo decisório e nos rumos da luta de classes. Essa crítica, como podemos ver, faz parte não apenas de um balanço sobre a experiência soviética como também se estende ao marxismo boliviano mais ligado a ela.

Outra coisa que se pode notar é que, observadas as diferentes ênfases, essa revisão do marxismo soviético que se dá em vários temas – a destacar o tema do Estado, mas também o problema da vanguarda da luta pelo socialismo e outros-, não visa negar, de forma alguma, o socialismo como horizonte de desejo, mas sim o afirma. Essa pode ser encarada como uma diferença para o debate petista do tema, no qual o socialismo, quando não foi negado por alguns intérpretes, foi colocado como debate de segundo plano, já que a questão nacional assume predominância frente à superação do modo de produção capitalista.

Já a respeito do tema do Estado, também notaremos uma diferença. Ainda que o MAS experimentasse uma precoce e considerável inserção no Estado, os intelectuais do grupo Comuna, nesse período, não mantinham uma relação orgânica com o partido, o que permitiu a eles uma maior autonomia crítica a respeito das decisões táticas de inserção no Estado. Já no caso petista, os intelectuais estudados são, em geral, militantes e dirigentes do PT, que, por sua vez, experimentou nos anos 1990, a gestão de prefeituras importantes, e viu assim a necessidade de aprofundar o seu debate sobre o Estado, tanto na esfera teórica como da prática, do fazer político.

Passamos então a apreciação de como isso se deu. O referido seminário, *Desafios do Governo Local: O modo petista de governar* (1997), foi aberto com a fala de Tarso Genro, que pareceu embasar a fala dos outros palestrantes, seja para concordar ou

discordar. Afirmando este aspecto embasado pela sensível intenção de síntese dos desafios partidários do PT em sua fala, e tenho o propósito de tomá-la, metodologicamente, como representante de ideias que expressam a vontade majoritária do partido. Essa conclusão se reforça na entrevista de Breno Altman, que foi bem detalhista sobre a concepção política deste importante dirigente partidário.

Genro trata em sua fala do modo petista de governar, enfatizando a busca por uma unidade maior em torno da expressão. Assim, o palestrante nota algumas premissas universais, porém busca um rigor maior nesse entendimento:

Embora usemos corretamente - porque também se formam uma cultura a partir de um projeto, de um enunciado - a expressão modo petista de governar, na verdade ainda não temos uma unidade e nem enunciados suficientemente articulados que permitam dizer que o partido tem uma doutrina conformada sobre os governos locais.

Temos alguns elementos universais, como por exemplo, a questão da participação popular; temos experiências absolutamente diferenciadas de relacionamento dos governos com os respectivos diretórios, algumas atingindo um nível insuportável e injustificável de crise, e outras mantendo uma relação mais qualificada; e temos alguns pontos programáticos comuns que devem ser adequados à realidade econômica, cultural e política local (GENRO, 1997, p.14).

De fato, a participação popular, expressa pela política do Orçamento Participativo, é um valor fundamental nessas experiências, e foi uma tônica em todo o seminário. Dando sequência à fala, Genro trata de uma questão muito cara a essa tese: o dilema entre governar e atuar na luta de base - como vimos, no grupo Comuna esse tema também foi abordado, com primazia da política *desde abajo* nesse período. Isso corresponde, segundo Genro, com a característica histórica do PT, “que foi e não pode renunciar a ser um partido de luta, mas que tem de combinar essa posição com a de partido de governo” (GENRO, 1997, p.15). O palestrante responde a essa questão com o tema da “autonomia relativa” entre governos e movimento social – expressão típica do marxismo, comumente utilizada para falar da “autonomia relativa” do político frente ao econômico.

A primeira questão que se coloca, portanto, é a de relação governo-partido, ou seja, se é uma relação de dependência férrea obrigatória ou se há uma relação de autonomia relativa (...) governo e partido mantêm uma unidade e uma autonomia relativas, porque o partido não pode subsumir o seu movimento no governo, não pode deixar de responder e estar à frente, muitas vezes, de movimentos que podem conjuntamente chocar-se com aquilo que deseja o governo. De outra parte, o governo não pode governar para o partido, que nem sempre tem a universalidade da representação do conjunto dos trabalhadores ou da nossa base social na cidade (GENRO, 1997, p.15).

Como exemplo, Genro menciona ocasiões em que o movimento social em Porto Alegre, quando ele era prefeito, assumiu posições mais corporativistas, exigindo da prefeitura aumentos salariais. Ele explica que tais aumentos não poderiam ser concedidos sem a falência da prefeitura, mas que entende que a posição dos movimentos era a de dialogar com a base social a que correspondem. Nesse caso, prefeito e movimento social, cada qual em seu lugar, compõem uma política partidária que visa atender às diferentes demandas da sociedade em seu conjunto, de forma pragmática (GENRO, 1997, p.16). Em seguida, o petista segue para um debate sobre como se deve lidar, na perspectiva de Estado, com interesses conflitantes de segmentos da população:

O partido no governo tem de combinar os desejos e as necessidades das corporações de trabalhadores, mediá-las, negociá-las com o interesse geral da base social que ele representa: em última instância, o conjunto dos trabalhadores na cidade e de forças das camadas intermediárias, ou até mesmo de parcelas do empresariado, que eventualmente componham o núcleo político do governo (GENRO, 1997, p.16).

Além de mencionar os interesses conflitantes na sociedade, Genro se debruça sobre o desafio de conciliar também as tendências partidárias e suas expectativas sobre a gestão, já que o governo não era de uma tendência só ou mesmo do prefeito:

O governo é do partido, eventualmente de uma frente, do que decorre que é necessário se compor um leque de representações articuladas em torno de um centro político que tomam as decisões estratégicas de maneira legitimada, de modo que as suas decisões se enraízem dentro do partido, fazendo com que este se sinta representado no governo (GENRO, 1997, p.18).

Como forma de equacionar tantos interesses, Genro relata a experiência de criar uma coordenação de governo, na qual participavam todas as tendências, de forma a aferir uma legitimidade partidária para as decisões governamentais. Por outro lado, nota que não se trata de um regime assembleísta constante, já que algumas decisões cabem diretamente ao prefeito. A coordenação se ocuparia de pensar o “perfil do partido na sua relação com a sociedade”:

Isto não tira a autoridade do prefeito. Várias vezes determinadas decisões, por sua natureza, são avocadas pelo prefeito que assume a responsabilidade perante a coordenação de governo. Mas isso não é a regra. A regra é tomá-las após uma discussão exaustiva, na qual às vezes, a própria posição do prefeito não é contemplada. Mas o prefeito entende que deve seguir a orientação da maioria, até porque aquela maioria lhe dá sustentação na relação com o partido e na relação interna ao próprio governo, o que permite que este se coesione melhor. Evidentemente, são decisões que não podem estar no terreno dos princípios. Mas são raras as matérias do governo que estão no terreno dos princípios. E hoje há um

grau de identidade em algumas questões essenciais, nas quais não existem mais polêmicas, como por exemplo, se vamos aplicar ou não impostos progressivos. Se é uma questão de princípio para nós, todo o partido concorda (GENRO, 1997, p.19).

A respeito do modo petista de governar e a visão política de Tarso Genro, Altman diz que as origens dessa noção remetem aos anos 1980. Segundo ele, no V Encontro se conformou o que no entendimento do entrevistado se trata da visão petista de disputa da hegemonia: a construção do poder local. Contudo, ele nota que há diferentes concepções no PT a respeito do que isso seria:

É que você tinha duas expressões diferentes sobre o poder local: uma era o Tarso Genro, esse sim era um leitor ávido do Manuel Castells, e teve uma política mais longeva até os dias de hoje. O outro formulador era o Davi Capistrano, que tinha uma outra concepção. O Davi era... digamos mais próximo às posições tradicionais de um movimento comunista local, especialmente do partido comunista italiano, do partido comunista francês, do partido comunista português, que é muito subestimado. A produção do partido comunista português sobre o poder local é muito forte, e vou até dizer: é a mais hesitosa da Europa de se perceber(...) (ALTMAN, 2022, s/p).

Ao mencionar essa divergência, Altman está defendendo uma determinada posição interna no PT: a da chamada esquerda petista, que protagonista no V Encontro, vinha perdendo espaço no partido. Nesse sentido, o entrevistado foi bastante elogioso às qualidades retóricas de Capistrano, identificando-o com uma oposição a essa tendência partidária, que qualifica como um “deslocamento programático”:

As pessoas iam discutir em termos castelhanos política de poder local; aí uma vez o Davi no Diretório Nacional falou: “vem cá isso aqui é tudo uma conversa pra boi dormir, o que deve nos importar é: quem será o nosso pé de cabra. Nós vamos tomar o poder, então quem que vai ser a força social para garantir isso? Para que a gente possa tomar o poder? Depois que a gente tomar o poder, a gente faz tudo o que vocês acham que deve ser feito. E para isso a gente precisa escolher as políticas de poder local que mais estimulem esse pé de cabra”- que ele identificava como a classe trabalhadora industrial aquela coisa toda aí clássica (ALTMAN, 2022, s/p).

Portanto, o jornalista identifica Capistrano como um representante de certa tradição leninista - que como vimos, foi alvo da crítica do Comuna na Bolívia -, e vê em Tarso Genro um representante do que provocativamente chama de “gramscianismo desidratado”. “O Gramsci do Davi não é desidratado. O Gramsci do Tarso é quase um Bobbio” (ALTMAN, 2022, s/p):

Então era uma lógica que chocava o gramscianismo desidratado, que é

um gramscianismo de políticas públicas, do esmero, do desenho da política pública. A política pública tem uma vida autônoma, ela não é um programa de classes. Ela é uma espécie de brinco, de uma articulação intelectual weberiana né? É isso! É uma articulação weberiana. Se você desidratar o Gramsci das suas ideias socialistas, da sua noção leninista de hegemonia, vira Weber né? A gente chega em Weber, a gente vira gestão funcional do Estado. A gestão normalizadora do Estado (ALTMAN, 2022, s/p).

O “gramscianismo desidratado” é, evidentemente, uma categoria de acusação à tendência hegemônica do partido. A expressão foi utilizada primeiramente numa palestra proferida aos seguidores do canal ELAHP no Youtube, intitulada “*50 anos da Unidade Popular #8: O debate da experiência chilena*”, publicada em 30 de julho de 2020. Na ocasião Breno tratou da circulação de ideias gramscianas na América do Sul, tratando desde o governo de Salvador Allende no Chile à fundação do PT. Segundo o entrevistado, a experiência chilena havia deixado como legado para o debate socialista latino-americano a possibilidade de vitória da esquerda por meios eleitorais, o que fez uma parcela considerável negar as insurreições populares como forma de tomada do poder ao estilo bolchevique, concepção até então hegemônica na esquerda do continente (ALTMAN, 2020).

De que forma tais influências podem ser atribuídas ao debate feito por Tarso Genro? Há na teorização do ex-prefeito de Porto Alegre uma nítida influência do pensamento de Antonio Gramsci. Sua interpretação dos desafios políticos do governo municipal repousa no conceito de hegemonia, por exemplo:

Governabilidade é uma coisa, hegemonia é outra. Governabilidade é a capacidade do governo de implementar políticas escolhidas de acordo com a correlação de forças. Hegemonia significa uma mudança na correlação de forças, na luta de classes na cidade e capacidade de, por meio de movimentos na política, na cultura, bem como movimentos materiais que se enraízam nas relações econômicas da cidade, formar um bloco de classe capaz de sustentar um projeto adequado. Na nossa visão de governo democrático-popular (GENRO, 1997, p.29-30).

Esta concepção de democracia pressupõe a combinação entre a democracia direta, a partir dos meios criados no modo petista de governar, com a representação política, o que lembra bastante as formulações de Carlos Nelson Coutinho sobre o socialismo democrático, já avaliadas no capítulo anterior. Em seguida, Genro vai na direção de que essa democracia almejada se realize no Estado:

É necessário que essa tensão detonada pelo Orçamento Participativo se universalize na cidade e se transforme em disputa com todas as classes. Aí então sairemos de uma fase de demandas corporativas geográficas,

assentadas de maneira regional e colocaremos essas demandas como disputa entre as classes sociais pela renda da cidade. É necessário que se tenha essa compreensão, sob pena de ficarmos restritos a uma visão limitadora do movimento popular, apenas discutindo as obras de cada local (GENRO, 1997, p.23).

Como se pode notar, Genro almeja que o Orçamento Participativo seja o *locus* do conflito entre as classes, que sairiam assim das demandas corporativistas para pensar a política da cidade. Assim, as tensões entre as classes sociais devem ser mobilizadas para a elaboração de políticas públicas, e não para a superação do sistema. Não há uma crítica radical à propriedade privada, ou mesmo ao Estado, que no debate feito pelos bolivianos, se apresenta como entrave à realização da política *desde abajo*. No entanto, há uma preocupação gramsciana a respeito da consciência política, da formação de uma vontade coletiva que extrapole o corporativismo das associações populares. A influência conceitual de Gramsci se torna cada vez mais evidente:

A classe dominante de Porto Alegre, que é adversária do nosso governo e o sabota cotidianamente utilizando-se dos meios de comunicação, está articulada hoje num grande bloco de modernização conservadora que envolve uma grande empresa de comunicações, o PMDB – que está deixando de lado aqueles setores mais progressistas e democráticos - e a burocracia originária do regime militar, que está no PPB. Eles compõem uma grande frente política tutelada por um grande “príncipe” moderno, que é uma grande cadeia de comunicações, enraizada num conjunto de negócios na cidade (GENRO, 1997, p.30).

É utilizado mais um conceito do comunista sardo, o de “príncipe moderno”. No entanto, seu raciocínio é mais semelhante com aquele que debatemos sobre Maquiavel no primeiro capítulo, onde o conflito entre as classes irá reformar qualitativamente as instituições, e não propor uma nova ordem – ainda que o florentino não tratasse de classes sociais, mas de “ricos e pobres”.

Isso tudo corresponderia com o referido “deslocamento programático” do PT nessa nova fase. Ele toma como referência o programa e os princípios estabelecidos no V Encontro do partido, que segundo o entrevistado, apesar de nunca ter sido substituído por um outro programa, foi esvaziado em sua importância interna no PT:

Isso tudo muda, Allysso, com a queda da URSS e a derrota do Lula e o governo Collor. Ali você tem uma mudança de etapa histórica do mundo, uma mudança do equilíbrio mundial, você tem uma desmoralização das ideias socialistas, você tem o apogeu das ideias neoliberais, você tem uma clara hegemonia dos EUA pelo mundo e você teve dentro do Brasil, uma vitória da fração burguesa mais conservadora que defendia a implementação desse programa, dessa agenda neoliberal.

Há uma reabertura de janela histórica com o impeachment do Collor em 92 e em 94 há uma vitória arrasadora do bloco conservador com a eleição do Fernando Henrique. A partir dali, já antes a partir da vitória do Collor e acentuadamente com a vitória do Fernando Henrique em 94, começa uma revisão programática no PT, visão da sua política de alianças. A ideia é de que o mundo passava a viver uma etapa contrarrevolucionária, que não era possível pensar os termos mais do V Encontro, que era necessário ampliar a política de alianças e projetar um governo que não fosse mais antilatifundiário, antimonopolista e anti-imperialista, que funcionasse como ferramenta de disputa e confrontação da classe trabalhadora contra o bloco oligárquico burguês numa perspectiva/prospectiva socialista, mas um governo que em termos amplos passou-se a se chamar de antineoliberal. E era um governo que embora numa situação subordinada, do ponto de vista da política de alianças já deveria aceitar setores da burguesia brasileira. Isso aos poucos vai se consolidando dentro do PT até chegar em 2002. Ali muda a estratégia. A estratégia democrática popular é substituída pela estratégia que nós podemos chamar de “centro-esquerda” (ALTMAN, 2022).

Nesse sentido, o programa que defenderia reforma agrária com desapropriação de terras improdutivas; nacionalização dos bancos e dos grandes monopólios; nacionalização das empresas estrangeiras em áreas estratégicas; ou seja, um programa que era “um ataque direto à propriedade” dá lugar a um programa antineoliberal, com ênfase no debate sobre o gasto público, sobre o papel da dívida interna, papel do Estado na emissão de moeda, prioridades orçamentárias, etc. “Sai de uma embocadura marxista para uma embocadura keynesiana” (ALTMAN, 2022).

Esse processo teria sido liderado internamente por José Dirceu. Altman nota que, tendo sido um dos principais formuladores do V Encontro, Dirceu havia reunido capital político suficiente para que os principais defensores do programa do V Encontro acreditassem que as mudanças que estavam sendo operadas eram táticas, e não estratégicas, ou seja, eram inclinações com a finalidade de conquistar o governo federal, e que as mudanças mais profundas viriam com o tempo. Segundo o entrevistado, o próprio Dirceu acreditava nisso, mas com o passar do tempo seu protagonismo interno se perdeu, sobretudo após o escândalo do mensalão em 2004, quando Lula passaria a predominar no partido.

Por outro lado, o V Encontro é um episódio histórico onde a esquerda petista consegue uma vitória interna importante. Assim, o documento é produto de divergências internas entre tendências diversas. Considerar assim é fundamental para perceber que o documento do V Encontro não é a pedra fundamental da política petista, ou, em outros termos, o programa fundacional do PT. Como vimos, antes disso, o debate interno se situava na polêmica se o PT deveria mesmo ter um programa ou não. Portanto, o esvaziamento desta política mais parece uma tendência natural do que um deslocamento

programático, à medida que Lula se torna a principal figura interna do PT, expressando assim a política de sua tendência, a Articulação, como a política hegemônica do partido.

CAPÍTULO IV

PÓS-NEOLIBERALISMO

As políticas neoliberais experimentaram grande declínio no subcontinente latino-americano. Em alguns casos isso se deu de forma melancólica, em outros de forma dramática. Já vimos aqui o contexto da Guerra da Água e da Guerra do Gás na Bolívia, a crise do emprego, da política de privatizações e da concentração de terra no Brasil, mas também poderia se somar a crise energética que chamou a atenção no início dos anos 2000. Na Argentina a crise cambial resultou em dramáticos resultados econômicos, experimentando sucessivas quedas de presidentes.

Tratava-se de um contexto político onde a plataforma da direita vinha sendo duramente criticada, e a direção política burguesa nesses países sendo posta em xeque. No âmbito internacional questionava-se a articulação pela ALCA (Associação para o Livre Comércio entre as Américas), interpretada pelos movimentos sociais como uma movimentação política para que os Estados Unidos da América dominassem os mercados na região. Tal crítica acompanhava uma expectativa por maior integração latino-americana, com parcerias para o desenvolvimento local e dos mercados internos dos países.

Essa atmosfera propiciou o fortalecimento de certos nacionalismos de esquerda, que tinham por característica uma negação ao domínio estadunidense sobre as economias locais e uma ênfase no desenvolvimento econômico com soberania para esses povos, com o intuito de superação das grandes mazelas sociais a que estavam acometidos. Isso se manifestou de diferentes formas: principalmente no Brasil e na Argentina – mas também em outros países -, viu-se um resgate das vozes cepalinas de Furtado e Prebisch; na Bolívia as ideias neodesenvolvimentistas do período da Revolução de 52, acompanhadas do plurinacionalismo indígena, ressurgem em nome da defesa dos recursos naturais; na Venezuela é o símbolo de Simón Bolívar que volta com força para afirmar uma “Pátria Grande” latino-americana que se oponha aos Estados Unidos.

Essa virada de chave na interpretação sobre as necessidades da América Latina resultaria também na eleição de governos com representações dos movimentos sociais. Esta forma de organização política dos trabalhadores, dos pobres, de causas étnicas, que como vimos se universalizaram como estratégias de representação política dos “subalternos” - para usar a expressão gramsciana-, nos anos da redemocratização na região, nos anos 2000 alcançaram vitórias eleitorais no Brasil, na Argentina, na Bolívia, no Chile,

Equador, Uruguai, Peru, Paraguai, apenas para mencionar a América do Sul. A Venezuela iniciou esse ciclo um pouco antes, no final dos anos 1990.

Tal período, em que se sucederam governos de diferentes características nesses países, foi comumente retratado como Ciclo Progressista na América Latina. O nome guarda muitas curiosidades. A primeira delas é que se trata de nomear uma experiência nova na qual esquerdas assumem o poder por meio de eleições, e não insurreições ao estilo bolchevique. Nesse sentido, ainda que se possa argumentar o contrário em alguns casos, não se trataram de movimentos revolucionários, onde a ordem política e econômica foi transformada por meio de uma ruptura. A segunda é que, em geral, trataram-se de processos de reformas que visavam saltos civilizatórios, o que dá sentido ao termo progressista, uma vez que o progresso nacional agora é significado como a garantia de “melhorias nas condições de vida do povo”. Isso fará sentido principalmente para os governos Lula e Dilma no Brasil, como veremos mais à frente.

As ressalvas que são feitas são as dos casos boliviano e venezuelano, compreendidos geralmente como as experiências mais radicais do “ciclo progressista”. No caso boliviano as “guerras” de fato foram processos insurrecionais que, inclusive, conclamaram uma assembleia constituinte. No caso venezuelano, ainda que não se tenha desencadeado um processo aberto de guerra civil, o domínio das forças armadas do país pelos setores insurgentes foi um elemento fundamental do ponto de vista da garantia do monopólio da violência para o estabelecimento de uma nova ordem política, que também resultou em uma nova constituição de Estado.

Além disso, essas duas experiências são consideradas inovadoras do ponto de vista da reflexão sobre democracia. Em crítica à literatura liberal que condena essas experiências em função de uma interpretação rígida do que é democracia, Pereira da Silva (2015) argumenta que democracia se trata de uma noção polissêmica, e essas experiências trazem a perspectiva da participação popular como um valor democrático, concorrendo com a representação.

Como se viu, discursivamente, os 3 governos propugnam uma democracia “participativa”, “protagônica”, “comunitária”, apresentando noções “heterodoxas” de democracia (críticas à concepção liberal de democracia eminentemente representativa e procedimental) que associam à representação diversas concepções de participação, deliberação direta, comunitarismo, soberania e poder popular. Na prática, esses discursos foram traduzidos em transformações institucionais, através do desenho e fomento de mecanismos e espaços de participação e deliberação direta (PEREIRA DA SILVA, 2015, p.113).

A esse respeito considera também a experiência equatoriana como um exemplo de onde novas constituições buscaram refletir sobre a necessidade de considerar a participação popular nas esferas decisórias:

Chegou a instituir-se novos poderes no Equador (a Função de Transparência e Controle Social) e na Venezuela (o Poder Cidadão), além da nova Função de Controle e Defesa da Sociedade e do Estado na Bolívia - no limite transformando a lógica liberal clássica de divisão do aparato estatal em três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) (PEREIRA DA SILVA, 2015, p.114).

Assim, o autor nota que em todas as experiências do ciclo progressista, apenas na Bolívia há expresse reconhecimento do “plural” nas formas de participação, bem como na Venezuela se encontra o único processo onde há um direcionamento no sentido da coletivização dos meios de produção. Já Breno Altman, em entrevista concedida a mim, considerou da seguinte maneira a diferença entre a experiência venezuelana e a brasileira:

Quando chega no governo, a necessidade vira virtude e o provisório fica permanente, para poder acomodar a aliança política que vai se construindo para governar o país, que já abarca setores da própria burguesia e setores da própria centro-direita no parlamento. Isso é o que leva o PT a não apostar na educação política, na organização, na mobilização popular, fazer um caminho totalmente diferente do chavismo, por exemplo. Um caminho ultra institucional, ali que começa a se consolidar, ou seja, é isso que explica a relativa leniência na indicação dos integrantes da Corte Suprema, é essa política que se explica o anulamento de qualquer política militar, de deixar os militares conduzirem seus assuntos por conta própria. Então é nesse terreno que a gente vai...são essas as consequências: tática se transforma na própria estratégia, mas já não é mais uma estratégia nos termos leninistas, nos termos marxistas. Já é uma ideia de que haveria uma evolução contínua de que haveria melhoria nas condições de vida do povo, e uma espécie de concertação democrática do país propiciada pela ação do governo petista. Ou seja, à burguesia seria incorporada a ideia de que precisaria melhorar a condição de ideia e riqueza para seu próprio bem, para que ampliasse o mercado interno de massas, para que a acumulação capitalista no Brasil adquirisse outra condição de reprodução. Era a ideia do “ganha-ganha”, de que seria possível colocar mais arroz e feijão no prato do pobre e mais whisky no copo do rico (ALTMAN, 2022).

Resumindo, o que Altman chama a atenção para uma diferença entre essas experiências é que no caso brasileiro não se buscou uma transição na ordem política para que aqueles institutos democráticos formados na luta da classe trabalhadora, defendidos por Coutinho, tivessem competência decisória, como no caso venezuelano, no qual surge o poder popular na Constituição chavista, ou como surge a discussão sobre as autonomias indígenas na Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia (2009) - ainda que se amontoem críticas sobre a implementação dessas autonomias, o que veremos mais à frente.

O que se realiza, portanto, na reformulação política da ordem nesses países, é

transformar aquela discussão intelectual feita no período da redemocratização em medidas políticas, em formas práticas de gestão do Estado. Considerando desta maneira, é possível dizer que a esquerda na América Latina, quando esteve no governo, de fato se debruçou sobre os problemas fundamentais levantados por ela mesma à época da reabertura democrática, do surgimento dos movimentos sociais e das ideologias fundadoras dos partidos que viriam a liderar os governos na região.

De toda forma, um grande dilema para os governos desse ciclo foi conseguir coordenar as necessidades republicanas de governo no capitalismo – aperfeiçoamento da ordem política com conciliação de interesses contraditórios, como na discussão maquiaveliana feita na introdução -, com a necessidade gramsciana de seguir vocalizando as expectativas por transformação social dos movimentos sociais a que representam/representavam - ou seguir vocalizando a vontade coletiva, como diria Gramsci¹⁵. Vejamos como isso se desenvolve em cada experiência.

4.1. Hegemonia, classes sociais e projeto de governo com Lula

O PT finalmente ganharia as eleições presidenciais em 2002, na quarta vez que Luís Inácio Lula da Silva concorreu como candidato. O período que se desenvolveu após isso marcou profundamente o Brasil, já que grandes transformações sociais ocorreram. No entanto, as interpretações sobre o significado dessas transformações são as mais diversas, já que mudanças na cena política e social geralmente são acompanhadas de grandes polêmicas, e nesse caso não é diferente.

Como vimos acima, o PT não implementou uma mudança na ordem política formal, não aprovou uma nova constituição - no que pese a Constituição de 88 ser ainda bem recente e reivindicada como avançada em vários aspectos pela esquerda brasileira. Alguns argumentarão que tampouco do ponto de vista da estrutura de dominação do modo de produção capitalista, nenhuma configuração de classes se alterou. Boito Jr. e Berringer (2013) discordam de tal afirmação - para tratarmos da primeira polêmica-, dizendo que com o novo governo, uma nova hegemonia se forma, provocando alterações no bloco de poder:

Ocorreu, em primeiro lugar, uma mudança no interior do bloco no poder. A grande burguesia interna brasileira, fração da classe capitalista que

¹⁵ Talvez a única exceção a isso seja o governo de Hugo Chávez, que a primeira vista, conduziu um governo de profundas transformações na ordem política apoiado por grandes mobilizações populares.

mantém uma base própria de acumulação de capital e disputa posições com o capital financeiro internacional, ascendeu politicamente em prejuízo dos interesses desse capital internacional e de seus aliados internos. Em segundo lugar, essa mudança esteve e está vinculada a uma mudança mais ampla na política nacional. Isso porque a ascensão da grande burguesia interna só foi possível graças à constituição de uma frente política que reúne, além dessa fração burguesa, os principais setores das classes populares. O grande capital financeiro internacional e seus aliados internos, cujos interesses tinham guiado a ação do Estado brasileiro nos governos Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e FHC (1995-2002), foram deslocados da situação de hegemonia incontestada que usufruíram na década de 1990 e passaram para o terreno da oposição ao seu governo. Essas mudanças políticas repercutiram na política econômica, na política social e na política externa do Estado brasileiro (BOITO JR.; BERRINGUER, 2013, p. 31).

Para os autores, se formou nesse período o que chamam de uma frente neodesenvolvimentista liderada por essa burguesia interna, composta pela indústria, mineração, construção pesada e a “cúspide do agronegócio que são as empresas exportadoras de produtos agropecuários” (BOITO JR. ; BERRINGUER, 2013, p.32). Tal frente seria composta ainda pela baixa classe média, pelo operariado urbano e pelo campesinato, além de desempregados, subempregados e trabalhadores por conta própria. Em oposição a tal frente estaria o “campo neoliberal ortodoxo”, que reuniria o grande capital financeiro internacional, a fração da burguesia brasileira integrada a esse capital, os latifundiários, e a alta classe média. Sobre o contexto rural, os autores consideram que o “camponês remediado” está mais presente na frente neodesenvolvimentista, enquanto o “campesinato pobre” seria o mais marginalizado pela frente. Vejamos como isso se dá:

O camponês remediado está presente, principalmente na Contag e também no setor de camponeses assentados do MST. Reivindica assistência técnica, financiamento para a produção, mercado e preço para seus produtos. Os governos neodesenvolvimentistas têm atendido, em parte, essas reivindicações, com o financiamento à agricultura familiar, que cresceu muito quando comparado com o que havia na era FHC, e com programas de compras governamentais da produção camponesa (MST, 2009). O campesinato pobre, que corresponde aos camponeses sem-terra ou com pouca terra, reivindica a desapropriação das terras ociosas e uma política agressiva de abertura de novos assentamentos. Essa camada camponesa é a mais marginalizada pela frente neodesenvolvimentista. Os governos Lula e Dilma reduziram muito as desapropriações de terra. O agronegócio tem um peso importante na política neodesenvolvimentista, fato que bloqueia a política de desapropriações (BOITO JR; BERRINGUER, 2013, p.33).

Dessa forma surge uma primeira contradição do PT com uma base social importante que conquistou ao longo de sua trajetória. Tomando esta composição hegemônica como dado histórico, os autores mostram que isso implicou numa mudança

estrutural na ideologia política do Partido dos Trabalhadores, que se converteria em instrumento do neodesenvolvimentismo:

No campo das classes dominadas, o operariado urbano e a baixa classe média, por intermédio do sindicalismo do Partido dos Trabalhadores (PT), têm uma participação organizada na frente neodesenvolvimentista. Essas forças foram, na verdade, as forças que criaram aquele que iria se tornar o instrumento partidário dessa frente – o PT. O que se passou desde então foi que esse partido, que lutava, ao longo da década de 1990 para a década de 2000, mesclando sua tradição de origem com a insatisfação burguesa, converteu-se, de modo empírico e marcado pelas circunstâncias, no criador e no instrumento partidário do neodesenvolvimentismo. O operariado e a baixa classe média continuaram presentes no PT apenas que, agora, ocupando a posição de base social, mas não mais de força dirigente desse partido (BOITO JR.; BERRINGUER, 2013, p.33).

O que se depreende desse trecho é que há uma alteração no caráter de classe desse partido. Se antes era um partido da classe trabalhadora e que, portanto, vocalizava seus interesses, converte-se em um partido de mediação entre as classes sociais, assumindo para si a função republicana de administração da ordem pública, através dessa política neodesenvolvimentista. No entanto, é preciso notar que tal política não seria avessa aos interesses genuínos dos trabalhadores, mas, ao contrário, os atenderiam de certa maneira:

Esses assalariados ganharam algo com o neodesenvolvimentismo. O crescimento econômico permitiu uma significativa recuperação de emprego e a política de reajuste do salário mínimo aumentou o poder aquisitivo da base da pirâmide salarial. As novas condições econômicas e políticas favoreceram muito a organização e a luta sindical, permitindo novas conquistas salariais dos trabalhadores em um evidente contraste com aquilo que ocorreu na década de 1990 (BOITO JR.; BERRINGUER, 2013, p.33).

Vale notar que a luta pelo aumento do salário e a redução da desigualdade social foi a ênfase do sindicalismo que Lula fez parte nos anos 1970 e 1980, como vimos nessa tese. Nesse sentido há uma coerência histórica com aquelas pautas sindicais que sacudiram o regime militar brasileiro. Esse é, para Perry Anderson, o segredo do triunfo de Lula:

Vindo ele mesmo da mais profunda pobreza do Brasil, a ascensão de Lula de operário no chão da fábrica a líder do país nunca foi um triunfo pessoal: o que a tornou possível foi a mais notável insurgência sindicalista do último terço do século, criando o primeiro – e até agora único - partido político moderno do Brasil que se tornou o veículo da sua ascensão. Juntos, a combinação de uma personalidade carismática e a organização com dimensões nacionais sempre foram trunfos formidáveis (ANDERSON, 2011, p.24).

Segundo Altman, o raciocínio leninista de tática e estratégia não corresponde a

forma de Lula pensar a política, já que ele teria um perfil mais imediatista. Prevaleceria a partir de então uma lógica do que o entrevistado chama de “melhorismo”, ou seja, a ideia de “melhorar as condições de vida do povo”, de forma paulatina, e não como uma ruptura. Esta visão do presidente é resumida por Luiz Gonzaga Belluzo da seguinte forma:

Seja como for, acuado no início do primeiro mandato pelo terrorismo dos mercados, o metalúrgico tratou de não violar partitura que registrava os acordos da prudência, sem abandonar o projeto de ampliação das políticas sociais. Intuitivo, Lula, o sindicalista, construiu uma visão pragmática do desenvolvimento nas sociedades modernas. Para ele, a política é, sobretudo, mediação entre dois sistemas: as necessidades e aspirações dos cidadãos e os interesses monetários que se realizam através do mercado. Lula parece supor que esse jogo crucial da modernidade deve reconhecer a legitimidade das ações egoístas, observando os limites impostos pelas políticas do Estado destinados a proteger os mais frágeis e dependentes (BELLUZO, 2013, p.108).

Vale notar também que esse raciocínio político se desenvolveria num ambiente adverso de correlação de forças. Lula se elegeria em 2002 com 61% dos votos, mas o PT não teria nem 1/5 do congresso para aprovar as políticas governamentais (ANDERSON, 2011).

Aqui cabe retomar o debate feito por Boito Jr. e Berringer (2013). A escolha de se pensar em burguesia brasileira e burguesia internacional pode parecer arbitrária. Ainda mais o seria pensar em capital produtivo e capital financeiro. Isso porque no mundo contemporâneo capital industrial e capital bancário há muito já se fundiram; aliás essa fusão é o cerne da política imperialista, já na visão de Lênin (1984). Resumindo, em termos práticos, é difícil distinguir o que seria o capital produtivo do capital financeiro, já que essas duas esferas estão entrelaçadas na dinâmica atual da acumulação capitalista – um industrial seguramente tem ações na bolsa de valores, por vezes até mesmo um assalariado.

A respeito da ideia de burguesia brasileira, os autores têm um argumento prático: a resistência à ALCA produziu um sentimento nacionalista de defesa do mercado interno brasileiro, inclusive em setores burgueses:

A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) foi um elemento que contribuiu para a organização da grande burguesia interna brasileira e, nesse caso, aproximou os interesses dos movimentos populares e do movimento sindical que vinham fazendo campanha contra a proposta da ALCA (BOITO JR.; BERRINGER, 2013, p.35).

No entanto, mais preciso que dizer que os interesses do campo governista com o capital financeiro são irreconciliáveis, seria notar que nesse período a hegemonia política não esteve em torno dos interesses financeiros, mas sim dessa frente desenvolvimentista

que se formou, fortalecendo o Estado nacional como indutor principal da economia, ampliando os investimentos em áreas sociais e afins. No entanto, o mercado financeiro também influenciou as políticas de governo, como veremos mais adiante, garantindo sua acumulação. Em entrevista a Emir Sader, o próprio presidente Lula qualificou da seguinte maneira sua relação com os opositores:

O que eu guardo é o seguinte: eles nunca ganharam tanto dinheiro na vida como ganharam no meu governo. Nem as emissoras de televisão, que estavam quase todas quebradas; os jornais, quase todos quebrados quando assumi o governo. As empresas e os bancos também nunca ganharam tanto, mas os trabalhadores também ganharam. Agora, obviamente que eu tenho clareza que o trabalhador só pode ganhar se a empresa for bem. Eu não conheço, na história da humanidade, um momento em que a empresa vai mal e que os trabalhadores conseguem conquistar alguma coisa a não ser o desemprego (LULA APUD SADER, 2013, p.16).

Por fim, há que se qualificar a participação dessas frações da classe trabalhadora na frente neodesenvolvimentista. Nossas fontes sobre os períodos avaliados nos capítulos anteriores são suficientes para notar uma participação ativa da classe trabalhadora na fundação do PT e nas lutas em oposição ao programa neoliberal, no entanto aqui essa participação na frente neodesenvolvimentista carece de aprofundamento: foi um apoio eleitoral simplesmente? As políticas dos governos petistas tiveram origem no repertório político das associações representativas da classe trabalhadora? As mesmas associações reproduziram as políticas de governo nos seus repertórios? Os trabalhadores estiveram representados na política dessas associações no período dos governos? São perguntas que exigem um aprofundamento maior, e não serão respondidas nessa tese. Tampouco o referido texto de Boito Jr. e Berriguer (2013) são suficientes para respondê-las.

4.2 Governos Lula à luz do conflito distributivo no Brasil

Feito esse balanço das crenças políticas, do debate que envolvia a eleição de Lula à presidência da República e do significado desses governos, passamos a um detalhamento maior das políticas de governo e seus impactos na formação social brasileira.

Há um primeiro debate a este respeito, que reflete se o termo “desenvolvimentismo” é, ou não, uma forma precisa de classificar os governos de Lula e Dilma. Para Boito Jr. E Berriguer (2013), recorrer a esta categoria corresponde à análise na qual os governos se dedicaram a desenvolver o capitalismo brasileiro e mencionam medidas importantes do ponto de vista do impacto social causado, como as políticas de

recuperação do salário e transferência de renda. Segundo Carvalho:

Entre 2004 e 2010, o Brasil conseguiu obter, junto com as taxas mais altas de crescimento, uma redução das desigualdades sociais e regionais, o aumento sustentado dos salários, a elevação do nível do emprego formal, a melhoria das contas públicas e externas, tudo isso mantendo a taxa de inflação sob controle. O investimento cresceu em média 6,7% ao ano no período, superando até mesmo o crescimento do consumo, que foi de 4,5% anuais (CARVALHO, 2018, p.10).

Segundo a autora, além da distribuição de renda na base da pirâmide, a política econômica teve mais dois pilares: maior acesso ao crédito e maiores investimentos públicos em infra-estrutura. Esses seriam os aspectos fundamentais para entender a política econômica do período, o qual ela chama de “Milagrinho”. Com isso o PT teria conseguido conciliar crescimento econômico com redução da desigualdade social:

Só que dessa vez, o crescimento maior trouxe consigo uma redução das desigualdades. As transferências de renda via Bolsa Família, a valorização mais acelerada do salário mínimo e a inclusão do mercado de consumo de uma parte significativa da população brasileira levaram à expansão de setores de serviços e da construção civil, que cresceram de forma expressiva no período. Como esses setores empregam muitos trabalhadores menos instruídos, o grau de formalização e os salários na base da pirâmide subiram mais ainda, reforçando o processo.

(...)

Ao provocar um aumento mais acelerado dos salários nas ocupações que exigiam menor qualificação, tais alterações no padrão de consumo e na estrutura produtiva colaboraram com o círculo virtuoso de dinamismo do mercado interno e do mercado de trabalho que vigorou até 2010 (CARVALHO, 2018, p.22-23).

No entanto, a autora destaca que para um ciclo de desenvolvimento virtuoso, a expansão da indústria é fundamental, e isso não foi observado nesses anos, onde o setor de serviços foi protagonista. Segundo ela, “Se o comércio cresce e a indústria não, é porque os produtos comprados estão sendo produzidos em outro lugar(...)” (CARVALHO, 2018, p.43), e nota que, de fato, o volume de importações aumentou no período, o que esteve combinado com a valorização da moeda nacional.

A lição a ser tirada é que um processo de crescimento com dinamismo do mercado interno exige uma política industrial voltada para a diversificação da estrutura produtiva. A capacidade de oferta da economia deve acompanhar o dinamismo da demanda, impedindo o acúmulo de desequilíbrios comerciais e a crise de balanço de pagamentos (CARVALHO, 2018, p.45).

Este é o argumento central para os que dizem que faltou uma política de

desenvolvimento mais enfática, com valorização da indústria. Para Belluzo (2013), o fortalecimento da indústria é fundamental para a diversificação produtiva, contribuindo para o fortalecimento do mercado interno e trazendo ganhos no comércio exterior. “Uma economia urbano-industrial formada há anos não pode apoiar o crescimento e a estabilidade na exportação de *commodities*, cujos efeitos sobre o emprego e sobre a renda são limitados” (BELLUZO, 2013, p.105).

Tanto Belluzo quanto Carvalho notam que para realizar esses objetivos políticos, o primeiro governo Lula adotou uma política econômica que, em parte, conservava aspectos do governo FHC. O Ministério da Fazenda, sob o comando de Antonio Palocci, promoveu um forte ajuste fiscal buscando atingir metas altas de superávit primário, e o Banco Central, sob a chefia de Henrique Meirelles, manteve as taxas de juros altas entre 2003 e 2005 (CARVALHO, 2018).

Nesse ambiente benfazejo, a política monetária do governo Lula repetiu os enganos dos anos 1990, mantendo a taxa de juros e o câmbio fora do lugar. Criou-se uma situação do tipo ‘há bens que vêm para o mal’, ou seja, o câmbio valorizado era compensado pelos preços generosos formados num mercado mundial superaquecido e especulado (BELLUZO, 2013, p.104).

No entanto, Carvalho mostra que há divergências sobre a política econômica do governo desde o princípio, protagonizadas por Palocci e José Dirceu, então Ministro da Casa Civil. Já havia uma pressão nesse momento por uma política mais desenvolvimentista, com o Estado como principal indutor desse desenvolvimento:

Em manifesto divulgado em março de 2004, a Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT) defendeu mudanças mais profundas: ‘O PT propõe que o governo faça uma inflexão maior na política econômica no sentido de priorizar as tarefas e as medidas voltadas para a retomada do desenvolvimento, com geração de emprego e distribuição de renda (CARVALHO, 2018, p. 15).

A autora mostra como já havia posicionamentos da sociedade civil nesse sentido, como o do presidente da FIESP, Lafer, que exigia do governo uma política de redução da taxa de juros, por exemplo. Isso fortalece o argumento de Boito Jr. e Berringer (2013) sobre uma certa divisão da classe burguesa a respeito das políticas implementadas. Apesar de tudo isso, a autora nota que de fato houve crescimento econômico no período, através do crescimento das exportações:

A história que os dados contam é bem diferente. O crescimento mais alto de 2004 foi puxado sobretudo pela expansão de 14,5% nas exportações do país, que dificilmente poderia ser atribuída à política interna. No ano seguinte, o crescimento já foi bem mais modesto. A expansão da

economia em 2005 foi de 3,2%, ainda liderada pelas exportações, que cresceram 9,6% no ano. Os investimentos, que haviam crescido 8,5% em 2004, cresceram apenas 2% (CARVALHO, 2018, p.17).

A autora está, portanto, enfatizando que o crescimento do período se deveu ao aumento das exportações, e não à taxa de juros elevada. Para Anderson (2011), esse crescimento econômico teria sido fundamental para superar a crise política no governo com as denúncias de corrupção, no episódio conhecido como “mensalão”, que abateu principalmente a imagem de José Dirceu, responsabilizado pela imprensa pelo pagamento de propinas a parlamentares como compra de votos em apoio ao governo:

Lula pôde contar com duas reservas de emergência que não apenas salvaram sua posição, mas a transformaram. O primeiro foi a volta do crescimento econômico sustentado. Depois de um período considerado como a pior estagnação do século - um crescimento médio anual de 1,6% na década de 1990, aproximando-se de não mais de 2,3% em oito anos de FHC -, o PIB chegou ao patamar de 4,3% de 2004 até 2006. O salto se deveu essencialmente à boa sorte no exterior. Esses foram os anos em que a demanda chinesa por duas exportações mais valiosas do Brasil, soja e minério de ferro, decolaram, em meio a um aumento exorbitante no preço das commodities (...) À medida que os negócios e os empregos melhoraram, o clima no país mudou (ANDERSON, 2011, p.28).

O autor nota o papel da imprensa em deslegitimar o governo diante do tema da corrupção. Outro assunto notado pelo historiador é que a antiga tese do populismo, que foi alimento do crescimento do PT nos meios intelectuais, se convertera em discurso dessa mesma imprensa aliada dos interesses oposicionistas:

Para Cardoso e seus seguidores, ainda dominantes na *intelligentsia* e na mídia, Lula encarna as tradições mais retrógradas do continente, seu governo sendo apenas outra variante do populismo demagógico de um líder carismático, que despreza tanto a democracia quanto a civilidade, comprando o favor das massas com caridade e bajulação (ANDERSON, 2011, p.32).

Portanto, o que se percebe sobre a antiga crítica de Weffort, na qual o nacional-desenvolvimentismo produziu uma relação de dependência das massas para com o Estado, é que agora ela ganha ares econômicos, onde qualquer intervenção do Estado na economia significa populismo, quando esta deve ser regida pelos interesses do “mercado”. Ou seja, percebemos que o discurso neoliberal ainda existente, e, em oposição aos governos petistas, nutriu-se da teoria do populismo.

A respeito da política econômica, Carvalho acredita que os grandes passos foram dados realmente no segundo governo Lula (2006-2010). Nesse período o crescimento

econômico liderado pelas exportações daria lugar ao fortalecimento do mercado interno pautado no aumento do consumo das famílias e no aumento dos investimentos públicos. Isso só seria possível após a demissão do ministro Antonio Palocci e na adoção de 3 pilares nesse segundo governo: acesso ao crédito, programas sociais e investimentos, resultando em crescimento salarial dos mais pobres:

Diferentemente do Gini para o total da renda, que inclui rendimentos financeiros, aluguéis e outras formas de renda oriundas do capital, o índice de Gini para salários passa por uma redução substancial e contínua nos anos 2000, o que indica queda da desigualdade salarial. E essa redução se dá sobretudo na base da distribuição: o salário dos 10% mais pobres aumenta em relação ao salário médio ou mediano (CARVALHO, 2018, p.21).

Assim, essas mudanças nas condições de vida dos mais pobres se deram, segundo a autora, através de maior acesso ao crédito direcionado para financiamento habitacional e rural, e ao consumo de forma geral, bem como a partir da expansão dos investimentos públicos, que teriam sido o principal motor do crescimento do mercado interno. Como exemplo, a autora menciona o PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), política do governo federal lançada em 2007, priorizando as áreas de energia, mas também a expansão da “infraestrutura física e social” (habitação, saneamento, etc.), e, “infraestrutura logística”, o que inclui rodovias, aeroportos, portos, estradas, etc. A autora nota ainda que o aumento desses investimentos públicos também incentiva o aumento dos investimentos privados, já que “ (...) dinamizam o mercado interno e recuperam as expectativas das empresas sobre a demanda futura” (CARVALHO, 2018, p.29).

A respeito dos programas de transferência de renda, um debate público muito grande se deu em torno do “Bolsa Família”, que serviu de alimento para as acusações de populismo por parte da direita brasileira. No entanto, findado o ciclo petista, algo que se tornou notório foi a vitória ideológica do programa como uma política pública virtuosa. Segundo Anderson:

Desde o início, Lula havia se comprometido a ajudar os pobres, de onde ele viera. Um acordo com os ricos e poderosos seria necessário, mas a miséria tinha que ser tratada de modo mais sério do que no passado. Sua primeira tentativa, o programa Fome Zero, para garantir o sustento mínimo de cada brasileiro, foi um fiasco dada sua má administração. Em seu segundo ano, no entanto, consolidando vários programas preexistentes e expandindo sua cobertura, Lula lançou o programa que está agora indelevelmente associado a ele, o Bolsa Família, um depósito mensal de dinheiro para as mães nos estratos de menor renda, desde que comprovado o compromisso de que elas estão enviando os filhos para a escola e acompanhando a saúde deles (ANDERSON, 2011, p.28).

Portanto, Carvalho (2017) nota que os resultados de tais políticas foram o aumento do consumo; do emprego formal; o pagamento dos empréstimos feitos junto ao FMI e o acúmulo de vultosas reservas internacionais; controle da inflação como resultado da valorização das commodities; valorização da moeda nacional:

Como vimos, o crescimento só passou a ser liderado pelo mercado interno a partir de 2006. Em 2004 e 2005, o crescimento foi liderado por um boom de exportações que dificilmente pode ser atribuído à política econômica interna. Já entre 2006 e 2010, não se pode ignorar o efeito da valorização mais acelerada do salário mínimo, da universalização de programas de transferência de renda, da expansão do acesso ao crédito e dos investimentos públicos sobre o crescimento econômico e o dinamismo do mercado de trabalho (CARVALHO, 2018, p.42).

Nesse trecho a autora está se contrapondo às teses liberais e suas explicações sobre o sucesso econômico dos governos Lula, onde o êxito das políticas macroeconômicas do governo FHC no que tange ao controle da inflação seriam os principais responsáveis dez anos depois. Outras explicações afirmariam ainda que tudo se deu em função da alta dos preços das commodities, como o petróleo, o minério de ferro e a soja.

4.3 Governo Dilma: Mudanças na gestão da economia e declínio do PT

Alterações na política econômica já vinham sendo efetuadas desde a crise de 2008 e se intensificaram no governo Dilma. Para Carvalho (2018), medidas que deveriam ser encaradas como remédios para a crise se tornaram políticas permanentes de governo, como a abertura de linhas de crédito no BNDES e na Caixa Econômica, que de solução para a crise financeira foi se consolidando aos poucos como a política permanente de “campeões nacionais”:

O Estado havia sido decisivo na expansão do mercado interno brasileiro entre 2006 e 2010, através de políticas de transferência de renda e aumento do salário mínimo, junto com a ampliação dos investimentos em infraestrutura física e social. No entanto, no final do segundo mandato do presidente Lula, crescia a visão de que tal estratégia de crescimento, erroneamente interpretada como ‘liderada pelo consumo’, era insustentável. Empresários do setor industrial e boa parte dos economistas defendiam medidas que reduzissem os custos das empresas nacionais e elevassem sua competitividade diante da concorrência estrangeira (CARVALHO, 2018, p.11).

A autora entende que se criou um mito no qual o crescimento foi liderado pelo consumo. De fato, isso se tornou um componente discursivo forte das propagandas do governo. No entanto, ela argumenta que o crescimento dos investimentos públicos sim

foram o principal vetor do crescimento. Estes passaram por cortes drásticos desde a crise de 2008 em diante:

Em particular, entre 2011 e 2014, o fim do ciclo de expansão dos investimentos públicos em infraestrutura e sua substituição por uma política de redução de impostos, concessões e outros estímulos ao setor privado retiraram da economia brasileira um de seus principais motores (CARVALHO, 2018, p.32).

A respeito da política de financiamento do BNDES, Boito Jr. e Berringer (2013) definem da seguinte maneira:

A política de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), uma poderosa instituição financeira estatal que passou incólume pela onda de privatização da década de 1990, passou a contar com um orçamento muitas vezes maior do que aquele que dispunha na década de 1990 e passou a priorizar um reduzido número de grandes empresas predominantemente nacionais como receptores dos programas de empréstimos a juros subsidiados (BOITO JR.; BERRINGER, 2013, p.32).

Carvalho (2017) nota o papel da intelectualidade nesses novos rumos, mencionando inclusive um artigo de Bresser-Pereira intitulado “Países asiáticos e a doença holandesa”, publicado na Folha de São Paulo em 12 de abril de 2010, como exemplo do posicionamento de economistas à época, no qual se abandonava a defesa dos estímulos ao mercado interno em favor de uma economia voltada para a exportação. Nesse pacote viriam a redução dos juros e a desvalorização da moeda. Outro documento fundamental teria sido um artigo conjunto apresentado pela FIESP, CUT e a Força Sindical no jornal A Folha de São Paulo em 26 de maio de 2011, onde se defendia um pacto pela industrialização:

O texto, intitulado “Um acordo pela indústria brasileira”, começa reafirmando a importância dos pilares de crescimento do Milagrinho: o estímulo ao mercado interno por meio da valorização do salário mínimo e da universalização do Bolsa Família, a ampliação da disponibilidade de crédito e os investimentos públicos são evocados como uma “acertada decisão”. No entanto, “o precoce encolhimento da participação da indústria no nosso PIB”, o “déficit comercial do setor de manufaturados”, a “crescente reprimarização da pauta de exportação e a “substituição da produção doméstica por produtos e insumos industriais importados” acendiam, segundo os autores, “uma luz amarela para a indústria brasileira” (CARVALHO, 2018, p.57).

A plataforma manifestada pelas três entidades representativas constituiria o que a autora nomeia como “Agenda FIESP”. Segundo ela, tal plataforma teria forte incidência sobre as medidas tomadas durante o governo Dilma Roussef. Menciona uma entrevista do

secretário de Política Econômica, Márcio Holland, em dezembro de 2012, no qual é lançada a “Nova Matriz Econômica” do governo, que contaria com juros baixos, taxa de câmbio competitiva e desoneração dos investimentos e da produção (CARVALHO, 2018).

Pode-se dizer com segurança que os resultados de sua adoção foram desastrosos. A desaceleração da economia e a deterioração fiscal que se seguiram acabaram criando as condições para uma segunda mudança de modelo a partir de 2015, desta vez levando ao abandono do pouco que havia sobrado dos pilares de crescimento do Milagrinho (CARVALHO, 2018, p.59).

Assim é interpretada a política econômica no segundo mandato de Dilma Rouseff: um passo atrás na “valsa” da economia brasileira. Mais uma vez a autora nota como o conhecido “ajuste fiscal” desse período pesou sobre os investimentos públicos, que ela entende ser o principal motor do crescimento no segundo governo Lula. Isso se deveu, em parte, ao agravamento da crise financeira, que teve por um de seus vetores a queda do preço das commodities:

Além da ineficácia da política econômica em gerar os estímulos prometidos, o Brasil também sofreu os impactos de uma queda brusca no preço das commodities. Entre junho e dezembro de 2014, o índice de preço das commodities divulgado pelo FMI sofreu queda acumulada de 29,3%. Uma queda que, aliás, chegou a ser de 55%, antes de ser interrompida em janeiro de 2016 (CARVALHO, 2018, p.95).

No entanto, este não seria o único vetor da crise. A autora lista ainda o efeito danoso da Operação Lava-Jato sobre o setor da construção civil e do petróleo, a desvalorização do real e a política fiscal adotada no segundo mandato. Por outro lado, apesar das quedas no crescimento, Carvalho (2017) chama a atenção para o tema das eleições de 2014, que se realizaram com o emprego ainda estável e permitiram um debate mais à esquerda feito por Dilma na ocasião:

As leituras diferentes desse cenário econômico acabaram pautando boa parte do debate entre os candidatos do segundo turno das eleições presidenciais. Enquanto Aécio Neves destacou a alta da inflação e a deterioração dos indicadores de atividade econômica e fiscais para defender uma política econômica mais austera, Dilma Rouseff responsabilizou a crise internacional pelo desempenho mais fraco da economia, chamou a atenção para o nível de emprego ainda elevado e defendeu a continuidade da política econômica (CARVALHO, 2018, p.96).

A autora mostra como tal discurso empregado em campanha soou para muitos como estelionato eleitoral, já que a agenda econômica adotada viria a ser a da oposição,

praticamente. Após vencer as eleições por pequena margem, sob acusações de fraude por parte de setores oposicionistas e, portanto, sob grande pressão política, Dilma nomeia Joaquim Levy, então economista do Banco Bradesco, ministro da Fazenda. Seu ajuste fiscal foi anunciado logo em novembro após a realização do pleito, enfatizando o tema do superávit primário:

As medidas de ajuste divulgadas entre o fim de 2014 e o início de 2015 incluíam uma redução de 58 bilhões de reais nos gastos com o PAC; uma economia de 18 bilhões pela alteração das regras para recebimento de seguro-desemprego, abono salarial e auxílio-doença; uma receita adicional de 12,2 bilhões pelo aumento das alíquotas de PIS/Cofins e da Cide sobre combustíveis; uma arrecadação extra de 5,3 bilhões pela redução da desoneração da folha (aumento da alíquota de 1-2% para 2,5-4,5%) e de 5 bilhões pela volta do IPI para veículos, entre outras iniciativas de menor impacto arrecadatório (CARVALHO, 2018, p.97).

Nesse contexto os índices de desigualdade aumentaram. Aumento do desemprego, queda do salário real médio são elementos identificados pela economista. No entanto, a movimentação para a derrubada do governo se nutriu de outros elementos. Na imprensa nacional a movimentação pelo impeachment era associada com o tema da corrupção, enquanto no Congresso o debate se dava em torno da chamada “pedalada fiscal”. A este respeito, Carvalho opina:

No caso que ficou conhecido no Brasil como “pedalada fiscal”, em vez de atrasar o pagamento aos beneficiários, o governo adiou o pagamento aos bancos públicos, que, por sua vez, pagaram os benefícios em dia. Do ponto de vista das consequências para a população, certamente esse procedimento é menos grave do que o atraso do Medicare. No entanto, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), não é crime a população “financiar” o governo enquanto não recebe seus benefícios, mas é crime um banco público realizar operações de crédito para o próprio governo (CARVALHO, 2018, p.105-106).

A autora nota como isso é um reflexo do conflito distributivo agravado desde o início da crise econômica. Uma vez reduzido o crescimento desde 2011, há um aumento das tensões entre as classes sociais pela distribuição do orçamento e da renda. E ela nota que, mesmo considerado os “passos ao lado” e “passos atrás”, os governos Dilma permaneceram transferindo renda, chamando atenção para programas como o “Brasil Carinhoso” que ampliava o Bolsa Família para crianças em situação de miséria, e os demais benefícios sociais que não tiveram grandes modificações.

Por outro lado, precisamente isso foi a razão para o “mito da ganância”, como a economista trata o discurso oposicionista. Segundo ela, a oposição se valeu desses números para afirmar uma irresponsabilidade fiscal do governo, mesmo com a redução nos gastos

com investimentos públicos. Além disso, Carvalho (2018) chama a atenção para o documento divulgado pelo vice-presidente da República, Michel Temer, diretamente envolvido no processo de impeachment de Dilma, intitulado “Ponte para o Futuro”:

O programa Uma Ponte para o Futuro apresentado pelo vice-presidente Michel Temer a empresários paulistas ainda em dezembro de 2015 já soava como um túnel para o passado. As propostas partiam do diagnóstico de que o ajuste fiscal conjuntural era insuficiente, pois os direitos adquiridos pela sociedade brasileira no período de redemocratização já não caberiam no Orçamento público. Em vez de imaginar estratégias para sanar os problemas fiscais pela via do crescimento econômico, da preservação de empregos e da redução da conta de juros, o programa do PMDB, que, como se verá, foi seguido à risca, começava com a flexibilização das leis trabalhistas, o fim da obrigatoriedade de gastos com saúde e educação e a desindexação de benefícios previdenciários ao salário mínimo. O texto também afastava a hipótese de elevação de impostos como caminho para o ajuste das contas públicas (CARVALHO, 2018, p.109).

Como se pode notar, o programa defendido por Temer corresponde integralmente com as expectativas da burguesia brasileira, rompendo de vez a “frente neodesenvolvimentista”. Trata-se, portanto, de uma manobra radical dos setores dominantes no Brasil, processo que culminou na derrubada da presidenta Dilma Rouseff, reforçando a tese do agravamento do conflito distributivo, que resultou em ainda mais perdas para os trabalhadores. Por fim, quando trata do que seriam as defasagens do Estado brasileiro, Carvalho vai em direção oposta:

Para além da corrupção ou da ineficiência, três são as características do Estado brasileiro que deveriam ser rejeitadas por uma sociedade que ainda tem alguma pretensão de desenvolver-se de forma democrática. A primeira e mais urgente é a do Estado opressor, um verdadeiro *serial killer* de assentados rurais, índios e jovens negros e pobres das favelas e periferias urbanas. A segunda é a do Estado penitenciário, que encarcera em massa e leva à superlotação de nosso sistema prisional. A terceira é a do Estado concentrador de renda. Além de pagar juros altos para os detentores de títulos da dívida pública, de tributar muito o consumo e pouco a renda e o patrimônio e de tolerar a sonegação e a elisão fiscal de empresas privadas, o Estado brasileiro ainda paga supersalários a uma parte de seus funcionários (CARVALHO, 2018, p.158).

Assim colocado, vale notar que os governos petistas não deram conta de enfrentar todos esses âmbitos da desigualdade no Brasil, bem como não conseguiram atender outras demandas e debates surgidos no curso desse período, chamando a atenção para a dificuldade de uma renovação política e geracional.

Ainda que não possamos nos estender longamente por esse debate, já que o estudo das práticas estatais não corresponde com o objeto dessa pesquisa diretamente, mas antes

se apresenta como contexto das ideias veiculadas – essas sim são o objeto -, vale ressaltar que temas como a questão racial, o machismo, a questão ambiental, a política de moradia, se fortaleceram bastante no debate público da última década, mas, com algumas exceções, não ocuparam com centralidade a agenda de governo.

Isso é ressaltado aqui como elemento de um certo afastamento entre partido e bases sociais e um atrelamento entre partido e Estado, crítica recorrente feita por personalidades de esquerda ao PT. Na visão de Secco (2018), o episódio político conhecido como “As Jornadas de Junho de 2013” - quando multidões ocuparam as ruas de todo o Brasil em mobilizações que começaram contra o aumento das passagens de ônibus e aos poucos foram abarcando outros temas -, o que se viu foi um “distanciamento estrutural” do PT com os jovens manifestantes. Não conhecia suas técnicas de mobilização, que passavam por articulações nas redes sociais, ao passo que o movimento não reconhecia líderes e tinha identificação com ideias autonomistas, não tendo o PT como referência.

O autor entende assim, que tal episódio é expressão do fim do que chama de “pacto social-rentista”, no qual melhorias nas condições de vida da população eram acompanhadas da garantia das necessidades do capital financeiro. Assim, diante da crise internacional instaurada durante o governo de Dilma Roussef, para continuar expandindo o potencial de consumo da classe trabalhadora, seria necessário retirar dos grandes capitalistas vantagens no que diz respeito à distribuição da renda.

4.4 O *proceso de cambio* na Bolívia

Como vimos no capítulo anterior, Evo Morales é eleito em 2005 após grave crise do neoliberalismo, sob uma grande variedade de expectativas. O ciclo dos governos do MAS-IPSP é comumente conhecido como *proceso de cambio* (ou processo de mudança, em português). Como se pode notar, uma alcunha com significado amplo: que mudanças seriam essas? A amplitude semântica parece intencional: seu significado pode ser preenchido ao “gosto do freguês”, ou mais precisamente, pelos diferentes sujeitos políticos que compunham o Pacto de Unidade – pacto, que como diz o slogan do MAS-IPSP, foi do protesto à proposta, sendo a base política do primeiro governo Morales.

O governo que se inicia em 2006 enfrenta, logo de início, batalhas pela nacionalização de recursos naturais, pela realização da assembleia constituinte e uma política separatista comandada pela direita da região da Meia Lua. Tratou-se, de fato, de um período de intensas mudanças na cena política e social boliviana, e divide os

intérpretes. Segundo Mamoru Fujita (2022), o governo de Evo enfrentou, desde o princípio, um conflito entre o plurinacionalismo e o nacionalismo revolucionário:

Devemos recordar que desde a etapa inicial do governo de Evo Morales se detectava um conflito em sua linha política entre a nova ideologia plurinacionalista e o velho nacionalismo originado na revolução de 1952, baseado na ideia da mestiçagem. Anteriormente a isto, Antezana (2006) havia advertido que o nacionalismo revolucionário não havia perdido sua relevância apesar das mobilizações indígenas e as posturas indianistas que estes assumiram, ou de aparente desinteresse do governo e do público em geral em comemorar o abril de 1952 (FUJITA, 2022, p.362). (Tradução nossa).

Já Pablo Stefanoni, ao menos em 2007, garantia que o pós-neoliberalismo era enxergado pelo MAS de forma débil, já que tudo se tratava de reconduzir o Estado à centralidade na economia:

Assim, longe de impulsionar a luta de classes, a interpelação de Evo Morales recupera as mencionadas clivagens nação/antinação e povo/oligarquia, em uma renovada “aliança de classes” – ainda que não se use este termo que rememora os anos 1950 – que inclui aos “empresários patriotas” e aos “militares nacionalistas”, para construir um “país produtivo”, utilizando o excedente derivado dos recursos naturais – “recuperados pelo Estado” - para modernizar o país. Por isso, a maior parte do programa econômico do governo se refere à industrialização de uma economia atrasada sob o mando de um Estado forte (STEFANONI, 2007, p.71).

Dessa forma, já em maio de 2006, o governo passaria a disputar a hegemonia sobre os recursos naturais com o capital privado e estrangeiro, recuperando o controle de empresas estratégicas. Boa parte dos excedentes dessa exploração se reverteram em programas sociais como o *Juancito Pinto*, destinado a atender crianças, o *Juana Azurduy*, que atende grávidas, e o *Renta Dignidad*, atendendo idosos, todos que estejam em situação de vulnerabilidade (STEFANONI, 2010).

O eixo das políticas sociais de Evo Morales é o bônus de transferência de renda, financiado com recursos dos hidrocarbonetos, com um critério relativamente universalista. Um dos seus principais suportes é o programa de bônus destinados à infância, aos idosos, e às mulheres grávidas. Num país com ampla maioria da população na economia informal, urbana ou na atividade rural, um dos setores mais vulneráveis é, sem dúvida, o dos idosos, sem acesso à aposentadoria (STEFANONI, 2010, p.120).

Esta política de transferência de renda pôde ser realizada devido à nacionalização da exploração dos recursos naturais. McNelly (2021) afirma que o eixo da política econômica do governo foi o aumento da participação do Estado na economia, onde, além

dos hidrocarbonetos, se destacam as telecomunicações, a energia e o transporte. Por outro lado, a nacionalização mais significativa foi a do gás:

O Decreto Supremo (DS) que outorgava aos produtores os direitos de comercialização no ponto de extração foi declarado inconstitucional pelo regime de Morales, permitindo ao governo renegociar os contratos de exportação (e um maior preço de exportação do gás) com Argentina e Brasil (MCNELLY, 2021, p.215). (Tradução livre).

Mas o autor garante que o aumento da renda com os hidrocarbonetos é só “metade da história”. Além disso, destaca os ganhos com as exportações, potencializado pela alta das commodities no mercado internacional de 2002 a 2011. Tudo isso permitiu à Bolívia um crescimento econômico recorde, de 5,49% em média anual entre os anos de 2006 e 2016 (MCNELLY, 2021).

Já a socióloga Fernanda Wanderley nota mais uma semelhança com o Brasil nesse processo: a expansão do trabalho em áreas que exigem menos qualificação. A autora acredita que esta dinâmica contribuiu para a diminuição da pobreza no país, fato que se relaciona também com os programas sociais já mencionados. Outro aspecto fundamental teria sido o crescimento de 377% do salário mínimo entre 2005 e 2016, passando de 54 a 259 dólares. O ramo da produção que mais cresceu no período foi o setor de serviços (WANDERLEY, 2017).

Wanderley(2017) e McNelly (2021) concordam também com o papel central do crescimento dos investimentos públicos na análise da política econômica no período: “O excepcional choque positivo de investimentos possibilitou um salto significativo do fluxo de recursos disponíveis na economia boliviana entre 2005 e 2012” (WANDERLEY, 2017, p.3)¹⁶. McNelly destaca os investimentos em infraestrutura:

Os projetos de infraestrutura formam parte integral da formação do Estado sob o MAS. Apesar dos massivos incrementos no investimento produtivo dos governos do MAS nas suas tentativas de industrialização (principalmente focados nos setores de hidrocarbonetos e mineração), a maior parte do gasto estatal se dirigiu a projetos de infraestrutura (MCNELLY, 2021, p.229) (Tradução nossa).

No entanto, McNelly destaca o aspecto contraditório de tal política. Ainda que os êxitos econômicos estejam comprovados na literatura, o autor salienta o conflito a respeito da preservação do meio-ambiente. A contradição reside nas origens políticas do MAS e na pauta indígena que carrega consigo. O desdobramento das políticas desenvolvimentistas

¹⁶ Tradução nossa.

não se daria sem a reação desses setores à realização de megaprojetos que entraram em conflito com a vida comunitária.

Todos esses anseios, por outro lado, estiveram mencionados no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), documento apresentado pelo governo em 2006. O autor classifica o texto como uma tentativa radical de propor uma política de desenvolvimento em marcos não-ocidentais, valorizando a solidariedade, a diversidade e a plurinacionalidade, todos valores ligados ao *vivir bien*.

A primeira gestão de governo (2006-2009) se caracterizou por tentar transformar um país a partir da construção de uma visão de futuro que, retomando raízes culturais indígenas se denominou de *Vivir Bien*. Este paradigma pretendia um desenvolvimento equitativo com um olhar holístico no qual as necessidades das pessoas deviam ser compatíveis com respeito ao meio ambiente, aos direitos da mãe terra, em harmonia com a comunidade e com a família (LIENDO,2017, s/p) (Tradução livre).

Essa ideia de *Vivir Bien* esteve constantemente em disputa nos anos de governos do MAS-IPSP. Trata-se de uma ideia de circulação internacional, sobretudo na região dos Andes, principalmente em Bolívia e Equador. No que tange ao caso boliviano, correspondem aos valores quéchua e aymara tão acionados pelo indianismo e pelo katarismo politicamente, ao longo de décadas. Originalmente, se projeta às políticas públicas a partir de uma visão do que seria a vida comunitária nos *ayllus*, como uma forma de pensar o Estado a partir desse sistema político e social originário.

Do ponto de vista das realizações do governo nessa área, ou seja, como esta visão de mundo marcou práticas políticas estatais no período, podemos mencionar primeiramente a Assembleia Constituinte da Bolívia, que se iniciou logo no primeiro ano de governo de Evo Morales, e que só se concluiria em 2009 com a deflagração do Estado Plurinacional da Bolívia. O *Pacto de Unidad*, mais uma vez, foi o organismo no qual se organizou uma frente social e parlamentar em torno desta elaboração, que garantiria o direito a 36 nações originárias à autonomia política, territorial e de justiça:

Para os assessores do MAS na Assembleia Constituinte, o caráter plurinacional do Estado era a peça mais importante do novo texto constitucional. Tinha sido proposto pelas organizações indígenas e assumido pela bancada dos constituintes do MAS (...) É uma inédita combinação do social, do liberal e do comunitário com a qual, diziam os assessores, a nova Constituição combinaria o melhor dos constitucionalismos francês de 1789, mexicano de 1917, soviético de 1935, acrescentando também a contribuição do comunitário por parte dos povos indígenas. O Estado Plurinacional procuraria superar também dois modelos de Estado no que diz respeito à questão étnica: o monoculturalismo da assimilação e “integração do indígena na vida nacional”, associada à revolução de 1952, e o multiculturalismo de

reconhecimento da diferença enquanto continua subordinada, restringida, associada às reformas da década de 90 (SCHAVELZON, 2010, p.4-5).

Schavelzon fez uma etnografia do processo constituinte. Neste trabalho, conclui sobre o processo geral da deflagração do novo Estado Plurinacional, que se tratou de um movimento de superação da compreensão multiculturalista do étnico estabelecida nos governos liberais, por exemplo no que diz respeito à formalização das línguas originárias. Foram 36 idiomas reconhecidos como oficiais, o que significa que devem ser ensinados nas regiões onde são falados e seu uso reconhecido pelas esferas públicas.

A dita superação reside no fato de antes a política indígena ser reservada à esfera das reservas florestais, parques nacionais, de concepção santuarista do étnico, ou seja, de que esse deve ser preservado, como parte integrante da natureza. No caso do plurinacional, as etnias são reconhecidas como cultura, e o Estado reformado tomando como princípio o originário e o ancestral. A este respeito, Schavelzon (2010) destaca o reconhecimento das autonomias indígenas como um aspecto da nova constituição, na qual tem centralidade a ideia de descolonização, um valor fundamental oriundo do *Pacto de Unidad*:

Apesar dos desenvolvimentos desiguais entre os diferentes territórios, a partir de uma homogeneidade cultural diferente e de uma persistência também variável das instituições comunitárias, o projeto de retorno do ayllu consolidava-se como modelo alternativo de gestão e de organização política. E seria a proposta da autonomia indígena a forma de avançar em seu desenvolvimento, integrando-se na estrutura do Estado Plurinacional (SCHAVELZON, 2010, p.91).

Apesar deste processo ter se realizado no primeiro governo de Evo Morales, e um dos embates prioritários do governo ter sido o combate ao racismo e as transformações na esfera do Estado, o processo de reconhecimento das autonomias é moroso e burocrático, para alguns. O que se busca é uma mediação entre campo e cidade, com o fim de isolar a elite latifundiária do Oriente boliviano, constituindo assim uma hegemonia *cocalera*.

Depois de sua eleição à presidência em 2005, e agora com quase dez anos de governo, o MAS-IPSP não se localiza no plano mais radical do indianismo. O posto de Álvaro García Linera à vice-presidência em si já teria sido uma opção de mediação política com os setores médios urbanos, e há muitos questionamentos quanto à lentidão do reconhecimento das autonomias indígenas. No governo, a sigla tem se concentrado em temas como a recuperação do acesso ao mar e a nacionalização da exploração dos recursos naturais (GAMA DA SILVA, 2016, p.99).

Para Pablo Stefanoni (2007), trata-se de uma política neo-desenvolvimentista, com a esperança de que um desenvolvimento industrial a partir da exploração do gás solucione

os dilemas de seus povos:

Se a Revolução Nacional de 52 foi feita pelos excluídos do bem-estar mineiro monopolizado pela *Rosca* mineira feudal, a “revolução” de Evo Morales foi obra dos excluídos do “Eldorado” do gás, o novo recurso em que se depositam todas as esperanças de desenvolvimento industrial da Bolívia. Mesmo assim, o modelo é similar: uma nova versão da matriz nacional-popular, com os ingredientes do decisionismo presidencial, reatualização de imaginários desenvolvimentistas, predomínio de lógicas corporativistas e certas práticas anti-institucionais e de rechaço à “democracia liberal” (STEFANONI, 2007, p.71) (Tradução minha).

Desta maneira, o autor mostra que a política do governo é criar um pacto produtivo que incluiria militares nacionalistas e empresários produtivistas. Assim se defenderia uma visão de “pós-neoliberalismo” como recuperação do papel do Estado na economia (STEFANONI, 2007).

Assim o autor se pergunta: “Qual é o espaço para uma construção da vontade coletiva para além dos particularismos?” (STEFANONI, 2007, p.78). Para o autor, não se trata de um governo dos movimentos sociais, como o mesmo se autodeclara, mas um pacto corporativo onde o Estado é o mediador das mais variadas demandas.

Nota-se, portanto, que do ponto de vista das ideias políticas, as esquerdas nesse período resgataram matrizes políticas tradicionais, e algumas delas foram duramente criticadas pela própria esquerda no passado. O MAS, de origem predominantemente *cocalera* e indígena, na prática de governo, afim de expandir suas bases sociais e construir pontes com setores urbanos, passa a dialogar bem mais com valores típicos do “nacionalismo periférico”, ainda que dizer que a agremiação apenas resgata a ideologia Mnrista do Estado de 52, como propõem alguns intérpretes, não seja cientificamente preciso, haja vista que houve uma reforma constitucional no período de profundo impacto na esfera institucional do país, sobretudo do ponto de vista étnico. Assim sendo, submete-se à nossa investigação entender que projeto realmente está colocado nestas gestões.

Um evento histórico a mais se faz fundamental entender. Já no segundo mandato de Evo Morales, o governo tentou construir uma estrada que atravessasse a reserva indígena TIPNIS, no que teve que enfrentar uma oposição indígena nacional. Mais de 300 mil pessoas marcharam até La Paz em setembro de 2011, em resistência ao projeto (FUSER, 2014).

De início, as autoridades trataram os líderes indígenas dos Tipinis com a intransigência expressa no comentário de Morales de que as opções, no caso da rodovia, se limitariam ao “sim ou sim”. A obra foi apresentada como um fato consumado e a oposição a ela, atribuída à interferência de ONGs a serviço de interesses tidos como imperialistas e dispostos a impedir o desenvolvimento da Bolívia. Quando a marcha já tinha se

tornado um tema de destaque na cobertura midiática, o governo se dispôs a negociar. Aí foram os indígenas que recusaram o diálogo, negando-se a receber as sucessivas delegações de ministros enviadas ao seu encontro. A tensão crescente culminou, em 25 de setembro, com um episódio não totalmente esclarecido de repressão policial, que provocou o repúdio geral da opinião pública boliviana e foi condenado pelo próprio Morales (FUSER, 2014, s/p).

Enquanto isso, figuras simpáticas ao governo defendiam vantagens ligadas à política desenvolvimentista, como acesso à energia elétrica, integração nacional, etc.:

Esse dilema se manifestou, com clareza, na crítica que um militante político indígena pró-Morales, Ollantay Itzamná, fez aos intelectuais brancos engajados em ONGS internacionais que se opõem aos empreendimentos desenvolvimentistas no interior do país. “Quando escuto e leio os argumentos contra o trecho de rodovia que cruza o Tipnis, me pergunto se os ambientalistas e indigenistas já sentiram na própria carne o que é viver isolado e em permanente precariedade”, escreveu. “Saberão o que é viver sem energia elétrica, sem escola, sem hospitais, sem computador, sem geladeira?” (Itzamná,2011) (FUSER, 2014, s/p).

Após o recuo do governo diante de grande pressão popular, foi feita uma consulta sobre a construção da estrada em 2012. Curiosamente, o resultado foi favorável à construção da estrada:

Das 58 comunidades consultadas (11 delas se recusaram a participar), 55 se manifestaram a favor da controversa estrada (Arkonada,2012). Os opositores do projeto rejeitam a legitimidade da consulta, acusando o governo de coagir as comunidades indígenas do Tipnis a votar a favor da estrada e de manipular a formação do universo de consultados, com a inclusão- espúria, segundo eles- de camponeses que, por terem imigrado recentemente, não fazem parte da população tradicional daquela área (FUSER, 2014,s/p).

Há relatos antagônicos a esse. Em 2014, no trabalho de campo no mestrado, entrevistei Florencia Poma, então militante dos *Trabajadores Sociales Comunitarios de Bolivia* e do MAS-IPSP. Ela trabalhou realizando a consulta no TIPNIS, e disse:

(...) Para mim a experiência que tive na consulta... os indígenas de lá estavam muito submetidos ao senhor Fernando Vargas - que agora é atual candidato a presidente -, eles estavam submetidos a outro indígena. Por que dizíamos isso? Porque o que eu via nas comunidades que íamos consultar era que, nós como ministério, íamos com uma balsa grande, não tínhamos rádio. O outro não apenas tinha rádio e poderia ter até cozinhas elétricas. Eles tinham tudo. Fernando Vargas com toda sua gente, tinham canoas deles mesmos, tinha rádios, víveres, gasolina, motores para poder atravessar os rios, comunidade por comunidade. Conto que íamos a uma comunidade uma vez nos enfrentamos... se o ministério faz a consulta, o povo da comunidade se metia na casa, dizendo “que está acontecendo aqui?”. Vi que as comunidades eram muito submetidas a essas pessoas.

Vemos que eles têm explorado este território indígena. Por quê? Porque eles faziam os turistas chegar e ganhavam dinheiro deles, exportavam madeiras...

Então isso se viu. Na verdade, há outro território de que estavam a sair esses seguidores de Fernando Vargas, o outro não me recordo. Diziam: “papai, não vai fazer caso, não vai abrir as portas”... Imagina, não permitiam que eles decidissem. Proíbiam. Diziam: “não vá falar, não vão dizer ‘sim’ a consulta”. Nos preocupamos por eles. Porque dizia: Cinco pessoas dominavam o que é o território TIPNIS. E por isso me pergunto na parte de TIPNIS: este senhor Fernando Vargas candidato, de onde saca prata para se candidatar? Se é uma pessoa de comunidade... Às vezes nós nos pomos a pensar e nos assustamos porque há gente boliviana que tem contato com ONG’s que se dedicam a explorar terras. Então essas pessoas nos parece que são eles, que estão conectados com ONG’s que se dedicam a explorar essas terras, se servem disso, porque de onde vão ter prata? (POMA, 2014, s/p).

Independentemente da veracidade das acusações das partes, uma vez feito o registro, deve-se notar que o acontecimento ficou marcado como uma política anti-indígena dos governos do MAS, resultando inclusive no rompimento do Pacto de Unidade, que desde as lutas contra o neoliberalismo reuniu as representações indígenas e camponesas na elaboração do Estado Plurinacional.

4.5 A Contribuição Intelectual

4.5.1 O “pós-neoliberalismo” nas reflexões “nativas”

No exercício de auto-reflexão dos intelectuais e partidos políticos envolvidos nas práticas governamentais desse período, nos chamou a atenção a incidência do termo “pós-neoliberalismo”, como uma categoria mínima, que expressa uma pluralidade de experiências. Vejamos como o cientista político Emir Sader, filiado ao PT e secretário executivo do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO); Marilena Chauí, filósofa e ex-secretária de cultura da cidade de São Paulo durante a administração petista da prefeita Luiza Erundina; Alberto Acosta, que foi presidente da Assembleia Nacional Constituinte do Equador em 2007 e 2008, e uma das principais referências no debate sobre o Bem Viver na América Latina tratam o tema.

Sader (2013) qualifica o que havia se passado na América Latina nos dez anos anteriores à publicação como “pós-neoliberalismo”. Trata-se de uma categoria ampla, que abre margem a uma diversidade grande de projetos, o que está em consonância com a

inflexão política feito pelo PT e notada por Altman (2022). Os governos Lula e Dilma, segundo o primeiro, podem ser classificados dessa maneira por aquilo que os separa dos governos de FHC, Itamar e Collor, e que os aproxima dos governos de Chávez, Morales, Rafael Correia e outros da região: priorizar “políticas sociais e não o ajuste fiscal”; priorizar os processos de integração regional e não a ALCA; priorizar o papel do Estado como indutor do crescimento econômico, e não o mercado (SADER, 2013, p.138).

Nesse sentido, Sader sustenta um certo keynesianismo anti-imperialista, ou porque não, o pensamento cepalino de Maria da Conceição Tavares. Contextualiza que a vitória de Lula não se deu em um momento de ascensão dos movimentos sociais, mas ao contrário, esses se encontravam bastante combalidos à época de sua eleição. Além disso, o fim da URSS trazia consigo o ostracismo da alternativa socialista:

Como construir sociedades democráticas, solidárias, humanistas, a partir dessa herança? É esse o maior desafio para o Brasil e para os governos pós-neoliberais da América Latina. Não basta reagir à recessão e às fórmulas superadas do livre-comércio, do Estado mínimo, da centralidade do mercado, etc. É preciso ter um projeto de sociedade, tomando a fase atual - pós-neoliberal – como um momento de transição para projetos que não apenas reajam e resistam à onda neoliberal, mas se proponham a construção de sociedades justas, soberanas e solidárias (SADER, 2013, p.141).

Em seguida, diz que no caso brasileiro se trata de quebrar a hegemonia do capital financeiro, identificado como obstáculo para a realização dos direitos sociais e também dos investimentos produtivos. Ou seja, o significado do pós-neoliberalismo é o Estado como indutor da economia, e não a superação da exploração do trabalho.

Interessante observar também como Marilena Chauí aborda o problema, a partir do prisma ideológico. Segundo ela, nos anos 1990, a partir do governo Collor, o debate econômico se deu tomando o mercado como sujeito. Ela mostra como a imprensa passa a discutir o tema atribuindo características humanas ao mercado financeiro, como “está nervoso”, “está agitado”, “está calmo”, etc. (CHAUI, 2013, p.126). Assim, o que teria se passado durante o governo de Lula seria uma inversão de agenda, na qual a fome e a miséria se tornaram um tema central do debate público:

Na noite de 28 de outubro de 2002, no final do Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão, quando os âncoras falavam sobre as cotações das bolsas de valores, do dólar e do real, e sobre a agitação e a calma dos “mercados”, o presidente da República eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, que estava sendo entrevistado, perguntou com um sorriso levemente irônico: “Vocês não têm outros assuntos? Cadê a fome, o desemprego, a miséria, a desigualdade social?”. Essa indagação singela, unida ao pronunciamento feito algumas horas antes, anunciando a criação da

Secretaria de Emergência Social, cuja prioridade era o combate à fome, demarcou simbolicamente o novo campo da política no Brasil: os direitos civis, econômicos e sociais são prioritários e comandam as ações técnico-econômicas, pois a democracia é a única forma política em cujo núcleo está a ideia de direitos, tanto de sua criação pela sociedade, como de sua garantia e conservação pelo Estado (CHAUÍ, 2013, p.126).

Apesar de tal inversão de agenda, que diz respeito ao entendimento do Estado como indutor da economia e não o mercado, alguns analistas acreditam que os processos dos governos com partidos de esquerda à frente do Executivo poderiam ter aprofundado mais as transformações sociais. É o caso do equatoriano Alberto Acosta (2017). Ainda que concorde com a aplicação do termo pós-neoliberalismo, o autor de *O Bem Viver: Uma oportunidade para imaginar outros mundos* (2017) acredita que é necessário também uma perspectiva pós-capitalista e pós-desenvolvimentista, e que inclusive a ruptura com o neoliberalismo não foi total: “Mantém-se a modalidade de acumulação de origem colonial, dominante durante toda a época republicana, com o trânsito do extrativismo tradicional a um neoextrativismo. O núcleo básico desenvolvimentista persiste no século 21” (ACOSTA, 2017,p.64).

Nesse sentido, o Bem Viver, como visão de mundo com desdobramentos de políticas de Estado a partir de matrizes culturais indígenas, como se desenvolveu no Equador e na Bolívia, seria uma alternativa ao desenvolvimentismo:

O Bem Viver será, então, uma tarefa de reconstrução que passa por desarmar a meta universal do progresso em sua versão produtivista e do desenvolvimento enquanto direção única, sobretudo em sua visão mecanicista do crescimento econômico e seus múltiplos sinônimos (ACOSTA, 2017, p.69).

Assim, considera que o Bem Viver não é uma obra acabada, um projeto fechado e já dado, mas sim um caminho alternativo. No entanto, entende que é sim uma proposta holística, à medida que expressa uma filosofia de vida indígena e, nesse sentido, aderi-lo corresponde a assumir uma tarefa intelectual descolonizadora, nos âmbitos político, cultural, social e econômico (ACOSTA, 2017, p.72). O autor enfatiza, por outro lado, que assumir o Bem Viver como horizonte utópico não deve significar um retorno ao passado, uma negação da tecnologia, como os seus refratários o acusam:

Bem Viver é, essencialmente, um processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a Natureza.

(...)

Os indígenas não são pré-modernos nem atrasados. Seus valores, experiências e práticas sintetizam uma civilização viva que demonstrou

capacidade para enfrentar a Modernidade colonial (ACOSTA, 2017, p.24).

Nesse sentido, o Bem Viver não seria sinônimo de Bem-Estar social, como na concepção ocidental. Está relacionado, como já observado, à cosmovisão indígena, configurando um horizonte moral e ético distinto da vida voltada para o consumo.

O quanto essas perspectivas corresponderam ou não com os governos protagonizados por esse sujeito político de esquerda que se afirmou no continente nesse período, é o que apreciaremos a partir de agora, bem como a interpretação desses e de outros intelectuais igualmente comprometidos com a prática política *desde abajo*.

4.5.2 O lulismo como marco de interpretação do Brasil

É notório como o conceito de lulismo é fundamental para o entendimento da política brasileira após a eleição de Luís Inácio Lula da Silva em 2002. Utilizado pelos apoiadores e opositores do presidente, o termo passa de conceito à ideia cujo significado está em disputa. Pode ser utilizado, na sua interpretação de direita, como uma denúncia de personalismo ou “culto à personalidade”, sendo Lula a nova face do “populismo” criticado por Weffort. Essa ideia teve ampla expressão na imprensa brasileira. Outra possibilidade de interpretação é que Lula garantiria ao governo uma base social maior que aquela do PT: é comum um tipo de análise na qual Lula dialoga com o Nordeste e os migrantes nordestinos de uma forma que o PT não conseguiria, e, portanto, indo além de suas bases tradicionais (sindicatos, católicos, camponeses organizados, etc.).

A desconexão entre as bases do lulismo e as do petismo em 2006 pode significar que entrou em cena uma força nova, constituída por Lula à frente de uma fração de classe antes caudatária dos partidos da ordem e que, mais do que um efeito geral de desideologização e despolitização, indicava a emergência de outra orientação ideológica, que antes não estava posta no tabuleiro. Parece-nos que o lulismo, ao executar o programa de combate à desigualdade dentro da ordem, confeccionou nova via ideológica, com a união de bandeiras que não pareciam combinar (SINGER, 2009, p.96).

Portanto, daremos ênfase à interpretação original, cunhada por André Singer, ex-porta-voz da Presidência da República no primeiro mandato de Lula e renomado cientista político. Esse artigo, intitulado *As Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo* (2009), propõe a hipótese de que em 2006 houve um realinhamento das bases eleitorais desse campo político. O autor, baseado em dados estatísticos, nota que houve uma transferência dos

votos no PT nas eleições presidenciais, tomando como referência os processos anteriores em que Lula foi presidente: o grande percentual de votos entre os eleitores mais escolarizados, “formadores de opinião”, organizados em sindicatos, daria lugar a uma grande massa de eleitores de “baixíssima renda”, classificados no artigo como “subproletários”. Essa fração de classe seria majoritária no Brasil, mas historicamente não teria conseguido formar organizações próprias:

Por isso, aos esforços despendidos até aqui para analisar a natureza do lulismo, achamos conveniente acrescentar a combinação de ideias que, ao nosso ver, caracteriza a fração de classe que por ele seria representada: a expectativa de um Estado o suficientemente forte para diminuir a desigualdade, mas sem ameaçar a ordem estabelecida (SINGER, 2009, p.84).

Assim, o autor está dando um passo além nas formulações petistas sobre Estado e classe social. Ao longo do artigo, Singer está destrinchando o problema de enxergar a classe trabalhadora no Brasil como um todo coerente, com unidade política e ideológica. Dada a desigualdade social no país, a classe trabalhadora poderia ser dividida em camadas, nas quais aqueles de “baixíssima renda” nunca se viram atendidos pelas políticas de Estado ou até mesmo nos discursos da esquerda. Nesse sentido, levanta dados sobre a resistência dessa “fração de classe” às greves e aos sindicatos e, por consequência, ao Lula, que foi a liderança que melhor expressou o sindicalismo das últimas décadas. Portanto, como se nota nesse trecho, para Singer há uma expectativa política desses “subproletários”, não vocalizadas em nenhum espaço da sociedade civil, mas sim por Lula à medida que faz uma flexão em sua política e seu discurso.

Só depois de assumir o governo, Lula obteve a adesão do segmento de classe que buscava desde pelo menos 1989. “Lula perdeu intenções, e, provavelmente, votos, entre alguns de seus eleitores ‘tradicionais’, ‘decepcionados’ com os ‘escândalos’. Substituiu-os, porém, e compensou as perdas, com votos de ‘não-eleitores’, pessoas que nunca haviam votado nele antes”, afirma Marcos Coimbra, diretor do Instituto Vox Populi. Entre a eleição de 2002, comemorada como sendo a da demorada ascensão da esquerda em país de tradição conservadora, e a reeleição de Lula por outra base social e ideológica, em outubro de 2006, operou-se uma transformação que se faz necessário entender (SINGER, 2009, p.90).

Para o cientista político isso se deveu ao fato de, chegado ao fim do primeiro mandato de Lula, essas famílias de baixíssima renda sentiram o aumento no poder de consumo, tendo mais acesso a produtos tradicionais como alimentos e materiais de construção e também novos, como celulares, DVD’s e passagens aéreas (SINGER, 2009, p.91). “O tripé formado pelo Bolsa Família, pelo salário mínimo e pela expansão do

crédito, somado aos referidos programas específicos, resultaram em uma diminuição significativa da pobreza a partir de 2004, quando a economia voltou a crescer e o emprego aumentar” (SINGER 2009, p.93).

O autor conclui o artigo dizendo que a esquerda deve atualizar sua discussão de classe, tendo em vista a experiência de uma liderança popular como Lula à frente da Presidência da República. É precisamente esse termo que Singer quer recuperar, o “popular”. Desejando superar o legado de Weffort - a essa altura talvez já superado -, dizendo que dessa vez o Estado brasileiro olhou para os mais frágeis e de fato se popularizou:

Árbitro acima das classes, o lulismo não precisa afirmar que o povo alcançou o poder ou que “os dominados comandam a política”, como na formulação que Oliveira foi buscar na África do Sul pós-apartheid. Ao incorporar tanto pontos de vista conservadores, principalmente o de que a conquista da igualdade não requer um movimento de classe auto-organizado que rompa a ordem capitalista, como progressistas, a saber, o de que um Estado fortalecido deve proteger os mais pobres, independentemente do desejo do capital, ele achou em símbolos dos anos de 1950 a gramática necessária. A noção antiga de que o conflito entre um Estado popular e elites antipovo se sobrepunha a todos os outros poderá cair como uma luva para o próximo período. Agora enunciada por um nordestino saído das entranhas do subproletariado, ganha uma legitimidade que talvez não tenha tido na boca de estrangeiros gaúchos (SINGER, 2009, p.102).

O tom triunfalista desse trecho reflete, sem dúvida, o tempo histórico em que foi escrito. Em 2009, o governo Lula vivia seu auge de aprovação política, e o referido triunfo sem dúvida se refere à crítica marxista ao governo, que supostamente escancarou uma necessidade de atualização das teses dessa corrente de pensamento. Contudo, o tom em *As Contradições do Lulismo* (2016), escrito no ano do golpe político à presidenta Dilma Roussef e empossou Michel Temer presidente da República, é outro. Ali é feito um balanço dos erros do PT e é a vez do cientista político refletir sobre os dilemas de governar e organizar a classe trabalhadora.

Ao final de doze anos de percurso lulista, que tipo de sociedade e de política foi se configurando? (...) Reindustrialização com oposição dos industriais, assalariamento precário com acesso à universidade, ampliação do crédito do trabalho com internacionalização dos sindicatos, agroecologia com agronegócio, autonomização dos mais pobres com passividade assistencialista, emancipação cultural com empreendedorismo, esperança de inclusão com rebaixamento de expectativas (SINGER, 2016, p.13).

O livro é organizado por André Singer, porém é uma coletânea que conta com diversos autores. No primeiro capítulo, para Singer e Loureiro (2016), o pacto político que

sustenta os 4 mandatos do PT pode ser caracterizado como um “ensaio desenvolvimentista”. Os autores explicam que, na ideologia desenvolvimentista, está presente a noção de que a pobreza e o subdesenvolvimento só podem ser superados mediante uma industrialização integral promovida pelo Estado nacional. Eles utilizam ainda a expressão “reformismo fraco”, beneficiado pelo “boom das commodities”, para retratar as políticas implementadas:

Conseguiu reduzir desigualdades, sobretudo por meio da política de aumento do salário mínimo e de expansão do emprego, mas também mediante programas específicos, dos quais se poderia destacar o Bolsa Família, o apoio à pequena agricultura, o subsídio à moradia popular e a facilitação do acesso à universidade às camadas de baixa renda, entre outros (SINGER; LOUREIRO, 2016, p.12).

Para os autores, o que houve neste período foi a inclusão de camadas populares no processo de valorização do capital, o que não significa necessariamente cidadania. No primeiro mandato de Dilma Rousseff, o autor argumenta que houve uma tentativa de “aceleração do lulismo”, que consistia em redução dos valores da taxa SELIC, como medida de combate à financeirização da economia e aposta na produção. Teria por objetivo, portanto, uma aliança desenvolvimentista entre trabalhadores e patrões pela industrialização do país. Nas palavras do autor: “Enquanto Lula foi conciliador, Dilma decide entrar em combate com frações de classe poderosas e resistentes. Ao reduzir juros e forçar os spreads para baixo, Dilma tensionou o pacto estabelecido com o setor financeiro” (SINGER; LOUREIRO, 2016, p.33).

Efetivamente, entre o segundo semestre de 2011 e o primeiro de 2012, em iniciativa de audácia inesperada, como mostra André Singer, desenvolvimentistas invadiram a cidadela sagrada das decisões monetárias e pressionaram instituições privadas a reduzirem os próprios lucros, com o apoio dos bancos públicos e de ousada mudança nas regras de poupança. Quando a refrega parecia ganha, abrindo caminho para os horizontes rooseveltianos detectados na campanha eleitoral de 2010, o poderoso Banco Central (BC) voltou a elevar a taxa Selic (abril de 2013) e, na prática, devolveu ao mercado financeiro controle sobre a parte fundamental da política econômica. A decisão tornou manca a perspectiva de retomada do desenvolvimento nacional e paralisou o avanço progressista que parecia irresistível. Desde então, de recuo em recuo, Dilma acabou por chegar à rendição final com a indicação de Joaquim Levy para a Fazenda no fim de 2014 (SINGER; LOUREIRO, 2016, p.14).

Esta política não foi construída a partir da classe trabalhadora, ou dos movimentos sociais. Como mostra o autor, a falta de articulação política com as estratégias do governo por parte destes setores sociais, deixaria a presidente Dilma sem apoio político para suas

medidas, fazendo-a retroceder:

(...) deveria ter mobilizado as camadas populares para apoiar as iniciativas que tomara, se desejava ganhar politicamente a batalha que iniciou. Mas a cronologia do período 2011-2014 revela a ocorrência de uma guerra oculta, à qual a classe trabalhadora permaneceu alheia. (...) (SINGER; LOUREIRO, 2016, p.54).

Como podemos ver, a crítica estabelecida por Giannotti (2007) ao PCB, também poderia servir ao PT do século XXI: a despolarização da classe trabalhadora não apenas teria impedido as políticas de governo de se realizarem, como causou um afastamento orgânico entre o PT e sua base social. Segundo Singer (2016), o tradicional repertório de lutas por direitos foi substituído por um discurso de cidadania através do consumo. O autor destaca ainda que, quando em 2013, os juros voltaram a aumentar e a massa salarial se estagnou, o número de greves alcançados no país foi recorde. Este dado seria o suficiente para afastar o capital do trabalho, rompendo o pacto desenvolvimentista.

(...) Reunidos os três fatores- perda de controle sobre a política econômica com pleno emprego, incremento do número de greves e ascensão dos rendimentos do trabalho -, faz sentido pensar que a oposição dos industriais ao ensaio desenvolvimentista esteja diretamente ligada à luta de classes (SINGER; LOUREIRO, 2016, p.46).

Já que dentre as razões para o rompimento do pacto desenvolvimentista está o acréscimo do número de greves - ou seja, não faltou luta -, é preciso refletir porque esta luta não obteve uma direção política à esquerda, mas sim se esgotou na demanda por consumo, ênfase ideológica do governo Dilma.

Os autores notam então um recuo do “ensaio desenvolvimentista”, entendendo que está relacionado a uma reorientação da burguesia industrial em direção ao bloco rentista, rompendo o pacto produtivista. Isso estaria vinculado a algumas características da burguesia brasileira:

De um lado, a financeirização do capitalismo teria levado à mistura entre capital da indústria e das finanças. Diversas rubricas produtivas caíram sob o controle de bancos e fundos de investimento. De outro, de acordo com o economista Guilherme Mello, “após décadas de taxas de juros irreais, o conjunto do empresariado brasileiro, seja ele produtivo ou financeiro, imiscui-se em atividades puramente rentistas, se valendo da certeza de ganhos elevados em investimentos seguros e de elevada liquidez.(...) O caráter plenamente produtivo da atividade que exerce implica impulso para a aliança com os trabalhadores, mas o vínculo com o componente financeiro dos lucros faz com que esse impulso tenha curta duração (SINGER;LOUREIRO, 2016, p.45).

Assim, diante da crise econômica, esse setor industrial teria se visto tendo mais lucratividade em suas atividades rentistas do que nas atividades produtivas. É curioso,

contudo, que essa separação entre setor produtivo e setor rentista, que não é meramente didática, se perpetue até hoje nas análises políticas. Mais interessante que isso é pensar que, ao longo da história brasileira, as inclinações mais produtivistas ou desenvolvimentistas se deram por meio do Estado nacional e até mesmo, por meio da classe trabalhadora, que nos anos lulistas representou esse eixo nacionalista – imputar qualquer viés nacionalista a frações da burguesia é estar tomando a exceção como regra, como é o caso do ex-vice-presidente José de Alencar.

A economista Laura Carvalho (2018), contudo, acrescenta ainda outra crítica a Singer. Ela acredita que o declínio do “ensaio desenvolvimentista” não se deu devido à ousadia do governo, ainda que reconheça que a redução da taxa SELIC e a política de redução dos *spreads* tenha sido um desafio ao capital financeiro. No entanto, a autora acredita que essas não seriam medidas eficientes, independentemente do suposto boicote da burguesia nacional:

O problema é que, além da Agenda Fiesp não ser tão progressista quanto pode parecer à primeira vista, havia razões econômicas suficientes para que os empresários não realizassem maiores investimentos.

(...)

Em outras palavras, na falta de expectativas de crescimento da demanda e com dificuldade de cumprir seus compromissos financeiros, as empresas não tinham qualquer razão para expandir os investimentos, nem com juros menores. Por que investiriam para expandir a capacidade produtiva se não havia qualquer perspectiva de aumentar as vendas e se já estava difícil cumprir com as obrigações financeiras associadas ao endividamento do ciclo anterior? (CARVALHO, 2018, p.76-77).

Para a autora, a questão-chave foi o abandono dos investimentos públicos a partir de 2011, como se deram no segundo governo Lula. Não se poderia atribuir a alcunha de desenvolvimentista a um modelo em que os investimentos públicos não sejam protagonistas (CARVALHO, 2018, p. 85). Tudo isso nos leva ao debate sobre desenvolvimento nos anos lulistas e suas implicações políticas e sociais.

4.5.3 Desenvolvimentismo e suas contradições

Conforme vimos até aqui, o fortalecimento das ideias cepalinas na esquerda brasileira e no interior do PT - que se gestou no período do neoliberalismo e ganhou força nas políticas de governo -, fez surgir o debate sobre os desafios da nação brasileira, associados comumente com a ideia de anti-imperialismo, desenvolvimento e subdesenvolvimento. Contudo, refletir sobre a “questão nacional” nunca correspondeu à

tradição política formada pelo petismo, na qual a perspectiva de classe, por um viés sindicalista, reivindicante, sempre teve centro no discurso.

Vimos que, com Maria da Conceição Tavares, o debate sobre a nação voltou a circular na sociedade brasileira e na classe trabalhadora, dada sua influência interna no PT e também naqueles núcleos de economistas da UFRJ e da UNICAMP, mencionados por Altman (2022). Dentre esses núcleos, um integrante teve atuação destacada nos governos brasileiros no período do lulismo. Presidente do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) entre 2007 e 2012, da Fundação Perseu Abramo de 2012 a 2020, candidato a prefeito de Campinas também em 2012, Márcio Pochmann pode ser considerado um continuador do pensamento desenvolvimentista no PT, tendo sido muito influente nas reflexões partidárias desde então. Aqui apreciaremos as obras *O emprego e o desenvolvimento da nação* (2008); *O Mito da Grande Classe Média: capitalismo e estrutura social* (2014); e o artigo intitulado *O Estado e seus desafios na construção do desenvolvimento brasileiro* (2010) , publicado na revista Margem Esquerda: ensaios marxistas, edição número 15.

Em *O emprego e o desenvolvimento da nação* (2008), encontramos uma formulação bem acabada sobre a relação entre desenvolvimento e questão nacional. Nesta obra, o economista reflete sobre essa relação numa dimensão teórica, mas também abordando o problema do desenvolvimento numa perspectiva histórica no Brasil.

A formação de um mercado interno pode corresponder à construção de uma nação, pelo menos do ponto de vista econômico. É por isso que as explicações sobre a riqueza das nações (de Adam Smith a Marx) concentram-se justamente nas especificidades nacionais para o desenvolvimento a partir do mercado interno, dos recursos naturais, da mão-de-obra especializada, da educação e da inovação tecnológica, entre outros aspectos.

(...)

Para além das determinações econômicas, entretanto, deve-se ressaltar que a noção de desenvolvimento associa-se às concepções de homogeneidade e de autonomia da nação (POCHMANN, 2008, p.50).

Assim sendo, uma necessidade na formação de uma nação é sua autonomia econômica. Fazendo uma análise da experiência histórica brasileira nesse terreno, o economista argumenta que, mesmo declarada a Independência do Brasil, houve dificuldades no processo de integração nacional e a economia voltada para a exportação permaneceu:

(...) conformou-se uma estrutura econômica dependente da dinâmica externa e da produção de monoculturas em grandes propriedades

fundiárias que usavam trabalho forçado. Mesmo com a independência nacional, a constituição em núcleos de distintas atividades econômicas vinculadas às exportações nos espaços regionais continuou coexistindo sem resultar na integração nacional (POCHMANN, 2008, p.51-52).

Isso resultaria em um problema crônico de dependência externa. A problemática do desenvolvimento no século XX, portanto, assim se deu, padecendo, por outro lado, de uma visão na qual o progresso se daria com a elevação do padrão de consumo aos níveis do centro do capitalismo. Dada a impossibilidade prática disso se realizar, o autor considera que a questão do desenvolvimento se apresenta como um mito:

Nesse caso, o desenvolvimento tende a expressar mais uma condição de mito conforme destacou Celso Furtado, já que não haveria condição de universalizar o padrão de desenvolvimento dos países centrais, seja pelas restrições ambientais, seja pelo uso das forças produtivas globalizadas.

(...)

Isso, contudo, não significa que não pode haver desenvolvimento nacional possível para os países periféricos, mas apenas que suas possibilidades não estão associadas, necessariamente, à idêntica reprodução do padrão de consumo dos países ricos (POCHMANN, 2008, p.48).

Para que essa conta fechasse, não foram realizadas no Brasil as “reformas civilizadoras do capitalismo”, como a agrária, a tributária e a social. Para garantir uma ordem social e política desse tipo, onde uma classe ostenta um padrão de consumo europeu perpetuando imensas desigualdades sociais, o autor nota que foi necessário abrir mão do regime democrático por duas vezes: entre 1937 e 1945 e entre 1964 e 1985 (POCHMANN, 2008, p.49).

Para o economista, portanto, o histórico problema da desigualdade social no país esteve atrelado ao autoritarismo da classe dominante, seja nesses períodos ditatoriais ou em outros, onde a questão social foi tratada como “caso de polícia”, no lugar de um desafio à nação. Assim, pela ordem inversa, percebe-se que para o autor, democracia e desenvolvimento andam juntos:

Assim, constata-se que o avanço considerável nas forças produtivas obtido pelo processo de industrialização entre as décadas de 1930 e 1970 não permitiu o abandono das principais características do subdesenvolvimento, como as díspares produtividade setorial e a regional e a manutenção de condições precárias de vida e trabalho de grande parte da população, com padrões de consumo muito diferenciados (POCHMANN, 2008, p.107-108).

Nesse sentido, a desigualdade social observável no Brasil é um sinal de subdesenvolvimento. Assim ele associa a desvalorização do trabalho com o papel

desempenhado pelo Brasil ao longo dos séculos, no que diz respeito à atividade econômica desempenhada:

Na medida em que predominaram atividades econômicas primário-exportadoras, conforme observado nos primeiros quatro séculos de sua existência (XVI a XIX), o exercício do trabalho no Brasil esteve submetido à intensa desvalorização. Por meio da imposição do trabalho forçado, houve praticamente o genocídio indígena, seguido da barbárie e da escravidão negra e, ainda a depreciação do trabalho dos imigrantes europeus e asiáticos, por conta do colonato (POCHMANN, 2008, p.108).

Este problema permaneceu no período republicano, já que, padecendo de uma industrialização tardia – os países que tiveram êxito com o padrão fordista teriam iniciado sua industrialização nos séculos XVIII e XIX, enquanto o Brasil a iniciou com relevância a partir de 1930 -, o país teve que conviver com os dilemas da “dependência tecnológica e do domínio do capital estrangeiro”. Assim, o modelo brasileiro se apresentou como uma cópia de experiências europeias, com a presença de empresas estatais e multinacionais (POCHMANN, 2014,p.54).

A internalização periférica do modelo fordista de consumo de massa, como uma espécie de mimética do consumismo exorbitante dos ricos, explicitou-se ainda mais intensamente diante da baixa renda *per capita* nacional.

(...)

Não obstante o forte crescimento dessa renda, a sua repartição, contudo, ocorreu de forma extremamente desigual para o conjunto da população (POCHMANN, 2014, p.58).

Assim, o autor nota que, diferentemente do que houve com a política do Estado de Bem-Estar Social na Europa, no Brasil apenas um terço da população desfrutou de fato do padrão de consumo fordista, medido pelo acesso aos bens de consumo duráveis. Trata esse processo de concentração da renda que se deu conjuntamente com a industrialização como opressivo e excludente, mantendo significativa parcela da classe trabalhadora de fora dele.

Portanto, o autor faz uma defesa do que chama de “projeto social-desenvolvimentista”, de forma que as condições de trabalho, consumo e acesso a direitos fazem parte da avaliação de um projeto de desenvolvimento nacional. Dessa forma, o que houve no período lulista foi uma “ascensão dos trabalhadores pobres”, nesses termos colocados (POCHMANN, 2014).

Dessa forma, o economista classifica o resultado das eleições presidenciais de 2002 como uma derrota do neoliberalismo e, os governos que se sucederam, teriam realizado a pauta do “novo sindicalismo”, à medida que difundiram o padrão de consumo de massa e

desenvolveram o Estado de bem-estar social. Para tal realização, mostraram-se estratégicos o combate à pobreza e à desigualdade de renda e o pleno emprego (POCHMANN, 2014, p.66).

A partir da década de 2000, o Brasil combinou crescimento econômico com distribuição de renda, o que permitiu a retomada da mobilidade social, especialmente aquela associada à base da pirâmide social. Por intermédio de significativa expansão do nível de emprego com remuneração levemente acima do valor do salário mínimo e garantia da renda aos segmentos empobrecidos da população, ocorreu a incorporação de quase um quarto dos brasileiros no mercado de consumo de massa.

(...)

Tal como observado nos países de capitalismo avançado no segundo pós-guerra, parcela importante da classe trabalhadora foi incorporada ao consumo de bens duráveis, como televisão, fogão, geladeira, aparelho de som, computador, entre outros (POCHMANN, 2014, p.71).

Pochmann acrescenta a isso a importância do que chama de salário indireto. Ou seja, além da política do pleno emprego e da valorização do salário mínimo, se enxerga como fundamental a garantia de acesso a direitos na área de educação, saúde e moradia como parte da valorização do trabalho, à medida que se convertem em “gastos sociais” do Estado. Esta garantia teria sido alcançada na aprovação da Constituição de 1988, porém solapada pelas políticas neoliberais:

Em 1988, com a aprovação de uma nova Constituição Federal, a estrutura do Estado de bem-estar social passou a ser formalmente instalada, com a criação do Sistema Único de Saúde e a unificação do Sistema de Assistência e Previdência Social para todos os trabalhadores urbanos e rurais. Ainda que tardiamente, o Brasil começava a criar as bases para a difusão do padrão de consumo de massa, não obstante a regressão socioeconômica registrada nas décadas de 1980 e 1990 com o baixo dinamismo econômico, o crescente desemprego e o amplo processo de exclusão social, gerado especialmente pela adoção de políticas neoliberais (POCHMANN, 2014, p.63).

Neste ponto, o autor está enfatizando uma determinada interpretação histórica da trajetória do sindicalismo brasileiro, na qual o sindicato organizado a partir do local de trabalho e que disputa os termos da exploração diretamente com o patrão significaria um amadurecimento dessa estrutura organizativa. Esse é um ponto que não aprofundaremos aqui, porém cabe menção: como economista ligado à luta da classe trabalhadora, Pochmann se identifica também com uma determinada sociologia do trabalho que pôs o petismo como o auge da organização dos trabalhadores no Brasil. Sobre o sindicalismo da primeira metade do século, ele nota:

Com todo o atraso no processo de redemocratização no país e a prevalência do conservadorismo nas relações de trabalho, o mercado de

trabalho apresentou fortes características regionais, com organizações operárias próximas do sindicalismo de ofício e da ideologia anarquista até o fim da década de 1920. Diante disso, os interesses em torno da construção nacional por parte dos partidos políticos de base operária eram ainda débeis, o que tornou singular a construção dos direitos sociais no Brasil (POCHMANN, 2008, p.108).

O “novo sindicalismo” teria sido favorecido pelo surgimento de grandes empresas e, conseqüentemente, grandes aglomerações de trabalhadores. A pauta salarial, ao longo dos anos 1980, ganhou o debate público e dos partidos, de forma que o economista assim avalia as eleições presidenciais de 1989, com Lula e Brizola apresentando a agenda política dos sindicatos. Mesmo com a eleição de Collor, que iniciou um governo com políticas contrárias a essa agenda, o debate sobre as relações de trabalho seguiu fundamental na discussão da política nos anos 1990 e, teria sido vencedor, em 2002 (POCHMANN, 2014).

Mais uma vez, parece exagerado o tom triunfalista. Se é notório que o projeto neoliberal foi derrotado naquelas eleições, a transição ao lulismo e o lulismo propriamente dito, não significaram uma hegemonia da classe trabalhadora no Estado. No máximo, como vimos com Boito Jr. e Berringer (2013), formou-se um bloco hegemônico dirigido por uma fração burguesa conjunturalmente disposta a um pacto produtivo. Evidentemente essa disposição conjuntural se deu devido às lutas dos trabalhadores urbanos e rurais contra o neoliberalismo, desde a década anterior. Mas como notam os autores, esses trabalhadores participam da gestão do governo, mas não são hegemônicos do ponto de vista do Estado, que mantém o seu caráter capitalista e, portanto, burguês.

Por outro lado, Pochmann está correto ao dizer que a agenda dos governos lulistas esteve ligada à pauta do “novo sindicalismo”, uma vez que ela se concentrava na valorização do trabalho e nos efeitos devastadores da exploração no Brasil, e menos na tomada do poder político, como era a ênfase do sindicalismo anterior. Nesse sentido, ainda que capitalista, o Estado nos anos lulistas assumiu um papel de mediador entre as classes, e direcionou a sociedade no sentido do desenvolvimento econômico com distribuição de renda, sem alterar o caráter da propriedade dos meios de produção.

Esse papel é defendido por Pochmann. O autor assume uma postura anticapitalista, até mesmo socialista em alguns momentos, no entanto do ponto de vista utópico apresenta uma perspectiva bem semelhante a que vimos em Conceição Tavares: Estado forte e anti-imperialista para desenvolver os países da periferia do capitalismo, gerando justiça social. Isso fica mais claro no debate que faz sobre a crise internacional do capitalismo surgida em 2008, na revista Margem Esquerda:

A nova fase do desenvolvimento depende crescentemente da retomada do capitalismo reorganizado, após quase três longas décadas de hegemonia neoliberal. Os quatro pilares do pensamento único (equilíbrio de poder nos Estados Unidos, sistema financeiro internacional fundado nos derivativos, Estado mínimo e mercados desregulados) tornaram-se cada vez mais desacreditados (POCHMANN, 2010, p.35).

A aposta do autor residia num fenômeno muito debatido à época de uma tendência ao “policentrismo” nas relações internacionais, como ele chama. O surgimento de diversos polos econômicos no mundo, blocos regionais, daria a possibilidade de desenvolvimento econômico a todos os povos. O Brasil foi, segundo ele, um dos países que aproveitou a crise como oportunidade:

Na crise atual do capitalismo globalizado, iniciada em 2008, o Brasil voltou a ter condições de protagonizar um novo salto desenvolvimentista, após a passagem de mais de duas décadas da regressão econômica e social e de sua contradição com a vigência do regime democrático sem paralelo em toda a sua história (POCHMANN, 2010, p.35).

Brasil, Índia e China teriam sido responsáveis por 2/3 do crescimento mundial nos anos de crise. Teria sido a primeira vez que a economia mundial foi liderada por países não desenvolvidos. “No caso brasileiro, o Estado apresentou-se como peça fundamental do reposicionamento do país no mundo, seja pela decisiva consolidação do gasto social com a nova dinâmica econômica, seja pelo planejamento estratégico de coordenação dos investimentos no país” (POCHMANN, 2010, p.39).

Abordando os dilemas do futuro e tratando de uma “refundação do Estado”, o autor vai na direção do fortalecimento ainda maior desse, no sentido de aumentar o papel do Estado do ponto de vista da acumulação de capital em relação ao capital privado, possibilitando um maior direcionamento das políticas públicas no combate à concentração da renda. Seguem-se os eixos dessa refundação listados pelo autor:

O primeiro consiste numa reorganização administrativa e institucional que viabilize a reprogramação de todas as políticas públicas a partir da matricialidade e da integração setorial de suas especialidades (...) A fonte disso encontra-se centrada na recuperação do sistema de planejamento democrático e transparente de médio e longo prazos.

(...)

O segundo eixo concentra-se na necessária ampliação das políticas distributivas para as redistributivas. Ou seja, a transição da melhor repartição social do orçamento governamental para a expansão da progressividade do fundo público, com a redução da carga tributária sobre a renda do trabalho e a ampliação de impostos, taxas e contribuições sobre a renda do capital (lucro, juros, aluguel e renda de terras). Arrecadando mais e melhor, o Estado passa a alterar a

desigualdade medieval que se mantém no Brasil.

(...)

O terceiro eixo refere-se à reinvenção do mercado, tendo em vista o poder dos grandes grupos econômicos sobre o Estado (...) criação de bancos públicos de financiamento de produção e comercialização, fundos de produção e difusão tecnológica e assistência técnica (uma “embrapa” urbana) e de compras públicas (POCHMANN, 2010, p.43).

Esses são os eixos assinalados pelo quadro petista, que considerava urgentes e inadiáveis, já que tratava-se de uma oportunidade vinda com a crise. Caberia então criar uma maioria política em torno de um projeto nacional de desenvolvimento, que não se realizaria no governo Dilma.

Seguramente, esta engenharia política implementada pelo PT e descrita por Singer em 2009, não é fácil de se sustentar: o lulismo – que reúne bases sociais mais amplas que o petismo -, apresentado como um republicanismo de viés desenvolvimentista e produtivista, no qual classes sociais antagônicas saem ganhando, juntamente com o petismo que nasce da luta contra as injustiças sociais, contra a exploração do trabalho, contra a desigualdade social, como nota Frei Betto:

Foi no bojo do agravamento da questão social que Lula ganhou a eleição. Suas forças de sustentação política como a CUT e o MST, já tinham obrigado a agenda política do país a pautar temas como as reformas trabalhistas e agrária. O desemprego, a fome, a má qualidade de saúde e da educação fizeram o eleitorado reconhecer que, com a vitória do líder petista, um outro Brasil seria possível. Possível na medida em que a esquerda tivesse clareza de que eleição não é revolução. Esta é a ruptura de um sistema. Aquela, mudança de governo. Lula não implantaria o socialismo por decreto. Iria sim modernizar o capitalismo, aumentar a capacidade de produtividade do país, reduzir o desemprego, a fome e a desigualdade social, realizar a reforma agrária. Não faria o desejável, mas o viável. Não inventaria a roda, mas imprimiria a ela velocidade suficiente para atenuar a dívida social (BETTO, 2006,p.85).

Ainda que eleição não seja revolução, é notório que o lulismo não conseguiu realizar todos esses compromissos listados por Frei Betto. Conforme vimos, de fato houve uma modernização do capitalismo, aumentou-se a produtividade, reduziu-se o desemprego e a fome. Reduziu-se a desigualdade social. Em geral, não se alterou a estrutura da propriedade privada no Brasil, nem a estrutura de poder – ainda que se tenha diversificado os ramos da produção e a dinâmica da acumulação de capital -, e, em particular, o tema da reforma agrária se tornou periférico do ponto de vista da agenda política, tendo em vista a ativa participação do agronegócio na hegemonia política lulista:

Assistiu-se ao fortalecimento do agroextrativismo exportador centrado na

monocultura – garantindo o superávit da balança comercial durante todo o período -, assim como fomos testemunhas de uma série de consequências negativas, inseparáveis desse modelo agrícola sob o domínio dos monopólios transnacionais: a liberação dos transgênicos desde 2009, que fez do Brasil o maior consumidor mundial de agrotóxicos; o avanço da fronteira agrícola sobre biomas vulneráveis como a Amazônia, a caatinga e o cerrado, que passou não só a ameaçar o equilíbrio dos ecossistemas, como levou ao aumento da concentração fundiária e dos conflitos rurais; o congelamento da reforma agrária e da redistribuição de terras, fazendo que os camponeses pobres fossem a classe menos favorecida nos governos Lula e Dilma (SINGER; LOUREIRO, 2016, p.16).

Portanto, a estratégia lulista se manteve, historicamente enquanto foi possível o crescimento nacional, mas não resistiu nos tempos de crise, quando as contradições entre essas classes e, de sua própria base social original com o PT, se agravaram.

As razões para tal foram especuladas diversas vezes e de diferentes maneiras desde o período das chamadas Jornadas de Junho em 2013 até o arrastado e anunciado golpe em 2016. Aqui destaco o tema das alterações na formação social brasileira, que é objeto de análise de André Singer, como vimos, mas também de Marilena Chauí, que tratará do assunto no plano ideológico.

A filósofa nota a ênfase na utilização do conceito de classe social de uma forma até então estranha à esquerda brasileira, qual seja, aquela medida por faixas de renda – no caso brasileiro, em classes A, B, C, D e E, numa lógica de pirâmide. A autora atribui tal tendência à influência de uma certa sociologia estadunidense nos debates públicos brasileiros, mas a bem da verdade, os dados produzidos sob essa concepção foram utilizados amplamente pelo PT em discursos e campanhas eleitorais.

Por esse critério, chegou-se à conclusão de que, entre 2003 e 2011, as classes D e E diminuíram consideravelmente, passando de 96,2 milhões de pessoas a 63,5 milhões ; já no topo da pirâmide houve crescimento das classes A e B, que passaram de 13,3 milhões de pessoas a 22,5 milhões. A expansão verdadeiramente espetacular, contudo, ocorreu na classe C, que passou de 65,8 milhões de pessoas a 105,4 milhões. Essa expansão tem levado à afirmação de que cresceu a classe média brasileira, ou melhor, de que teria surgido uma nova classe média no país.

(...)

Sabemos, entretanto, que há outra maneira de analisar a divisão social das classes, tomando como critério a forma da propriedade. No modo de produção capitalista, a classe dominante é proprietária dos meios sociais de produção (capital produtivo e capital financeiro); a classe trabalhadora, excluída desses meios de produção e neles incluída como força produtiva, é proprietária da força de trabalho, vendida e comprada sob a forma de salário. Marx falava em pequena burguesia para indicar uma classe social que não se situava nos dois polos da divisão social constituinte do modo de produção capitalista. A escolha dessa designação

decorria de dois motivos principais: em primeiro lugar, para afastar-se da noção inglesa de *middle class*, que indicava exatamente a burguesia, situada entre a nobreza e a massa trabalhadora; em segundo, para indicar, por um lado, sua proximidade social e ideológica com a burguesia, e não com os trabalhadores, e, por outro, indicar que, embora não fosse proprietária privada dos meios sociais de produção, poderia ser proprietária privada de bens móveis e imóveis (CHAUÍ, 2013, p.128-129).

Ainda que, como mostra o trecho, a utilização desse conceito de classe tenha respaldo em um movimento concreto da sociedade brasileira e, portanto, de fato impacta a organização das relações sociais, a autora chama a atenção para o viés ideológico dessa forma de classificar a sociedade brasileira, e, além disso, como para a esquerda, isso possa significar maquiagem a dinâmica da propriedade privada, já que a concepção de classe marxista, relacionada à forma como as pessoas se organizam em torno da propriedade, se vê diluída.

Assim, se retornarmos ao exemplo do viajante brasileiro na Europa dos anos 1950 e 1960, diremos que a nova classe trabalhadora brasileira começa, finalmente, a ter acesso aos direitos sociais e a se tornar participante ativa do consumo de massa. Como a tradição autoritária da sociedade brasileira não pode admitir a existência de uma classe trabalhadora que não seja constituída pelos miseráveis deserdados da terra, os pobres desnutridos, analfabetos e incompetentes, imediatamente passou-se a afirmar que surgiu uma nova classe média, pois isso é menos perigoso para a ordem estabelecida do que uma classe trabalhadora protagonista social e política (CHAUÍ, 2013, p.130).

Por outro lado, a autora nota que de fato se organizou uma classe média historicamente, como sujeito político reivindicante. Trata-se de um raciocínio sofisticado, de influência thompsoniana, na qual as classes sociais “se fazem” na prática social. Assim, ainda que se olharmos objetivamente do ponto de vista da propriedade, se tratam de indivíduos despossuídos dos meios de produção, em termos de horizonte político se baseiam na crença de terem renda e estilos de vida mais próximos aos da classe dominante que aos mais pobres, e assim difundem também suas ideias:

No entanto, essa configuração é contrabalançada por outra exatamente oposta. Fragmentada, perpassada pelo individualismo competitivo, desprovida de um referencial social e econômico sólido e claro, a classe média tende a alimentar um imaginário da ordem e da segurança porque, em decorrência de sua fragmentação e de sua instabilidade, seu imaginário é povoado por um sonho e por um pesadelo: seu sonho é tornar-se parte da classe dominante; seu pesadelo é tornar-se proletária. Para que o sonho se realize e o pesadelo não se concretize, é preciso ordem e segurança. Isso torna a classe média ideologicamente conservadora e reacionária, e seu papel social e político é o de assegurar a hegemonia ideológica da classe dominante, fazendo com que essa

ideologia, por intermédio da escola, da religião, dos meios de comunicação, se naturalize e se espalhe pelo todo da sociedade. É sob essa perspectiva que se pode dizer que a classe média é a formadora da opinião social e política conservadora e reacionário (CHAUÍ, 2013, p.131).

Contudo, se o PT não investiu em outra utopia política e moral para além dos parâmetros do consumo de massa, podemos pensar então em continuidades entre o neoliberalismo e o lulismo. Esse aspecto está presente em Singer e Loureiro (2016) ao debater o tema do empreendedorismo entre os agentes de cultura:

Exercendo uma atividade que combina cultura com “trabalho social”, eles personificam o trabalho sem carteira assinada, mostrando que a conhecida “viração” brasileira, agora chamada de empreendedorismo, deixou de aparecer como sinal de atraso para entrar na “normalidade”. Segundo a autora, esse elemento característico do atraso periférico poderia ser inserido no que Dardot e Laval denominam *fabricação de sujeitos neoliberais*, que atinge todas as camadas sociais, inclusive o precariado, crescentemente enredado na lógica da empresa e na gestão das urgências (SINGER; LOUREIRO, 2016, p.18).

Os autores ressaltam que, por outro lado, há nas periferias iniciativas culturais de resistência à lógica de mercado. O que os autores insistem é que, dentre os programas sociais em geral que serviram à lógica de redução da pobreza e combate à fome, estiveram ausentes processos de politização, no sentido de difundir a ideia de que essas políticas não são simplesmente assistenciais, mas correspondem a direitos sociais garantidos na Constituição de 1988, a despeito da realidade de desigualdade e autoritarismo (SINGER; LOUREIRO, 2016, p.17).

Pochmann (2014) também se posiciona de forma semelhante. Ainda que reconheça a importância da elevação do padrão de consumo da população brasileira, já que identifica um subconsumo histórico, o autor se opõe às análises que qualificam essa “ascensão social” como surgimento de uma nova classe média. Ele nota que essa explicação surgiu primeiro e com bastante adesão, mas que outras alternativas foram se somando ao longo do tempo.

Esse importante movimento social não se converteu, contudo, na constituição de uma nova classe social, tampouco permite que se enquadrem os novos consumidores no segmento da classe média.

(...)

Trata-se, fundamentalmente, da recomposição da classe trabalhadora em novas bases de consumo (POCHMANN, 2014, p.71).

Colocado, portanto, em que termos se deu o debate ideológico nos governos do PT

no Brasil, passamos à análise de temas semelhantes e outros adicionais que se deram na Bolívia, durante os governos de Evo Morales.

4.5.4 Desenvolvimentismo ou Bem-Viver?

Como vimos, a eleição de Evo Morales se deu mediante a uma crise política total do regime neoliberal. A revolta contra a situação social do país se transformou em luta de rua contra as políticas econômicas de privatização da exploração dos recursos naturais. Em seguida, foram as instituições políticas que foram questionadas, à medida que não correspondiam com as culturas ancestrais de povos originários daquele território. Assim, a luta política produziu um sujeito coletivo e uma nova maioria no país, etnicamente identificada.

Portanto, com a deflagração da Assembleia Constituinte do Novo Estado Plurinacional da Bolívia, ocorrida em 2006, novos valores políticos, que vão além do liberalismo - ainda que esse permaneça presente -, ganharam a cena institucional do país. De uma forma geral, esses valores corresponderam ao chamado Bem Viver.

Numa busca por qualificar esse conjunto de valores ainda difusos e que apresentam, por parte de seus idealizadores, uma resistência a uma padronização, o antropólogo argentino Salvador Schavelzon (2015) diz que se trata de “um campo semântico em movimento”, e que sua força diz respeito a como “sai da comunidade e chega ao Estado” (SCHAVELZON, 2015, p.190). O autor nota ainda que essa é uma diferença de concepção entre Bolívia e Equador, já que, se na Bolívia a discussão partiria dos indígenas, no Equador viria da discussão ambiental e das políticas públicas.

Mas que valores seriam esses? Basicamente, se pode observá-los numa contraposição com o que seriam os valores ocidentais. Chama a atenção uma crítica radical ao antropocentrismo, onde se reclamam os direitos da natureza compreendida como sujeito, numa crítica ao que seria a relação ocidental do ser humano com a natureza - uma relação predatória e não harmoniosa ou de complementaridade. Esse aspecto pode ser encontrado de forma farta na obra *Las cuatro Inteligencias del Vivir Bien* (2015), de Javier Medina Dávila, um dos intelectuais fundamentais dessa proposta. Para ele, a sociedade ocidental tratou de minar a inteligência ecológica, através do antropocentrismo e do cristianismo:

Esta inteligência ecológica erodiu pelo contato com o monoteísmo (surgido faz, mais ou menos, quatro mil anos) que postula a separação da

natureza e sua dominação, por parte do ser humano. Tal é a mensagem forte do primeiro capítulo do livro de Gêneses (MEDINA DÁVILA, 2015, s/p. (Tradução livre).

O teórico argumenta que a inteligência ecológica é o “domínio básico do Bem Viver”, já que está relacionada à defesa dos direitos da “Mãe Terra”. O autor a contrasta com a inteligência racional, que produz abstrações e generalizações, e se aproxima do objeto refletido através de premissas, ou seja, através do pensamento dedutivo. Esta característica estaria relacionada a uma lógica de “gestão por resultados”. O autor, contudo, se baseia na ciência para notar a importância da inteligência emocional na constituição do Ser, e da inteligência ecológica em estudos recentes que visam compreender o planeta Terra como um ser vivo.¹⁷

Com efeito, o Animismo se constrói na continuidade com a natureza, com a qual os seres humanos animistas cultivam relações interpessoais de afetividade e reciprocidade. A inteligência ecológica se expressa como criança da vida e é nutrida através da metáfora da comensalidade: há que dar de comer à Mãe Terra para que ela, por sua vez, também nos alimente. Nutrir a vida (MEDINA DÁVILA, 2015, s/p) (Tradução livre).

Nesse sentido, o “Animismo” se opõe à Razão. Esta também seria a responsável pela redução da inteligência emocional à esfera privada, enquanto na esfera pública prevalece a lógica do utilitarismo, do lucro, que seriam frutos da inteligência racional. Nesse sentido, Medina transforma a Modernidade em um grande pacote a ser rejeitado: com ela vieram o capitalismo, a globalização e a democracia, todos valores estranhos à organização social dos povos originários (MEDINA DÁVILA, 2015).

Por fim, Medina trata do tema do trabalho no Bem Viver. Para ele, nas culturas originárias o trabalho é uma festa, e não gera competição, individualismo e acumulação:

Numa comunidade, não é possível separar o econômico, o social, o afetivo e o espiritual. Numa sociedade, sim. Um acontecimento produtivo, o plantio por exemplo, implica reunir a família, convidar aos vizinhos, trabalhar duro, mas também compartilhar coca, merenda, bebidas; implica igualmente oferecer rituais, dançar, cantar: alcançar estados alterados de consciência. O trabalho é também uma festa (MEDINA DÁVILA, 2015, s/p) (Tradução livre).

Há, como se pode notar, uma crítica ao capitalismo à medida que ele é um componente central da Modernidade. No entanto, a relação entre Bem Viver e socialismo é

¹⁷ É citado o estudo de Lovelock, Gaia. Una nueva visión de la vida sobre la tierra. Blume, Madrid, 1983.

diferente a depender do autor observado. Sobre isso, Schavelzon escreve:

Se Evo Morales e Álvaro García Linera em alguns momentos falaram de socialismo comunitário, na Chancelaria e no movimento indígena de matriz indianista, o Vivir Bien é formulado 'contra' o socialismo ou pelo menos, é uma busca de uma terceira posição, 'nem de esquerda nem de direita', como em outros movimentos políticos que põem a ênfase na raça, na etnia ou na nação (...) Tanto na plurinacionalidade como no VB/BV¹⁸, o próprio socialismo seria nestes debates um significante vazio com várias posições mais ou menos próximas aos conceitos que buscamos seguir. Alberto Acosta, por sua vez, assinala também o caráter 'em construção' do conceito VB/BV, mas detalha que o mesmo questiona o conceito ocidental de 'bem-estar'. Associa o VB/BV com a luta, a oposição à colonialidade do poder. Assim, reconhece outras fontes de inspiração incluindo algumas da cultura ocidental e 'princípios filosóficos universais' de origem aristotélica, marxistas, ecológicas, feministas, cooperativistas e humanistas (Acosta, 2010). Ainda que esta abertura leve o conceito a um campo difuso, por outro lado, Acosta volta a restringir seu significado chamando a atenção para 'não cair em um conceito de desenvolvimento sustentável, o capitalismo verde que não afeta o processo de revalorização do capital, que dizer, o capitalismo (SCHAVELZON, 2015, p.234) (Tradução livre).

Contudo, em algumas concepções o Bem Viver parece bem próximo ao desenvolvimento sustentável. Mas, de fato, em Acosta é mais evidente a impossibilidade de Bem Viver e capitalismo coexistirem. Seria impossível realizar a superação do antropocentrismo, implementar os Direitos da Natureza e recriar o mundo a partir da lógica comunitária nos marcos do capitalismo (ACOSTA, 2017).

O Bem Viver, sem esquecer e menos ainda manipular suas origens ancestrais, pode servir de plataforma para discutir, consensualizar e aplicar respostas aos devastadores efeitos das mudanças climáticas e as crescentes marginalizações e violências sociais. Pode, inclusive, contribuir com uma mudança de paradigmas em meio à crise que golpeia os países outrora centrais. Nesse sentido, a construção do Bem Viver, como parte de processos profundamente democráticos, pode ser útil para encontrar saídas aos impasses da Humanidade (ACOSTA, 2017, p.34).

Assim, o Bem Viver seria uma saída para a crise financeira, que seria “apenas uma faceta da crise civilizatória que se abate sobre a humanidade” (ACOSTA, 2017, p.28). Já Linera põe socialismo e Bem Viver quase numa esfera de sinônimos, dada sua proximidade naquilo que se distinguem do capitalismo:

(...) E é por isso que o que algum dia terá que substituir ao capitalismo como sociedade, necessariamente terá que ser outra civilização que libere

¹⁸ Vivir Bién/ Buen Vivir. O autor faz questão de separar esses dois conceitos. O primeiro é a forma como é tratado na Bolívia e o segundo no Equador. Como o esforço dessa tese se concentra no entendimento de como se deu a gestação do conceito na Bolívia, não aprofundaremos o debate sobre as diferenças entre um e outro, adotando a tradução corriqueira de "Bem Viver".

e irradie à escala mundial todas essas forças e poderes comunitários hoje existentes, mas submetidos ao lucro privado.

(...)

Marx chamava isto de Comunidade Universal; outros chamam de Ayllu Planetário; outros de Vivir Bien. Não importa o nome, mas o conteúdo de comunitarização universal e total de todas as relações humanas e dos humanos com a natureza (GARCÍA-LINERA, 2015, p.69) (Tradução minha).

Como vimos no capítulo anterior, a busca de Linera é o “encontro entre duas razões revolucionárias”. No entanto, alguns setores e intelectuais buscam demarcar uma distinção maior entre essas correntes, especialmente aqueles inspirados no pai do indianismo, Fausto Reinaga. A polêmica a que se refere Schavelzon, qual seja, aquela que pergunta se o que importa mais na Bolívia são as diferenças de classe ou as de etnia, remontam ao indianismo dos anos 1950, que tiveram em Reinaga o primeiro intelectual a defender que não havia luta de classes no país, mas sim luta de raças (GAMA DA SILVA, 2016).

No entanto, quando o antropólogo se refere à chancelaria, está implicitamente citando David Choquehuanca, atual vice-presidente da Bolívia. Seu pensamento de fato busca uma contraposição ao marxismo no âmbito filosófico, negando a ideia de dialética e buscando substituí-la pela ideia de complementaridade, mais relacionada às cosmovisões andinas:

O primeiro passo consiste em compreender que a lógica dialética divisória, excludente e estrangeira implementada pelas doutrinas colonizadoras silenciou a lógica própria emergente dos códigos de vida das sociedades ancestrais e milenárias.

(...)

Deve-se entender que a vida sempre se manifesta em forças duais, como dia e noite, como bem e mal, como harmonia e caos, portanto é necessário decidir livre e conscientemente com que lógica se quer manejar as dualidades em nossas vidas.

(...)

As lógicas próprias e cosmovisões milenárias datam de milhares de anos atrás e se baseiam na dualidade complementar dos opostos (...) (CHOQUEHUANCA, 2022, p.69) (Tradução livre).

Aqui, contudo, é interessante notar que Medina pareceu mais preciso que o vice-presidente, já que a lógica hegemônica na sociedade ocidental não é a dialética, mas sim o pensamento dedutivo, racional, utilitarista e antropocêntrico. No entanto, a distinção buscada pelo autor é a de que os opostos são complementares e não contraditórios.

Questiona-se então o materialismo histórico estabelecido por Marx e Engels, no qual toda síntese é o resultado da luta entre contrários (MARX; ENGELS, 1998).

No entanto, no que diz respeito à crítica ao capitalismo, o atual vice-presidente está bem próximo de Acosta, ressaltando o Bem Viver como uma alternativa civilizatória ao capitalismo em crise. Choquehuanca escreve sobre a necessidade de mudança desse paradigma:

O mundo tem que se abrir a novos tempos, a novas cosmovisões e a novos pensamentos. É necessário construir reencontros institucionalizados com nós mesmos, com os demais e com a Mãe Terra. É urgente transitar no mundo em direção a um novo horizonte de vida, o do Vivir Bien, baseado no respeito à vida dos seres humanos e da Natureza, substituindo o modelo civilizatório do sistema mundial capitalista (CHOQUEHUANCA, 2022, p.64).

Diferentemente da concepção reinaguista descrita por Schavelzon, o autor trata das diferenças entre classes sociais, ainda que não aprofunde esse argumento. Mais uma vez, a crítica parece se concentrar num viés ético-moral e cosmológico:

É necessário destruir o modelo de civilização capitalista do antropocentrismo que colocou ao ser humano, em particular às sociedades ocidentais, no centro de tudo, dividindo as sociedades em hierarquias e classes sociais, e divorciando as pessoas de sua relação harmônica com a Natureza.

(...)

O horizonte civilizatório do Vivir Bien significa transitar em direção a um modelo cosmobiocêntrico, focado no respeito à vida de todos os seres vivos da Mãe Terra, incluindo aos seres humanos, pondo em igualdade de condições as sociedades do Norte global e do Sul Global, e em seu interior eliminando todas as hierarquias e classes sociais entre as pessoas (CHOQUEHUANCA, 2022, p.65) (Tradução livre).

Portanto, a visão sobre o Bem Viver do vice-presidente da Bolívia se fundamenta nas experiências coletivas e sociais das comunidades andinas (*ayllus*), e foi fundamental para a concepção de políticas públicas nos governos do MAS. Enquanto chanceler, foi responsável por divulgar a ideia de Bem viver, advinda da noção de *sumaj qamaña* que vem do quéchua (SCHAVELZON, 2015).

O que podemos observar diante do exposto é que os intelectuais do Bem Viver o colocam como uma alternativa ao modelo desenvolvimentista, no campo da esquerda, no que tange à superação do neoliberalismo. Conclamam ainda a uma superação do capitalismo, à medida que a normatividade capitalista não condiz com os valores comunitários.

No entanto, o que se percebe é que a formulação a respeito do Bem Viver se

concentra demasiadamente num campo ético/moral, ou cultural/espiritual. Já o desenvolvimentismo cepalino se concentra demasiadamente em soluções práticas e econômicas, sem questionar, em geral, os horizontes societários e utópicos, do ponto de vista moral e cultural, bastando o acesso ao consumo como medida de realização humana. A questão é que, ao se colocar como uma alternativa ao desenvolvimentismo, o Bem Viver carece de soluções político-econômicas que respondam aos problemas colocados pelo primeiro, relativos ao “subdesenvolvimento”: como resolver o problema da pobreza, da desigualdade social, da autonomia nacional. O que pôde ser observado nos autores é que nesse aspecto, o Bem Viver se reserva a apontar as contradições do desenvolvimentismo:

O Bem Viver revela os erros e as limitações das diversas teorias do chamado desenvolvimento. Critica a própria ideia de desenvolvimento, transformada em uma enteléquia que rege a vida de grande parte da Humanidade – que, perversamente, jamais conseguirá alcançá-lo. Por outro lado, os países que se assumem como desenvolvidos mostram cada vez mais os sinais de seu mau desenvolvimento. E isso em um mundo em que as brechas que separam ricos e pobres, inclusive em países industrializados, se alargam permanentemente (ACOSTA, 2017, p.24).

O autor segue debatendo o tema da não neutralidade da técnica, que serve à valorização do capital e tem um sentido voltado para a acumulação, difundindo valores relacionados a ela. Para o equatoriano, o desenvolvimento se tornou um imperativo global, que motivou, por exemplo, a Guerra Fria, que serviu para submeter os países e cidadãos do Terceiro Mundo.

Nos quatro cantos do planeta, as comunidades e sociedades foram - e continuam sendo - reordenadas para adaptar-se ao “desenvolvimento”. Este se transformou no destino comum da Humanidade, uma obrigação inegociável.

(...)

Assim, por exemplo, registramos recorrentes ingerências econômicas por meio do Fundo Monetário Internacional [FMI] e do Banco Mundial, e inclusive ações militares para impulsionar o “desenvolvimento” dos países atrasados, protegendo-os da influência de potências rivais. Não faltaram intervenções que supostamente buscavam proteger ou introduzir a democracia como base política para o ansiado desenvolvimento (ACOSTA, 2017, p.47).

Portanto, o impasse prático permanece: uma vez assumindo o Estado, como lidar com os problemas da agenda pública? Como orientar a agenda pública? Para Igor Fuser (2014), os representantes dos governos no Equador e na Bolívia vêem o Bem Viver como uma alternativa de desenvolvimento, e não um alternativa ao desenvolvimento:

Já os formuladores políticos dos governos mencionados dão ao conceito indígena do Viver bem uma interpretação muito diversa. Eles encaram esse princípio como alicerce para uma via alternativa de desenvolvimento

e não como uma “alternativa ao desenvolvimento”, entendido, essencialmente, como ampliação dos níveis de bem-estar e de progresso material e tecnológico ou, em outras palavras, o que Marx definiu como desenvolvimento das forças produtivas. Para os autores alinhados com as políticas estatais na Bolívia e no Equador, é importante notar a diferença entre as atuais políticas de desenvolvimento nesses dois países e a experiência do nacional desenvolvimentismo no século XX, voltadas exclusivamente para o crescimento econômico e a industrialização, sem levar em conta os imperativos de justiça social e respeito à natureza. Nessa linha de pensamento, não existe contradição entre incrementar o desenvolvimento material da sociedade e aplicar a cosmovisão indígena de comunhão com a natureza (FUSER, 2014, s/p).

Um intelectual frequentemente mencionado por se debruçar sobre o papel político do Estado é Álvaro García Linera. Segundo Fuser (2014), ele é o grande arauto do desenvolvimentismo na Bolívia. As reflexões sobre o Estado Plurinacional da Bolívia frequentemente se valem dos conceitos elaborados por ele ou se dão em contraposição a ele. Passamos, portanto, à discussão sobre o socialismo comunitário, um conceito guarda-chuva fundamental.

4.5.5 O socialismo comunitário de Álvaro García Linera

Desde minha pesquisa a nível de mestrado, chamou-me a atenção o destaque que a vice-presidência da Bolívia e, em especial, Álvaro García Linera, tinha na repercussão das políticas do governo, em âmbito nacional e internacional. É frequentemente listado como um dos principais intelectuais latino-americanos do tempo presente e isso tem relação com o papel desempenhado por ele no exercício do cargo, transformando a vice-presidência em um espaço de reflexão sobre o chamado *proceso de cambio* (processo de mudança) iniciado com sua eleição e a do presidente Evo Morales Ayma. Durante esse período, a vice-presidência dispunha de uma biblioteca, publicava obras de intelectuais relacionados ao indianismo e ao katarismo – incluindo toda a bibliografia de Fausto Reinaga -, e dispunha de um periódico acadêmico com publicações regulares de estudantes e intelectuais do país e de fora.¹⁹ Quando o entrevistei em 2021 o questionei sobre isso, ao que me respondeu defendendo a importância da reflexão teórica na prática política:

Olha, desde o que acabo de contar de minha adolescência até hoje e, seguramente até que eu morra, não consigo dissociar a reflexão da ação. Vivi assim. Entendo assim. A reflexão sempre foi um mecanismo para guiar a ação, usando uma frase antiga de Lenin: “para entender onde estou e que posso fazer” na perspectiva da revolução, da luta social, da

¹⁹ Como destaque, menciono o encontro organizado com Pablo Iglesias, ex-deputado espanhol no Parlamento Europeu.

transformação da economia, do Estado, da sociedade
(...)

Eu não podia estar no Executivo, no debate, tomando decisões, apontando, projetando coisas que acreditamos que se devia fazer, sem estar debatendo ou sem estar escrevendo, sem estar refletindo coisas abstratas, não tão abstratas... Esse papel cumpriu a vice-presidência, o que antes eu fazia pessoalmente, preparar-me para a luta política, a ação política e refletir para orientar essa ação política. Quando chegamos ao governo se deu o mesmo, mas em maior proporção. Estávamos no Executivo e a vice-presidência era o lugar da geração do debate político, da compreensão política para orientar o que vínhamos fazendo, o que devíamos fazer a partir do Executivo (LINERA, 2021) (Tradução livre).

Curiosamente, refletindo sobre seu fazer político, Linera apresenta de imediato sua linhagem de pensamento nesse trecho. Citando Lênin, o entrevistado na verdade apresenta uma concepção que vem desde Marx e Engels: a indissociabilidade entre ação e prática política, a chamada *práxis* revolucionária (MARX; ENGELS, 1998).

Dessa forma, também sua concepção de socialismo se conecta com essa linhagem de pensamento. Em *Socialismo Comunitario del Vivir Bien* (2015), uma das publicações da vice-presidência, Linera diz que o socialismo é a “luta nacional e internacional pela ampliação dos bens comuns”, o que o aproxima da discussão do Bem Viver (GARCÍA LINERA, 2015, p.70).

É possível especular sobre as origens do termo. O peruano José Carlos Mariátegui já falava nos anos 1920 sobre “comunismo agrário”, uma polêmica que travou no interior da III Internacional sobre o sujeito da revolução, que no Peru não seria o proletariado, mas sim o indígena. Da III Internacional recebeu o retorno de que a “realidade peruana” não era distinta das demais realidades dos países periféricos do capitalismo, e que do ponto de vista étnico, havia uma semelhança do Peru com a URSS, na qual uma nacionalidade hegemônica convivia com outras nacionalidades (GALINDO, 1980).

Em solo boliviano, essa mesma polêmica se deu. Fausto Reinaga, nos anos 1950, tomou emprestado de Mariátegui a tese do índio como sujeito revolucionário, enquanto Ovando Sanz dizia, nos anos 1920 e 1930, que na Bolívia havia diversas nacionalidades não reconhecidas pelo Estado. O katarismo dos anos 1970 fez o que poderíamos chamar de uma junção entre essas duas teses, atribuindo ao indígena-camponês o papel protagonista na luta contra os regimes militares e dizendo que na Bolívia havia uma diversidade de nações originárias e que, portanto, seria uma sociedade plurinacional (GAMA DA SILVA, 2016).

Como vimos anteriormente, Linera teve sua trajetória política iniciada na guerrilha

katarista do EGTK, comandado por Felipe Quispe. Foi nesse contexto que primeiro se pôde observar a expressão socialismo comunitário. Imaginando que o katarismo pôde produzir uma síntese desse debate originado no seio da III Internacional, indaguei a Linera, nesses termos, sobre a origem do conceito, ao que ele me respondeu confirmando a importância do encontro com Quispe:

É interessante esta categoria porque tem ao menos um par de vertentes. A primeira vertente é o encontro deste grupo de marxistas, jovens, mas com experiência na Bolívia prévia, ou a experiência no México com a guerrilha salvadorenha, a guerrilha guatemalteca, os debates meio acadêmicos sobre autonomia indígena, que no México eram muito mais avançados que na Bolívia. Quer dizer, marxistas abertos a uma reflexão muito menos dogmática à temática indígena-camponesa, com a corrente do indianismo e do katarismo que representa Felipe Quispe e outros companheiros que chegam com ele. Felipe, o Mallku... (havia o verdadeiro Mallku, Felipe se coloca o nome de Mallku quando cai preso, mas havia outro Mallku, Mallku de verdade²⁰), Felipe, Aidita, é um grupo de companheiros que vem com o indianismo, com sua leitura do comunitário, e nós com o socialismo, com o comunismo. E então é como uma fusão, nós reconhecemos a força do comunitário no aymara, incluindo o meramente camponês, mas vinculado ao horizonte socialista, comunista e eles, com sua característica de aymaras, de comunitários, e aceitando a força do operário e do marxismo para a luta pelo poder. E dessa fusão sai o conceito de “socialismo comunitário”, que é, se você define, como uma espécie de transação, de acordo entre estas duas correntes, pequenitas, éramos dez pessoas por um lado, outras dez por outro lado, mas com muito ímpeto. Os marxistas “operaristas” com os aymaras “comunitaristas”, e aí nasce o conceito de socialismo comunitário. Esse conceito você pode ir rastrear nas teses que escrevíamos para os congressos operários e camponeses, nos anos 86, 87, 88... Então, esta é uma primeira vertente, é a maneira na qual fizemos este acordo de duas tendências políticas, uma marxista “operarista”, mas aberta à temática camponesa e uma indígena aymara aberta à temática operária, a ponto de que o trabalho de Felipe Quispe e de seu grupo, no primeiro ano de nosso encontro, não vai ser nas comunidades, vai ser no mundo operário (LINERA, 2021) (Tradução livre).

Pode-se notar desse trecho como o entrevistado está sempre preocupado com o encontro entre as duas correntes, aqui chamadas de fusão. O socialismo comunitário seria assim fruto de tal fusão e esse, um primeiro momento do “encontro entre duas razões revolucionárias”. Linera acredita estar fazendo com isso, uma separação entre socialismo e capitalismo de Estado, uma vez que enfatiza o termo comunitário. O “socialismo comunitário”, para ele, pode conectar a experiência histórica socialista com berço na Comuna de Paris com a luta indígena na Bolívia, distanciando-se da vertente comunista

²⁰ Mallku é uma designação ao chefe de uma comunidade aymara. Portanto, nesse trecho Linera está destacando que Felipe Quispe se autoproclamou Mallku dada sua liderança política, mas não era Mallku de fato.

“estatalista”, como chama.

Que significaria o socialismo comunitário? Pois, a transformação da sociedade capitalista a partir da irradiação molecular, corpuscular de formas de ação, associação, produção comum, comunitária das coisas. Pautar a superação do capitalismo a partir da irradiação do comunitário. Não meramente como um feito político - ainda que sim, isso se chama democratização de decisões -, não somente como um feito de associatividade entre as pessoas, uma maneira de criar novos vínculos, distintos aos do mercado, mas também uma maneira distinta de produzir a riqueza.

E claro, não é o regresso às formas antigas do comunitário, mas em condições superiores, como explica Marx na carta a Vera Zasulich, não? Um regresso ao comum, mas superior. Mas como fazer para construir o comum e o comunitário, quando a produção é, em geral, universal? Esse é o grande objetivo, este é o horizonte. Mas lhe permite ligar com o comunitário da Comuna de Paris, lhe permite ligar com o comunitário das formas da comunidade agrária tradicional ainda vigentes. Então abre como uma veia das lutas sociais de certa maneira esquecida, depreciada, marginalizada ainda que muito fortemente viva na reflexão das lutas sociais e na reflexão marxista. Assim mais ou menos poderíamos definir (LINERA, 2021) (Tradução livre).

Portanto, o “comunitário” de Linera vem das comunas russas do século XIX, objeto de estudo de Marx e Engels em seus estudos sobre a Rússia e a forma como se apresentava a questão camponesa naquele país. Esses estudos foram fundamentais para entender a comunidade rural como forma produtiva nos escritos marxistas, porque rompem com uma tendência teleológica de escritos anteriores (GAMA DA SILVA; VIEIRA, 2020).

Essa concepção é fundamental para sua defesa do que deve ser o Estado Plurinacional, a forma como deve se dar a coexistência entre poder comunitário e poder Estatal, e o próprio significado do Estado nesse contexto também. É precisamente aí onde se concentram as críticas a ele. Se na ênfase dos críticos a autonomia das comunidades originárias se destaca na concepção do que deve ser o Estado Plurinacional, em Linera o tema da soberania nacional e do anti-imperialismo tem mais centralidade.

García Linera dizia: 'o Estado não pode criar o comunitário, isto é tarefa das próprias comunidades. Mas sim pode criar condições para que se passem da propriedade em comum à produção em comum'. E dizia que era da comunidade de onde nascia o paradigma 'Vivir Bien', com mecanismos de desenvolvimento que não estavam baseados na rentabilidade. Mas que, sem dúvida, 'o Vivir Bien não se sustenta sobre a miséria', criando argumentativamente a necessidade do Estado e das políticas estatais em direção à comunidade. Para García Linera era necessário saúde, educação, estradas, eletricidade, sem destruir o entorno (SCHAVELZON, 2015, p.239) (Tradução livre).

Como se pode notar, as ideias desenvolvimentistas também tiveram forte influência

na condução dos governos do MAS. Em Linera, o desenvolvimento também aparece como uma solução econômica para a miséria e para a falta de soberania presente nos tempos neoliberais. Em entrevista dada ao site Outras Palavras, publicada em 13 de abril de 2012, esse aspecto da soberania nacional fica mais claro quando aborda a relação da Bolívia com os EUA:

O governo estadunidense nunca aceitou que as nações latino-americanas pudessem definir seu destino, porque sempre considerou que formamos parte da área de influência política para sua segurança territorial, e que somos seu centro de acúmulo de riquezas naturais e sociais. Qualquer dissidência a este enfoque colonial coloca a nação insurgente na mira de ataque. A soberania dos povos é o inimigo número um da política externa estadunidense (GARCÍA-LINERA, 2012, s/p).

Na mesma entrevista, o então vice-presidente qualificava o *proceso de cambio* boliviano como pós-neoliberal e de “transição pós-capitalista”. Para sustentá-lo, Linera argumenta sobre a estatização da exploração dos recursos naturais, enquanto bosques, a terra e os latifúndios teriam passado às comunidades. Mesmo no que se trata da estatização dos recursos naturais, o entrevistado enfatiza que se trata de um Estado “dirigido pelo movimento indígena”, o que é questionado por muitos.

A descolonização é um processo de desconstrução das estruturas institucionais, sociais, culturais e simbólicas que submetem a ação cotidiana dos povos aos interesses, hierarquias e narrativas impostas pelos poderes territoriais externos.

(...)

As formas organizativas comunais, agrárias e sindicais do movimento indígena contemporâneo- com deliberação assembleística, rotação tradicional dos cargos, em alguns casos, e controle comum dos meios de produção- são hoje centros de decisão política e de boa parte da economia boliviana (GARCÍA-LINERA, 2012, s/p).

Esses são argumentos apresentados de forma a garantir que o que se dá na Bolívia não é um capitalismo de Estado, já que ele fez críticas contundentes às experiências socialistas antes de se tornar vice-presidente. Nota que com essas medidas foram possíveis dar retorno à população com a riqueza gerada pelos recursos naturais, através de programas de distribuição de renda (GARCÍA-LINERA, 2012, s/p).

Nesse sentido, o Estado não se comporta como um “capitalista coletivo”, figura própria do capitalismo de Estado, mas como um redistribuidor de riquezas coletivas entre as classes trabalhadoras e um facilitador das capacidades materiais, técnicas e associativas dos modos de produção camponeses, comunitários e artesanais urbanos. Nesta expansão do comunitário, agrário e urbano, depositamos nossa esperança de transitar pelo pós capitalismo- sabendo que se trata de uma obra universal, e não de um só país (GARCÍA-LINERA, 2012, s/p).

É nesse sentido que Linera concebe o *proceso de cambio* e a própria tarefa do

socialismo. Diz ele que o Estado deve se incumbir de dar garantias básicas de condição de vida à população, garantir a soberania nacional, mas ele próprio sozinho não pode revolucionar as relações sociais de produção com vias à descolonização; essa é uma tarefa realizável apenas a partir da organização comunitária e da luta popular, que ele entende que tem ondas de ascensão e refluxo. O Estado, no contexto revolucionário, teria o papel de cristalizar direitos conquistados: “Mas está claro que um nó de condensação do fluxo político da sociedade passa pelo Estado, e que não se pode deixar de materializar e objetivar uma correlação de forças sociais e políticas ao redor dele.” (GARCÍA-LINERA, 2010, p.25).

Assim passamos a uma análise da definição de Estado nesse pensador. Esse é um trecho da edição de 2010 da revista Margem Esquerda, da qual já fizemos também uma análise do artigo de Márcio Pochmann. No trecho destacado, a ideia do Estado como correlação de forças é uma influência de Nicos Poulantzas. Nesse artigo, o autor articula tal influência com uma discussão ainda sobre Lênin e Gramsci.

Evidentemente uma parte do Estado é o governo, ainda que não seja tudo. Parte do Estado é também o Parlamento, o regime legislativo cada vez mais depreciado em nossa sociedade. São as Forças Armadas, os tribunais, as prisões, o sistema de ensino e a formação cultural oficial, os orçamentos, a gestão, o uso dos recursos públicos. Estado é não apenas a legislação, mas também o acatamento da legislação. É a narrativa da história, silêncios e esquecimentos, símbolos, disciplinas, sentidos de pertencimento e de adesão. Constitui-se também de ações de obediência cotidiana, sanções, disciplinas e expectativas (GARCÍA-LINERA, 2010, p.25).

Quando fala em governo, parlamento, aparato repressivo, as leis, Linera busca dar conta daquilo que Marx descrevia como superestrutura jurídico-política. Ao dar atenção ao sistema de ensino e à formação cultural de uma maneira mais genérica, podemos ver a influência de Gramsci e sua ampliação do conceito de Estado no debate marxista, que compreende a “sociedade política” e a “sociedade civil”. Quando fala nos silêncios, na disciplina, no sentimento de pertencimento está evidenciando também a influência de Bourdieu no seu pensamento.

O Estado em sentido estrito vem a ser, pois, as instituições. Não há Estado sem instituições. Era o que Lenin denominava 'a máquina do Estado'. (...) O Estado tem uma dimensão material muito bem descrita por Lenin, como o regime de instituições. Contudo, por trás dessa materialidade e idealidade, ele é também relações e hierarquias entre pessoas sobre uso, função e disposição desses bens, hierarquias no uso, mando, condução e usufruto dessas crenças – crenças essas que não surgem do nada, são fruto de correlações de força, lutas e enfrentamentos, guerras, sublevações, revoluções, movimentos, exigências e petições

(GARCÍA-LINERA, 2010, p.26).

Reconhecendo, portanto, a importância da concepção leninista e da percepção de que o Estado tem um caráter de classe, Linera nota que é preciso ir além, notando que o Estado é também relação social, reproduzindo assim as tensões presentes na esfera produtiva. Também é correlação de forças, portanto, e relação de dominação. Assim, o Estado é composto por: “estrutura material e institucional(...) estrutura ideal, de concepções e percepções (...) correlação de forças. Mas é também um monopólio da força, da legislação, da tributação e do uso dos recursos públicos” (GARCÍA-LINERA, 2010, p.26).

Para entender o que se passou na crise do neoliberalismo na Bolívia, o então vice-presidente utilizou ainda o conceito de “crise estatal geral” de Lênin e o “empate catastrófico” de Gramsci. Para ele, a crise estatal geral se dá quando surge um bloco social dissidente, e o protesto adquire legitimidade social. Além disso, surge uma alternativa de poder não cooptável. Já o empate catastrófico se daria quando há uma irresolução entre o poder estabelecido e o emergente:

Um empate catastrófico é, em parte, o que Lenin e Trotski chamavam de 'dualidade do poder', mas é mais que isso: é quando essa disputa de dois projetos de poder, o dominante e o emergente, com força de mobilização, com expansão territorial, disputam territorialmente a direção política da sociedade por muito tempo, não uma semana, quinze dias, dois ou três meses, mas um ano, um ano e meio, dois anos, dois anos e meio (GARCÍA-LINERA, 2010, p.29).

O autor, portanto, nota que entre 2003 e 2005 na Bolívia houve um impasse entre o Parlamento eleito pelo povo anos antes e as assembleias de bairros, agrárias e comunitárias “que tomavam decisões com efeito político, sobrepondo-se às vezes às decisões do Parlamento (GARCÍA-LINERA, 2010, p.29).

Nesse sentido, o autor defende que com a eleição de Evo Morales houve uma substituição das elites políticas no país, com o Estado passando a ser ocupado pelos movimentos sociais. Isso é o que dá embasamento à sua concepção do *proceso de cambio* como um processo de transição pós-capitalista.

O que chamo à atenção aqui é que o autor apresenta, em parte, uma concepção bastante leninista do Estado, no que se refere à dinâmica de dominação a ele associado, mas também na dinâmica de crise do Estado capitalista. Além disso, situa o Estado Plurinacional da Bolívia em termos bastante semelhantes ao que Lênin definia como

Estado socialista, sobretudo em O Estado e a Revolução - um Estado que definhará naturalmente diante do fortalecimento do poder comunitário.

Independentemente da avaliação se essa teorização condiz com a prática política boliviana, essa dimensão perde espaço para outra. O que chamam atenção os críticos, é que com o passar do tempo, a ênfase no Estado como único *locus* do fazer político vai ganhando mais notoriedade frente a essa concepção leninista. Em conferência mais recente na Argentina, - após a pandemia do coronavírus -, Linera diz que só o Estado é capaz de organizar vontades sociais:

Certamente assistimos e assistiremos a uma revalorização geral do Estado, tanto em sua função social-protetiva, como econômico-financeira. Ante às novas enfermidades globais, pânico social e recessões econômicas, só o Estado tem capacidade organizativa e a legitimidade social para poder defender aos cidadãos. (...) Mas por agora só o Estado, sob sua forma integral gramsciana de aparato administrativo e sociedade civil politizada e organizada, pode organizar vontades sociais em direção às ações comuns e sacrifícios compartilhados que vão requerer as políticas públicas de cuidado ante à pandemia e à recessão econômica (GARCÍA-LINERA, 2020, s/p).

É interessante notar que esse trecho revela que, os embates discursivos da esquerda latino-americana até hoje são com o neoliberalismo, no sentido de valorizar o papel do Estado no combate ao coronavírus - embate esse que, no geral, foi vencido no contexto da pandemia, ainda que com graves exceções como a brasileira e a estadunidense.

Segundo Ruiz e Erasso (2019), para entender a proposta política de Álvaro García Linera, é fundamental compreender seu objeto de estudo: a relação do Estado com os outros âmbitos do social. Dizem ainda, que depois de sua chegada à vice-presidência, o intelectual se dedicou a um esforço de teoria política, para entender uma série de contradições no que tangem a construção do que seria um Estado revolucionário. Os autores notam que ele o faz observando a realidade na sua forma contraditória, debatendo a dinâmica de contrários: “Estado e movimentos sociais; democratização e centralização das decisões; interesses gerais e interesses particulares” (RUIZ; ERASSO, 2019, p.202). Já sobre o tema da influência de Lênin e Gramsci, acrescentam:

(...) a influência de Gramsci, em particular, através da construção de hegemonia e de formas de disputa do sentido comum a partir do Estado, apelando a lideranças simbólicas com repertórios culturais que subvertam a tradição (García Linera, 2015b); por outro lado, a respeito de Vladimir Lenin, a reflexão de como pensar um tempo transicional do Estado onde não basta apelar à construção de hegemonia, mas também a formas de intervenção mais explícitas contra as elites tradicionais em exercício no poder (RUIZ; ERASSO, 2019, p.205) (Tradução livre).

Por outro lado, os autores criticam que não fica claro na obra do autor uma separação do que é o comunitário e o Estado, ou os seus lugares na política. Dizem que, com isso, o leitor fica aberto à interpretação de que o Estado é o portador do comum, ficando à luta pelo comum relegada ao Estado. De fato, à medida que Linera entende o comunitário, os movimentos sociais, todas as formas associativas, como parte integrante desse Estado Ampliado, ou Estado Integral, como chama, parece que o Estado se torna então o espaço de resolução dos conflitos e não a comunidade.

Todavia, como vimos, o debate do autor parte de uma premissa dialética. Ou seja, Estado e comunidade se relacionam de forma contraditória, produzindo sínteses. Assim, se as comunidades integram o Estado, elas próprias dariam o seu significado, seu caráter. Esse é o sentido dado por ele ao Estado, como cumprindo um papel histórico, que, com o fortalecimento das comunidades, deixaria de fazer sentido. No entanto, os autores insistem:

A ambiguidade, em síntese, se traduz, em que pese a legitimidade da preocupação de García Linera de responder à dispersão das lutas bolivianas através de um projeto de construção de hegemonia e de articulação política, os críticos do oficialismo têm assinalado que o feito principalmente centrado no nacional-popular denota ainda a reprodução de paradigmas coloniais e de políticas identitárias que possam resultar violentas com a singularidade das comunidades que habitam o território boliviano (RUIZ; ERASSO, 2019, p.216).

De fato, se levamos em conta que houve, no período do governo do MAS, o surgimento de uma oposição indígena, as contradições apresentadas precisam ser melhor averiguadas, de modo que talvez não se tratem de um todo contraditório chamado Estado Plurinacional, mas de divergências mais profundas e de setores distintos. Há opiniões que vão em ambas as direções, e suas validades só podem ser aferidas com um exame mais detalhado dos feitos do governo e os respectivos posicionamentos.

4.5.6 Defesas e críticas aos governos do MAS-IPSP

Esta ênfase no papel do Estado como uma força centralizadora necessária resultou em tensões no interior do grupo Comuna, do qual Linera fazia parte, até o seu rompimento. Na visão de seus ex-companheiros, a forma como o MAS-IPSP conduziu o tema da relação entre Estado e comunidades significou um retrocesso perante os saltos político-representativos que haviam sido dados no período da crise do neoliberalismo, com a organização dos movimentos sociais e reivindicação da Assembleia Constituinte. Para Gutiérrez, há uma questão complicada que diz respeito à relação entre emancipação social

e poder em tempos de governos progressistas. Vejamos de que maneira ela o coloca, citando companheiras do sindicato de pescado de El Alto:

Olha, Evo é como o marido que se casa com todos nós, com Bolívia, no dia das eleições. Ele tem sua tarefa, nós temos a nossa. Que não se meta conosco, que não venha nos dizer que fazer. Nós já aprendemos o que temos que fazer. Ele tem que estar ali se ocupando de que os estrangeiros e os *q'aras*²¹ não nos perturbem. Nós vamos fazer todo o resto.

(...)

Por outro lado, enfatizavam reiteradamente uma questão fundamental: “a nós nos cabe cuidar que Evo não se desvie. Ele tem que nos apoiar no que vamos decidindo (GUTIÉRREZ, 2017, p.44) (Tradução livre).

O interessante desse trecho é notar o quanto isso corresponde com noções comunitárias de mando e representação política aymaras e quéchuas. Tanto a perspectiva na qual o líder não manda, mas faz valer a vontade coletiva, quanto a de complementaridade de gêneros na composição da autoridade (dividida entre marido e esposa):

Expressa a maneira em que se entende, a partir de uma perspectiva feminina popular-comunitária, a relação entre quem vai ser ocasionalmente “o encarregado do governo” e as diversas partes que conformam o “corpo social”: “ele tem que estar aí para apoiar o que nós vamos decidindo” (GUTIÉRREZ, 2017, p.45) (Tradução livre).

Para a autora, se o caminho para a realização da autonomia política nesses termos foi tímido, a partir de 2010 teria se iniciado um processo de cooptação de todas essas formas associativas por parte do Estado.

Finalmente, a outra atividade política que o governo de Morales desenvolveu com empenho, sobretudo durante seu terceiro e quarto ano de governo, foi a cooptação e subordinação tendencial das múltiplas vozes e variados ensaios associativos que nasceram, ou se consolidaram e expandiram durante os anos das rebeliões. Dita linha de cooptação e controle está na base da formação da chamada Coordenadora Nacional para el Cambio (Conacam), instância organizativa tutelada pelo governo que aglutina aos “movimentos sociais” para garantir sua adesão e apoio às decisões do MAS (GUTIÉRREZ, 2017, p.47) (Tradução livre).

A autora acredita que parte da polêmica como se dá agora é um confronto de uma posição “estadocêntrica” contra uma que visa a autonomia. A superação da opressão estaria sendo pensada de cima para baixo, ou seja, do governo para o povo, invertendo a lógica comunitária:

²¹ Termo quéchua para se referir ao homem branco. Há uma conotação também de estrangeiro, invasor, de “fora” do ayllu.

Recapitulando, em termos teóricos, tenho dúvidas acerca de que significa admitir que a relação entre a política estadocêntrica e a política a partir da autonomia seja de disjunção. Significa isto que necessariamente a relação entre ambas se dá em termos de confrontação? Ou melhor, significa que afirmamos uma diferença incompatível de perspectiva? Elejo o segundo significado, quer dizer, que estas duas formas de política são essencialmente duas coisas distintas desde seu fundamento, que se propõem objetivos que correm por causas diferentes e que portanto, deveríamos abordar a questão dessa maneira. A disjunção estabelece que se trata de duas perspectivas políticas distintas e incomparáveis. “Incomensuráveis”, poderia dizer o matemático, quer dizer, procedem e se ocupam de questões diferentes; em ocasiões se confrontam totalmente, mas não sempre e, sobretudo, não necessariamente (GUTIÉRREZ, 2017, p.61) (Tradução livre).

A referência ao “matemático” soa como uma provocação a Linera, seu ex-companheiro de EGTK e grupo Comuna, defensor de posição antagônica a esta. Conceção semelhante é apresentada pelo antropólogo Salvador Schavelzon sobre a mudança de rumo no projeto político do MAS a partir de 2010:

O MAS explicita sua posição industrialista neste momento com uma confrontação com o discurso ecologista, que passa a ser associado ao imperialismo. Conceitos como plurinacionalidade e Vivir Bien, ao mesmo tempo, sem ser abandonados perderiam espaço e serão interpretados em um sentido estatal desenvolvimentista e de inclusão social, deixando de lado a versão minoritária, comunitária e pluralista (SCHAVELZON, 2015, p.239) (Tradução livre).

A posição de Luís Tapia é ainda mais contundente. Na entrevista que concedeu a mim em 2014, tratou o MAS-IPSP como uma “máfia estatal”, que assumiu o controle do Judiciário e do Legislativo e passou a criminalizar aqueles que se opõem. “Estão eliminando a vida política no seio da sociedade civil, que é o que fez possível a queda do neoliberalismo” (TAPIA, 2014,s/p).

Na prática, o MAS começou a desmontar o Estado Plurinacional e fazer uma legislação que recorte o plurinacional e em perspectiva o vão desmontando. Basicamente mantêm o discurso para justificar que é um novo Estado. Segundo o vice-presidente, que o disse cinicamente, a eles o Estado Plurinacional é só circulação de elites. Em vez dos empresários e *terratenientes* anteriores, agora estão os *cocaleros*, camponeses e outra burocracia aliada do MAS agora, igual aos velhos *terratenientes* e empresários do Oriente, só que mudando a relação de forças. O projeto do MAS e da CSUTCB é a eliminação das terras coletivas. Eliminação da base material do Estado Plurinacional. O plano da CSUTCB é a mercantilização geral da terra. Apropriar-se ou estender-se aos camponeses, que já têm o poder econômico... seu plano é estender-se sobre as terras comunitárias. Desenvolvimento capitalista. E em outro polo do governo é o extrativismo ampliado, intensificado sobre o território indígena (TAPIA, 2014,s/p) (Tradução livre).

A despeito de algumas acusações inconsistentes, por falta de argumentação

empírica, um argumento de Tapia se faz bastante relevante: o processo constituinte, apesar de propor uma identidade nacional-popular indígena (ou plurinacional-popular), que seria o “indígena-originário-camponês”, não conseguiu após esse período manter pacificado o histórico conflito entre camponeses e indígenas comunitários (SCHAVELZON, 2010).

O que Tapia faz nesse trecho é assumir a posição dos comunitários, frequentemente expressa pela CONAMQ, na qual os *cocaleros* teriam uma visão ocidental da relação com a natureza, ou seja, de simples exploração predatória para o sustento e o lucro. Contudo, Tapia o põe numa terminologia mais marxista e menos reinaguista, falando em desenvolvimento capitalista, evitando o termo “ocidental”.

Por outro lado, vale notar que a comparação de *cocaleros* com *tierratenentes* é exagerada e equivocada, funcionando apenas em termos retóricos. Esses *cocaleros* se organizam em pequenas propriedades de terra, não são possuidores de latifúndios como eram os antigos *tierratenentes*. No entanto, é possível falar no surgimento de uma burguesia comercial aymara em La Paz e El Alto (LORETO, 2019).

(...) há versões da hegemonia aymara pela via capitalista, quer dizer, como controlam grande parte do capital comercial, circuitos de comércio interno no país, há uma base material e portanto, populacional, são maioria relacional aos outros para sustentar uma ideia de hegemonia aymara. Mas, por esta via capitalista, combinando também elementos de sua cultura.

E também há uma ideia de hegemonía aymara pela via comunitária. Felipe Quispe, Pablo Mamani são gente que pensaria um horizonte político de hegemonia aymara, mas não pela via capitalista, sim pela via comunitária. No mundo aymara predomina a ideia de hegemonia (TAPIA, 2014, s/p) (Tradução livre).

Tapia assume a posição da CONAMAQ também em outra dimensão: para ele, os *ayllus* e as autonomias indígenas são a base do Estado Plurinacional. Portanto, se a propriedade camponesa avança sobre a propriedade indígena, faz sentido o argumento de que a base do Estado Plurinacional está sendo atacada, à medida que também põe por terra o argumento de Linera de que se aguarda uma nova onda comunitária fazendo avançar o *proceso de cambio*: se a comunidade indígena estiver em declínio, é impossível a esperada ascensão política comunitária acontecer, de fato.

Posição bastante distinta sobre o governo apresenta o ex-chanceler e atual vice-presidente, David Choquehuanca. Destaco seu raciocínio pois ele fala a partir de uma terminologia e percepção indianista, porém defende o governo:

Durante mais de 500 anos a terra tremeu com a resistência ao colonialismo, ao liberalismo e ao neoliberalismo, e um novo tremor começou com a Revolução Democrática e Cultural que permitiu que o

povo boliviano consiga sua libertação definitiva do colonialismo, da república e do neoliberalismo. Tupak Katari e Bartolina Sisa estão se reencontrando; começa-se a sentir como o tempo está dando a volta e como voltamos ao nosso mundo e ao nosso próprio caminho (CHOQUEHUANCA, 2020, p.60) (Tradução livre).

Há subentendida nessa fala, uma percepção do tempo que não é aquela da História universal e linear. O vice-presidente sustenta seu raciocínio a partir da lógica do *Pachakuti*, uma visão cíclica do tempo, na qual com a eleição de Evo Morales em 2005 se estaria retomando o passado glorioso dos incas. A dominação sofrida pelos indígenas estaria sendo encerrada enquanto paradigma temporal, e o indígena autônomo estaria retornando.²²

Hoje estamos vivendo o tempo do Vivir Bien que nasceu com a resistência indígena à conquista espanhola em 1492. É a soma de todas as energias com que se resistiu durante todo este tempo ao colonialismo, ao capitalismo e ao neoliberalismo. O pachakuti é a volta completa da Pacha (tempo-espço) para voltar à ordem e ao equilíbrio.

(...)

É o tempo das coisas incríveis e extraordinárias, êxitos que poderiam parecer impossíveis, mas que são possíveis quando o mundo está dando a volta. São as mudanças inevitáveis para construir uma cultura da vida. Neste tempo de mudança, os pequenos se tornam gigantes e os gigantes se fazem pequenos, as mentes se iluminam, o povo se governa e o poder é comunitário, a harmonia, o equilíbrio e a complementariedade dirigem o mundo, não existe pobreza, o ser humano é “Mãe Terra que pensa”, e a morte se transforma em vida. (CHOQUEHUANCA, 2022, p.61) (Tradução livre).

Essa escrita de estilo literário apresenta o raciocínio de uma forma mitológica, como podemos ver no “encontro entre Tupac Katari e Bartolina Sisa” como uma simbologia do retorno ao passado mítico.

O vice-presidente ressalta que em 2009 a Bolívia deixa de ser uma república e passa a ser um Estado Plurinacional, porque reconhecendo as 36 nações originárias, a Bolívia estaria retomando suas raízes pela primeira vez desde a chegada dos espanhóis. Gutiérrez, contudo, faz uma análise mais negativa do resultado final da Constituição:

A convocatória e realização de uma Assembleia Constituinte que, no que pese conservar um formato liberal para a seleção dos deputados constituintes, permitiu, de todo modo, um amplo debate nacional sobre algumas das mais importantes modificações formais do Estado desde a perspectiva indígena e popular. A Constituição Política que resultou dessa Assembleia, lamentavelmente, manteve quase intacta uma parte

²² Para uma compreensão melhor das diferenças entre Pachakuti e História Linear, ou entre Pachakuti e Revolução, ver GAMA DA SILVA, A.L. *Para Além do Estado Nação? Disputas políticas sobre a ideia de plurinacionalidade na Bolívia* (2016).

substancial dos fundamentos materiais do Estado liberal: a grande propriedade da terra no Oriente e o respeito à representação política delegada nos partidos políticos e mediada pela lei e as instituições estatais (GUITÉRREZ, 2017, p.45-46) (Tradução livre).

Alberto Acosta (2017), ao comparar as constituições dos estados plurinacionais do Equador e da Bolívia, constata que na pátria de Evo Morales se avançou menos no que diz respeito aos direitos da natureza:

No Equador, reconheceu-se a natureza como sujeito de direitos. Esta é uma postura biocêntrica que se faz uma perspectiva ética alternativa, ao aceitar que o meio ambiente - todos os ecossistemas e seres vivos - possuem um valor intrínseco, ontológico, inclusive quando não tem qualquer utilidade para os humanos. A Constituição boliviana, aprovada em 2009, não oferece o mesmo biocentrismo: outorgou um ponto importante à *Pacha Mama* ou Mãe Terra, mas ao defender a industrialização dos recursos naturais, ficou presa às ideias clássicas do progresso, baseadas na apropriação da Natureza (ACOSTA, 2017, p.28).

Essa polêmica entre industrialismo e Bem Viver teve palco, de forma até mais acentuada, no episódio da construção da estrada no território de TIPNIS, onde houve pela primeira vez, como vimos, um rompimento do Pacto de Unidade formado nos anos do neoliberalismo.

4.5.7 O dilema entre governar e atuar nos movimentos sociais: TIPNIS e as Jornadas Junho de 2013²³

Esses dois episódios históricos são apresentados aqui como um par por uma única razão: a expressão do que foi, na América Latina, o dilema entre governar e atuar nos movimentos sociais. Mobilizações de massa que se converteram em programas políticos e valores oposicionistas se deram com alguma frequência em escala continental, durante os governos protagonizados pela esquerda. No entanto, não há a pretensão aqui de fazer uma sociologia dessas manifestações, de forma a esmiuçar seus caracteres, semelhanças e diferenças, de modo que outra pesquisa seria necessária para efetuar-lo. Analisando a experiência da construção da rodovia em TIPNIS e da exploração petroleira no Parque

²³ Os eventos conhecidos como "Jornadas de Junho" foram manifestações de milhões de pessoas que ocuparam as ruas das principais capitais brasileiras. Os protestos que se iniciaram em oposição ao aumento das tarifas de ônibus incorporaram outras pautas como a qualidade dos serviços públicos de saúde e educação, em junho de 2013. Já as manifestações de TIPNIS foram articulações políticas de indígenas, ambientalistas e outros contra a construção de uma estrada que atravessava o território de reserva indígena "Terra Indígena e Parque Nacional Isidoro-Secure" (TIPNIS). Tal evento contou com marchas indígenas que atravessaram o país em 2011.

Yasuní no Equador, Igor Fuser coloca o problema da seguinte maneira:

A Bolívia e o Equador- países que se destacam no atual cenário sul-americano pelo protagonismo político dos povos indígenas, por Constituições elaboradas com base no conceito da “plurinacionalidade” e pela forte presença da temática ecológica no discurso oficial- têm enfrentado conflitos sociais que trazem à tona o questionamento do compromisso dos governantes de esquerda com a proteção da natureza e das populações originárias. Os conflitos em torno da construção de uma rodovia atravessando a reserva indígena do Tipnis (na Bolívia) e a exploração petrolífera no Parque Nacional do Yasuní (no Equador) situam em campos opostos atores políticos que em um passado recente, estiveram juntos na luta contra o modelo neoliberal. No fundo da divergência se verificam concepções radicalmente distintas acerca da relação entre o conceito do Viver Bem (associado à rejeição do consumismo moderno e à busca do equilíbrio com a natureza) e o desenvolvimento econômico e social. Tanto o Viver Bem quanto as políticas desenvolvimentistas estão presentes nas plataformas programáticas que conduziram o boliviano Evo Morales e o equatoriano Rafael Correa a sucessivas vitórias eleitorais (FUSER, 2014, s/p).

Sobre o Brasil, o autor destaca a resistência indígena a alguns projetos desenvolvimentistas no segundo mandato de Dilma Roussef. No entanto, se esses movimentos começavam a chamar atenção nesse período, seguramente não ocuparam o centro do debate público no país no período.

Em uma perspectiva sul-americana, constatava-se, já naquele momento que Morales não estava sozinho no dilema entre as demandas do desenvolvimento e a proteção socioambiental. O governo brasileiro tem enfrentado resistência à construção de hidrelétricas na Amazônia e no Equador. Uma situação extrema teve lugar no Peru, em 2010, quando a queda de braço entre o então presidente Alán García e indígenas amazônicos contrários à presença de empresas petroleiras culminou em um conflito violento com dezenas de mortes, o que acabou contribuindo para a vitória eleitoral do candidato opositorista Ollanta Humala (que, aliás, manteve o mesmo padrão de conforto com os ambientalistas e organizações indígenas que marcou o governo de seu antecessor) (FUSER, 2014, s/p).

O que chama atenção é precisamente a contradição apresentada pelo autor, na qual, apesar de esses governos terem sido eleitos também sob a plataforma indígena e ambiental, sofreram resistência aos seus projetos por parte desses mesmos setores:

Há uma forte identidade de pensamento entre os opositores à rodovia boliviana através dos Tipnis e os que tentam impedir a exploração petroleira no Yasuní. Ambas as posturas se articulam a partir da concepção de que a natureza (Pacha mama) é sagrada e portanto, sua preservação se impõe como um critério supremo, acima de qualquer projeto que busque justificativa em nome do bem-estar humano ou do desenvolvimento econômico. O uruguaio Eduardo Gudynas condena em termos enfáticos “o utilitarismo antropocêntrico”, que encara o uso dos recursos naturais como condição para o crescimento econômico. Essa

visão, associada por ele ao atual cenário de insustentabilidade ecológica em escala global, deve ser substituída por um enfoque “biocêntrico” em que a ideia central é a de que todas as espécies naturais possuem o mesmo direito “ontológico” à vida, sem a existência de qualquer hierarquia que privilegie as necessidades ou os objetivos humanos (FUSER, 2014, s/p).

De fato, ao menos no que tange ao processo boliviano, o rompimento com o antropocentrismo é um passo que não foi dado, se tomamos como princípio a plataforma política surgida na Guerra da Água e na Guerra do Gás. Como vimos, algumas mudanças importantes se deram na temática indígena, no entanto essa mudança na concepção de relação entre homem e natureza não se alterou, ao menos não na escala pretendida pelos movimentos sociais indígenas. A alteração realizada se deu no âmbito do retorno social da exploração dos recursos naturais, o que antes não se considerava, mas apenas o retorno à acumulação capitalista.

Mas os líderes comunitários do parque e as ONGS ambientalistas se colocaram em oposição à obra, argumentando que a abertura do território facilitará a devastação da floresta, com o ingresso ilegal de madeireiros e de plantadores de coca. Apoiados por organizações sociais de projeção nacional, os indígenas das chamadas “terras baixas” da Bolívia lançaram-se em 2011 em uma marcha, rumo a La Paz, para exigir a aplicação do seu direito à consulta prévia, previsto na Nova Constituição. Já outras entidades indígenas e camponesas tomaram posição ao lado do governo, o que configurou uma divisão no interior das forças sociais e políticas que levaram Morales a presidência em 2005 e mais tarde, em 2008 e 2009, aliaram-se novamente para aprovar a nova Constituição e derrotar a sublevação separatista das oligarquias da Meia-Lua, a região mais rica do país, onde se concentram o agronegócio e a produção de petróleo e gás (FUSER, 2014, s/p).

A respeito do debate sobre desenvolvimentismo e Bem Viver, Fuser (2014) mais uma vez nomeia Linera como a voz mais influente na defesa do primeiro, e isso se notaria também na polêmica sobre o TIPNIS:

Em sua posição privilegiada como intelectual e dirigente político, Linera tem enfatizado, a cada momento, a urgência do governo em proporcionar benefícios palpáveis para as multidões de desfavorecidos que constituem a base de apoio do MAS. “O tempo conspira contra os processos revolucionários”, escreveu. “Se não trazem bem-estar, as pessoas começam a se desencantar de sua obra e se tornam mais propensas a ouvir as fantasias conservadoras de quem lhes promete o paraíso por arte de magia”- isto é, a ilusão de que é possível alcançar o “bom viver” sem a geração dos excedentes econômicos necessários para satisfazer as demandas populares que a própria Constituição estabelece como direitos de todos (García Linera, 2011) (FUSER, 2014, s/p).

Em entrevista ao sítio “Outras Palavras”, o então vice-presidente se colocou de

forma ainda mais franca a respeito do que, na sua opinião, se tratava o conflito do TIPNIS. Sem reservas, Linera trata a relação das ONG's ambientalistas com os interesses do governo dos EUA e as acusa de práticas conspiratórias:

(...) os mecanismos de conspiração ficaram mais sofisticados: se utilizam de ONGS, se infiltram através de terceiros nas agrupações indígenas e dividem e projetam lideranças paralelas no campo popular, como ficou recentemente demonstrado no fluxo de ligações telefônicas entre a embaixada e alguns dirigentes indígenas da marcha em defesa do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécuré (Tipnis), no ano passado (LINERA APUD NAVARRO, 2012, s/p).

Sobre sofisticação, o vice-presidente se referia às práticas estadunidenses do passado, que envolviam ações militares na Bolívia e econômicas, forçando vínculos de dependência. O vice afirma ainda que a aprovação do governo seguiu em 95% entre a população indígena das terras altas e nos vales, e que mesmo entre os indígenas mobilizados contra a estrada, a maior parte seria de dirigentes de outras regiões que não o TIPNIS, que contariam com o apoio de ONG's ambientalistas e das principais redes de comunicação do país.

Ao listar os motivos para a construção da estrada, Linera fala do acesso à água potável para as populações do TIPNIS; para a construção de escolas nos idiomas nativos; acesso a mercados; integração da Amazônia com os vales e o altiplano, até então inexistente; e um terceiro motivo tático-estratégico que visa reduzir o poderio dos fazendeiros, dos madeireiros estrangeiros e de narcotraficantes na região:

As tendências separatistas da oligarquia, que estiveram a ponto de dividir a Bolívia em 2008, foram contidas porque saíram derrotadas durante o golpe de Estado de setembro desse mesmo ano, e porque parte da sua base material- a agroindústria- foi ocupada pelo Estado. Porém, há um pilar econômico que mantém ativas as forças retrógradas de tendência separatista: o controle da economia amazônica, que, para chegar ao resto do país, tem que passar obrigatoriamente pelo processamento e financiamento de empresas controladas por pequenos grupos oligárquicos assentados em Santa Cruz (LINERA APUD NAVARRO, 2012, s/p).

Os argumentos do vice, portanto, contemplam diferentes visões. Quando trata da questão da integração, que parece o motivo central, atende às expectativas de desenvolvimento; quando fala de acesso às escolas que ensinem o idioma nativo, está buscando prestar contas à expectativa decolonial; quando fala das relações sociais e do poderio de fazendeiros, está tratando de uma perspectiva tática e marxista, na qual se faria necessário superar o domínio político da grande propriedade na região.

Aqui, mais do que aferir justiça a uma das partes no conflito, faz-se necessário

destacar a posição por parte do governo de se contrapor aos manifestantes, o que é uma manobra política difícil de ser efetuada por um governo eleito com o respaldo dos movimentos sociais. Isso se deu, de forma ainda mais enfática, na reação do PT e da esquerda brasileira no governo, às Jornadas de Junho de 2013.

Diferentemente da Bolívia, no Brasil o que vimos foram exigências dos manifestantes em relação aos serviços públicos prestados pelo Estado. Os protestos que foram motivados inicialmente pelo aumento das tarifas no transporte público passaram a abarcar também a violência policial às manifestações e também nas regiões periféricas do país, intensificando o debate sobre segurança pública no Brasil; a defasagem de investimentos em saúde foi também levantada, ; e também críticas à situação da educação no país, em especial a educação básica.

Essas pautas eram frequentemente colocadas em contraposição à realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas no Brasil: “queremos educação padrão FIFA”, “mais hospitais e menos estádios”, eram cartazes vistos nas manifestações e nas *hashtags* nas redes sociais. Curioso observar, portanto, que se na Bolívia as manifestações apontavam os limites das políticas de um governo que se propunha ao Bem Viver, no Brasil essas pautas apontavam os limites da política desenvolvimentista de um governo comprometido com o Bem-Estar social.

Um elemento distintivo, contudo, era a tendência à negação de toda esfera representativa brasileira presente nessas manifestações. O Congresso Nacional, os prédios públicos, mas também os bancos, eram alvos dos manifestantes. O sistema partidário também foi alvo de críticas, o que resultou em conflitos com militantes da esquerda partidária durante as passeatas.

Isso gerou um importante debate na época a respeito da falência ou não das instituições brasileiras. Também era a primeira vez, em décadas, que um movimento de massa não era liderado pelo PT, o que também foi alvo de reflexão de muitos intelectuais no país. Frequentemente, isso foi associado com a pauta da direita brasileira e da imprensa sobre a desmoralização da política e das conquistas democráticas alcançadas na Constituição de 1988. Na elaboração de Márcio Pochmann:

Temos duas hipóteses para explicar, pelo menos. Uma que é a crise da direção. Ou seja, a direção das instituições não está conectada com estes segmentos que estão ascendendo. A outra é que as instituições não são contemporâneas a esses novos segmentos. Se é um problema de crise de direção, é mais fácil de mudar. E, até nesse sentido, o PT fez um grande debate neste semestre que envolveu meio milhão de participantes e também uma oxigenação na sua direção. Ele está contemporâneo a essa

ascensão. Agora, se de fato for um problema das instituições, aí a questão é muito mais grave. Particularmente, acredito que de certa maneira, esses novos segmentos que ascenderam representam um fenômeno que ocorreu à margem das instituições que temos, não se envolveram muito com esses segmentos novos. Algumas interpretações é de que esses segmentos são muito conservadores, individualistas, que acreditam que o êxito de sua ascensão política se deveu ao esforço individual. É natural que ocorra isso quando se trata de uma ascensão sem politização do ponto de vista da interpretação, da narrativa necessária a ser feita para demonstrar que as pessoas ascenderam porque tiveram um salário mínimo maior e que foi necessário tomar uma decisão para ter um salário mínimo maior (POCHMANN, 2023, s/p).

Para o então presidente da Fundação Perseu Abramo, essa descrença nas instituições não tinha uma explicação definitiva. O que ele apresenta como um elemento, contudo, é que os tipos de reivindicação correspondiam com uma sociedade na transição do modelo industrial para o de serviços. Isso estaria conectado tanto com o esvaziamento das instituições, que não teriam acompanhado esse ciclo geracional, quanto com a formação de novos desejos:

As manifestações aqui são mais contemporâneas às questões ocidentais do ponto de vista da vida humana neste século e dizem respeito à revolução informacional e dos serviços. Nós estamos transitando de uma sociedade industrial para uma sociedade de serviços e, de maneira geral e heterogênea, as reclamações que levaram o povo às ruas eram questões relacionadas aos problemas de serviço: saúde, educação... A minha leitura é que se trata de serviços públicos: a saúde não funciona, a cidade não tem mobilidade. Se formos olhar do ponto de vista do consumidor, as maiores reclamações são direcionadas aos planos de saúde privada, para as empresas de transporte aéreo, para os bancos, então há um problema nos serviços para os quais não temos grandes respostas, a não ser a resposta derivada da forma do Estado atuar que vem do século passado, que é trabalhar com caixinhas. O todo ainda é fatiado e as pessoas que foram para as ruas foram reclamar de tudo. Perdemos a capacidade de olhar o indivíduo na sua totalidade e o Estado ainda não teve a capacidade de entender isso (POCHMANN, 2023, s/p).

Trata-se de uma contribuição importante do economista. Se as formas organizativas da sociedade civil típicas da sociedade industrial - onde chama a atenção o sindicato e as centrais sindicais -, não comportam o fazer político das novas gerações, isso coloca à esquerda o desafio de se conectar com as novas formas organizativas e também novos horizontes de desejos colocados, Como o próprio chama a atenção, não há vácuo na política (POCHMANN, 2023).

Contudo, ainda que em reação às pautas colocadas nas manifestações tenha surgido um dos programas mais simbólicos do governo Dilma, o “Mais Médicos”, a reação do governo e do PT às Jornadas de Junho foi, no geral, de enfrentamento ideológico.

Frequentemente os atos dos manifestantes foram qualificados como “vandalismo”, em consonância com o que dizia a imprensa, o que figurou para muitos que participaram das passeatas como uma incapacidade de diálogo com as pautas ali colocadas, e um apego à ordem política, como se o *locus* da política não fosse as ruas, mas sim o Estado.

Além disso, em boa parte das interpretações petistas, as Jornadas de Junho foram um movimento orquestrado pela direita. Inclusive, em análises posteriores, essa visão se confirmaria pelo surgimento de manifestações de massa de direita, organizada por diversos grupos jovens, em especial o MBL. Essa é uma análise simplista, contudo, como nos mostra Sean Purdy (2018), professor de História da USP:

Enquanto militantes individuais do PT e a Juventude do partido em São Paulo participaram de/ ou apoiaram as manifestações lideradas pelo MPL em junho de 2013, vários vereadores do PT na Câmara Municipal e, mais tarde, figuras chaves no PT, condenaram os atos como baderna violenta e questionaram a legitimidade do movimento Zanchetta, 2013; Judensnaider et. Al.2013, pp 55-64; Pinheiro, 2013; Bergamo,2013). Um influente jornalista petista, Paulo Henrique Amorim, tachou os atos como um “golpe” liderado pela Rede Globo (Amorim,2013). A intelectual associada com o PT, Marilena Chauí, teve (em geral) uma análise bem mais sóbria e refletiva, mas faltou distinguir entre o movimento da esquerda que conseguiu revogar o aumento da tarifa e levantou pautas progressistas e os com uma pauta conservadora- de anticorrupção e de anti-partido político, especialmente contra o PT- que surgiram no fim do ciclo das manifestações em junho (Chauí,2013^a; Chauí 2013b)” (PURDY, 2018, p.2).

O professor acredita que esse distanciamento entre o PT e os manifestantes se deu por conta de uma política “reformista de cima”, querendo dizer com isso que o partido de Lula e Dilma Rousseff prezava pelas mudanças realizadas a partir do Estado. Purdy acredita que o partido opera com uma lógica binária na qual ou os apoia, ou é de direita. Como exemplo, analisou uma fala de Gilberto Carvalho, ex-ministro de Dilma, na qual trata os manifestantes como ingratos:

Quando acontecem as manifestações de junho, da nossa parte houve um susto. Nós ficamos perplexos. Quando falo nós, é o governo e também todos os nossos movimentos tradicionais. (Houve) uma certa dor, uma incompreensão e quase um sentimento de ingratidão. (Foi como) dizer: fizemos tanto por essa gente e agora eles se levantam contra nós (CARVALHO APUD PURDY, 2018, p. 2-3).

O professor questiona a noção hegemônica de que a onda conservadora começou com as manifestações em junho de 2013, ainda que admita a presença de grupos de direita nelas. No entanto, defende que o caráter geral foi progressista. O que está omissos em sua discussão é que os grupos de direita que foram protagonistas do golpe em 2016 começaram

a se organizar nessas manifestações.

Por outro lado, se esses grupos de direita tiveram sua origem marcada pelas Jornadas de Junho, esse movimento era bem mais plural e, como todo movimento de massa, abarcou diferentes concepções políticas. O que se nota, contudo, é que a direita foi mais eficiente em extrair um saldo organizativo de base que a esquerda. O caráter de pluralidade ideológica dessas manifestações é reconhecido por André Singer (2013). O que teria havido foi uma imputação de sentidos segundo interesses particulares:

Socialmente heterogêneos, os acontecimentos de junho foram também tão multifacetados no plano das propostas que não espanta haja todo tipo de imputação ao seu sentido ideológico: desde o ecossocialismo até impulsos fascistas, passando por diversas gradações de reformismo e liberalismo (SINGER, 2013, p.32).

Contudo, o cientista político nota que os extremos chamaram mais a atenção que os pontos intermediários. No entanto, o autor defende a hipótese de que uma melhor compreensão dos acontecimentos pode se dar se tomarmos como referência o centro do espectro político presente no processo.

Para tal, ele faz uma análise dos discursos da organização que originou os processos, o Movimento pelo Passe Livre (MPL) e de alguns dos seus porta-vozes. O autor nota nas falas de Lucas Monteiro e Nina Capello no programa “Roda Viva” uma profunda disciplina quanto aos métodos do movimento em curso, onde eles seriam representantes fidedignos das deliberações extraídas em assembleias, ao contrário do que a esquerda brasileira estava comumente acostumada, onde líderes, por vezes, recebem um cheque em branco para formular a respeito do movimento que dirigem, articulando sínteses e emitindo opiniões pessoais. Contudo, para Singer, isso possibilitou um esvaziamento de sentido das manifestações:

Só que ao, coerentemente, recusar uma prática que impusesse desde o alto o sentido das mobilizações, o MPL as abriu para visões de mundo muito diferentes da sua. As tendências de centro e direita pegaram carona na corrente deslanchada pela nova esquerda, só que os caronistas foram tantos que, em certo momento, acabaram por mudar a direção do veículo (SINGER, 2013, p.33-34).

Nesse sentido, o cientista político acredita que essas manifestações fizeram aparecer no Brasil uma esquerda próxima àquela que se viu nos movimentos Occupy Wall Street nos EUA e Indignados, na Espanha. Singer, contudo, vê os “acontecimentos de junho”, como ele prefere chamar, com efeitos menos dramáticos do que aqueles analisados por Pochmann. Para ele, a contradição principal da ordem política, que seria a propriedade

privada, permaneceu intocada nas críticas desempenhadas nas manifestações, e as pautas tenderam a arrefecer junto com o refluxo do movimento, como a proposta de Constituinte exclusiva e o plebiscito para a reforma política.

CAPÍTULO V

A Crítica da Crítica

5.1 Crônica de uma velhice precoce

O meu ingresso no mestrado foi acompanhado da instantânea participação na militância na pós-graduação. Desde o princípio eu e colegas de turma nos movimentamos por melhores condições para a realização do ensino e da pesquisa na universidade e, nos associando com representantes de outros programas fundamos a breve Associação de Pós-Graduandos da UFRJ. Nessa condição, e até mesmo anteriormente à fundação da dita associação, participei de um encontro nacional do movimento de pós-graduandos que era realizado no Fundão, principal campus da UFRJ, em 2014.

Proseava com dois militantes de muito prestígio no movimento enquanto tomávamos um café da manhã. A companheira era mineira, porém residente em São Paulo, e o outro companheiro do interior do Rio de Janeiro. Explicava a eles sobre minha pesquisa inicial no mestrado e o quanto o contato com o debate político boliviano provocava em mim algumas dúvidas sobre a condução dos governos petistas, em especial o de Dilma Rousseff que estava em curso.

- A Bolívia jamais será socialista! - bradou ele, assim abruptamente. Surpreso, o perguntei a razão.

- Na Bolívia não dá pra ter socialismo, porque se você quer construir uma estrada, os índios param o país e impedem! - disse a ele, naturalmente se referindo a crise política instaurada com a construção da estrada no território de TIPNIS, alguns anos antes.

A essa altura eu tinha cerca de 26 anos e havia conhecido uma boa diversidade de definições do termo “socialismo”, mas essa me pareceu particularmente absurda à época. Portanto, o indaguei:

- Mas e desde quando socialismo se tornou sinônimo de construir estradas?

Ele ficou nitidamente incomodado, porém estupefato. Não tive certeza se a ele a indagação parecia óbvia, ou se de fato o colocou a pensar. De toda forma não obtive uma resposta objetiva, a continuação de seu raciocínio foi na direção das maravilhas causadas pelo desenvolvimento da nação brasileira no terreno da questão social, do combate à fome, da geração de empregos, da integração nacional, etc.

A companheira, mais convicta da importância do diálogo com os desejos do povo e inclinada a fazer uma mediação entre a minha visão e a dele, ou seja, defendendo uma visão em que desenvolvimento, socialismo e democracia seriam conjugáveis, obteve dele ainda mais impaciência:

- Não tem jeito, não! No Brasil, se você defende o desenvolvimento não tem voto, agora se você defende o “verde”, o povo acha bonitinho! - ao passo que associava a defesa do meio-ambiente com os interesses do imperialismo.

Eu que havia me calado imaginando ter sido muito ácido em minha primeira intervenção, perdi a paciência mais uma vez, e citei um velho sábio dos meus tempos de graduação na mesma UFRJ:

-Se o problema da esquerda é o povo, a solução não é muito simples: troquem o povo!

Como o leitor há de imaginar, a conversa não pôde resistir muito tempo após essa abusada galhofa. Ele, contudo, muito educadamente, se retirou sem maiores destemperos. A conversa se concluiu com o não menos jocoso comentário da mais paciente companheira:

-É, Allysson, como pode um comunista gostar mais de capitalismo que de socialismo, né?

Não poderia eu imaginar que prosa tão despretensiosa seria, passados tantos anos, tão ilustrativa de um objeto de pesquisa: a sistemática fuga da crise de paradigma do socialismo por parte da esquerda a levou a considerá-lo como uma simples etapa do chamado “desenvolvimento nacional”; o desenvolvimento nacional se converteu assim em utopia; e o Estado, antes o inimigo da luta dos trabalhadores, se converteu no próprio *locus* de realização dessa utopia.

5.2 Sobre o legado ideológico da esquerda

A crítica à realidade estabelecida é parte constitutiva de qualquer movimento de esquerda e popular. São originados mediante práticas de contestação política de diferentes naturezas, mas caracterizados, em geral, por articulações populares que visam se contrapor à realidade social estabelecida, seja em aspectos particulares dessa mesma realidade ou em seu caráter global. No caso do objeto estudado, vimos o exemplo do petismo que nasce da luta por melhores salários, da luta contra a pobreza extrema no Brasil, que se combina com a luta no campo e, em seguida, com o campo intelectual da teoria do populismo,

conformando assim um determinado tipo de prática política. Vimos também o caso boliviano, no qual a luta camponesa por aumentar os preços dos produtos agrícolas se soma com a causa indígena de reconhecimento étnico e, em seguida, com a causa operária contra o regime militar e a exploração dos trabalhadores nas minas.

Essas lutas não se deram, como vimos, descontextualizadas de um ambiente histórico; pelo contrário, são marcadas por um contexto regional de regimes militares na América Latina, que por sua vez, se articula com um contexto global de Guerra Fria, no qual esses regimes se posicionaram ao lado dos Estados Unidos contra a União Soviética. O entrelaçamento desses interesses produziu uma determinada cultura política, que não significou uma simples adesão por parte da política *desde abaixo* ao programa soviético: no Brasil, a crítica à tutela da classe trabalhadora pelo Estado feita ao regime militar reverberou na cultura do partido único (e partido-Estado) da União Soviética, apontando para uma discussão de socialismo democrático, dialogando com as experiências do eurocomunismo e do socialismo “por via de eleições” chilena; na Bolívia a crítica ao papel do Estado também surgiu com força, mas ainda que esse elemento da tutela estivesse presente no debate do sindicalismo camponês, chamava mais atenção a questão do reconhecimento étnico de nações originárias e uma crítica à concepção liberal de Estado. Nesse caso a crítica à União Soviética aparecia no que tange à visão industrialista do marxismo boliviano e na valorização da cultura indígena e de sua pluralidade.

No período estudado em seguida, o do neoliberalismo na América Latina, viu-se o colapso tanto dos regimes militares quanto da União Soviética. O socialismo como alternativa política entrou em crise. Contraditoriamente, as esquerdas cresceram eleitoralmente no continente, ao passo que o sindicalismo e as organizações populares foram duramente combatidas pelo novo regime, mostrando que a truculência estatal do regime anterior não havia sido superada. No Brasil aprovou-se uma nova constituição, apelidada de Constituição Cidadã, que mantinha o caráter de garantia da propriedade privada, mas trazia a novidade de estabelecer direitos sociais à população antes ausentes. Na Bolívia houve uma experiência de governo de esquerda ainda nos anos 1980, que atravessando a crise da inflação, fracassou e abriu as portas para o regime neoliberal. Já nos anos 1990 a Lei de Participação Popular abria o horizonte de inserção no Estado criando municípios rurais, e a criação das TCO (Terras Comunitárias de Origem) atrairia a simpatia de indígenas, o que incluiu a adesão ao programa neoliberal por parte de muitos.

Esse quadro fez mudar a perspectiva popular sobre o Estado. O PT passou a orientar sua estratégia partidária para a vitória em eleições, e na Bolívia se fundava o

MAS-IPSP com o mesmo intuito. No campo social, a perda da “tutela” fez com que os trabalhadores sentissem o amargor da perda do emprego acompanhada da privatização das empresas estatais. Nesse contexto, viu-se um enfraquecimento da teoria do populismo e um fortalecimento das ideias cepalinas dos anos 1950, ao passo que as discussões sobre socialismo se esvaziaram dando lugar à urgência de políticas de desenvolvimento no Brasil. Na Bolívia, se a ideia de uma revolução índia seguiu forte sob a liderança camponesa de Felipe Quispe, a longo prazo a perspectiva de via eleitoral com o MAS-IPSP e Evo Morales também foi vencedora, com um programa que abarcava diferentes matrizes, onde um nacionalismo anti-imperialista convivia com o plurinacionalismo indígena.

No caso brasileiro, de uma forma geral, uma das críticas sociais de origem se manteve e se fortaleceu, e isso vale também para a análise dos períodos do governo: a desigualdade social como problema nacional foi um tema que ganhou cada vez mais importância na agenda pública. Houve valorização do salário mínimo conforme as expectativas sindicais; houve programas de combate à fome e à miséria; houve “melhorias nas condições de vida do povo” em vários âmbitos, comumente associado ao crescimento do consumo, mas se poderia falar em acesso a bens culturais, à educação, que de fato foram estendidos a uma parcela maior da população.

O que se alterou em relação à fundação do partido é a explicação para esses problemas, bem como o horizonte utópico. Como chama a atenção Altman (2022), a crítica à concentração da propriedade com horizonte socialista deu lugar ao desenvolvimento da nação como solução para os problemas sociais brasileiros. Passou-se a falar em distribuição de renda, não mais em coletivização dos meios de produção. A bem da verdade, a crítica à propriedade privada nunca foi hegemônica no PT, mas seguramente essas ideias já circularam mais no partido que nos dias de hoje, após atuação em governos, golpe, e retomada do Executivo. Ironicamente, a política criticada como “populista” à época da fundação do partido – qual seja, a de um pacto entre trabalhadores e burguesia para o desenvolvimento nacional, sob a direção do Estado -, se converteu no meio mais factível de implementação do programa sindical do “Novo Sindicalismo”.

Aliás, atualmente o desenvolvimento nacional se converteu na própria utopia do lulismo e do petismo. O crescimento do desemprego e a retração da economia brasileira nos anos pós-golpe, incluídos os governos Temer e Bolsonaro, com o resgate de uma política econômica neoliberal, fez com que o país revivesse os anos 1990, de certo modo, no que tange ao debate público: em contraposição às chamadas “políticas de austeridade” e à pauta da direita de “redução dos gastos do Estado”, a esquerda abraçou novamente as

ideias keynesianas que motivaram os governos Lula e Dilma, onde o Estado deve ser o indutor da economia. Evidentemente, isso é feito mediante novos paradigmas, como a presença ideológica mais forte do chamado “empreendedorismo”, que impõe concessões ao discurso petista. Contudo é notória a atual expectativa popular por abertura de postos de trabalho, realização de concursos públicos, aumento do investimento público em áreas sociais e outras políticas afins.

Vimos, com Marilena Chauí, que a política de tentativa de implementar um “Estado de Bem-Estar Social” no Brasil – um dos objetivos do desenvolvimentismo -, comportou um efeito colateral ideológico. A filósofa observava, com atento olhar ao futuro, que as transformações no padrão de consumo da classe trabalhadora brasileira estavam produzindo um efeito ideológico - que ela vê como agentes uma certa sociologia, mas aqui insistimos que também participaram marketeiros de campanha e até mesmo lideranças petistas -, que estaria surgindo no Brasil uma nova classe média, o que se poderia mensurar observando os novos padrões de renda familiar, de poder de consumo, de acesso a meios básicos de manutenção da vida.

Chauí quis com isso mostrar a falsidade ideológica de tal discurso, estabelecendo uma comparação com o padrão de consumo da classe trabalhadora europeia nos anos 1960, que nunca significou, do ponto de vista da análise, a “formação de uma nova classe média”. Ainda que cirúrgica, já que setores da classe trabalhadora mais abastados viriam a conformar uma agenda política de direita, convictos dessa suposta nova condição de classe e seriam fundamentais para o declínio do PT, a forma de tratar o tema da ideologia merece uma reflexão mais ampla:

A ideologia não consiste somente ou simplesmente num sistema de idéias ou de representações. Compreende também uma série de práticas materiais extensivas aos hábitos, aos costumes, ao modo de vida dos agentes, e assim se molda como cimento no conjunto das práticas sociais, aí compreendidas as práticas políticas e econômicas (POULANTZAS, 1980, p.33).

Também para Slavoj Zizek (1996) a noção de ideologia como “ilusão” precisa ser atualizada. À medida que as crenças e valores de uma sociedade têm efeito prático na condução da vida cotidiana, notar que esses valores são produzidos hegemonicamente a partir da experiência social da classe dominante não é suficiente para estabelecer uma distinção entre ideologia e realidade. Segundo ele, não se pode buscar uma realidade objetiva que exista fora da ideologia:

(...) a ideologia não é tudo; é possível assumir um lugar que nos permita manter distância em relação a ela, mas esse lugar de onde se pode

denunciar a ideologia tem que permanecer vazio, não pode ser ocupado por nenhuma realidade positivamente determinada; no momento em que cedemos a essa tentação, voltamos à ideologia (ZIZEK, 1996, p.22-23).

Assim, a busca da crítica marxista não deve ser a do “real” tal como ele é objetivamente independentemente da ideologia, mas sim estabelecer uma crítica à ideologia, como uma antítese. Estabelecer a contraposição presente não no campo das ideias simplesmente, mas na relação entre as classes sociais. Zizek deixa claro com isso que não se trata de cair na “armadilha pós-moderna”, na qual entender o real não é um objetivo da ciência social:

Ou seja, quando denunciemos como ideológica a própria tentativa de traçar uma linha demarcatória clara entre a ideologia e a realidade efetiva, isso parece impor, inevitavelmente, a conclusão de que a única postura não-ideológica consiste em renunciar à mesma de realidade extra-ideológica, e em aceitar que tudo com que lidamos são ficções simbólicas, com uma pluralidade de universos discursivos, e nunca com a 'realidade' – mas essa solução 'pós-moderna', rápida e astuta, é a ideologia por excelência. (...) embora nenhuma linha demarcatória clara separe a ideologia e a realidade, embora a ideologia já esteja em ação em tudo que vivenciamos como 'realidade', devemos ainda assim sustentar a tensão que mantém viva a crítica da ideologia (ZIZEK, 1996, p.22).

Com isso, mais do que buscar provar a falsidade da existência de uma nova classe média, se tomamos como tarefa científica - ou política -, a reflexão de Zizek, devemos expor o problema das classes sociais no Brasil no que corresponde à sua essência, ou seja, a concentração dos meios de produção, elemento demasiadamente ausente na ciência social produzida nos tempos atuais. Só assim poderemos entender a formação social brasileira no tempo presente, e quando recorrermos aos clássicos da Sociologia, da Antropologia, da História e da Ciência Política nacionais, o faremos com a certeza que o Brasil não parou no tempo, mas que as estruturas sociais identificadas por eles estão sujeitas ao processo histórico e necessitam de permanente atualização.

Dessa forma, o ostracismo da interpretação marxista das classes sociais no tempo presente acompanha não somente as transformações na esfera do trabalho em escala internacional, como vimos no primeiro capítulo, mas também a derrota do bloco socialista no século XX, que teve profundo impacto na política e nas interpretações sobre o mundo pós-queda do Muro de Berlim. Portanto, nesta tese, ainda que possamos reconhecer os desenvolvimentos autônomos da política cotidiana e da ciência social, defendemos também que a produção de conhecimento não é neutra, e também está sujeita aos rumos das tensões sociais. Nas palavras de Zizek:

No que concerne à ciência, esta, é claro, não é neutra, no sentido de um conhecimento objetivo que não seja afetado pela luta de classes e esteja à disposição de todas as classes, mas, por essa mesma razão ela é una; não existem duas ciências e a luta de classes é precisamente a luta por essa ciência única, por quem irá se apropriar dela (ZIZEK, 1996, p.28-29).

No caso que tratamos, podemos verificar o impacto da ideologia na produção de interpretações inclusive em um partido de trabalhadores. Ainda que Marilena Chauí e Márcio Pochmann possam representar exceções ao exposto – no caso do consumo como ideologia -, essa não foi a ênfase petista a respeito do assunto, que por diversas ocasiões tratou cidadania e poder de compra quase como sinônimos.

No caso boliviano, fica evidente a hegemonia de uma política desenvolvimentista com recorde regional de crescimento econômico também. Em 2019, em um ato de comemoração dos dez anos do Estado Plurinacional da Bolívia na Assembleia Legislativa, o então vice Álvaro García Linera discursou, exaltando o crescimento da classe média e dizendo que naquela oportunidade 63% dos 11 milhões de bolivianos tinham acesso a todos os recursos básicos e alguns poderiam ainda ter seu próprio negócio. Ressaltou também o aumento do acesso às universidades e notou que essa melhoria na vida dos mais pobres incomoda ao que chamou de “classe média tradicional”, que passou a recorrer mais frequentemente a atos de racismo e fascismo, em defesa de seus privilégios (GARCÍA-LINERA, 2019).

Trata-se de um tipo de retórica que estamos bem acostumados no caso do petismo, o que comprova um direcionamento continental ao desenvolvimento como saída política para a convivência das esquerdas no governo com o regime capitalista, no que pese o surgimento de conflitos semelhantes e de um repertório político de extrema-direita determinado que se espalhou no subcontinente. Contudo, o debate sobre cultura e cidadania é, em geral, mais amplo na Bolívia que no Brasil. De início, chama a atenção como o debate étnico e sobre a pluralidade cultural ocupa o centro da agenda pública, enquanto no Brasil, ainda que seja um país até mais diverso – se observamos a quantidade de povos originários e a diversidade regional, além da questão racial referente à situação do negro no Brasil -, só vemos indícios de fortalecimento dessas pautas em período muito recente, o que frequentemente tem imposto à esquerda tradicional uma necessidade de atualização.

Além disso, chama a atenção a reflexão sobre a nação. No caso brasileiro, ainda que a nação seja amplamente debatida do ponto de vista político no que tange à luta anti-imperialista por um desenvolvimento nacional, a dimensão cultural desta nação não está

sob discussão, à medida que a História brasileira e o seu contar com origem na ideologia republicana e positivista ainda não foi revisitado – sem desconsiderar alguns questionamentos pontuais, como a recente queima da estátua do bandeirante Borba Gato, na cidade de São Paulo.²⁴

Já na Bolívia, o racismo ao indígena e o positivismo republicano foram postos à prova inúmeras vezes, colocando o racismo como um entrave ao desenvolvimento nacional. Nesse sentido, ainda que os críticos argumentem que Álvaro García Linera seja um simples ideólogo do desenvolvimentismo no país, isso não pode ser identificado nos seus escritos, à medida que eles refletem longamente sobre a questão nacional também no âmbito cultural, seja pelo interesse do próprio autor - como ele argumenta que corresponde com sua trajetória intelectual e de vida -, seja pela imposição do tema por parte do protagonismo indígena na cena política boliviana.

Isto corresponde com a expansão da influência política dos movimentos indígenas no continente, o que traz uma outra dimensão do legado desses governos. O desenvolvimento da ideia de Bem Viver como filosofia de Estado diz respeito, precisamente, à tentativa de moldar o Estado à imagem dos modos de vida indígenas. Além disso, hoje Bolívia e Equador são Estados plurinacionais, e também a luta mapuche por um Estado Plurinacional se fortaleceu no Chile, ainda que ao final a Constituição não tenha sido aprovada.

Outro sinal é a implantação do Ministério dos Povos Indígenas no Brasil no governo Lula, que se iniciou em 2023. À época que foi anunciado, quando Lula ainda estava em campanha, o órgão teria o nome de “Ministério dos Povos Originários”, o que é em si, uma evidência da circulação de ideias provenientes das culturas aymara e quéchua, que foram quem primeiro aprovaram em uma constituição a ideia de “povos originários” como nações, e a ancestralidade como valor. O fato de o órgão ter sido constituído com outro nome é um interessante tema para pesquisa.

Uma dimensão importante da difusão dessas ideias é a formação da escola decolonial latino-americana. Trata-se de uma expressão acadêmico-política desses valores e lutas indígenas, que visa formular sobre o processo de descolonização dos países da

²⁴ Em manifestação política, grupo de militantes ateou fogo em pneus em torno à estátua do bandeirante Borba Gato em São Paulo, no dia 24/07/2021. Na ocasião os autores declararam que um representante colonial, que escravizou indígenas, não deveria ser homenageado em praça pública. Tal manifestação levantou um debate à época sobre como deveria ser tratada a memória do povo brasileiro. Além disso, propunham romper com a ideia do bandeirante como um herói nacional, introduzindo uma discussão de nação de outro tipo, mais próxima ao debate decolonial latino-americano.

América Latina, que segundo esses autores, ainda está em curso.

Podemos dizer, portanto, que se formou um pensamento político andino a partir da interpretação das cosmologias *aymara* e *quechua*, e a proposta de relação recíproca entre homem e natureza, que visa combater o antropocentrismo, bem como a valorização do “comunitário” e do “originário” tem essa fonte de origem. É o caso que vimos do equatoriano Alberto Acosta, intérprete fundamental da ideia de Estado Plurinacional e, também, proponente da ideia de “Bem Viver”. A partir da crítica ao desenvolvimentismo como única possibilidade de superação dos dilemas latinoamericanos, Acosta diz que o mundo deve se recriar a partir do comunitário, recusa a visão evolucionista que associa o indígena com o atraso e também chama a atenção para a superação do antropocentrismo como forma de se evitar uma ação humana predatória da natureza (ACOSTA, 2017).

Assim colocado, compreendemos que a proposta de Acosta se soma a outros autores como uma pauta descolonizadora. Desta maneira, Acosta está afirmando sua posição a respeito de um novo horizonte civilizatório e, portanto, total. Assim como em Mariátegui, o indígena não é associado a uma forma de particularismo, mas sim portador de uma filosofia de libertação.

No entanto, o mesmo não pode ser dito a respeito de todos os grupos e pensadores que trabalharam o problema da descolonização das relações sociais. A crítica ao caráter padronizador do Ocidente capitalista, muitas vezes dá lugar a uma simples afirmação da diferença cultural. A este respeito, Agustín Lao-Montes e Jorge Daniel Vazquez (2018) fazem uma crítica ao essencialismo presente nas obras de Mignolo e de Grasfoguel, que vê as culturas originárias como “não hierarquizadas, autodeterminadas, pluralistas e democráticas” (p.298). Para os autores:

(...) é necessário reafirmar a possibilidade da crítica à dominação no plano epistêmico, não unicamente a partir de uma volta ao passado incólume das práticas ancestrais, mas também ao reconhecimento do caráter plenamente global da produção da razão, do político e do ético no Sul (LAO-MONTES; VAZQUEZ, 2018, p. 302-303). (Tradução minha).

O autor chama a atenção ainda que, em alguns casos, se busca uma oposição entre marxismo e decolonialidade, como uma forma de negar a questão classista. Dessa maneira, vemos muitas vezes as elites econômicas assumirem a defesa do *particular* como forma de cooptar movimentos de resistência, fazendo parecer possível a inserção na ordem liberal capitalista, como podemos ver em algumas experiências de governo – por exemplo, quando o katarista Victor Hugo Cárdenas foi vice-presidente no regime neoliberal na

Bolívia. Também alguns programas políticos de partidos da elite econômica mundial passaram a debater questões étnicas e culturais.

A influência colonial e capitalista está presente no mundo indígena de múltiplas formas, o que impede visões românticas de sua realidade. Crescentes segmentos da população indígena foram absorvidos pela lógica da monetarização própria do mercado capitalista. Há grupos indígenas em situações de grande precariedade, presos pelo mito do progresso – que, objetivamente falando, jamais será alcançado. E, claro, na medida em que se aprofundam as migrações do campo à cidade, se aprofunda o desenvolvimento dos indígenas urbanos, que paulatinamente vão se distanciando de suas tradicionais comunidades estendidas (ACOSTA, 2017, p.71).

Com isso, Acosta está chamando atenção para o problema da valorização da identidade pela via capitalista. A simples pauta multiculturalista somada a uma visão de adaptação aos procedimentos da circulação de mercadorias não irá garantir melhorias nas condições de vida de povos indígenas.

Neste sentido, chama a atenção o debate empreendido por Marcelo Rosa (2014). Por exemplo quando o autor, em sua crítica a Boaventura de Sousa Santos, se pergunta se a ideia de *ecologia dos saberes*, ao igualar diferentes cosmologias, não estaria reificando uma padronização cultural tal qual faz o Ocidente:

Como colocar em um mesmo escopo epistemologias feministas e pós-coloniais, o Movimento dos Sem Terras, quilombolas e indígenas [exemplos usados pelo autor] sem reincidir em uma réplica do que sempre fez a ciência social tradicional. Em minha crítica esta união ecumênica constitui uma espécie de Outro do Norte e não uma composição sustentada em especificidades próprias para além da vaga noção de tradicional usada ao longo das páginas (ROSA, 2014, p.48).

Podemos notar neste trecho que Rosa, diferentemente de Acosta, está preocupado com a ênfase em uma diferença epistêmica. A ideia de equalizar diferentes repertórios de luta como um “Outro do Norte” significaria uma padronização tal qual faz o Ocidente. O autor rejeita a ideia de que para superar uma forma hegemônica seria preciso construir outra, o que nos faz concluir que se trata de uma primazia da particularidade em relação à totalidade.

Do meu ponto de vista, este tipo de saída elíptica não nos ajuda a superar o colonialismo epistemológico, pois mantenho intacto o dilema entre ou a imposição de uma epistemologia geral [e que dê conta das diversidades] ou a aceitação de várias epistemologias [que não necessariamente se comunicam ou querem se comunicar] espalhadas pelo mundo colonizado em condições, durações e com consequências tão diferentes (ROSA, 2014, p.48).

A pergunta que fica destas colocações é se estes atores políticos e sociais podem, isoladamente, superar a opressão a que estão submetidos. Se se compreende que este feito pode ser realizado a partir do estabelecimento da diferença epistêmica, a resposta pode ser afirmativa. Se, por outro lado, a luta por descolonização visa objetivos materiais de superação da ordem política vigente, seguramente é preciso estar atento à conformação da hegemonia nas respectivas sociedades e produzir uma alternativa política. É desta última maneira que Lao-Montes e Vazquez abordam a questão:

Para além de conhecer a presença do distintos *suis* no norte, existe a necessidade de enfrentar as dificuldades de se construir um método que permita articulá-los. (LAO-MONTES; VAZQUEZ, 2018, p.294) (Tradução minha).

Para os autores, é preciso fazer a crítica imanente e a crítica transcendente, o que chamam de *doble crítica*. A primeira corresponde àquela inaugurada por Marx, que do interior do pensamento moderno pôde perceber os esquemas de dominação presentes na acumulação de capital, dando centralidade ao tema da exploração do trabalho e abrindo o “continente da crítica”. A segunda seria aquela que extrapola os padrões epistêmicos modernos, ao identificar que a dominação dos povos colonizados e o sufocamento de suas culturas são elementos-chave da ordem política eurocêntrica, e criticá-los é parte do processo de pensar formas de organização da vida social numa perspectiva decolonial.

5.3 Qual é o *locus* da Política?

O debate sobre o lugar da política propicia uma boa comparação entre esses dois países. Um ótimo exemplo disso é a edição nº15, publicada em novembro de 2010 e que conta com os artigos intitulados “A Construção do Estado” de Álvaro García Linera e “O Estado e seus desafios na construção do desenvolvimento brasileiro” de Márcio Pochmann. Na apresentação do dossiê, consta que se:

(...) apresenta visões distintas sobre o papel dos instrumentos de poder na economia e na política. Traz a transcrição do discurso do vice-presidente boliviano, Álvaro García Linera, ao receber o título de doutor honoris causa na Universidade de Buenos Aires, que define as possibilidades de transformação social por meio de políticas estatais. Especialmente em países como Bolívia e Equador pretende-se refundar o Estado para construir instituições adequadas à representação da massa da população, especialmente a nativa, e não mais de elites minoritárias. O economista Márcio Pochmann coloca os desafios do Estado para corresponder aos projetos de desenvolvimento no Brasil, sobretudo no governo Dilma Roussef (Margem Esquerda, 2010, p.9).

Ou seja, ao se debruçar sobre o tema do Estado, os intelectuais estudados nesta tese como importantes representantes dos governos de seus países, têm preocupações muito distintas. Enquanto vimos em Álvaro García Linera uma reflexão voltada para o poder político, ou seja, para a hegemonia e a contra-hegemonia na Bolívia e a relação entre Estado e classes sociais nesses termos, em Pochmann é o Estado que aparece mais como sujeito político acima das classes. Concepção parecida vimos também em Tarso Genro. O ex-prefeito de Porto Alegre via no Estado a possibilidade de extrair políticas públicas a partir do conflito entre as classes. Assim, o Estado é o próprio *locus* desse conflito.

Podemos encontrar larga reflexão sobre o tema na produção de Nicos Poulantzas, que faz uma crítica ao que chama de “Estado-Coisa” na visão marxista-leninista, ou seja, um Estado que é apenas um aparato de uma classe, e também à visão do Estado como “árbitro entre as classes”, que ele associa com a social-democracia europeia (POULANTZAS, 1980, p.150).

Não se trata de opor uma concepção que considera o Estado como um aparelho a uma outra que o tem como uma simples relação de classe, mas de opor uma concepção instrumentalista do Estado-Coisa àquela que o considera como condensação material de uma relação de forças entre as classes. O aspecto material do Estado como aparelho não desaparece absolutamente na concepção do Estado como condensação de uma relação entre as classes (...) (POULANTZAS, 1980, p.149).

Tendo em vista esse esclarecedor trecho da concepção de Poulantzas sobre o Estado – frequentemente considerado o marxista que mais se debruçou sobre esse tema -, é possível dizer que as esquerdas latino-americanas estiveram influenciadas pelo seu pensamento? Seguramente, a superação da compreensão do Estado como coisa, como “comitê de negócios da burguesia”, foi operada na esquerda sul-americana.

Essa tradição que corresponde aos partidos comunistas na sua primeira fase histórica não está presente, de uma forma geral, na trajetória petista. É possível dizer que no pensamento de Weffort e na primeira fase petista essa concepção tenha alguma influência, ainda que não organizada da mesma forma. De todo jeito, era o Estado populista o principal inimigo da classe trabalhadora. Também para Zavaleta Mercado, era o Estado Aparente o principal obstáculo para a libertação de indígenas e camponeses na Bolívia, mas não porque ele transformasse o campesinato em correia de transmissão do Estado, como em Weffort, mas porque seu conteúdo liberal e eurocêntrico não comportava as representações políticas autênticas desses povos.

Já no período neoliberal, esse passo poulantziano pode ser observado em ambos os

países, já que o Estado passa a ser observado como uma possibilidade de “garantia de direitos”, de “fixar direitos” ou seja, “condensação material de uma relação de forças entre as classes”. O que, seguramente não ocorreu, foi a manutenção da ideia de que há um “aspecto material do Estado como aparelho”, já que, ao passo que os trabalhadores de ambos os países começam a ter acesso ao Estado, se dilui a percepção de que o Estado reproduz e mantém uma situação de dominação entre classes, onde a concepção de Tarso Genro do Estado como árbitro é o maior exemplo - o que o aproxima inclusive da social-democracia europeia, na percepção de Poulantzas.

Essa diluição ideológica se estendeu à própria ideia de classe social, abrindo terreno para uma naturalização da ocupação do Estado capitalista. Contudo, esses desdobramentos não correspondem à perspectiva do próprio Poulantzas, como ele próprio destaca:

Lembraria simplesmente que essas análises não se aplicam apenas, como algumas vezes se pode pensar, a uma determinada forma do Estado capitalista, particularmente o “Estado liberal” do capitalismo concorrencial. Elas abrangem o núcleo estrutural desse Estado, e portanto também sua forma na presente fase do capitalismo monopolista. Esse Estado, agora como no passado, deve representar o interesse político a longo prazo no conjunto da burguesia (hipoteticamente o capitalista coletivo) sob a hegemonia de uma de suas frações, atualmente o capital monopolista.

O francês nota que, ao passo que os trabalhadores consigam almejar espaço maior em uma esfera do Estado, o centro do poder pode ser deslocado para outra esfera do Estado se permanecer o modo de produção capitalista:

Se esse poder das classes populares no seio de um Estado capitalista inalterado é impossível, isso acontece não apenas em razão da unidade do poder de Estado das classes dominantes, que deslocam o centro de poder real de um aparelho para outro tão logo a relação de forças no seio de um deles pareça oscilar para o lado das massas populares, mas também em razão do arcabouço material do Estado. Esse arcabouço consiste em mecanismos internos de reprodução da relação dominação-subordinação: ela assegura a presença de classes dominadas em seu seio, embora exatamente como classes dominadas. Mesmo no caso de uma mudança de relação de forças e da modificação do poder de Estado em favor das classes populares, o Estado tende, a curto ou longo prazo, a restabelecer sob nova forma algumas vezes, a relação de forças em favor da burguesia (POULANTZAS, 1980, p.164).

No processo do golpe político no Brasil em 2016, após o fracasso sucessivo em eleições, a direita se organizou em torno de uma plataforma golpista e de uma manobra que envolveu imprensa, Legislativo e Judiciário. E após o golpe, o processo se sustentou

politicamente a partir de uma legitimação do Sistema Judiciário como uma espécie de moderador dos outros poderes. A soberania do voto popular, componente fundamental da então ordem política, foi assim atacada. E na Bolívia, também a imprensa e o alçamento de forças policiais, associados à direta intervenção estrangeira da OEA, foram decisivos para sobrepujar a soberania do voto. E que tudo isso tenha ocorrido, num intervalo de 10 anos, em vários países do continente, simultaneamente com a crise internacional, a descoberta de novas fontes de recursos naturais e a queda do preço das commodities seria uma coincidência?

É uma pergunta que seguramente esta tese não irá responder, à medida que se concentrou nos períodos anteriores ao declínio dessas experiências políticas. Todavia, podemos dizer que, em parte, estas experiências confirmaram a teoria de Poulantzas, já que após uma ampliação da influência dos trabalhadores sobre o Estado se obteve uma reação violenta para reorganizar a hegemonia burguesa em ambos os países e repactuar os consensos hegemônicos. Ou seja, o Estado por si só não alterou a relação de dominação entre as classes.

Portanto, se em termos de conceituação e interpretação da atuação no Estado pode-se notar uma influência poulantziana - a difusão de termos como “bloco de poder” não deixa negar -, este elemento central de sua teoria foi posto em suspenso, promovendo uma naturalização do convívio da esquerda com o Estado capitalista. Isso diz respeito também à teoria de Poulantzas, que não se debruça esmiuçadamente sobre o que deve ser uma prática marxista no Estado - por outro lado isso pode ser considerado uma qualidade, já que uma perspectiva muito rígida a respeito poderia significar a tentativa de estabelecer um receituário, algo que seria, evidentemente, a-histórico.

Há aqui, também, uma apropriação determinada da ideia de “Estado Ampliado” em Gramsci. Se, em Gramsci, o Estado passa a abarcar também a sociedade civil, a discussão sobre o lugar da política parece perder o sentido, já que tudo é Estado. Isso, em parte, parece legitimar a ênfase na atuação na sociedade política, já que tudo, incluindo as esferas da sociedade civil sob influência dos trabalhadores, se organiza numa lógica de disputa do Estado. Assim, a própria atuação na sociedade civil se volta para as demandas da inserção dos partidos no Congresso, no Senado e no Executivo.

Essa tendência pode ser observada em ambos os países. No que compete à difusão de ideias, as reflexões de Conceição Tavares, Pochmann, e Genro vão nessa direção, ainda que com diferenças de abordagem entre eles.

Já em Betto o “trabalho de base” é sempre central, de uma forma semelhante ao que

se observa em Gutiérrez, ainda que no caso dela se aprofunde uma reflexão sobre a superação do sistema capitalista. O mesmo pode ser dito para Raúl Prada. Nesses autores, assim como em Javier Medina, parece haver uma primazia da sociedade civil sobre a sociedade política. Já em Choquehuanca, se trata de transformar a sociedade política à imagem da sociedade civil.

Em Chauí, podemos observar uma preocupação maior com a disputa de consciência dentre as classes dominadas. Em Singer esse aspecto parece alternar, já que seus escritos dos anos de governo Lula não abordam criticamente essa questão, mas isso aparece mais nos anos de balanço. Algo semelhante ocorre com Linera, mas nesse caso os escritos anteriores ao governo que apontam uma preocupação maior referente a um sujeito político contra-hegemônico, enquanto os textos pós-governo sugerem uma ênfase na atuação estatal.

Dentre todos os autores, o que pudemos notar uma melhor articulação entre a formação da sociedade civil e a organização material da sociedade foi Luís Tapia Mealla, de forma que não pode haver autonomia comunitária se o território indígena prosseguir sendo usurpado. Também, a partir de uma contextualização histórica onde a sociedade civil “transbordou” é que se pôde construir um Estado Plurinacional.

Todo esse debate envolve também o tema da democracia, que como vimos, essas esquerdas promoveram inovações teóricas importantes do ponto de vista internacional. A esse respeito, parece haver ocorrido um recuo histórico. Pelo o observado nesta pesquisa, uma das fundamentais contribuições da esquerda latino-americana foi inserir a participação popular como valor democrático fundamental. Isso permanece quando são debatidas as experiências históricas dos governos pós-neoliberais, onde se exalta a realização dos referendos na Venezuela, as autonomias indígenas na Bolívia, as conferências no Brasil bem como o Orçamento Participativo em nível local, etc. No entanto, a onda de golpes orquestrados pela direita na região impôs uma significativa inflexão nessa abordagem.

Se essa concepção de democracia como participação popular foi fundada em concorrência à visão liberal-representativa, vimos a esquerda fazer uso da última em larga escala no período golpista, se colocando como defensora da ordem política e do caráter representativo das instituições do Estado. Isso corresponde com o fenômeno histórico do surgimento de manifestações de rua dirigidas pela direita. No Brasil isso parece ter adquirido ares mais graves, talvez pela experiência dramática com as Jornadas de Junho de 2013. Vimos com frequência os partidos de esquerda com dificuldades de mobilização de base para grandes atos, e a aposta em geral se concentrou na tática eleitoral, onde

prevaleceu uma lógica em que a política deve ser resolvida na esfera do Estado.

Na Bolívia, o MAS-IPSP frequentemente é criticado pelo mesmo. Contudo, um elemento chamou a atenção, que foi a autonomia dos movimentos e organizações sociais na resistência ao golpe que empossou Jeanine Añez presidente do Estado Plurinacional da Bolívia. Naquela ocasião, enquanto Evo Morales e a cúpula do MAS concentrava esforços em um acordo para a realização de novas eleições, a população ocupou ruas e estradas para depor a presidente golpista, e o fez sob uma pluralidade maior de representações e lideranças, como a de Felipe Quispe, que retornou à cena da política na Bolívia nessa ocasião.

5.4 Sobre a contra-hegemonia no Brasil e na Bolívia

Observamos na literatura utilizada os caminhos pelos quais se formaram novas hegemonias nesses países, de caráter pós-neoliberal. No Brasil, a reorganização da hegemonia burguesa, em um primeiro momento, não passou pela inclusão de novos setores no “bloco de poder”, mas pela simples exclusão dos partidos de esquerda desse bloco, em busca de atribuir uma face mais rentista para as políticas de governo, cortando drasticamente os investimentos em produção. Com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, a implementação dessa agenda ganhou contornos mais violentos, com a criminalização das agremiações populares e de uma reorganização da sociedade civil e política, na qual as Forças Armadas e policiais tomam a cena com um papel ideológico muito acentuado. No caso boliviano, em 2019, esse processo se dá de forma mais violenta imediatamente, com a presença ostensiva do aparato repressivo no controle de manifestações populares, transformando as ruas da Bolívia em cenas de batalhas.

Porém, na Bolívia a articulação golpista se demonstrou bem mais frágil. Muito impulsionada pela repressão e pelos meios de comunicação, o governo Jeanine Añez se viu pressionado a realizar eleições um ano após o golpe que a empossou, e o fracasso econômico de tal tentativa, que foi acompanhada pela pandemia do coronavírus, despertou na população um sentimento nostálgico em relação aos anos de crescimento econômico liderados por Luiz Arce, então Ministro da Economia que seria eleito presidente pelo MAS-IPSP no pleito de 2020. Isso, contudo, não ocorreu sem as tradicionais marchas e bloqueios de estradas feitas por indígenas e camponeses, que a essa altura conseguiram recompor o Pacto de Unidade e realizaram uma campanha nacional pela realização da eleição, mesmo com as restrições de circulação em decorrência da pandemia. Em 2023,

Luiz Arce realiza seu terceiro ano de mandato e Luiz Inácio Lula da Silva o seu primeiro, tendo sido vencedor em 2022 após seis anos sem o PT no governo brasileiro.

Em ambos os casos, o retorno dessas agremiações não é marcado por rupturas na ordem política, mas pelo contrário, se trata de reorganizar a ordem após as transformações ocorridas com a extrema-direita no poder. Isso vem ocorrendo com o desenvolvimentismo mais uma vez sendo acionado como solução para os problemas da miséria, do emprego e da desigualdade social nesses países. Enfatizo esta questão pois impressiona como esta fórmula político-econômica, de raízes latino-americanas, foi e ainda é eficiente ao longo de décadas como alternativa de política estatal.

Afirmo tal eficiência não simplesmente do ponto de vista da resolução de problemas sociais ou do ponto de vista do tipo de práticas estatais que se consolidaram nesses países, mas também é muito eficiente na perspectiva de equacionar os conflitos entre as classes sociais, os restringindo ao debate sobre as políticas públicas.

Por outro lado, defendo nesta tese que o principal dilema apresentado à esquerda no período em que foi governo é, justamente, o de governar e vocalizar as demandas apresentadas pelas lutas populares, ou, nos termos gramscianos, governar e, ao mesmo tempo, organizar a vontade coletiva. Ao alcançar o Poder Executivo, ao crescer suas influências no Poder Legislativo, esses partidos necessitam operar uma transição representativa, ampliando suas bases sociais. Essa é uma trajetória comum dos partidos de massa no século XX, como mostra a discussão teórica sobre partidos políticos na Ciência Política:

Mair observou ainda que os partidos contemporâneos já não exercem mais as mesmas funções representativas dos “partidos de massa”. Os partidos encontram na sociedade civil organizações concorrentes para essas funções representativas, como as de mobilização, agregação de interesses e formulação de políticas públicas. Aos partidos atuais ficou reservado a função procedimental de recrutar lideranças e organizar parlamentos e governos. Ou seja, “os partidos não só se tornaram mais distantes da sociedade em geral, como também se aproximaram mais do mundo do governo e do Estado, ao ponto de se tornarem inextricáveis destes”. Mair vai mais além ao sugerir que as coligações e alianças, a erosão programática e o fato de os partidos terem práticas semelhantes tem como consequência a despolitização dos políticos e a redução do interesse dos eleitores pela política e pela democracia. “O resultado é que o conceito de política enquanto conflito social, no qual os partidos eram entendidos como representantes de interesses políticos de forças sociais opostas, é hoje cada vez menos relevante dentro do regime político no seu conjunto”, avalia Mair (RODRIGUES, 2021, p.186-187).

A respeito de tais organizações concorrentes da sociedade civil, um exemplo

interessante foi a articulação do movimento “Ele, não!” nas eleições presidenciais de 2018, que ocupou as ruas das capitais brasileiras se colocando em oposição à candidatura de Jair Bolsonaro, que já figurava em primeiro lugar nas intenções de voto. Ainda que o PT tivesse o segundo candidato mais cotado para a vitória, Fernando Haddad, esse movimento foi protagonizado pelas organizações de mulheres, que em torno da plataforma feminista articularam diversas organizações da sociedade civil pelo mesmo objetivo. Ainda que essa articulação tenha sido um importante episódio da luta popular brasileira, com a derrota de Fernando Haddad, o balanço feito pela esquerda é que tal movimento fortaleceu a candidatura de Bolsonaro, condenando assim iniciativas como o “Ele, não!”, que acabou perdendo fôlego após o período eleitoral e a pandemia.

De toda forma, o que se produziu no Brasil foi uma pulverização das lutas populares, agora organizadas em muitos coletivos e frentes, porém com dificuldade de construir uma referência nacional que as articule. Contudo, há uma referência não orgânica no PT, como uma alternativa mais desejável em termos de política de Estado. Nesse caso, é muito comum que esses coletivos submetam candidaturas em pleitos proporcionais sob a legenda do PT, no entanto não submetem suas decisões à esfera partidária.

Na Bolívia, essas organizações não se apresentam como concorrentes, mas vêm, desde sempre, o MAS-IPSP como uma extensão eleitoral de suas políticas. Assim, ainda que alguns relatos manifestem a opinião de que durante os governos de Evo Morales a política das marchas e bloqueios arrefeceu também, é um fato notório como as organizações sociais retomaram seu protagonismo na resistência ao golpe. Contribuiu, em contradição, o caráter marcadamente racista de tal golpe que de imediato removeu a *whipala* do palácio presidencial e criou uma sensação imediata de perda de direitos. Nesse caso, a ancestralidade como valor político foi um motor das mobilizações pelas eleições no país.

Retomando, a “erosão programática” mencionada por Rodrigues, nesses casos não se dá por completo. Mais preciso seria dizer que esses programas estão em constante movimento. No entanto, essa reorientação dos partidos políticos, que podemos chamar de republicana -, à medida que visa conciliar interesses antagônicos no sentido de preservar a República -, vê nos programas desenvolvimentistas uma solução política. Contudo, para a construção da vontade coletiva, em termos mais amplos, essa conciliação não basta, e esse afastamento orgânico entre as lutas populares e os partidos de esquerda são um sinal disso, ainda que esse processo pareça mais consolidado no Brasil do que na Bolívia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, notamos que quando a América Latina rediscutia a ordem política na crise dos regimes militares, a esquerda e seus intelectuais foram fundamentais para elaborar uma perspectiva de democracia tipicamente latino-americana, indo além das receitas liberais hegemônicas. Tal elaboração se deu em diálogo crítico com as experiências socialistas, tomando como ponto de partida o tema da participação popular na esfera decisória, porém criticando os modelos oriundos das experiências dos partidos-Estado.

Também vimos como no período neoliberal no Brasil, a esquerda rompeu com uma postura anti-Estado que mantinha no período anterior. Prevaleceu o discurso nacionalista, a defesa do desenvolvimento e a crítica ao livre mercado como ameaça à soberania. Também na Bolívia os valores anti-imperialistas prevaleceram conjuntamente com um plurinacionalismo indígena, de valorização étnica e crítica ao racismo institucional.

No período chamado de pós-neoliberal, ganham ênfase as contradições entre governar, lidar com os imperativos da prática política cotidiana e dar conta da realização de utopias. A prática do governo foi, em geral, pautada pelas ideias desenvolvimentistas, que ganharam ares republicanos, enquanto não-realizações de plataformas dos movimentos sociais foram cobradas.

Diante de todo o exposto, podemos dizer que as esquerdas nesses dois países marcaram as ideias políticas disputadas na arena pública, tanto em seus âmbitos nacionais como internacionais. A noção de democracia como participação popular se converteu em um grande instrumento para a principal arma ideológica estadunidense no subcontinente latino-americano. Essa esquerda foi capaz também de produzir uma visão própria de integração latino-americana, sob o viés da luta anti-imperialista. As ideias cepalinas, na reapropriação conduzida pela esquerda, se tornaram a mais importante alternativa ao neoliberalismo.

Do ponto de vista de uma sociologia dos intelectuais, se o conceito gramsciano de “intelectual orgânico” não caberia a todos eles, pelo já exposto, no primeiro capítulo, todavia suas reflexões estiveram motivadas e contribuíram para orientar a prática política da esquerda, bem como foram sensíveis às suas novas direções. Produziram assim ciência, mas não a weberiana. Em termos de prática científica, foram, em geral, marxistas, já que conduziram suas análises naquilo que regia a décima primeira tese sobre Feuerbach: interpretar para transformar.

Assim, concluo esse trabalho: com a ousadia de me somar a esse material reflexivo tão vasto produzido pela esquerda na América Latina. Essas reflexões datam antes mesmo de meu ingresso no mestrado, ainda no período da graduação, que correspondem à atuação política de um militante inquieto, amadurecidas pela prática científica acadêmica, submetidas à pesquisa, porém nunca perderam contato com as tensões sociais vividas em *Nuestra América* e no mundo.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. O Bem Viver: Uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2017.
- ADORNO, Theodor W.. Introdução à Sociologia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2007.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. SP: Companhia das Letras, 2008.
- ANDERSON, P. O Brasil de Lula. Revista Novos Estudos, nº91, pp.23-52. Novembro de 2011.
- ANTEZANA, Luis H. Dos conceptos em la obra de René Zavaleta Mercado: Formación abigarrada y democracia como autodeterminación. In: (OLIVÉ, Leon; SOUZA SANTOS, Boaventura de; SALAZAR, Cecília; ANTEZANA, Luís H.; NAVIA, Walter; VALENCIA, Guadalupe; PUCHET, Martin; AGUILLUZ, Maya; GILL, Mauricio; SUÁREZ, Hugo José; TAPIA, Luis.) **Pluralismo Epistemológico**. CLACSO: La Paz, 2009.
- ARICÓ, José María. América Latina como una unidad problemática. In: TORRES, Esteban et al. Hacia la renovación de la teoría social latinoamericana, Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020.
- BARTRA, Armando. “La conspiración de los diferentes” In: **El Hombre de Hierro: Límites sociales y naturales del capital**. Editorial Itaca: Cidade de México, 2014.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Os anos do povo. In: SADER, Emir. **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. pp 103-110. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.
- BETTO, Frei. A Mosca Azul. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
- BOITO JR., Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: Classes sociais, Neodesenvolvimentismo e Política Externa nos Governos Lula e Dilma. Revista de Sociologia e Política v,21, nº47, p.31-38. Curitiba, setembro de 2013.
- BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BUARQUE, Cristovam. Muito além do modo petista de governar. In: DESAFIOS do Governo Local: O modo petista de governar. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.
- CAMARGO, Alfredo José Cavalcanti Jordão de. **Bolívia – A Criação de um Novo País**.

- Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006.
- CARDOSO, Sérgio. Maquiavel: lições das histórias florentinas. Discurso, v.48, n.1, pp. 121-154. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2018.
- CARVALHO, Laura. Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico. Todavia: São Paulo, 2018.
- CHAUÍ, Marilena. Uma nova classe trabalhadora. In: SADER, Emir. **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. pp.123-134. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.
- CHOQUEHUANCA, David. Geopolítica del Vivir Bien. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional, 2022.
- CONCEIÇÃO TAVARES, Maria da; TEIXEIRA, Aloísio; PENA, Maria Valéria Junho. Aquarella do Brasil: Ensaio Políticos e Econômicos sobre o Governo Collor. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1991.
- COUTINHO, C.N. A democracia como valor universal. Arquivo Marxista na Internet, 2014. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/coutinho/1979/mes/democracia.htm>. Acesso em 16 de Março de 2021.
- CUSICANQUI, Silvia Rivera. '**Oprimidos pero no vencidos**': **Luchas del campesinado Aymara y Quechwa 1900-1980**. La Paz: La mirada salvaje, 2010.
- DANIEL, Celso. Administrando nos tempos do Real. In: DESAFIOS do Governo Local: O modo petista de governar. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.
- DARDOT, Pierre ; LAVAL, Christian. A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- DO ALTO, Hervé. Cuando el nacionalismo pone el poncho. In SVAMPA, Maristella y STEFANONI, Pablo. **Bolivia: memoria, insurgencias sociales**. Buenos Aires: Clacso, 2007.
- DIRCEU, José. 100 Anos de Florestan e Furtado #4: Reforma, Revolução, Democracia e Política. 2020. (2h 09m 19s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CJdGguspEWQ>. Acesso em: 29 de Julho de 2020.
- ESCÁRZAGA, Fabíola. Comunidad indígena y revolución en Bolivia : el pensamiento indianista de Fausto Reinaga y Felipe Quispe. In: Revista Política y Cultura, núm.37, pp. 185-210. Distrito Federal, México, 2012.
- FALERO, Alfredo. América Latina entre perspectiva de análisis y proyecto sociopolítico.

- In: TORRES, Esteban et al. *Hacia la renovación de la teoría social latinoamericana*, Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020.
- FUJITA, Mamoru. El Gobierno de Evo Morales y el fantasma del Nacionalismo Revolucionariodel 52 em Bolivia. Hacia uma “indianización” y pluralización del concepto de poder dual de René Zavaleta Mercado. *Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, vol.9, n°1, pp 360-381, 2022.
- FUSER, Igor. Entre a Pacha Mama e o desenvolvimento: a luta de ideias nos conflitos do Tipnis (Bolívia) e Parque de Yasuní (Equador). 38° Encontro Anual da Anpocs. 2014.
- GALINDO, Alfredo Flores. **La Agonía de Mariátegui – La polémica con la Komintern**. Lima: Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo, 1980.
- GAMA DA SILVA, Allysson Lemos. Para Além do Estado-Nação? Disputas políticas sobre a ideia de plurinacionalidade na Bolívia. Dissertação)Mestrado em Ciências Sociais). 2016. 141 f. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2016.
- GAMA DA SILVA, Allysson Lemos; RODRIGUES, THEÓFILO CODEÇO MACHADO. A recepção de Gramsci no pensamento social boliviano. *MOVIMENTAÇÃO*, v. 4, p. 52-74, 2017.
- GAMA DA SILVA, Allysson Lemos; VIEIRA, Flávia Braga. Engels e a Comuna Rural Russa: Apontamentos à Questão Nacional no Marxismo. In: Theófilo Rodrigues. (Org.). *Engels 200 anos: Ensaio de Teoria Social e Política*. 1ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020, v. , p. 191-210.
- GARCIA, Marco Aurélio. O município e a internacionalização da economia. In: *DESAFIOS do Governo Local: O modo petista de governar*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.
- GARCÍA-LINERA, Álvaro. **A Potência Plebeia**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- GARCÍA-LINERA, Álvaro. Socialismo Comunitario del vivir bien .(Discurso del Vicepresidente Álvaro García Linera en la toma de posesión presidencial, 22 de enero de 2015, Asamblea legislativa Plurinacional).
- GARCÍA-LINERA, Álvaro. A Construção do Estado. In: JINKINGS, Ivana. *Margem Esquerda: ensaios marxistas*. n°15, pp. 25-33. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- GENRO, Tarso. Combinar democracia direta e democracia representativa. In: *DESAFIOS do Governo Local: O modo petista de governar*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

- GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- GONÇALVES, Rodrigo Santaella. **Intelectuais em Movimento: O grupo Comuna e a construção da hegemonia antineoliberal na Bolívia**. São Paulo: Alameda, 2015.
- GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel – Notas sobre o Estado e a política* In: **Cadernos do Cárcere, vol.3**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GRUPPI, Luciano. Tudo começou com Maquiavel: As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto Alegre: L&PM Editores Ltda., 1980.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio: o regime econômico colonial: feudalismo ou Capitalismo?** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997.
- GUIMARÃES, Alice Soares. A Reemergência das Identidades Étnicas na Modernidade: movimentos sociais e Estado na Bolívia contemporânea. EdUERJ: Rio de Janeiro, 2014.
- GUIMARÃES, Gabriel Fernandes Rocha. Ascensão e declínio dos partidos-movimento na América Latina: Os casos do MAS (Bolívia), Pachakutik (Equador) e Tekojojá (Paraguai). 2018. 288f. Tese (Doutorado em Ciência Política).Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- GUTIÉRREZ, Raquel. Horizontes comunitário-populares, Producción de lo comum más allá de las políticas estado-céntricas. Traficante de Sueños: Madrid, 2017.
- HURTADO, Javier. **El Katarismo**. Hishbol: La Paz, 1986.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-Rio, 2006.
- LAO-MONTES, Agustin & VAZQUEZ, Jorge Daniel (2018). Crítica Decolonial de la Filosofía y Doble Crítica en Clave Sur. In: MORANA, Mabel, Ed. "Sujeto, Descolonización, Modernidad: Debates Filosóficos Latinoamericanos." Editorial Iberoamericana Verbuert.
- LEAL, Vitor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LÊNIN, V.I. Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo. In: “**Editorial "Avante!"**”- Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1984.
- LENIN, Vladimir Ilich. O Estado e a Revolução. Expressão Popular: São Paulo, 2010.
- LIENDO, Roxana. Bolivia: Movimientos Sociales en Momentos de Cambio. Site:

www.cetri.be . 2017.

- LORETO, Vinícius Lima. O engajamento do indígena no Estado: um estudo sobre a Bolívia plurinacional. 2019. Dissertação. (Mestrado em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete Ensaio de Interpretação da Realidade Peruana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MARINI, Ruy Mauro. “Dialética da Dependência”. In: **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**, SP: Expressão Popular, 2005.
- MARX, Karl. Resultados do Processo Imediato de Produção. In: **O Capital**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MAQUIAVEL, Nicolau. Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **A Classe Trabalhadora de Marx ao nosso tempo**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- MEDEIROS, Josué. Para além do lulismo: O fazer-se do petismo na política brasileira (1980-2016). 2016. 300f. Tese (Doutorado em Ciência Política).Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- MEDINA DÁVILA, Javier. Las cuatro Inteligencias del Vivir Bien. La Paz: Colección minilibros n. 63, 2015.
- MCNELLY, A. Estamos en el poder? Experiencias de las clases obreras con la izquierda en el poder. CEDLA: La Paz, 2021.
- MOLDIZ, Hugo. Bolivia en los tiempos de Evo: Claves para entender al proceso boliviano. Ocean Sur: México, D.F., 2009.
- MONTENEGRO, Darlan.“O Averso do Príncipe: Programa e organização nas origens do Partido dos Trabalhadores”. 2009. 231f. Tese (Doutorado em Ciência Política).Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- MORALES, Juan Antonio. La experiencia populista de los años ochenta.La Paz,n.12, p. 31-60, oct.,2009. Disponible en <http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2074-47062009000200003&lng=es&nrm=iso>. accedido en 12 feb. 2021.
- NAVARRO, Luis Hernández. A Bolívia pelos olhos do vice. Publicado no sítio Outras Palavras, em 13 de abril de 2012. Disponível em outraspalavras.net/wp-content/uploads/2012/04/120416-Linera-e1334578845201.jpg

- PEREIRA DA SILVA, Fabricio. **Vitórias na crise: trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011.
- PEREIRA DA SILVA, Fabricio. Democracias errantes. Reflexões sobre experiências participativas na América Latina. Rio de Janeiro: Ponteio, 2015.
- POCHMANN, Marcio. O emprego no desenvolvimento da nação. São Paulo: Boitempo, 2008.
- POCHMANN, Márcio. Socialismo Democrático – entrevista Pochmann – Presidente da Fundação Perseu Abramo/PT. 2016. (2m 34s.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CFiH7ay82Xo> . Acesso em 16/03/2021.
- POCHMANN, Márcio. O Estado e seus desafios na construção do desenvolvimento brasileiro. In: JINKINGS, Ivana. Margem Esquerda: ensaios marxistas. nº15, pp. 34-43. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- POCHMANN, Márcio. Estamos assistindo ao fim da imprensa como a conhecemos. Entrevista publicada no sítio Revista Fórum em 11 de abril de 2023. Disponível em revistaforum.com.br/brasil/2013/12/26/pochmann-estamos-assistindo-ao-fim-da-imprensa-como-conhecemos-8217.html
- POCHMANN, Márcio. O Mito da Grande Classe Média: capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo, 2014.
- POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- PRADA, Raul. Subversiones indígenas. Muela del diablo editores. La Paz, Bolívia 2008.
- PREBISCH, Raúl. El desarrollo economico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. Desarrollo Económico, v.26, Nº 103, 1986, pp. 479-502.
- PURDY, Robert Sean. Por quê alguns na esquerda condenam as Jornadas de Junho de 2013? In: IV Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais, nº4, 2018, São Paulo. Anais. São Paulo: FFLCH-USP, 2018.
- REINAGA, Fausto. **La Revolución India**. Movimiento Indianista Katarista: La paz, 2010.
- RICUPERO, Bernardo. **Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo: FAPESP, 2000.
- RODRIGUES, Theófilo. Partidos, classes e sociedade civil no Brasil contemporâneo. Curitiba: Appris, 2021.
- ROJAS, Sergio Vasquez e CHEJ, Maria Teresa Peñaloza. **El Saneamiento Territorial en Ayopaya – Sistematización de una Experiencia**. Cochabamba: CENDA, 2012.

- ROSA, Marcelo. Sociologias do Sul: Ensaio bibliográfico sobre limites e perspectivas de um campo emergente. Civitas, Porto Alegre, v. 14 n. 1, p. 43-65, 2014.
- RUIZ, Sérgio e ERASSO, Silvia. Álvaro García Linera y las contradicciones entre Estado y democracia. Estudios Políticos (Universidad de Antioquia), 56, pp.199-220. DOI: 10.17533/udea.espo.n56a09. Medellín, 2019.
- SADER, Emir. **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.
- SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. São Paulo: Elefante, 2018.
- SCHALVEZON, Salvador. **Assembleia Constituinte da Bolívia: Etnografia do Nascimento do Estado Plurinacional**. Tese de doutorado defendida no PPGAS-UFRJ. Rio de Janeiro, 2010.
- SCHAVELZON, Salvador. El concepto de Vivir Bien/Buen Vivir. In: **Plurinacionalidad y Vivir Bien/Buen Vivir: Dos conceptos leídos desde Bolivia y Ecuador post-constituyentes**. Abya Yala: Quito, 2015.
- SECCO, Lincoln. História do PT. São Paulo: Ateliê Editorial, 2018.
- SINGER, André. Brasil, Junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas. Revista Novos Estudos, nº97, pp.23-40. Novembro de 2013.
- SINGER, André. 100 Anos de Florestan e Furtado #4: Reforma, Revolução, Democracia e Política. 2020. (2h 09m 19s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CJdGguspEWQ>. Acesso em: 29 de Julho de 2020.
- SINGER, André. **A alma do partido dos trabalhadores**. Novos estudos CEBRAP nº88. São Paulo Dec. 2010.
- SINGER, André. Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo. Revista Novos Estudos, 85, pp.83-102. São Paulo: Novembro de 2009.
- SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. **As Contradições do lulismo: A que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016.
- SILVA, M. F.. As condições sociais de produção e circulação de uma obra - considerações para análise de A Democracia como Valor Universal, de Carlos Nelson Coutinho. In: 43º Encontro Anual da ANPOCS, 2019, Caxambu - MG. Anais do 43º Encontro Anual da ANPOCS, 2019.
- STEFANONI, Pablo. Las tres fronteras de la revolución de Evo Morales: Neodesarrollismo, decisionismo, multiculturalismo. In: SVAMPA, Maristella;

- STEFANONI, Pablo. **Bolivia: Memoria, insurgencia y movimientos sociales.** Buenos Aires: CLACSO- El colectivo, 2007. p. 67-96.
- STEFANONI, Pablo. Governo Evo Morales: permanências, mudanças e desafios. Revista Lutas Sociais, nº 24, p.115-131. São Paulo, 2010.
- TAPIA MEALLA, Luís. **Política Salvaje.** CLACSO: La Paz, 2008.
- TAVARES, M.C.; FIORI, Luís Fiori. Poder e Dinheiro: Uma economia política da globalização. Editora Vozes: Petrópolis, 1997.
- TAVARES, M.C.; MELIN, L.E.. Pós-Escrito1997: A reafirmação da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, M.C.; FIORI, Luís Fiori. Poder e Dinheiro: Uma economia política da globalização. Editora Vozes: Petrópolis, 1997.
- TAVARES, M.C.. A propósito de um debate sobre socialismo e globalização. In.: TAVARES, M.C.; SADER,E.; JORGE, E.. Globalização e Socialismo. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2001.
- TICONA ALEJO, Esteban. El Indianismo de Fausto Reinaga: Orígenes, Desarrollo y Experiencia en Qullasuyu-Bolivia. Chuqiyapu marka: La Paz, 2013.
- VACCA, Giuseppe. **Modernidades Alternativas: O século XX de Antonio Gramsci.** Brasília: Fundação Astrojildo Pereira e Contraponto Editora Ltda., 2016.
- VIEIRA, Flávia Braga. **Dos proletários unidos à globalização da esperança: Um estudo sobre internacionalismos e a Via Campesina.** São Paulo: Alameda, 2011.
- WANDERLEY, Fernanda; VERA COSSIO, Horacio. Las dinámicas del mercado de trabajo en Bolivia 2005-2015.Universidad Católica Boliviana: La Paz, 2017.
- WEBER, Max. Ciência e Política – duas vocações. São Paulo, Cultrix, 1989.
- WEFFORT, Francisco. O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- ZAVALETA MERCADO, René. Las masas en Noviembre. In: La autodeterminación de las Masas Bogotá: CLACSO, 2009.
- ZAVALETA MERCADO, René. Lo Nacional-Popular en Bolivia. México, D.F.: Siglo Veintiuno Editores, 1986.
- ZIZEK, Slavoj. O espectro da ideologia. In: ZIZEK, SLAVOJ. **Um Mapa da Ideologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

Entrevistas realizadas pelo autor

- ALTMAN, Breno. Entrevista concedida a Allysson Lemos Gama da Silva, online, março de 2022.

GARCÍA-LINERA, Álvaro. Entrevista concedida a Allysson Lemos Gama da Silva, online, junho de 2021.

MAMANI, Hilarion. Entrevista concedida a Allysson Lemos Gama da Silva, em La Paz, agosto de 2014.

POMA, Florencia. Entrevista concedida a Allysson Lemos Gama da Silva, em La Paz, agosto de 2014.

TAPIA, Luís. Entrevista concedida a Allysson Lemos Gama da Silva, em La Paz, agosto de 2014.

ZURITA, Leonilda. Entrevista concedida a Allysson Lemos Gama da Silva, em La Paz, e agosto de 2014.